



UFSM

Dissertação de Mestrado

**AÇÃO EXTENSIONISTA E
FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL
NO PROJETO ÁREA PILOTO - RS**

Marcelo Porto Nicola

CPGExR

Santa Maria, RS, Brasil

2004

**AÇÃO EXTENSIONISTA E
FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL
NO PROJETO ÁREA PILOTO - RS**

por

Marcelo Porto Nicola

Dissertação apresentada ao
Curso de Mestrado em Extensão Rural,
Área de Concentração em Desenvolvimento Sustentável, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

CPGExR

Santa Maria, RS, Brasil

2004

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**AÇÃO EXTENSIONISTA E
FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL
NO PROJETO ÁREA PILOTO - RS**

elaborada por
Marcelo Porto Nicola

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:

Dr^a Vivien Diesel
(Presidente/Orientador)

Dr. José Antonio Costabeber

Dr. José Marcos Froehlich

Santa Maria, 22 de abril de 2004

N634a Nicola, Marcelo Porto
Ação extensionista e formação de capital social
no Projeto Área Piloto-RS / por Marcelo Porto
Nicola. - Santa Maria : 2004.
xxi, 239 p.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal
de Santa Maria. Área de Concentração em
Desenvolvimento Sustentável - Curso de Pós-
graduação em Extensão Rural, 2004, Vivien
Diesel, orientador.

1. Extensão Rural. 2. Capital Social. 3. Rio Grande do Sul. I. Diesel,
Vivien, orient. II. Título.

CDU 63.001.8:316.472

© 2004

Todos os direitos autorais reservados a Marcelo Porto Nicola. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita com autorização por escrito do autor. Endereço. Rua Botafogo, 1051. Bairro Menino Deus. Porto Alegre, RS, CEP 90150-053 Fone: (0xx) 51 2125 3043; End. Eletr: mnicola@emater.tche.br

[...] a condição de agente de cada um é inescapavelmente restrita e limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas de que dispomos.

Amartya Sen

À Empresa ASCAR-EMATER/RS e seus extensionistas pelo imprescindível papel que desempenham em prol do desenvolvimento rural.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho significa uma conquista pessoal relevante. Esse momento concretiza o final de um ciclo de esforço e superação em minha vida e indica o início de um novo, repleto de expectativas pessoais e profissionais positivas.

Diante disso, expresso sinceros agradecimentos:

À ASCAR-EMATER/RS pela confiança depositada, e condições oferecidas para o desenvolvimento da pesquisa;

À Universidade Federal de Santa Maria (UFSM);

À Professora Dr^a Vivien Diesel, pelo profissionalismo e dedicação na orientação deste trabalho;

À minha esposa e meu filho pela total compreensão da situação e incentivo, e pelos momentos de descontração e lazer;

Aos meus pais, em especial minha mãe, pelo apoio incondicional e exemplo profissional;

Aos colegas das equipes da ASCAR-EMATER/RS dos três municípios da amostra da pesquisa pelas informações e colaboração no trabalho de campo;

Aos colegas do Escritório Regional de Pelotas pelas discussões e colaborações iniciais, em especial ao colega Eng. Agr. José F. Lopes pelo envolvimento no planejamento e execução do trabalho de campo;

Aos colegas Eng. Agr. Cláudio M. Ribeiro, e Zootec. Getúlio A. P. Villela pelas colaborações e informações em diferentes momentos do trabalho;

Aos agricultores familiares das comunidades rurais da amostra e as lideranças municipais que contribuíram com esta pesquisa;

Aos colegas do Mestrado pelo companheirismo e amizade;

Aos professores e funcionários do DEAER/CPGExR;

À colega Johanna G. H. de Aragão pelo apoio administrativo no Programa de Pós-Graduação da ASCAR-EMATER/RS, ao qual estive vinculado;

Aos familiares e amigos que sempre apoiaram, mesmo à distância.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	xii
LISTA DE QUADROS.....	xiii
LISTA DE GRÁFICOS.....	xv
LISTA DE FIGURAS.....	xvi
SIGLAS E ABREVIATURAS.....	xvii
LISTA DE ANEXOS.....	xix
RESUMO.....	xx
ABSTRACT.....	xxii
INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I – CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO.....	07
1.1. A evolução do conceito de capital social.....	07
1.2. O capital social e desenvolvimento.....	09
1.3. Tipos e dimensões do capital social.....	15
1.4. A formação de capital social.....	30
1.5. Considerações finais.....	43
CAPÍTULO II – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E PRECURSORES DE CAPITAL SOCIAL NO TERRITÓRIO DA PESQUISA.....	47
2.1. As Áreas Piloto como projeto de desenvolvimento rural.....	47
2.2. Procedimentos metodológicos.....	56
2.2.1. Investigação da qualidade da ação extensionista do Projeto Área Piloto.....	57
2.2.2. Avaliação, identificação e mensuração da evolução dos tipos, elementos e dimensões do capital social em comunidades rurais do Projeto Área Piloto.....	58
2.2.3. Investigação da influência da ação extensionista no incremento do capital social no contexto do Projeto Área Piloto.....	59
2.2.4. Procedimentos e critérios utilizados para seleção das comunidades.....	59
2.2.5. Descrição dos instrumentos metodológicos utilizados.....	60
2.3. Os precursores de capital social no território do Projeto Área Piloto.....	69
2.3.1. Trajetória histórica das relações políticas no contexto nacional.....	69
2.3.2. O processo de formação da sociedade e os precursores de capital social no contexto regional.....	71

CAPÍTULO III – FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL EM COMUNIDADES RURAIS NO PROJETO ÁREA PILOTO.....	84
3.1. Caracterização do processo de formação de capital social no Carro Quebrado – Município de Pinheiro Machado-RS.....	84
3.1.1. História de formação da comunidade Carro Quebrado e os precursores de capital social.....	84
3.1.2. História de intervenção extensionista no Carro Quebrado.....	87
3.1.3. Avaliação da qualidade da ação extensionista.....	91
3.1.3.1. A evolução da organização comunitária.....	91
3.1.3.2. A dinâmica participativa.....	93
3.1.3.3. As habilidades e capacidades das pessoas e os espaços participativos.....	97
3.1.3.4. A evolução do potencial sinérgico.....	99
3.1.3.5. A defesa das conquistas.....	103
3.1.3.6. A questão da inclusividade nos benefícios do projeto.....	104
3.1.3.7. Síntese avaliativa da ação extensionista na formação de capital social.....	105
3.1.4. A evolução de capital social no Carro Quebrado – medição com base no modelo analítico de Castilhos.....	105
3.1.5. Ação extensionista, formação de capital social e desenvolvimento.....	110
3.1.6. Visão sobre a comunidade antes e depois do trabalho de campo da pesquisa..	116
3.2. Caracterização do processo de formação de capital social no Rincão dos Barbosas/Pereiras – Município de Santana da Boa Vista-RS.....	117
3.2.1. História de formação da comunidade Rincão dos Barbosas/Pereiras e os precursores do capital social.....	117
3.2.2. História de intervenção extensionista no Rincão dos Barbosas/Pereiras.....	121
3.2.3. Avaliação da qualidade da ação extensionista.....	125
3.2.3.1. A evolução da organização comunitária.....	125
3.2.3.2. A dinâmica participativa.....	129
3.2.3.3. As habilidades e capacidades das pessoas e os espaços participativos.....	134
3.2.3.4. A evolução do potencial sinérgico.....	136
3.2.3.5. A defesa das conquistas.....	142
3.2.3.6. A questão da inclusividade nos benefícios do projeto.....	144

3.2.3.7. Síntese avaliativa da ação extensionista na formação de capital social.....	145
3.2.4. A evolução de capital social no Rincão dos Barbosas/Pereiras – medição com base no modelo analítico de Castilhos.....	145
3.2.5. Ação extensionista, formação de capital social e desenvolvimento.....	151
3.2.6. Visão sobre a comunidade antes e depois do trabalho de campo da pesquisa..	157
3.3. Caracterização do processo de formação de capital social no Rincão Salete – Município de Caçapava do Sul-RS.....	158
3.3.1. História de formação da comunidade Rincão Salete e os precursores do capital social.....	158
3.3.2. História de intervenção extensionista no Rincão Salete.....	163
3.3.3. Avaliação da qualidade da ação extensionista.....	166
3.3.3.1. A evolução da organização comunitária.....	166
3.3.3.2. A dinâmica participativa.....	170
3.3.3.3. As habilidades e capacidades das pessoas e os espaços participativos.....	173
3.3.3.4. A evolução do potencial sinérgico.....	175
3.3.3.5. A defesa das conquistas.....	179
3.3.3.6. A questão da inclusividade nos benefícios do projeto.....	180
3.3.3.7. Síntese avaliativa da ação extensionista na formação de capital social.....	182
3.3.4. A evolução de capital social no Rincão Salete – medição com base no modelo analítico de Castilhos.....	183
3.3.5. Ação extensionista, formação de capital social e desenvolvimento.....	187
3.3.6. Visão sobre a comunidade antes e depois do trabalho de campo da pesquisa..	192
CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	196
4.1. Revendo as evidências de precursores do capital social na região da pesquisa...	196

4.2. Verificação da qualidade da ação extensionista no Projeto Área Piloto.....	197
4.2.1. Promoção da participação.....	197
4.2.2. Capacitação e habilitação das pessoas e criação dos espaços participativos....	200
4.2.3. Defesa das conquistas.....	201
4.2.4. Potencialização de sinergias.....	202
4.2.5. Inclusividade nos benefícios do Projeto Área Piloto.....	206
4.2.6. Posicionamento da ação extensionista no “ <i>continuum</i> ” da formação do capital social.....	207
4.3. Transformações na ação extensionista e a formação do capital social.....	209
4.4. Avaliação, identificação e mensuração da evolução dos elementos de capital social em comunidades rurais do Projeto Área Piloto.....	211
4.5. Influência da ação extensionista na evolução de capital social.....	214
4.6. Relação entre capital social e desenvolvimento.....	221
V- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	229
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	232
ANEXOS.....	

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Estimativa do Índice de Desenvolvimento Social-1991, e IDESE-2000 no Rio grande do Sul, na Metade Sul e nos municípios da Área Piloto.....	53
TABELA 02 - Classificação do nível de estoque dos elementos de análise de capital social nas comunidades.....	66
TABELA 03 - Medição dos elementos de capital social em 1993 e 2003 na comunidade do Carro Quebrado – Pinheiro Machado-RS.....	106
TABELA 04 - Medição dos elementos de capital social em 1993 e 2003 na comunidade do Rincão dos Barbosas/Pereiras – Santana da Boa Vista-RS.....	146
TABELA 05 - Medição dos elementos de capital social em 1993 e 2003 na comunidade do Rincão Salete – Caçapava do Sul-RS.....	183
TABELA 06 - Comparativo da evolução percentual de capital social nas comunidades trabalhadas.....	213

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - Tipos e dimensões do capital social, segundo Castilhos (2002).	27/64
QUADRO 02 - Uma tipologia da participação: como as pessoas participam ou poderiam participar em programas e projetos de desenvolvimento.....	41
QUADRO 03 - Itens utilizados na escala de medição para avaliação da evolução do capital social e os enquadramentos respectivos nos seis elementos do modelo síntese apresentado por Castilhos (2002).....	65
QUADRO 04 - História de organização comunitária do Carro Quebrado – Pinheiro Machado-RS.....	92
QUADRO 05 - Comparativo da realidade passada (1993) e atual (2003) na comunidade do Carro Quebrado – Pinheiro Machado-RS.....	115
QUADRO 06 - História de organização comunitária do Rincão dos Barbosas/Pereiras – Santana da Boa Vista-RS.....	128
QUADRO 07 - Comparativo da realidade passada (1993) e atual (2003) na comunidade do Rincão dos Barbosas/Pereiras – Santana da Boa Vista-RS.....	155
QUADRO 08 - História de organização comunitária do Rincão Salete – Caçapava do Sul-RS.....	167
QUADRO 09 - Comparativo da realidade passada (1993) e atual (2003) na comunidade do Rincão Salete – Caçapava do Sul-RS.....	191
QUADRO 10 - Síntese do contexto local das três comunidades em 1993.....	197
QUADRO 11 - Avaliação dos critérios da ação extensionista formadora de capital social praticada nas três comunidades rurais.....	211

QUADRO 12 - Percepção dos agricultores das três comunidades quanto a principal conquista, fatores impulsionadores e resultado do trabalho participativo.....	216
QUADRO 13 - Intensidades observadas nos avanços sócio-econômicos das comunidades no período 1993-2003.....	224

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - Avanços percentuais nos elementos de capital social na comunidade do Carro Quebrado – Pinheiro Machado-RS.....	108
GRÁFICO 02 - Avanços percentuais nos elementos de capital social na comunidade do Rincão dos Barbosas/Pereiras – Santana da Boa Vista-RS.....	148
GRÁFICO 03 - Avanços percentuais nos elementos de capital social na comunidade do Rincão Salete – Caçapava do Sul-RS.....	185

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 - Representação esquemática dos “ <i>continuums</i> ” da participação e da ação extensionista.....	43
FIGURA 02 - Localização dos quatro municípios constituintes da área fisiográfica do Projeto Área Piloto no Rio Grande do Sul.....	51
FIGURA 03 - Relação dos instrumentos de coleta com os objetivos da pesquisa..	61
FIGURA 04 - Percepção dos grupos de trabalho sobre a principal conquista do Carro Quebrado e os três principais fatores que contribuíram para essa conquista.	110
FIGURA 05 - Esquema do impacto do trabalho dos técnicos na comunidade do Carro Quebrado – Pinheiro Machado-RS.....	112
FIGURA 06 - Percepção dos grupos de trabalho sobre a principal conquista do Rincão dos Barbosas/Pereiras e os três principais fatores que contribuíram para essa conquista.....	150
FIGURA 07 - Esquema do impacto do trabalho dos técnicos na comunidade do Rincão dos Barbosas/Pereiras – Santana da Boa Vista-RS.....	151
FIGURA 08 - Percepção dos grupos de trabalho sobre a principal conquista do Rincão Salete e os três principais fatores que contribuíram para essa conquista....	186
FIGURA 09 - Esquema do impacto do trabalho dos técnicos na comunidade do Rincão Salete – Caçapava do Sul-RS.....	187
FIGURA 10 - Representação esquemática da intensidade da participação no Projeto Área Piloto.....	197
FIGURA 11- Representação esquemática do processo de transição da ação extensionista no Projeto Área Piloto.....	206

SIGLAS E ABREVIATURAS

AP	Projeto Área Piloto
ASCAR	Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
BR	Brasil
CBIA	Centro Brasileiro da Infância e Adolescência
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
CMPAA	Conselho Municipal de Política Agrícola e Agrária de Santana da Boa Vista
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODEFRON	Conselho de Desenvolvimento de Paulo Frontim – Município do Estado do Paraná
COFESUL	Cooperativa de Feijão de Caçapava do Sul
CONDER	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural de Pinheiro Machado
COODER	Cooperativa de Desenvolvimento Rural do Rio Camaquã
CQ	Comunidade Rural do Carro Quebrado
COREDEs	Conselhos Regionais de Desenvolvimento do RS
COTRISUL	Cooperativa Triticola de Caçapava do Sul
CRENOR	Cooperativa de Crédito
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
CTM	Comissão Técnica Municipal de Pinheiro Machado
DRP	Diagnóstico Rural Participativo
DTR	Desenvolvimento Territorial Rural

EMATER	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FEE	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
FEPAGRO	Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária
FIS	Fundo de Investimento Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESE	Índice de Desenvolvimento Sócio-Econômico
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LBA	Legião Brasileira de Assistência
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
NEAD	Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAE	Plano de Ação Estratégica
PMDR	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PROZACHI	Programa de Apoyo a los Pequeños Productores de Zacapa y Chiquimula
PSF	Programa de Saúde Familiar
RBP	Comunidade Rural do Rincão dos Barbosas/Pereiras
RSal	Comunidade Rural do Rincão Salete
RS	Estado do Rio Grande do Sul
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial ligada ao MDA
SER	Secretaria Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
SIBRATER	Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UAR	União das Associações Rurais

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Relação dos informantes-chave

ANEXO B - Roteiro das entrevistas diretivas para técnicos e agricultores

ANEXO C - Relação dos sujeitos-tipo

ANEXO D - Escala de medição da evolução do capital social

ANEXO E - Pergunta fechada de múltipla escolha sobre tipos de participação

ANEXO F - Fotos do trabalho de campo

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

AÇÃO EXTENSIONISTA E FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL NO PROJETO ÁREA PILOTO – RS

Autor: Marcelo Porto Nicola

Orientador: Vivien Diesel

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 22 de abril de 2004.

Os Projetos Área Piloto foram implantados no início da década de 90, constituindo-se num marco referencial inovador para a intervenção da extensão e da pesquisa agropecuária no desenvolvimento rural brasileiro. Na Serra do Sudeste do RS, desde 1994, a extensão rural oficial, juntamente com os parceiros tradicionais de trabalho, vem conduzindo uma experiência de desenvolvimento regional participativo com base nessa nova concepção de política pública. Passados quase dez anos de implantação dessa experiência pioneira, cobram-se estudos avaliativos de sua real capacidade em promover o desenvolvimento, fundamentado a partir de processos participativos e mobilização do tecido social. O presente trabalho apresenta um estudo avaliativo da influência da ação extensionista no processo de evolução do capital social em três comunidades rurais inseridas no Projeto Área Piloto do RS. Seus objetivos específicos são: avaliar, identificar e mensurar a evolução do capital social, em comunidades rurais, num período de dez anos do Projeto Área Piloto; investigar a influência da ação extensionista nessa evolução do capital social; e investigar a qualidade da ação extensionista com base num posicionamento referente à intensidade do processo participativo em prática e a capacidade dessa ação em formar capital social. Utilizando-se diferentes procedimentos de coleta de dados, como revisão bibliográfica; análise dos dados secundários; entrevistas guiadas/diretivas com informantes-chave; escala de medição da evolução do capital social; reuniões nas comunidades rurais com utilização da técnica participativa de trabalho com grupos (visualização móvel); e uma questão fechada de múltipla escolha sobre participação, captou-se uma percepção diversificada dos agricultores familiares (homens, mulheres, jovens, idosos, pobres, ricos, etc) sobre o processo de desenvolvimento proporcionado pelo Projeto Área Piloto. A análise dos dados foi conduzida levando-se em conta o procedimento complementar da triangulação. Destaca-se na condução desse trabalho a diversidade de instrumentos de coleta de dados utilizados, e a valorização conferida a percepção da base comunitária e dos agricultores familiares, que são os beneficiários finais do projeto, sem desconsiderar, contudo, as visões dos agentes de desenvolvimento e do pesquisador. O trabalho tem a pretensão de contribuir nos esforços que têm sido empreendidos para concepção de métodos de monitoramento e avaliação da ação

dos agentes no ‘novo modelo de extensão rural’. O estudo evidenciou que houve significativa evolução do capital social nas comunidades rurais; que a ação extensionista ainda apresenta-se com influência variável no processo de formação do capital social, desde fraca até intensa; e que essa ação extensionista pode ser localizada numa posição intermediária no “*continuum*” que vai da ação de intervenção tradicional até a ação de intervenção formadora de capital social. Apesar da posição intermediária, o trabalho conclui que a ação extensionista no Projeto Área Piloto tende e vem evoluindo em direção à ação de intervenção formadora de capital social.

ABSTRACT

Master's dissertation
Post-graduation in Rural Extension
Federal University of Santa Maria, RS, Brazil

**EXTENSIONIST ACTION AND FORMATION OF THE
SOCIAL CAPITAL IN THE PILOT AREA PROJECT – RS**

Author: Marcelo Porto Nicola

Mastermind: Vivien Diesel

Date and local of presentation: Santa Maria, Abril 22th, 2004

The Pilot Area Projects were implanted in the beginning of the 90th, becoming a referential and innovator mark for the intervention of the extension and of the agricultural research in the Brazilian rural development. In the highlands of the southeast of RS, since 1994, the official rural extension with traditional partner workers has conducted an experience of regional and participatory development founding in the new conception of public policy. Passed almost ten years from the implantation of this pioneer experience, it has been noticed a lack of evaluative studies about its real capacity in promoting development, grounding in participatory processes and mobilization of the society. The present paper shows an evaluative study of the influence of the extensionist action in the process of evolution of the social capital in three rural communities that belong to the Pilot Area Project of RS. Its specific aims are: to evaluate, identify and measure the evolution of the social capital; investigate the influence of extensionist action in this evolution of the social capital; and to investigate the quality of this action with basis in a position referent to the intensity of the practiced participatory process and the capacity of this action in creating social capital. By using different procedures of data collecting, such as bibliographic review, analysis of secondary data, guided/directive interviews with key-informants, scale of measure of the evolution of social capital, meetings in the rural communities by the use of the participatory technique of working with groups (mobil visualization), and a closed multiple choice question about participation, it could be collected a diversity of perception of the familiar agriculturists (men, women, young and old people, poor and rich ones, etc.) about the development process given by the Pilot Area Project. The analysis of the data was conducted considering the complementary procedure of triangulation. In the following of this paper, it was marked the diversity of instruments of data collecting used and the valorization given to the perception of the community base and the familiar agriculturists that are the final beneficiaries of the project, considering, however, the visions of the development agents and of the researcher. This paper aims to contribute in the effort that has been given to the conception of methods of monitoring and evaluation of the action of the agents in the "new model of rural extension". This study showed that there was significant evolution of the social capital in the rural communities; that the extensionist action still has variable influence in the process of formation of the social capital, from a weak to an intense variability, and that this extensionist

action can be located in an intermediate position of the *continuum* that goes from the tradition intervention action to the intervention action that forms the social capital. Despite the intermediate position, this study concludes that the extensionist action in the Pilot Area Project tends to and keeps its evolution in the direction of the intervention action that forms the social capital.

INTRODUÇÃO

A história política da sociedade brasileira se configura fundamentalmente por sua base oligárquica-patrimonialista, onde a ‘política do favor’ está instituída na relação entre segmentos populares e Estado, elites e Estado, e entre segmentos populares e elites, fazendo com que, ao menos para a maior parte da população, a diferença entre ‘direito cidadão’ e ‘favor concedido’ seja pouco percebida.

Tal trajetória histórica jogou mais contra do que a favor à disseminação de relações sociais horizontais, estabelecidas entre atores com posição e poder equivalentes, ricas em confiança e cooperação, e as políticas públicas originadas neste contexto foram, via de regra, favorecedoras das elites ligadas a propriedade da terra e ao capital, em detrimento dos majoritários segmentos populares. Ou seja, as políticas públicas foram historicamente excludentes e fracas em ações distributivas, contribuindo para o estágio atual de desenvolvimento do país, marcado por intensos contrastes, relações sócio-políticas arcaicas e pobreza.

Contudo, na segunda metade da década passada e o início dos anos 2000, verificam-se alguns sinais de alento na evolução política brasileira, com intensificação do processo de democratização e a implementação de políticas públicas baseadas em equidade. Ainda assim, há necessidade de inúmeros avanços nesses temas, para que se possa identificar o desenvolvimento brasileiro como realmente amplo, igualitário e consistente. Diversos autores argumentam que a história oligárquica-patrimonialista arraigou condutas e posturas, nas pessoas em geral e na elite política, que prejudicam o desenvolvimento mais rápido e intenso do processo democrático em todos os níveis.

Na década de 90, influenciada por intensas transformações econômicas, políticas, culturais, tecnológicas, organizacionais, sociais e ambientais, nos âmbitos global e local, modifica-se o paradigma de concepção das propostas de desenvolvimento dos países, de desenvolvimento rural e de desenvolvimento agrícola.

Essas profundas mudanças que atingem todas as sociedades, apesar da intensidade variada, fazem surgir no meio rural a compreensão de uma ‘nova

ruralidade’, e conseqüentemente, levam a constatação de que as estratégias tradicionais e seus instrumentos técnico-metodológicos associados são incapazes de conceber, implantar e levar adiante propostas realmente amplas, inclusivas, efetivas, e sustentáveis de desenvolvimento.

As concepções de desenvolvimento rural no novo paradigma têm diversos aspectos consensuais. Entre essas questões convergentes, salienta-se a concepção multisetorial de desenvolvimento em uma base territorial, em detrimento da tradicional visão setorial do rural; e o peso dado à participação e organização das sociedades locais para o sucesso das propostas, a fim de satisfazer a crescente noção de endogenização do desenvolvimento, além da satisfação da premissa de democratização das relações sociais como direito de cidadania.

É nesse contexto de mudanças que surgem as noções de desenvolvimento territorial rural, desenvolvimento local sustentável, e capital social, entendido como as normas e redes sociais que permitem a ação coletiva. Tais termos têm experimentado uma crescente presença na literatura atual sobre desenvolvimento rural, o que os leva, fruto do debate, a uma evolução constante na capacidade de compreensão das inquietudes que afligem a sociedade moderna quanto ao futuro sustentável, e a real complexidade do desenvolvimento.

No Brasil, em 1990, com a justificativa original de melhorar a eficiência dos processos de criação e difusão de tecnologias, o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural é assumido, por decreto presidencial, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

O contexto constitucional dessa época, marcado pela reforma do Estado e descentralização, faz com que novos arranjos institucionais sejam propostos, visando à efetividade das ações da pesquisa e da extensão rural em busca do desenvolvimento territorial sustentável. Uma das ações nesse sentido foram os ‘Projetos Área Piloto’, constituindo-se, no início dos anos 90, como um marco inovador no formato das políticas públicas de intervenção para o desenvolvimento rural.

Na Serra do Sudeste do RS, local dessa pesquisa, a extensão rural oficial, juntamente com os parceiros tradicionais de trabalho, mobiliza esforços para

concretização de um Projeto Área Piloto, a partir do reconhecimento, sob a influência de condicionantes mais amplos (globalização, neoliberalismo, descentralização e reforma do Estado), de que as abordagens tradicionais, até então incidentes, eram incapazes de efetivar o desenvolvimento amplo e inclusivo.

Assim, em 1994, o Projeto Área Piloto no RS foi implantado, a partir da assinatura do termo de cooperação celebrado entre Ministério da Agricultura, Governo do Estado e os municípios de Caçapava do Sul, Lavras do Sul, Pinheiro Machado, e Santana da Boa Vista, tendo como intervenientes a EMBRAPA, EMATER/RS e FEPAGRO. O Projeto Área Piloto do RS foi concretizado com a intenção de responder aos anseios das instituições de desenvolvimento e sociedade por uma forma diferenciada de trabalho, na direção do desenvolvimento participativo, centrado no produtor, com integração microrregional, e tendo como pilares básicos à participação, a organização, a parceria e a municipalização.

A extensão rural gaúcha, nessa mesma década, reorienta suas ações a fim de se adaptar a realidade que se modifica, verificando-se entre outras coisas um processo gradativo de mudança na postura dos extensionistas, de exclusivos transferidores de tecnologia para facilitadores que trabalham de forma participativa com grupos de agricultores, com uma visão mais abrangente de desenvolvimento, mais além das questões tecnológicas e produtivas.

Entretanto, passados mais de dez anos dessa reorientação da extensão rural oficial do RS, cobram-se ações avaliativas da real capacidade transformadora das propostas de desenvolvimento territorial sustentável, com base em processos participativos e de mobilização do tecido social, ou em outras palavras, cobram-se estudos avaliativos de experiências em prática no ‘novo modelo de Extensão Rural’.

Nesse sentido, o presente trabalho de pesquisa reveste-se de importância, à medida que pretende avaliar os resultados da intervenção extensionista em condicionantes do desenvolvimento territorial sustentável, mais especificamente no que tange ao capital social e seu processo de formação, nos locais onde estão incidindo as ações do Projeto Área Piloto da Serra do Sudeste do RS. A pesquisa dedica especial atenção na verificação da influência da ação extensionista na

evolução do capital social e, em conseqüência, no desenvolvimento, e se essa formação do capital social tem se processado em sua plenitude. As unidades de análise da pesquisa são três comunidades rurais localizadas em municípios integrantes do Projeto Área Piloto do RS, valorizando, desta forma, e em grande medida, a percepção das bases comunitárias dos beneficiários finais a respeito de todo o processo de desenvolvimento participativo que incide mais diretamente no dia-a-dia dos agricultores familiares. As percepções do pesquisador e também dos agentes de desenvolvimento são contrapostas à visão das comunidades com a intenção de verificar os dados coletados majoritariamente dos beneficiários finais.

As hipóteses enunciadas a partir dos problemas levantados para estudo são de que houve uma evolução significativa de diferentes elementos, tipos, e dimensões de capital social nas comunidades rurais estudadas; e que as ações extensionistas do Projeto Área Piloto influenciaram muito nessa evolução significativa do capital social. Entretanto, a ação extensionista na Área Piloto do RS ainda está num estágio de transição de uma prática tradicional para uma prática mais participativa, preocupada com a formação de capital social no território do projeto.

Assim, em decorrência dessas hipóteses, os objetivos específicos da pesquisa foram estabelecidos da seguinte forma:

i-avaliar, identificar e mensurar a evolução dos tipos, elementos e dimensões do capital social, em comunidades rurais, num período de dez anos de ação extensionista do Projeto Área Piloto;

ii-investigar a influência da ação extensionista no incremento do capital social em comunidades rurais, no contexto do Projeto Área Piloto; e

iii-investigar a qualidade da ação extensionista do Projeto Área Piloto com base num posicionamento referente à intensidade do processo participativo em prática e a capacidade dessa ação em formar capital social.

Tendo em vista que o trabalho se insere nos esforços de avaliação da prática de novas estratégias de intervenção, em sua capacidade de formar capital social, o capítulo I aborda o tema do capital social como um recurso produtivo e um condicionante para o desenvolvimento, apresenta sua evolução conceitual,

seus tipos e dimensões, sua formação, e a importância das práticas participativas para esse processo de formação. No capítulo I apresenta-se também qual a concepção do termo capital social é priorizada pela pesquisa, em função da sua capacidade de melhor compreensão de uma proposta de desenvolvimento territorial sustentável. Além disso, registra-se qual a perspectiva do capital social é valorizada para avaliação dos resultados em desenvolvimento, pelo fato de ser aquela que entende com maior complexidade os aspectos que conferem efetividade às propostas.

O capítulo II apresenta os precursores do capital social no território da pesquisa, a descrição do Projeto Área Piloto com seus antecedentes e concepções, a maneira como os projetos tradicionais intervinham naquela realidade e relaciona os procedimentos metodológicos adotados.

O capítulo III tem como foco central à descrição do processo de formação do capital social nas comunidades rurais do Projeto Área Piloto. Na descrição das três comunidades rurais da amostra, segue-se uma estrutura de apresentação intimamente relacionada com a verificação das hipóteses enunciadas. Primeiramente são apresentadas as histórias de formação das comunidades e identificados os precursores de capital social. Num segundo momento a apresentação das comunidades é orientada para avaliar a qualidade da ação extensionista em formar capital social com base nos aspectos considerados fundamentais por essa pesquisa para definir uma ação extensionista formadora de capital social. A avaliação será efetivada, na medida em que o conjunto de dados recolhidos e analisados permita ao pesquisador situar a ação extensionista no “*continuum*” que vai da ação tradicional até a ação formadora de capital social, e permita situar a prática participativa, mais comumente observada entre atores sociais do Projeto Área Piloto, no “*continuum*” que vai da participação menos intensa (manipulada) até a participação mais intensa (automobilização). Em seguida, com base na história de evolução da organização comunitária, na aplicação da escala de medição da evolução do capital social, e na confrontação dos resultados dessa escala de medição com os dados de outras fontes, verifica-se a evolução dos diferentes tipos, elementos e dimensões do capital social, num

período de dez anos (1993-2003) em cada comunidade. Por fim, a apresentação dos dados é orientada a identificar a intensidade de influência da ação extensionista na evolução do capital social e noutros resultados obtidos em desenvolvimento.

No capítulo IV é apresentada a discussão dos dados, sendo abordadas, comparativamente, as questões que estão regularmente presentes na realidade das três comunidades, tanto avanços quanto limites, relativas à implantação do Projeto Área Piloto. As discussões empreendidas procuram explicações para os avanços nos estoques de capital social, para a influência da ação extensionista, e para identificar quais características dessa ação foram importantes para a evolução do capital social. Enfim, o capítulo IV é desenvolvido com a intenção de analisar as evidências para aceitação ou rejeição das hipóteses enunciadas, e em seguida são feitas às considerações finais da pesquisa.

CAPÍTULO I – CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO

1.1. A evolução do conceito de capital social

Os pressupostos do novo paradigma do desenvolvimento¹, em geral, e a noção do enfoque territorial rural², em especial, requerem, entre outras coisas, a convocação da diversidade dos agentes sociais do território, criando espaços e dando condições a que os segmentos pobres se representem e se organizem, proporcionando-lhes pontes, vinculando-os a agentes externos; além da constituição de uma complexa arquitetura institucional.

Para tanto, diante desses desafios, as abordagens participativas têm sido priorizadas, recorrentemente, como instrumentos adequados e auxiliares na satisfação das distintas etapas que compõem uma política pública baseada nesse novo paradigma, desde o desenho da proposta até avaliação dos resultados, pelas capacidades próprias de induzir a interação social, a ação coletiva, o aprendizado das experiências e a promoção gradual do processo de fortalecimento de precursores do capital social³.

Neste contexto, ressurgiu, nos anos 90, a atenção dispensada às dimensões social e institucional do desenvolvimento econômico. Uma série de publicações de autores renomados em diferentes áreas do conhecimento (sociologia, economia e ciência política) reavivou o interesse por esses temas longamente negligenciados. Woolcock (1999, 2002) informa que em economia, North argumentou que instituições formais e informais foram cruciais para o entendimento da performance econômica; em ciência política, Putnam mostrou que a densidade e a esfera de ação das associações cívicas locais são fundamentais para difusão de informações, confiança social e desempenho das instituições. Wade e Ostrom delinearão a importância de relações sociais e instituições locais na manutenção de recursos disponíveis aos pobres; em sociologia, Evans

¹Consultar principalmente Navarro (2001); Buarque (2002); Boisier (2000, 2003); Sen (2000); Veiga (2000, 2001);. Ver também Petersen e Romano (1999); Becker (2000); CMMAD (1988); Mussoi (2000).

²Consultar principalmente Schejtman e Berdegué (2003). Ver também Buarque (2002); Abramovay (2000, 2002); Vilela (2002); Sabourin (2002); Wanderley (2002).

demonstrou que as características do estado em ser “impulsionador de desenvolvimento” ou “predatório” foram dependentes das capacidades de suas instituições públicas e da natureza das relações estado-sociedade.

No final da década passada, a literatura que trata do papel das instituições⁴, organizações comunitárias e as relações sinérgicas no desenvolvimento, inspirada por esses trabalhos, começou a se aglutinar sob o termo capital social.

Deste modo, a teoria sobre capital social apresenta-se como um paradigma emergente que pretende ser uma teoria unificada que integra conceitos de diversos campos, como reciprocidade⁵, redes sociais, o desenvolvimento participativo e a governabilidade.

Para Woolcock (1999, 2001, 2002) e Woolcock e Narayan (2000), a definição do capital social se refere às normas e as redes sociais que permitem a ação coletiva. Pela perspectiva ‘benéfica’ do capital social, as normas dizem respeito à institucionalização de padrões de confiança nas relações sociais e as redes constituem-se em sistemas de vínculos interpessoais de reciprocidade⁶. Conforme Castilhos (2002 p. 09) esses padrões de confiança e conduta estão

³Consultar principalmente Bandeira (2000). Ver também Abramovay (2001); Navarro (2001); Buarque (2002); Veiga (2000, 2001); Schejtman e Berdegú (2003); Dallabrida (2000).

⁴No sentido de North (1966 apud SCHEJTMAN E BERDEGUÉ 2003 p. 3), instituições referem-se a regras, leis, normas, códigos de conduta e convenções que dão forma às interações na sociedade e na economia.

⁵O conceito de reciprocidade é central ao paradigma do capital social. O tratamento antropológico do tema tem se construído sobre a base do clássico *Essai sur le don* de Marcel Mauss (1950). Em ensaio posterior a publicação deste clássico, Mauss assinala que nas sociedades pré-mercantis operam sistemas de intercâmbio baseado em favores (objetos, ajuda, serviços, obséquios) cuja compensação é obrigatória, mas não necessariamente imediata e nem com equivalência precisa. Ele destaca que em ambientes socialmente delimitados e com relações de longo prazo estabelecidas em sucessivos anos passados de interação e com perspectivas de longo prazo, as relações tendem a dar-se num mesmo momento entre as mesmas pessoas e famílias em diferentes contextos e em todas as instituições da vida humana (de caráter religioso, jurídico, étnico, político, familiar, econômico), caracterizando o que Mauss chama de ‘fenômenos totais’ (apud DURSTON, 1999, 2000). Durston (1999) compara as comunidades pré-mercantis às comunidades de agricultores familiares pobres atuais, e conclui, pelos motivos apresentados por Mauss, que reciprocidade é a base das instituições de capital social em contextos como o das comunidades de agricultores familiares.

⁶Apesar deste trabalho privilegiar a definição contida em Woolcock (1999, 2001, 2002) e Woolcock e Narayan (2000), por razões que serão expostas a seguir, se apresentam em seqüência outras definições, contidas em autores fundacionais do tema, como Robert Putnam, e outros que contribuem para a evolução da concepção teórica do capital social.

institucionalizados porque representam acúmulos de práticas sociais culturalmente incorporadas na história das relações em grupos, comunidades ou classes sociais.

Para Durston (1999, 2000), o termo capital social faz referência às normas, instituições e organizações que promovem: a confiança, a ajuda recíproca e a cooperação entre as pessoas, nas comunidades e sociedade em seu conjunto. As normas culturais de confiança e as redes interpessoais de reciprocidade são ‘precuroras’ daquelas instituições, mais complexas e orientadas por normas de bem estar comum, que constituem o capital social comunitário e que emergem destes precursores em nível comunitário ou de sistema social. Para Castilhos (2002 p.09), “a expressão capital social procura dar significado, essencialmente, à importância da ‘presença’ e da ‘qualidade’ das relações sociais para o desencadeamento do processo de desenvolvimento”.

Para Durston (1999), são em meios acadêmicos e também em agências de desenvolvimento onde se dá atualmente o debate sobre capital social, uma vez que se entende que as diferenças e a intensidade do capital social podem condicionar os resultados em desenvolvimento.

1.2. O capital social e desenvolvimento

Para Putnam (2002 p. 177), capital social diz respeito à “características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas”.

Esta proposição de Putnam e de outros autores, que associa o capital social a resultados invariavelmente positivos, incorporando as conseqüências benéficas, em detrimento das prejudiciais, é contestada por alguns autores, como Michael Woolcock, que, com base nesta contraposição, requerem mudança no conceito de capital social. Woolcock (1999, 2001, 2002) e Woolcock e Narayan (2000) definem o capital social, focando nas fontes dele antes que nas conseqüências, “o que ele é” antes que “o que ele faz”, permitindo uma dissociação do capital social de suas conseqüências benéficas. Sem essa distinção, poderia ser argumentado que grupos prósperos são distinguidos pelos densos laços comunitários deles, falhando em considerar que alguns laços poderiam ser obstáculos ao sucesso, em

outra situação, em outro grupo similar (PORTES e LANDOLT, 1996; PORTES 1998 apud WOOLCOCK, 1998, 2002). Woolcock (1998) reconhece o capital social como um fenômeno micro (comunitário) e macro (institucional), ou ambos, e que os laços sociais têm custos, tanto quanto benefícios.

Nesse sentido, o que se argumenta é que as propostas de desenvolvimento devem, obviamente, valorizar e investir em normas e redes que gerem conseqüências positivas, isto é, deve-se buscar a correlação positiva entre capital social e desenvolvimento, combatendo a negativa, aproximando a noção de capital social a de um recurso produtivo.

Diversos autores apresentam experiências e recomendações que evidenciam a possibilidade de estabelecer uma correlação positiva entre capital social e desenvolvimento.

Putnam (2002) entende que, tal como acontece com o capital convencional, os que dispõem de capital social tendem a acumular mais,

Assim como outras formas de capital, o capital social é produtivo, possibilitando a realização de certos objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse [...]. Numa comunidade rural [...] onde um agricultor ajuda o outro a enfardar o seu feno e onde os implementos agrícolas são reciprocamente emprestados, o capital social permite a cada agricultor realizar o seu trabalho com menos capital físico sob a forma de utensílios e equipamento (COLEMAN 1990 p. 302, 304, 307 apud PUTNAM 2002 p. 177).

Abramovay (2000), destaca que as estruturas sociais devem ser vistas como recursos, como um ativo de capital de que os indivíduos podem dispor. Desta forma, o capital social ganha contorno de recurso produtivo, pois possibilita que se construa algo, que se alcancem objetivos que não seriam possíveis na sua ausência. Do mesmo modo, para Durston (1999, 2000), o capital social é um recurso (ou via de acesso a recursos) que, em combinação com outros fatores, permite lograr benefícios a quem o possui.

Uphoff e Wijayaratra (2000) ao estudar os benefícios demonstrados do capital social na produtividade das organizações campesinas de Gal Oya, concluem que houve aumento na produção dos cultivos que pode ser atribuído a ação coletiva de um grupo organizado para gerenciar 'os déficits de abastecimento

de água'. Para os autores (2000) parcela significativa dos acréscimos, na área cultivada/irrigada, na eficiência no uso da água, e na produção dos cultivos se deve a operação do capital social, configurando-o, concretamente, como um recurso produtivo (UPHOFF e WIJAYARATNA, 2000 p. 15).

Para Woolcock (2001, 2002), o capital social tem entrado nos debates recentes sobre performance econômica com a pretensão de constituir um independente, e até o momento sub apreciado, fator de produção⁷. Alguns estudos das ciências do desenvolvimento indicam que o capital social e o capital humano são considerados, em relação ao capital natural e o capital construído⁸, detentores de uma percentagem majoritária do desenvolvimento econômico a partir do final do século XX, e indicam que neles há chaves decisivas do progresso tecnológico, a competitividade, o crescimento sustentável, o bom governo e a estabilidade democrática (KLIKSBURG, 1999 p. 87).

Monastério (2000 b), analisando as relações entre capital social e investimento em capital físico, também sugere o capital social como um recurso. O autor (2000 b p. 08) refere-se a estudos de Knack e Keefer (1997) e Zak e Knack (1998), que apresentam resultados conclusivos que evidenciam que sociedades desiguais e com poucas instituições formais ou informais para combater o oportunismo, apresentam baixas taxas de acumulação de capital físico.

Denardi et. al. (2000), na pesquisa sobre os fatores que afetam o desenvolvimento local⁹ em oito pequenos municípios do Estado do Paraná,

⁷Os economistas clássicos identificaram terra, capital e trabalho como os três fatores básicos que configuram o crescimento econômico. Nos anos 60, economistas neoclássicos introduziram a noção de capital humano, argumentando que a educação, o treinamento e a saúde dos trabalhadores podem determinar como os fatores ortodoxos podem ser utilizados produtivamente (WOOLCOCK 1998, 2001, 2002). Lin (2001 apud WOOLCOCK 2001,2002) assinala que em essência, enquanto o capital humano reside em indivíduos, o capital social reside em relações.

⁸Conforme Kliksberg (1999 p. 87), o Banco Mundial distingue quatro formas básicas de capital: i) o natural - constituído pela dotação de recursos naturais; ii) o construído - gerado pelo ser humano, que inclui infra-estrutura, bens de capital, capital financeiro, comercial, etc; iii) o capital humano - determinado pelos níveis de nutrição, saúde e educação de uma população e; iv) o capital social - descobrimento recente das ciências do desenvolvimento.

⁹Para Boisier (2000), desenvolvimento local é uma modalidade de desenvolvimento que pode tomar forma em territórios de vários tamanhos, mas não em todos. O local só faz sentido quando se mira "de fora" ou "de cima", assim as regiões constituem espaços locais quando o olhar vem do nível de país, do mesmo modo, o estado é local numa visão a partir da região, o município é local a partir da visão de estado e a comunidade é local numa visão a partir do município.

concluem que os três mais importantes conjuntos de condicionantes são, pela ordem: 1-as estruturas sociais de cooperação, isto é, a organização da sociedade local; 2-a qualidade da gestão pública municipal – o planejamento estratégico e participativo, a probidade e a eficiência administrativa; e 3- a localização do município, principalmente em relação a infra-estrutura de transportes, educação e acesso a mercados. Os itens 01 e 02 expressam, de forma direta, a correlação positiva entre capital social e o desenvolvimento nos pequenos municípios paranaenses. Dentre as evidências que referenciam o primeiro item da conclusão, a pesquisa destaca que a sociedade civil é mais forte nos municípios mais desenvolvidos; além do maior número de organizações, há maior diversificação de tipos e formas de intervenção; e a autonomia política e a independência econômica das organizações sociais frente ao poder público configuram-se como aspectos positivos para o desenvolvimento; por sua vez, o clientelismo político e o assistencialismo são fatores inibidores da organização da sociedade civil¹⁰.

O estabelecimento de relação entre capital social e desenvolvimento também tem sido favorecido, a partir da percepção de que a qualidade da participação é um importante condicionante do processo de formação do capital social, que por sua vez é um condicionante do desenvolvimento. Em função disso, diversos autores e instituições enfatizam a participação como elemento

¹⁰Para Denardi, et. al. (2000), os principais fatores potencializadores, em ordem decrescente de importância, para cada um dos quatro municípios considerados mais desenvolvidos, aparecem da seguinte maneira: Município de Coronel Vivida: 1. Boa organização socioeconômica e forte investimento em capital humano. Há grande número de associações comunitárias e produtivas, formando uma rede de organizações sociais; 2. Avanços significativos no processo de gestão social, resultantes tanto de iniciativas do poder público quanto de organizações sociais. Município de Francisco Alves: 1. Gestão democrática, por iniciativa do poder público municipal; Município de Paulo Frontin: 1. Avanços importantes no processo de gestão social, com destaque para o papel exercido pelo CODEFRON; Município de Turvo: 1. Boa organização social, com destaque para o papel de articulação das ONGs e ASCAR-EMATER/RS. Nos quatro municípios da pesquisa, considerados mais desenvolvidos, o trabalho concluiu que “elementos” de intenso capital social são os principais potencializadores da situação de destaque que se encontram. Os outros fatores principais identificados, em ordem decrescente de importância, são a influência positiva do entorno (região), especialmente infra-estrutura de rodovias/transportes, e o quadro natural favorável, solos e topografia. Entre os quatro municípios considerados menos desenvolvidos pela pesquisa, os elementos relacionados com capital social pouco intenso, como por exemplo, fraca organização social, pouco dinamismo e relações clientelistas/autoritárias por parte do poder executivo, estão sempre presentes entre os três fatores restritivos mais importantes que justificam a situação (DENARDI et. al. 2000).

preponderante na constituição de políticas públicas, numa grande diversidade de contextos empíricos.

De acordo com o Banco Mundial (2003), existem implicações suficientemente positivas que justificam a introdução do conceito de capital social nos projetos de desenvolvimento, e dentre estas, são apresentados os benefícios da participação, em experiências empíricas, como segue. Conforme Narayan (1995 apud Banco Mundial 2003), um número crescente de estudos demonstram que a incorporação dos pobres no desenho e na execução dos projetos de desenvolvimento ajuda não só a produzir projetos mais apropriados, mas também assegura que esses projetos estejam mais bem enfocados para beneficiar aqueles que têm maiores necessidades.

Fox (1994 apud EVANS 1996 p. 1125) sentencia que os bons resultados em desenvolvimento, em alguns casos no México, decorreram de um padrão de interação entre iniciativas do estado em políticas sociais e mobilização social. Os três casos estudados trouxeram, como conseqüência, níveis cada vez mais elevados de mobilização popular às comunidades de camponeses, agricultores empobrecidos e demais organizações sociais, proporcionando benefícios como distribuição de crédito e fertilizantes, ação contra fome e outros recursos sociais e econômicos (FOX 1994 apud EVANS p. 1125).

Uphoff e Wijayaratna (2000) afirmam que a introdução da administração participativa do sistema de irrigação em Gal Oya foi fundamental para o sucesso do projeto, envolvendo os agricultores familiares pobres, em sistemas grupais com representantes, para execução de tarefas desde conservação dos canais e cultivo coletivo, até o gerenciamento e controle amplo de todo o sistema organizacional elaborado e complexo.

A análise de Kliksberg (1999 p. 96-97) sobre três experiências latino-americanas, reconhecidamente bem sucedidas e sustentáveis, na promoção do capital social e desenvolvimento, destaca que alguns dos ensinamentos extraídos em comum foram: a importância da participação e gestão democrática; os esforços de mobilização e valorização do capital social e cultura dos grupos; e o cultivo de normas sociais e valores morais, fomentando um estilo de conduta cívica solidária

e atenta ao bem-estar geral. O autor (1999) apresenta os casos da Villa El Salvador, no Peru, das Feiras de Consumo Familiar, na Venezuela, e do Orçamento Participativo de Porto Alegre, no Brasil, concluindo que existem elementos comuns a todos eles, e que têm influenciado significativamente em seus resultados exitosos, como segue,

[...]En los tres casos la base de ese diseño fue la participación organizada de la comunidad. [...] la participación tiene importantes ventajas competitivas sobre los diseños jerárquicos usuales,[...]. Por otra parte, la participación es hoy parte esencial de los modelos de gestión de las organizaciones más avanzadas del mundo.[...] tras la movilización del capital social y la cultura y de los diseños de gestión abierta y democrática, hubo una concepción valórica que fue decisiva [*normas, controle social e valores morais*] (KLIKSBURG 1999 p. 97 acréscimo nosso).

Outro exemplo do aspecto participativo das políticas públicas formadoras de capital social, e, conseqüentemente, bem sucedidas na promoção do desenvolvimento, pode ser extraído da pesquisa desenvolvida em pequenos municípios agropecuários do Estado do Paraná, por Denardi et. al. (2000), vista acima, onde se destacou a importância da sociedade local organizada e a qualidade da gestão pública, ficando evidente que, concepções governamentais democráticas, permeáveis à participação social; planejamento estratégico de prioridades com participação do poder público; PMDRs mais realistas e mais participativos; CMDRs mais representativos, fortes e funcionais; maior número de iniciativas associativas com fins econômicos; integração agroindustrial mais intensa e diversificada; e presença funcional de cooperativas de crédito solidário; foram alguns dos itens que representam ações participativas, solidárias e de gestão democrática que estavam mais intensamente presentes nos quatro municípios considerados mais desenvolvidos da amostra, e influenciando positivamente para esta situação.

Acrescenta-se ainda, com base em Woolcock e Narayan (2000 p. 15), a partir de estudos sobre a qualidade dos serviços prestados por instituições locais em países pobres ou em desenvolvimento, que certas dimensões do capital social – representadas, principalmente, pelas variáveis densidade das associações, sua heterogeneidade e o grau de participação ativa em seu interior - contribuem

significativamente para o bem estar das famílias, ajudando na efetivação desses serviços locais.

Assim, observa-se que as propostas de desenvolvimento no novo paradigma têm se caracterizado pelo aumento da complexidade, necessitando para sua compreensão a interação de disciplinas e a hibridação de saberes, mais além da visão estritamente economicista. Aspectos como viabilidade técnica e econômica não são suficientes para determinar o sucesso de uma intervenção pública de superação da pobreza¹¹. Além desses, devem ser incorporados, no desenho de políticas, aspectos relacionados com questões institucionais, sustentabilidade¹², equidade, ética, transparência, valores democráticos e inclusividade. Com esse sentido, fica evidente que a construção, execução, e acompanhamento de projetos não podem ser levados a diante, exclusivamente, por um ou poucos segmentos sociais, elevando, deste modo, a participação e as metodologias de trabalho apropriadas, ao status de fatores decisivos para o sucesso de políticas públicas.

1.3. Tipos e dimensões do capital social

A discussão a respeito da relação entre capital social e desenvolvimento avança ao distinguir-se seus tipos, elementos, dimensões, e como diferentes

¹¹Para ver sobre características de política pública para superação da pobreza, armadilhas da pobreza, pontos de vista da 'gente de fora', distorções das abordagens tradicionais, etc. consultar Chambers (1995).

¹²Apesar da idéia de sustentabilidade ter nascido da preocupação concernente aos impactos ambientais do modelo de desenvolvimento civilizatório implementado a partir do pós-guerra, a evolução e intensificação dos debates a respeito das estratégias de desenvolvimento rural, para que incorporassem a dimensão ambiental, aprofundaram e ampliaram a sua compreensão, identificando, além dela, outras diferentes dimensões (cultural, social, política, institucional, ecológica), que devem ser consideradas, conjuntamente e inter relacionadas, quando da formulação de propostas, para garantir a sustentabilidade multidimensional. A dimensão ambiental do desenvolvimento rural envolve aspectos como melhoria das condições físicas, químicas e biológicas do solo; utilização e reciclagem de nutrientes; incremento da biodiversidade funcional; redução de uso de recursos naturais não renováveis; proteção de mananciais e qualidade da água; redução das contaminações por agrotóxicos; preservação e recuperação da paisagem natural (CAPORAL e COSTABEBER, 2002). Além da questão tecnológica, as outras dimensões da sustentabilidade se inter-relacionam intimamente com a manutenção e recuperação dos recursos naturais. Desse modo, alívio à pobreza, distribuição de ativos sociais, aumento de renda, valorização de saberes locais, democracia e participação, etc. podem ser (e normalmente são) decisivos para a sustentação de propostas de desenvolvimento local.

combinações entre eles podem, decisivamente, influir no impacto das políticas públicas.

Woolcock (1998 p. 08) argumenta que o crescente uso contemporâneo do termo capital social o fez assumir uma ampla variedade de significados, sendo citado num rápido e crescente número de estudos sociais, políticos e econômicos, mas, infelizmente, com limitada atenção crítica. Essa aplicação indiscriminada do capital social e de outros capitais tem sido pejorativamente identificada como a recente emergência de uma “fartura de capitais” (BARON E HANNAN 1994 apud WOOLCOCK, 1998). Woolcock (1998 p. 08-11) identifica quatro debilidades teóricas que emergem como resultado desse uso indiscriminado do termo: i-um único termo é inadequado para explicar a série de situações presentes na realidade; ii-não se resolve se capital social é uma combinação de laços e normas ligando indivíduos dentro de grandes organizações e entre domínios institucionais, ou o capital social é um “recurso moral” ou “mecanismo cultural” usado para definir e reforçar limites do status de grupos particulares, ou seja, as definições apresentadas confundem “o que ele é” (e seus precursores) com suas conseqüências; iii-capital social pode justificar políticas públicas sociais e relações público-privado, que são contraditórias (p. ex. uma análise empírica a partir da perspectiva do culturalismo ou do neoinstitucionalismo “justifica tudo”, mas se contradiz), oferecendo também medidas contraditórias para a obtenção dele; e iv-muitas discussões sobre capital social proclamam que ele é uma coisa “boa” intangível que precisa ser sempre maximizada, sem considerar que o capital social também tem um “lado ruim”.

Frente a estas debilidades teóricas, Woolcock (1998 p. 13) argumenta que parte deste processo de destituição do termo pode talvez ser resolvida pela compreensão de que existem tipos, níveis e dimensões de capital social. Para o mesmo autor (1998), é necessário compreender que diferentes performances em desenvolvimento resultam de diferentes combinações dessas dimensões, e diferentes condicionantes empíricos podem fortalecer ou enfraquecer combinações favoráveis. A solução dessas debilidades, conforme Woolcock (1998 p. 13), passa pelo entendimento dinâmico do conceito de capital social.

Essas debilidades teóricas parecem constituir uma preocupação recorrente entre os estudiosos do capital social, e diversos esforços têm sido dispensados com o intuito de superá-las. Conforme Stiglitz (2000 apud MONASTÉRIO 2000 a p. 03), o termo ainda apresenta-se como um conceito em formação, com uma diversidade de interpretações em função dos inúmeros objetivos que se tomam nas pesquisas. Um exemplo destes esforços pode ser observado em Seralgedin e Grootaert (2000 apud MONASTÉRIO 2000 a, 2000 b, 2000 c) ao identificarem três grupos de definição do termo capital social, assim distinguidos: i- o grupo de Putnam e as associações horizontais; entende que as associações envolvem hábitos cívicos, confiança e um espírito de cooperação que fortalecem as interações positivas, que por sua vez, num processo de retroalimentação positivo, favorecem a propagação destes valores cívicos. Mesmo as associações com pouca relação direta com a atividade econômica, como clubes de futebol ou grupos de canto, compõem o capital social, pois reforçam as interações cooperativas na sociedade, entre pessoas de mesma posição social e mesmo poder, refletindo nos resultados em desenvolvimento; ii- o grupo, de Granovetter, Coleman e as redes sociais, propõem uma abordagem chamada “*embeddedness*”, que percebe as ações econômicas dos agentes como ‘inseridas’ numa rede de relações sociais. Granovetter (1995 apud MONASTÉRIO 2000 a, 2000 b, 2000 c) ainda sem referir o termo capital social, salienta o potencial que essas redes têm para promover confiança, e que o estudo da organização da atividade econômica, deve ser efetuado a partir da análise concreta de redes sociais. James Coleman segue linha de pensamento próxima de Granovetter e introduz o termo capital social, com uma definição mais ampla e complexa que Putnam, incluindo todas as maneiras através das quais as relações sociais podem contribuir para a produção; por fim, iii- o grupo do capital social como ambiente institucional considera os ambientes político e social - que contribuem à eficiência produtiva - como componentes do capital social. Inclui, portanto, a qualidade do governo, do sistema jurídico, a garantia de liberdades políticas, civis dos indivíduos e o estado de direito.

Com intenção semelhante, Woolcock e Narayan (2000 p. 05-14) apresentam o capital social, no campo do desenvolvimento econômico, com quatro perspectivas, a visão comunitária; a visão de redes; a visão institucional; e a visão sinérgica; que podem ser assim resumidas: i- a visão comunitária identifica o capital social como uma variável independente, relacionada com organizações locais, como clubes, associações e grupos cívicos. Os comunitários sustentam que o capital social é inerentemente bom, que quanto mais melhor e que, por consequência, sua presença tem sempre um efeito positivo no bem estar e desempenho de uma comunidade; ii- a visão de redes destaca que as associações horizontais e as associações verticais são importantes, e reforça a importância das relações sociais que se dão dentro de comunidades e empresas. Essa visão enfatiza ambos, os laços fortes intracomunitários e os laços fracos extracomunitários, e trata o capital social como uma variável independente; iii- a visão institucional sustenta que a vitalidade das redes comunitárias e a sociedade civil são, em grande medida, o resultado de um contexto mais amplo, político, legal e institucional.

Enquanto as duas primeiras visões, comunitária e de redes, tendem a tratar o capital social como variável independente que influencia diversos resultados em desenvolvimento, tanto bons como ruins, o enfoque institucional o vê como uma variável dependente.

Por último, iv- a visão sinérgica procura integrar o desafiante trabalho proveniente dos âmbitos institucional e de redes. Os estudiosos desta perspectiva examinaram experiências de países em desenvolvimento em busca das condições que estimulam sinergias de desenvolvimento, alianças profissionais dinâmicas, relações entre e dentro de burocracias estatais e diversos atores da sociedade civil.

Estes estudos, embasados pelo enfoque sinérgico, destacam três grandes conclusões (WOOLCOCK e NARAYAN 2000 p. 11):

1. O impacto que produzem os governos, empresas e grupos cívicos no cumprimento de seus objetivos é variável. Nem o estado, nem a sociedade, podem ser ‘rotulados’ como bons ou ruins;

2. Os Estados, as empresas e as comunidades, isoladamente, não possuem os recursos necessários para promover o desenvolvimento sustentável e de amplo

alcance, havendo necessidade de complementaridade e associação entre diferentes setores sociais e dentro deles. Em consequência, identificar as condições nas quais emergem essas sinergias é uma tarefa central da investigação e prática em desenvolvimento;

3. Dentre os diferentes setores, o papel do Estado em viabilizar resultados positivos em desenvolvimento é o mais importante e ao mesmo tempo o mais problemático. Isso se deve ao fato de que o Estado, não somente é o provedor último dos bens públicos (saúde, segurança e educação para todos); o árbitro final, e o responsável pelo estado de direito (direitos de propriedade, legalidade, liberdade de expressão e de associação); como também, é o ator em melhores condições para facilitar alianças duradouras mais além das desigualdades de classe, étnicas, gênero, preferências políticas e religião. As empresas e as comunidades são também importantes, pois lhes cabe o papel de criação das condições que permita, reconheça e premie um bom governo.

Para Berry (1993 apud WOOLCOCK E NARAYAN 2000 p. 13), quando os representantes do Estado, o setor empresarial e a sociedade civil criam fóruns (conselhos, comissões,...) comuns por meio dos quais podem traçar-se objetivos compartilhados, o desenvolvimento pode seguir seu curso. Nessas circunstâncias, o capital social cumpre a função de uma variável ‘mediadora’, construído por instituições públicas e privadas.

O que foi visto acima resulta do esforço dos estudiosos em classificar os grupos de definição e os diferentes enfoques que vêm sendo utilizados para abordar o tema, entretanto, com relação à diversidade de tipos e a multidimensionalidade, a literatura internacional (GITTEL e VIDAL 1998; NARAYAN 1999; WOOLCOCK 1999; PUTNAM 2000; e WORLD BANK 2000) tem diferenciado o capital social, de acordo com Monastério (2000 b), a partir do critério baseado na posição social dos agentes envolvidos.

Desse modo, delimita-se usualmente, conforme Monastério (2000b p. 05), os seguintes tipos do capital social:

O capital social institucional (“*linking*”)¹³ é o que descreve as relações sociais existentes entre a sociedade civil e o Estado (os diversos órgãos e ‘espaços públicos’ com que se relacionam os cidadãos)¹⁴. São as ligações verticais entre os pobres e as pessoas ocupantes de postos de decisão em organizações formais. Comunidades onde abunda esse tipo de capital têm governos permeáveis às demandas oriundas dos estratos inferiores da pirâmide social.

O capital social extracomunitário (“*bridging*”) é o que descreve as relações sociais geradoras de capital que determinada comunidade estabelece com grupos sociais e econômicos externos. Este tipo de capital social permite que os indivíduos estabeleçam as relações sociais onde são efetuadas ‘trocas econômicas’ (relações de mercado) e o acesso às informações (conhecimento) presentes em meios ‘externos’ a sua comunidade. Refere-se aos laços fracos entre pessoas/atores de grupos sociais distintos, constituindo relações sociais mais distantes que trespassam as fronteiras sociais, nos quais as virtudes cívicas se mostram mesmo entre pessoas com distintas situações demográficas, étnicas ou ocupacionais. Trata-se de um ‘óleo lubrificante social’, no qual as informações sobre o comportamento de outros agentes e oportunidades disponíveis fluem através do capital social do tipo “*bridging*”. Quando o capital social do tipo “*bridging*” é abundante, tem-se uma sociedade fluída e integrada, na qual, por exemplo, a despeito das diferenças sociais, pobres e ricos confiam uns nos outros e compartilham informações.

O capital social comunitário (“*bonding*”) é aquele que corresponde às relações sociais comunitárias dos indivíduos. Refere-se à capacidade que estes possuem para gerar relações sociais baseadas em reciprocidade e confiança nas

¹³No presente trabalho define-se como conceitos que descrevem as mesmas relações sociais: *Linking Social Capital* e Capital Social Institucional; *Bridging Social Capital* e Capital Social Extracomunitário; *Bonding Social Capital* e Capital Social Comunitário.

¹⁴Para a presente pesquisa são também consideradas neste tipo as relações com os funcionários da estrutura estatal, agentes de desenvolvimento de ONGs, agentes de intervenção pública da Igreja e as interações com os espaços públicos criados para aproximação entre sociedade e administrações públicas, como os conselhos, processos de consulta popular, etc. As interações que ocorrem entre representantes de comunidades rurais no espaço público dos conselhos, por exemplo, serão consideradas como capital social extra comunitário, mas as deliberações e sugestões discutidas neste e encaminhadas ao poder público municipal caracterizam uma relação do tipo institucional.

suas comunidades, refletindo o potencial organizativo que estas mesmas comunidades possuem. Envolve os vínculos entre agentes de mesma posição, conformando os grupos homogêneos, voltados para dentro, nos quais as identidades dos membros são reforçadas. Essa ‘supercola sociológica’ cria um ambiente de lealdade e reciprocidade entre membros, sendo útil, especialmente, para a resolução de problemas de ação coletiva e para o apoio mútuo intragrupo.

De acordo com Monastério (2000 b, p. 06), a literatura que relaciona capital social com redução de pobreza afirma que, em países atrasados, os mais desfavorecidos têm se beneficiado de consideráveis estoques de capital social comunitário, pouco extracomunitário e quase nenhum institucional. Woolcock (2001, 2002) faz afirmação semelhante, entendendo que as diferentes combinações desses tipos de capital social (“*bonding*”, “*bridging*” e “*linking*”) são responsáveis por uma série de severas conseqüências no desenvolvimento e meio ambiente, e permitem a compreensão da condição dos pobres em países em desenvolvimento.

Durston (1999, 2000) afirma que existem fortes laços de cooperação e solidariedade intracomunitária entre os pobres, constituindo uma função protetora e supridora de necessidades bem elementares (sobrevivência). A escassez de outros tipos de capital social dificulta as relações sociais em sentido vertical, caracterizando uma baixa permeabilidade dos governos às suas demandas, e em sentido horizontal extracomunitário, dificultando o estabelecimento de relações que supram necessidades mais além da sobrevivência, como a aquisição de bens de capital, pelo acesso a novas informações e mercados.

Conforme Woolcock (1998 p. 09), a percepção de capital social esboçada em seu modelo-síntese, centrada em redes dentro, entre e acima de comunidades, reconhece a importância do contexto institucional dentro dos quais essas redes são inseridas, especialmente o papel do Estado, e, além disso, constitui-se num importante esforço para agrupar sinteticamente os conhecimentos dos dois

principais campos teóricos¹⁵ dentro da chamada “nova sociologia do desenvolvimento econômico”, a fim de avançar para uma unificada estrutura conceitual para compreensão da teoria e prática do capital social, respondendo muito das críticas e questões descritas anteriormente.

Uma segunda diferenciação do capital social remete a duas dimensões necessárias para a sua formação/incremento, e para que ele se converta num fator positivo no desenvolvimento de uma comunidade, sendo recentemente referidas como duas formas distintas, mas complementares de capital social. Diversos autores adotam a seguinte diferenciação dessas dimensões.

A dimensão enraizamento (“*embeddedness*”) se refere à imprescindível integração, imbricação ou inserção dos indivíduos nas relações sociais. Isso quer dizer que as relações sociais devem estar culturalmente “enraizadas” na realidade dos indivíduos para que ocorra a formação de capital social. O conceito de “*embeddedness*” revela que o capital social, em qualquer dos seus tipos, está enraizado, incrustado, embebido nas relações sociais. Quando existe este incrustamento nas relações sociais, também existem precursores culturais como a confiança que promovem a integração dos indivíduos ou grupos sociais, baseada em identidades e projetos comuns (CASTILHOS, 2002).

No nível macro institucional, Evans argumenta que essa dimensão se refere à intervenção direta do Estado ou outras instituições formais no cotidiano da sociedade. Se as instituições são disciplinadas e qualificadas, mas desconectadas das demandas cotidianas sociais, se configura um cenário de pouca efetividade no desenho e implementação de políticas públicas. Do mesmo modo os funcionários públicos precisam estar inseridos no dia-a-dia das relações de um grupo, comunidade ou sociedade beneficiária como um todo, para que sentimentos, como confiança e reciprocidade, sejam criados, revertendo-se em acúmulos nos estoques de capital social (EVANS 1995 apud ABU-EL-HAJ 1999 p. 74). Os funcionários de escalões mais próximos dos beneficiários, por estarem

¹⁵Principalmente os estudos de ações empresariais étnicas, focados no âmbito do nível micro, e os estudos institucionalistas comparativos de relações estado-sociedade, focados no âmbito do nível macro (WOOLCOCK 1998 p. 08).

incrustados nas relações sociais locais, se vêem pressionados, e ao mesmo tempo identificados/comprometidos pela comunidade, para atuar em seu favor e dar-lhe resposta. Destaca-se, porém, que este desempenho só funcionará onde houver contextos organizacionais orientados ao desempenho competente, além de coerente e factível (EVANS 1992, 1995 e 1996 apud WOOLCOCK e NARAYAN 2000 p. 11-12).

Evans (1996 p.1130) concluiu, das experiências analisadas em sua pesquisa, que normas de confiança construídas a partir de íntimas relações não são restritas somente ao interior da sociedade civil (p.ex. uma comunidade rural), pois para Evans (1996), pessoas trabalhando em agências públicas estão estreitamente ‘enraizadas’ nas comunidades que elas trabalham, criando um tipo de capital social que transpõe a divisa entre as esferas pública e a privada.

Por sua vez, a dimensão “autonomia” se refere à postura ou à qualidade que os agentes sociais expressam, permitindo-lhes, assim, estabelecer relações sociais benéficas, baseadas em reciprocidade e confiança, que possibilitam a criação de capital social. A dimensão “autonomia” do capital social institucional é medida pela eficiência, integridade e independência que apresentam os governantes, funcionários públicos e agentes de intervenção durante o exercício da gestão pública (CASTILHOS, 2002 p. 12). Conforme Ruerchemeyer e Evans (1993 apud ABU-EL-HAJ 1999 p. 65), a autonomia do Estado/Instituições é considerada chave para o sucesso de ações desenvolvimentistas, fortalecendo o poder de intervenção a medida em que adquirem independência em relação aos grupos políticos organizados. Para Abu-El-Haj (1999 p. 65), essa autonomia no nível macro institucional é garantida através da existência de uma burocracia coesa, coerente, disciplinada e tecnicamente preparada através da internalização (consciência coletiva) de um ‘espírito de corpo’ entre o quadro funcional¹⁶.

Já no capital social comunitário e extracomunitário, esta mesma dimensão refere-se à capacidade cívica¹⁷ que possuem os indivíduos. Ou seja, a dimensão “autonomia”, tanto por parte dos governantes e funcionários públicos como dos

¹⁶Para mais detalhes sobre autonomia do Estado/Instituições, ver Abu-El-Haj (1999 p. 65).

indivíduos da sociedade civil, é relativa à capacidade destes em agir mais em prol dos interesses coletivos e públicos, do que em seus interesses individuais.

Entretanto, destaca-se a necessidade de uma combinação dessas duas dimensões (enraizamento e autonomia), configurando o que se define como ‘autonomia inserida’ - tanto para o Estado/Instituições, quanto em relação aos indivíduos comunitários - para que as políticas públicas sejam realmente efetivas,

Nem a coerência coesiva nem a inserção deveriam funcionar de forma isolada. A coesão interna sem inserção não pode servir, pois carece não só do necessário entendimento sobre o que pode ser feito, mas também de aliados para ajudar na implementação. Sem coesão interna, a inserção torna-se a base para a desorganização mais do que uma fonte de entendimento e implementação de ações. Somente a combinação contraditória dos dois – a que chamo de autonomia inserida – pode fornecer bens públicos (EVANS 1995 p. 263 apud ABU-EL-HAJ 199 p. 74).

Se analiticamente a distinção entre os diferentes tipos¹⁸, elementos e dimensões de capital social parece clara, como apresentado acima, em termos empíricos essa delimitação não é tão nítida, pois se observam sobreposições de limites e os critérios de classificação, em casos específicos, se apresentam com um certo grau de subjetividade (MONASTÉRIO 2000 b p. 06).

Outra noção bastante presente no conceito de capital social refere-se a uma tipificação de vínculos sociais, cuja distinção principal está baseada na intensidade dos mesmos. Granovetter (1973, 1985 apud LAZZARINI, CHADDAD e NEVES, 2000) fez uma qualificação da natureza de laços sociais inseridos em redes de relacionamentos interpessoais, definindo que um laço ‘forte’ entre dois indivíduos

¹⁷Civismo-dedicação pelo interesse público ou pela causa da pátria, patriotismo (MODERNO DICIONÁRIO MICHAELIS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 1999 p. 513).

¹⁸Durston (2000 p. 21) postula a existência de duas diferentes formas de capital social: o individual e o coletivo ou comunitário. O capital social individual se manifesta nas relações sociais que têm a pessoa, baseadas na confiança e reciprocidade e se estende através de redes cujo centro é o próprio indivíduo (egocentradas). Tem a ver com o “crédito” que uma pessoa tem com outras de sua relação, devido a sua conduta, serviços e favores que tenha feito no passado. É uma reciprocidade difusa que se pode lançar mão num momento de necessidade. Por sua vez, o capital social coletivo se expressa em instituições complexas, com conteúdo de cooperação e gestão. Consta de normas e estruturas que conformam as instituições de cooperação grupal. Relaciona-se com a complexidade de uma comunidade, cujos membros ocupam uma determinada área geográfica, desenvolvem atividades econômicas e políticas, apresentam valores compartilhados e sentimento de pertencimento. Num esquema conceitual mais complexo, Durston (2000) postula quatro formas de capital social, incluindo a forma grupal e a externa.

envolve uma elevada dose de tempo e esforço dedicado à relação, feição emocional, confiança e reciprocidade, que se molda e auto-reforça ao longo do tempo. Em contrapartida, um laço ‘fraco’ é exatamente o oposto desta situação, envolvendo transações pontuais entre agentes, onde a identidade dos indivíduos é de menor importância e questões de confiança e reciprocidade são relativamente menos significativas.

Conforme Putnam (2002), os laços de parentesco (fortes) desempenham um papel especial na solução dos dilemas da ação coletiva, todavia, os sistemas de participação cívica¹⁹ têm mais possibilidades de abranger amplos segmentos da sociedade,

[...] como observou Granovetter, os vínculos interpessoais fortes (como parentesco e íntima amizade) são menos importantes do que os vínculos fracos (como conhecimentos e afiliação a associações secundárias) para sustentar a coesão comunitária e a ação coletiva. Os vínculos fracos têm mais probabilidade de unir membros de grupos diferentes do que os vínculos fortes, [...] Sistemas horizontais extensos, porém isolados, sustentam a cooperação dentro de cada grupo, mas os sistemas de participação cívica, que englobam diferentes categorias sociais, promovem uma cooperação mais ampla. Essa é uma das razões pelas quais os sistemas de participação cívica são parte tão importante do estoque de capital social de uma comunidade (PUTNAM 2002 p. 185).

Para Putnam (2002 p. 182), qualquer tipo de sociedade (moderna, tradicional, democrática, autoritária, capitalista, comunista) se caracteriza por sistemas de intercâmbio e comunicação interpessoais, tanto formais como informais. Alguns desses sistemas são basicamente “horizontais”, congregando atores com a mesma posição e poder, mas outros são basicamente “verticais”, juntando agentes desiguais em relações assimétricas de hierarquia e dependência. Em realidade, quase todas as sociedades combinam características dos dois sistemas, entretanto, Putnam (2002) esclarece que nos sistemas de participação

¹⁹São uma forma essencial de capital social que quanto mais desenvolvida for, maior será a probabilidade de que seus cidadãos sejam capazes de cooperar em benefício mútuo. Esse efeito benéfico dos sistemas de participação cívica se deve ao fato que: i-eles aumentam os custos potenciais para o transgressor em qualquer transação individual; ii-eles promovem sólidas regras de reciprocidade; iii-eles facilitam a comunicação e melhoram o fluxo de informações sobre a confiabilidade dos indivíduos; e iv-eles corporificam o êxito alcançado em colaborações anteriores, criando assim um modelo culturalmente definido para futuras colaborações (PUTNAM 2002 p. 183).

cívica, onde reina a confiança disseminada, as normas de reciprocidade, a intensa solidariedade e a cooperação representam uma profunda interação horizontal.

Por outro lado, para Putnam (2002), num sistema vertical os fluxos de informação costumam ser menos confiáveis que num sistema horizontal, em parte porque o ator de uma posição inferior controla informação para precaver-se contra a exploração, ou então, o que é mais importante, as sanções que controlam as normas de reciprocidade contra a ameaça do oportunismo dificilmente se processam num sentido de baixo para cima, ou se são processadas, raramente são acatadas. Além disso, conforme Putnam (2002 p. 184), os vínculos verticais do clientelismo parecem enfraquecer a organização grupal e a solidariedade horizontal tanto dos clientes como dos patrões, mas, sobretudo dos primeiros. Esse tipo de relação é caracterizado pela dependência e não pela reciprocidade, havendo maior probabilidade de ocorrer o oportunismo, tanto por parte do patrão, como por parte do cliente.

O esquema analítico de Woolcock (1998), adaptado por Castilhos (2002 p.54)²⁰, qualifica-se para análise de toda a diversidade teórica e empírica vista até o momento, permitindo captar, identificar e inter-relacionar, níveis, tipos, elementos, dimensões e a intensidade de laços sociais que constituem o capital social numa concepção dinâmica, permitindo um resultado analítico interativo e

²⁰Deste modelo síntese de Woolcock (1998), adaptado por Castilhos (2002), entende-se que o nível macro representa o âmbito onde acontecem as relações que caracterizam o tipo/dimensão de capital social denominado '*linking social capital*' (ou capital social institucional), o nível meso representa o âmbito onde acontecem as relações que caracterizam o tipo de capital social denominado '*bridging social capital*' (ou capital social extracomunitário) e o nível micro as relações do tipo '*bonding*' (ou capital social intracomunitário). Nas outras duas colunas do modelo temos dimensões do capital social, "*embeddedness*" e "autonomia". A combinação dos níveis (macro, meso e micro) com as duas dimensões do capital social vai nos representar os diferentes "elementos de análise", constituinte do capital social. SINERGIA, CREDIBILIDADE E EFICÁCIA INSTITUCIONAL, no nível macro, CONEXÃO e COMPROMISSO CÍVICO DOS INDIVÍDUOS, no nível meso, INTEGRAÇÃO e COMPROMISSO CÍVICO DOS INDIVÍDUOS, no nível micro.

multidimensional - Quadro 01²¹.

Quadro 01- Tipos e dimensões do capital social, segundo Castilhos

	“Embeddedness” Enraizamento	Autonomia
NÍVEL MACRO	SINERGIA Ações cooperativas e diálogo entre instituições (aí incluídas as relações com/entre agentes de intervenção) e dessas com a sociedade.	CREDIBILIDADE E EFICÁCIA INSTITUCIONAL Integridade, independência, busca do bem público pela burocracia estatal e outras instituições de apoio como ONGs, Igreja,...
NÍVEL MESO	CONEXÃO Laços fracos, participação dos indivíduos em redes sociais extracomunitárias.	COMPROMISSO CÍVICO DOS INDIVÍDUOS
NÍVEL MICRO	INTEGRAÇÃO Laços fortes intracomunitários, identidade e projetos comuns.	COMPROMISSO CÍVICO DOS INDIVÍDUOS

Fonte: Castilhos (2002 p. 54).

Para Moyano (2000), o modelo síntese de Woolcock (1998),²² que embasou o acima representado, se constitui como uma valiosa ferramenta de análise empírica para pesquisa em comunidades rurais, pois, além de permitir a identificação dos diferentes tipos de capital social que estão presentes ou sendo formados, capta a combinação das diferentes dimensões deste, nos diferentes níveis, que se altera ao longo do tempo, no dinamismo de um processo de desenvolvimento.

²¹No modelo original, o elemento “conexão”, que diz respeito a laços fracos (relações que os indivíduos mantêm, perpassando as fronteiras da comunidade, com outros indivíduos ou grupos sociais e econômicos) está classificado como uma dimensão “autonomia” do capital social. Castilhos (2002) argumenta que o elemento “conexão” diz respeito a um ‘tipo’ de capital social (“*bridging social capital*” ou capital social extracomunitário) e, portanto avalia que deva ser classificado dentro do conceito de “*embeddedness*”, visto que é mais relativo às relações de posição social do que de conteúdo destas relações. Em face disso, propõe um nível intermediário entre o micro e o macro, o nível meso, que se apresenta representado pelo elemento “conexão”. Esse elemento seria classificado na dimensão “enraizamento” e não na dimensão “autonomia”, pelas razões expostas. A dimensão “autonomia”, neste nível meso, seria uma complementação de função que Woolcock (1998) defende entre as duas dimensões, ou seja, o compromisso cívico dos indivíduos.

²²Woolcock (1998 p. 08) destaca que cada novo conceito proposto tem um referencial teórico clássico na sociologia. Tanto no nível micro, meso (CASTILHOS, 2002), como no nível macro, os conceitos propostos para os elementos “integração”, “conexão” e “integridade” têm noções derivadas de estudos de Durkheim, Simmel e Weber, respectivamente. O conceito do elemento “sinergia” deriva dos debates entre os sociólogos a respeito de duas dimensões da “integridade” da burocracia de Weber, nas relações no nível macro entre Estado-sociedade: a) a estrutura interna das instituições e; b) as relações externas que elas mantêm com o entorno.

Esse modelo-síntese de análise reveste-se de importância para confecção e adaptação de políticas públicas efetivas, capazes de promover a formação do capital social em variadas formas e dimensões. Além disso, a sua aplicação analítica-metodológica, de tempos em tempos, ao longo de um processo de intervenção desenvolvimentista, permite a re-adaptação das ações para superação das deficiências identificadas e manutenção das conquistas.

Woolcock (1998) entende que a existência de relações de confiança e de cooperação no interior de uma comunidade cria um meio favorável à atuação dos funcionários públicos, intensificando nesses uma vocação de serviço e identificação afetiva com o público beneficiário, configurando uma interação sinérgica importante para o desenvolvimento. Tandler (1997), por sua vez, estudou o uso do capital social pelo Estado para lograr ‘empoderamento’ de setores sociais excluídos e para aumentar o impacto dos serviços sociais embasado em um forte compromisso pessoal do funcionário com a comunidade local, num programa preventivo de saúde no Ceará-BR.

Contudo, Woolcock (1998) vai mais além, postulando que um alto grau de cooperação e coesão interna na comunidade (integração, capital social intracomunitário, “*bonding*”, laços fortes), só produzirá benefícios significativos se for complementado com ‘pontes’ de ligação com redes sociais e instituições externas à comunidade pobre. Por outro lado, como visto anteriormente, o Estado requer coerência interna, probidade e competência para poder aplicar com eficácia uma política de sinergia com o capital social comunitário.

Tal recomendação se fundamenta no entendimento de que todos os elementos do modelo-síntese – Quadro 1 - são decisivos para o sucesso do desenvolvimento, devendo ser incrementados simultaneamente e inter-relacionados pelas políticas públicas.

Na visão de Woolcock (1998 p.19-21), as ações integradas que levam ao desenvolvimento devem ocorrer em dois sentidos, de ‘baixo para cima’ (“*bottom-up*”) e de ‘cima para baixo’ (“*top-down*”) e em sintonia.

Putnam (2002), no interior da criticada abordagem cultural-determinista²³, também defende a sinergia Estado-sociedade - sendo parte constituinte das lições tiradas do estudo italiano - entendendo o contexto social como fator chave e condicionante do desempenho das instituições,

Pelo lado da demanda, os cidadãos das comunidades cívicas querem um bom governo e (em parte pelos seus próprios esforços) conseguem tê-lo. Eles exigem serviços públicos mais eficazes e estão dispostos a agir coletivamente para alcançar seus objetivos comuns. Já os cidadãos das regiões menos cívicas costumam assumir o papel de suplicantes cínicos e alienados. Pelo lado da oferta, o desempenho do governo representativo é favorecido pela infra-estrutura social das comunidades cívicas e pelos valores democráticos tanto das autoridades quanto dos cidadãos (PUTNAM 2002 p. 191-192).

Na concepção sinérgica²⁴ - abordada, por exemplo, em Peter Evans, John Durston, Deepa Narayan, e Michael Woolcock - fica evidente que os aspectos mais indispensáveis para que o capital social tenha reflexos positivos no desenvolvimento, são a integridade, proatividade e eficácia institucional, e outros vínculos que se processem externamente a comunidade. Na opinião de Durston (2000), fortalecer a participação a nível comunitário associativo pode ser chave para articular os serviços públicos com o indivíduo e o domicílio, em especial nos programas para superação de pobreza.

²³Muller e Seligson (1994 apud SELIGSON e RENNÓ 2000 p. 03) seguem linha semelhante aos neo-institucionalistas liderados por Evans, questionando os pressupostos do conceito de síndrome da cultura cívica. Eles argumentam que os atributos de cultura cívica não têm impacto significativo nas alterações do regime político, e vão além, introduzindo a idéia de que valores políticos são afetados pelo desempenho do regime democrático. A persistência da democracia ao longo dos anos gera aumento nos padrões de cultura cívica pela elevação dos níveis de sentimentos de competência política, orgulho do sistema político e confiança mútua, que se devem, em grande parte, ao aprendizado proporcionado pela experiência de viver sob a égide de um sistema democrático (SELIGSON e RENNÓ 2000 p. 03).

Uma crítica metodológica mais recente se deve a correlação feita por Putnam, no estudo na Itália, entre confiança interpessoal e a força dos elos cívicos, usando indicadores agregados de engajamento em assuntos coletivos (alto índice de participação em associações cívicas = elevada confiança). Para Seligson e Rennó (2000 p. 02), mensurações no plano individual estão ausentes no estudo de Putnam, portanto pouco pode se dizer, a partir de sua pesquisa, sobre o efeito da confiança interpessoal em outros valores individuais, o que configura deficiência de validade e de confiabilidade de sua medida de confiança interpessoal, pelo fato de não considerar a multidimensionalidade e complexidade do conceito de confiança defendida por Seligson e Rennó (2000). Para ver sobre as dimensões interna e externa da confiança, consultar Seligson e Rennó (2000 p. 3-5).

²⁴Esses autores acreditam que o papel desempenhado pelas instituições é mais ativamente decisivo na formação do capital social e no desenvolvimento econômico, comparativamente a Robert Putnam.

Nesse mesmo sentido, Evans (1996 p.1124) aponta que a capacidade de aumentar a densidade de laços de solidariedade e ações sociais em uma escala que é política e economicamente mais eficazes, transpondo o âmbito do nível micro, é que se constitui num desafio crucial para levar adiante sinergias efetivas com fins desenvolvimentistas. Em oposição à importância das dotações histórico-culturais de capital social, Evans (1996 p. 1124) expressa que em todos os estudos de casos de ação sinérgica bem sucedida, apesar dos padrões de interação entre amigos, parentes e vizinhos antecederem e facilitarem instâncias particulares de sinergia, o estoque de capital social inicial não era excepcional. Da mesma forma, Fox e Heller (1992, 1994 apud EVANS 1996 p.1125) enfatizam que o fator chave para o desenvolvimento está em aumentar os laços comunitários e pessoais para formar organizações que podem ser eficazes nessa empreitada, e nesse sentido identificam como central o papel dos atores estatais para transformar redes locais em organizações verticais (p. ex. com escopo regional) relevantes para o desenvolvimento.

1.4. A formação de capital social

Para Putnam (2002), um dos autores fundacionais do ‘paradigma’ do capital social, existem inúmeras dificuldades para construir capital social em comunidades que carecem dele. Assim, ele afirma que “na construção de instituições, o tempo se mede em décadas”, e que a criação de normas de cooperação e de participação cívica “provavelmente seja ainda mais lenta”. Para Putnam (2002), existem mecanismos de retroalimentação que reforçariam constantemente as normas e comportamentos existentes ao longo do tempo e em ciclos intermináveis, levando todo o sistema sociocultural a um equilíbrio positivo, de acumulação de capital social, ou a um equilíbrio negativo, o de sociedade ‘acívica’.

A ‘dependência de trajetória histórica’ apresentada por Putnam (2002) é assim argumentada,

Os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação, tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente. Os círculos virtuosos redundam em equilíbrios sociais com elevados

níveis de cooperação, confiança, reciprocidade, civismo e bem-estar coletivo. Eis as características que definem a comunidade cívica. Por outro lado, a inexistência dessas características na comunidade não-cívica também é algo que tende a auto-reforçar-se. A deserção, a desconfiança, a omissão, a exploração, o isolamento, a desordem e a estagnação intensificam-se reciprocamente num miasma sufocante de círculos viciosos. Tal argumentação sugere que deve haver pelo menos dois equilíbrios gerais para os quais todas as sociedades que enfrentam os problemas da ação coletiva (ou seja, todas as sociedades) tendem a evoluir e que, uma vez atingidos, tendem a auto-reforçar-se (PUTNAM 2002 p. 186-187).

A abordagem culturalista de Putnam sugere que os aspectos histórico-culturais de uma sociedade são determinantes para o sucesso ou fracasso de séculos de intervenção, como evidencia a experiência italiana. Conforme Seligson e Rennó (2000 p.03), para os culturalistas “a cultura antecede o regime político, condicionando sua performance”. A especificidade cultural é a chave principal para a existência ou ausência do associativismo horizontal (rico em confiança interpessoal), determinante da prosperidade econômica e estabilidade política.

Entretanto, destaca-se também que, entre as lições apreendidas de sua pesquisa comparativa das regiões da Itália, Putnam (2002) concluiu que os resultados da reforma regional estão longe de ser um convite a inércia, em relação às políticas públicas e reformas institucionais,

[...] a segunda lição a ser tirada da experiência regional é que mudando-se as instituições formais pode-se mudar a prática política.[...] a mudança institucional refletiu-se (gradualmente) na mudança de identidades, valores, poderes e estratégias.[...] Tanto no Norte como no Sul, as novas instituições nutriram entre as elites uma cultura mais moderada, pragmática e tolerante (PUTNAM 2002 p.193).

Um fato que fica evidente nesse estudo da Itália é que as reflexões de Putnam (2002), apesar de impregnadas pela abordagem determinista - argumentando que os resultados de séculos de intervenção institucional foram ‘tamponados’ ou ‘maximizados’ pelas características histórico-culturais das regiões - avaliam que a criação da nova instituição materializada nos governos regionais trouxe mudanças benéficas (com intensidade distinta), tanto no norte, onde a sociedade apresenta características histórico-culturais mais positivas,

quanto no sul, onde a sociedade apresenta características histórico-culturais mais acívicas.

Em um estudo posterior, o próprio Putnam (1995 apud ABU-EL-HAJ 1999) recua um pouco em seu determinismo cultural, ao enunciar a hipótese de que as políticas públicas norte americanas têm sido responsáveis pela diminuição do capital social nos Estados Unidos.

Por sua vez, os neo-institucionalistas entendem que para a formação de capital social e desenvolvimento econômico, a chave principal está em instituições capazes, proativas, íntegras, democráticas, independentes e ‘inseridas’ em redes de relações – individuais, grupais, organizacionais, empresariais - dos diversos segmentos da sociedade, potencializando um processo transformador. Além do mais, para os neo-institucionalistas, a ausência de associativismo horizontal, em diversos países em desenvolvimento, não se deve a trajetória histórico-cultural, e sim, é fruto de ações políticas preteridas por regimes ditatoriais/autoritários (ABU-EL-HAJ, 1999) e níveis elevados de desigualdade social (MULLER e SELIGSON, 1994 apud SELIGSON E RENNÓ 2000 p.03)²⁵.

Castilhos (2002 p. 11), argumentando a possibilidade de formação do capital social onde não existia ou aumentado em relação aos níveis pré-existentes, afirma que os sistemas sociais possuem tanto componentes culturais como sociais, e aceita-se que os agentes sociais podem promover mudanças e alternativas de ‘rotas’ no processo de desenvolvimento e nas ‘escolhas’ que são feitas. Tais modificações ou rupturas podem promover alterações nas relações sociais, permitindo a institucionalização de novos códigos culturais e práticas sociais que promovam, portanto, a formação do capital social.

Uphoff e Wijayaratna (2000) afirmam que todas as culturas possuem elementos básicos de capital social em seu interior, e que os agentes externos devem investir em formas organizacionais adequadas para catalisar um processo

²⁵Conforme Abu-El-Haj (1999 p. 71), o debate mais intenso a respeito do capital social tem se constituído, a partir das críticas metodológicas pioneiras de Evans, ao culturalismo de Putnam, concentradas principalmente, na complementaridade entre instituições públicas e associativismo horizontal, como fator de intensificação do potencial transformador da sociedade; e a tese da dependência de trajetória histórica-cultural; concretizando uma polarização teórica entre duas abordagens interpretativas do capital social: o culturalismo e o neo-institucionalismo.

de criação de capital social pelos próprios agricultores. Os agentes externos podem introduzir ou reforçar papéis na comunidade que fortalecem regras, normas e procedimentos que facilitam uma ação coletiva mutuamente benéfica, fazendo emergir um modelo produtivo de organização formal e informal, fundamentado em sólidas redes sociais, ricas em reciprocidade e confiança (UPHOFF e WIJAYARATNA 2000 p. 14).

Da mesma forma, Durston (1999 p.111), no caso de Chiquimula na Guatemala, descreve que “o sistema sociopolítico regional de Chiquimula deixou rapidamente de ser puramente autoritário e começou a transformar-se em semiclientelista, no que a teoria da complexidade chama de uma fase de transição em um sistema baseado em agentes”.²⁶ Os estudos de Durston (1999) expressam claramente a possibilidade de formação de capital social, e a experiência de Chiquimula se caracteriza como um processo ‘rápido’ de acumulação de estoques.

Evans (1996), ao observar diversas experiências bem sucedidas no Terceiro Mundo, ocorridas em localidades onde a dotação de capital social era baixa, destaca que em muitas destas as iniciativas partiram de governos que têm seu apoio político nas elites tradicionais locais. Essa evidência sugere que, mesmo nessas situações, grupos reformistas dentro da oligarquia estatal podem implementar projetos de pequena escala que promovam a acumulação de capital social, a partir de uma sinergia do capital social existente e o Estado para diversos propósitos. Para Evans (1996 p.1122), os relatos de caso do Brasil e Taiwan evidenciam que o capital social é formado por algumas realizações dos que são parte do aparato estatal mais os que são parte íntima da comunidade nas quais eles trabalham. As redes de confiança e colaboração são criadas transpondo as fronteiras das esferas pública e privada e vinculando estado e sociedade civil, configurando que o capital social é inerente não somente da sociedade civil, mas de um duradouro grupo de relacionamentos que transpassam essas divisas.

Entre diversos autores que contribuem para a formação da base conceitual do capital social é explicitamente aceita a idéia que se pode construí-lo, direta ou

indiretamente, realizando uma sinergia, que é potencial, entre sociedade civil, organizações privadas e governo (DURSTON, 1999, 2000).

Fica expresso, portanto, que a combinação entre as dinâmicas ocorrentes em contextos comunitários, extracomunitários e em contextos institucionais pode viabilizar a evolução de um processo de formação de capital social, objetivando o ‘empoderamento’²⁷, via de regra, dos segmentos mais desassistidos da sociedade. Entende-se que a noção de empoderamento apresenta uma amplitude mais abrangente que a de capital social, sendo esse um dos meios para a conquista plena do primeiro, portanto são conceitos que se apresentam como complementares e sintonizados.

Para elevação do grau de mobilização comunitária interna, elemento preponderante para a eficiência sinérgica, é necessário que o desenho das estratégias de desenvolvimento incorporem características comprovadamente formadoras de capital social, e com esse sentido as abordagens participativas são freqüentemente recomendadas. Tal recomendação se baseia também nas características inclusivas que possuem os processos participativos para dotar as propostas desenvolvimentistas das prioridades dos segmentos marginalizados.

Conforme Woolcock e Narayan (2000 p. 17), o conceito de capital social permite compreender melhor de que maneira as agências externas podem reduzir a

²⁶Nesta visão, os sistemas sociais nunca tendem naturalmente ao equilíbrio, mas sim que as estratégias de múltiplos atores co-evoluem constantemente, e as relações e instituições sociais emergem desta co-evolução (DURSTON, 1999 p. 111).

²⁷O ‘empoderamento’, no contexto de uma estratégia social, é um processo seletivo consciente e intencional que tem como objetivo o nivelamento igualitário entre os atores sociais. O critério central é de transformação de setores sociais excluídos em atores, e de nivelamento para cima de atores fragilizados (DURSTON, 2000 p. 33). De acordo com Mc Wirth (1991 apud BATHIA, 2002), empoderamento pode ser definido como o processo pelo qual as pessoas, organizações ou grupos que têm menos poder tornam-se conscientes da dinâmica de poder que ocorre em seu dia-a-dia, desenvolvem as habilidades e capacidades para obter um razoável controle sobre suas próprias vidas, exercem este controle sem infringir os direitos de outros e apóiam o empoderamento de outros na comunidade. O empoderamento pode ser definido também como o processo que reforça a capacidade dos marginalizados (através do processo de autodeterminação) em participar, negociar, mudar e acessar as instituições disponíveis que afetam seu bem estar, levando a um aumento em suas capacidades e condições (BATHIA, 2002). Em todas as definições de ‘empoderamento’ a ênfase está no grupo que protagoniza este processo e não em uma instância (entidade) superior que dá poder a outros. Como bem destaca Durston (2000 p. 34), é uma antítese do paternalismo, a essência da auto-gestão, que constrói sobre as forças existentes de uma pessoa ou grupo social suas capacidades para potenciá-las, isto é, aumentar estas forças pré-existentes.

pobreza em comunidades muito diversas e ainda pouco estudadas, pelo fato de que sua perspectiva destaca que a sensatez técnica e financeira são condições necessárias, mas insuficientes para que se aceite um projeto dirigido para comunidades pobres. Woolcock e Narayan (2000 p. 17) oferecem seis recomendações gerais para que o conceito de capital social seja incorporado nas políticas públicas de desenvolvimento, como segue:

1-É necessário realizar um estudo institucional social com o propósito de identificar corretamente o leque de partes interessadas e sua inter-relação;

2-É crucial investir na capacidade organizacional dos pobres e ajudá-los a construir pontes entre comunidades e grupos sociais. Este último é particularmente importante, pois muitas decisões que afetam os pobres não se tomam no nível local. Com esse propósito, recorrer a processos participativos pode facilitar a construção do consenso e o estabelecimento de interações sociais entre segmentos com interesses e recursos diversos. Encontrar formas e meios para transcender as divisões sociais e construir coesão social e confiança é, em realidade, um elemento chave para o desenvolvimento econômico;

3-É necessário revelar as informações em todos os níveis e assim fomentar a existência de uma cidadania informada e a transparência tanto dos atores privados como públicos que pretendem contribuir com o bem público;

4-É necessário dar ênfase a melhoria do acesso físico a serviços e recursos, bem como incrementar os intercâmbios de informações entre grupos sociais;

5-É necessário avaliar o impacto de uma intervenção de desenvolvimento no capital social das comunidades pobres; e

6-O capital social deve ser componente de todo e qualquer projeto de desenvolvimento, mesmo aqueles mais ortodoxos, como represas, sistemas de irrigação, escolas e postos de saúde, pois quando as comunidades pobres contribuem de maneira direta no desenho, na implementação, na gestão e na avaliação dos projetos aumentam as utilidades em relação ao investimento, bem como a sustentabilidade.

Como visto nos autores visitados, a ênfase está dada no enfoque participativo para apoiar organização social, planejamento e gestão de projetos, e

o uso de metodologias adequadas, como forma de adaptar as políticas públicas pela perspectiva do capital social, objetivando desenvolvimento econômico aos beneficiários finais.

Durston (1999), ao analisar o caso de construção de capital social comunitário na Guatemala, fornece mais contribuições para a compreensão da influência do aspecto participativo das políticas públicas, no processo de formação do capital social. Durston (1999) relata que no início da implantação do projeto de desenvolvimento rural em Chiquimula a realidade da região era marcada pela carência de organizações de base relevantes, um espírito individualista e por relações de clientelismo e dominação disseminadas em todas as comunidades.

Com a intenção de superar esse cenário desolador inicial, optou-se pela realização de um processo de planificação participativa que concretizou um sistema de ‘grupos núcleo’ que contribuíram na determinação das necessidades e prioridades de quem teria acesso aos serviços e benefícios do programa. A partir da definição operacional do processo participativo a ser executado, em torno de 40 promotores de campo, que viviam imersos nas aldeias dos beneficiários, esclareceram, em visitas ‘casa a casa’, os benefícios da participação, mobilizando-os para a ação. Esse trabalho inicial resultou na criação de mais de 400 ‘grupos núcleo’, com dois líderes cada um, para moderar as reuniões e servir de enlace com o agente externo PROZACHI²⁸, cuja interação resultou em propostas que chegaram a modificar o plano operativo anual do Programa.

Num momento seguinte, Durston (1999 p.108) informa que os beneficiários propuseram a conformação de uma instância superior de coordenação entre aldeias como uma maneira mais eficiente de trabalhar, elaborando um desenho de conselhos comunitários que abrangeu a todos os comitês e grupos organizados, partindo do trabalho de base anterior, mas substituindo-o em grande medida. A partir desta nova estrutura organizacional, as

²⁸Programa de Apoyo a los Pequeños Productores de Zacapa y Chiquimula aplicado em oito municípios do oriente da Guatemala, com o objetivo de aumentar os ingressos dos campesinos pobres em áreas marginais, de forma sustentável sob o ponto de vista econômico, ecológico e institucional (DURSTON 1999 p. 105).

iniciativas do pessoal do PROZACHI começaram a ceder lugar as propostas espontâneas dos camponeses sobre apoio à organização e a suas ações concretas.

Apesar da realidade inicial ser marcada por aspectos que configuram a presença de baixos estoques de capital social ou comunidade acívica, foram identificados fatores precursores, que funcionaram como base do rápido processo de formação. Conforme Durston (1999 p. 108-109), as raízes do capital social na região estudada podem ser assim relacionadas:

1-presença de grupos locais de ascendência, repositórios de reciprocidade e precursores dos Grupos Núcleo;

2-identidade compartilhada. Grande maioria dos habitantes é de origem indígena, com forte consciência de raízes, idioma e cultura. São também todos agricultores;

3-memória histórica. Há mais de trinta anos atrás houve uma experiência bem sucedida de instituição de cooperativas que posteriormente foram reprimidas por regimes ditatoriais militares;

4-redução da repressão em um contexto nacional. Nos anos 90 o Exército começou a retirar-se gradualmente do cenário de tomada de decisões políticas;

5-início de um processo de empoderamento de mulheres;

6-interação dos camponeses com os promotores de desenvolvimento rural, que viviam imersos nas aldeias, participando inevitavelmente nos “sistemas totais de prestações” e de relações recíprocas das quais se referia Mauss. A demonstração de compromisso pessoal do promotor, com a comunidade, estimulou a participação dos agricultores nas atividades do PROZACHI, fortalecendo as relações de confiança, solidariedade, e reciprocidade entre vizinhos do lugar, pela atuação dos promotores em si e pelas diversas ajudas prestadas.

Os seis fatores relatados acima contribuíram para a criação de capital social, mas, de acordo com Durston (1999), a materialização destes potenciais se deveu às iniciativas do agente externo, no caso o PROZACHI, e, a partir de março de 1997, também o Fundo de Investimento Social (FIS).

Conforme Durston (1999), essa intervenção institucional, primordial no processo rápido de acúmulo de estoques - em diferentes tipos e dimensões - de capital social, apresenta um eixo principal constituído por três grandes linhas de ação. Em primeiro lugar os agentes externos investiram na capacitação, fortalecendo destrezas sociais, capacidades de diagnóstico, comunicação e planejamento. Em segundo lugar oportunizaram espaços para que estas habilidades fossem executadas. Em terceiro lugar os agentes externos protegeram as instituições embrionárias de capital social (ex.conselhos, associações, fóruns,...) enquanto predominava na região um clientelismo autoritário e intervieram em defesa destas instituições sempre que se observava ameaça por parte de atores sociais hostis (DURSTON, 1999 p. 109).

Para Durston (1999, 2000), a defesa das instituições recém formadas parte da percepção de que, sem a ação de seus aliados pessoais e grupais locais e sem os funcionários do governo mais próximos, as embrionárias organizações comunitárias e microrregionais não podem superar a oposição de interesses tradicionais a sua constituição formal. Em alguns casos as capacidades de autogestão e de participação política são desenvolvidas pelas próprias pessoas da comunidade, sem um maior apoio externo, mas a dupla função dos agentes externos, como provedores das metodologias disponíveis neste campo e como 'guarda chuvas protetores' durante a fase inicial de constituição de um novo ator social no cenário microrregional, é essencial para que o capital social de agricultores pobres se desenvolva com rapidez e segurança (DURSTON, 1999, 2000).

Muitos autores argumentam que este tipo de atuação, que normalmente ocorre entre instituições de apoio e comunidades pobres, é também clientelismo, com fortes laços de dependência aos agentes externos. Este tipo de apoio externo é também uma forma de clientelismo, mas a esse respeito Fox (1996 apud DURSTON, 1999 p. 110) faz uma pertinente distinção entre clientelismo autoritário e o semiclientelismo, identificando que, de maneira diferente do que ocorre com o clientelismo autoritário, o ator predominante em relações semiclientelistas repudia o uso da força e promove seus interesses através da

provisão de serviços a suas clientelas ou ganha seu apoio político numa causa, de forma compartilhada e negociada.

Assim, na visão de Durston (1999), tanto o PROZACHI, quanto o FIS, atuaram na ampliação do processo de democratização local e microrregional e suas atuações foram chave na promoção das condições necessárias para o surgimento de capital social e, posteriormente, na formação do escudo protetor para esse capital emergente. Seus funcionários se identificaram com as comunidades e promoveram relações mais democráticas de reciprocidade vertical, que facilitaram aos camponeses o acesso as instituições, aos recursos públicos e aos aliados reformistas no nível central. O processo de formação do capital social surgiu da sinergia entre este semiclientelismo e os precursores de reciprocidade nos grupos locais de ascendência²⁹, contribuindo para debilitar o clientelismo autoritário disseminado na região, no momento em que começou a surgir um novo ator social camponês no nível regional e a partir de um processo de democratização das relações na região (DURSTON, 1999).

Fica evidente, nessa experiência da Guatemala, o processo de aquisição de poder pelos setores marginalizados, através de capacitações, qualificações pessoais, apoio à organização e pela aproximação entre comunidades pobres e instituições capazes de interferir positivamente na vida das pessoas. O uso de metodologias participativas e a institucionalização de espaços participativos acompanham todo o processo, com a intenção gradual de transferir o protagonismo do planejamento e da execução das ações do projeto para os beneficiários finais.

Os relatos descritos até aqui, de estudos e recomendações desenvolvidos numa grande diversidade de propósitos e realidades, deixam relativamente claro que o uso simplesmente normativo da participação não é suficiente para incorporar a noção de capital social à formulação de políticas públicas. Nunca é demais lembrar, conforme Guijt (1999 p. 17) adverte, muitas vezes concebe-se a

²⁹Para ver mais, sobre as hipóteses levantadas sobre a construção de capital social, consultar Durston (1999 p. 115 quadro 01), e sobre as medidas recomendadas para desenvolver capital social comunitário rural, consultar Durston (1999 p. 116 quadro 02).

participação como consulta em níveis bem elementares, envolvendo apenas uma entidade ou a equipe de uma ONG e membros da comunidade local. Frequentemente, a palavra é usada com um sentido de regra, considerando-se que qualquer ação “participativa” necessariamente há de ser positiva e promotora de capacitação. Na prática, porém, pode ocultar atividades de ‘desenvolvimento’ que se baseiam em manipulação e até coerção.

Um processo participativo para que seja legitimamente reconhecido como tal não precisa, necessariamente, se desenvolver sem o envolvimento dos técnicos e agentes externos. No entanto, é fundamental que ocorram mudanças nas condutas e posturas, bem como nos métodos e nas técnicas. O papel do agente externo deve modificar-se de resolvidor de problemas e formulador de soluções para facilitador e capacitador.

Caporal (1999) salienta a importância do trabalho em grupos e dos facilitadores “treinados e habilitados” para estes tipos de participação, da seguinte forma,

A experiência prática está ensinando que para desenvolver uma agricultura sustentável os profissionais da extensão devem mudar de papel, de modo que o agente deixe de atuar como um *especialista transferidor de tecnologias* e passe a atuar como um *facilitador* que trabalha com os agricultores [...] (CAPORAL 1999 p. 152).

O conjunto de ações realmente participativas, além de um processo de investigação, é também um processo social, político e cultural. Para ser sustentável requer espírito democrático, abertura, um desejo de ouvir e respeitar diferentes pontos de vista; um reconhecimento do papel e do conhecimento de cada um dos envolvidos, e uma capacidade de reconhecer, ceder e negociar quando necessário (GUIJT e GAVENTA, 1998; GUIJT, 1999; ABBOT e GUIJT, 1999).

Caporal (1999 p. 150-151), analisando os tipos de participação, adotados na prática da extensão rural pública do Rio Grande do Sul, nos anos 90, apresenta o seguinte quadro de tipificação - Quadro 02.

Quadro 02- Uma tipologia da participação: como as pessoas participam ou poderiam participar em programas e projetos de desenvolvimento

Tipos de participação	Características dos diferentes tipos de participação
1 - Participação manipulada	A participação é simplesmente um engano. Dá-se a presença de pseudo-representantes das “pessoas” em um espaço oficial, sem que tenham sido eleitas para representá-las. Assim mesmo, estes “representantes” não têm nenhum poder real.
2 - Participação passiva	As pessoas participam à medida que lhes é contado o que foi decidido sem escutá-las ou aquilo que já está sendo realizado. Trata-se de um anúncio público unilateral realizado por uma administração ou gerente do projeto para informar aos “participantes”.
3 - Participação por consulta	As pessoas participam através de consultas realizadas a elas ou pelas respostas que dão a determinadas perguntas. Agentes externos definem os problemas e as formas de obter informações, controlando, assim, a análise. Tal processo consultivo não permite que a tomada de decisão seja compartilhada. Além disso, os condutores do processo não têm nenhum compromisso no sentido de ter em conta o ponto de vista das pessoas.
4 - Participação por incentivos materiais	As pessoas participam sendo retribuídas com recursos em troca disso. Por exemplo: trabalho em troca de comida, dinheiro ou outro tipo de incentivo material. No caso da agricultura, os agricultores podem contribuir com os campos de cultivo e seu trabalho, mas não participam na experimentação, nem no processo de aprendizagem.
5 - Participação funcional	É a participação estabelecida por agências externas como um meio para alcançar os objetivos de determinado projeto. Usa-se especialmente como um meio para reduzir os custos dos projetos. As pessoas podem participar mediante a formação de grupos para alcançar determinados objetivos relacionados com o projeto. Tal participação pode ser interativa e levar a decisões compartilhadas. Não obstante, tende a ter lugar somente depois que as decisões mais importantes já foram adotadas pelos agentes externos. No pior dos casos, as pessoas podem ser cooptadas somente para servir ao alcance de metas externas.
6- Participação interativa	As pessoas participam de forma conjunta na análise, no desenvolvimento dos planos de ação e na formação e/ou fortalecimento de instituições locais. A participação é vista como um direito e não como um meio para alcançar os objetivos do projeto. O processo envolve metodologias interdisciplinares que adotam múltiplas perspectivas e utilizam processos de aprendizagem sistemáticos e estruturados.
7- Participação mediante acompanhamento	As pessoas atuam de forma conjunta e com o apoio de organizações externas, que, respeitando suas dinâmicas de ação social coletiva, complementam suas carências depois de serem demandadas pelos participantes e mediante processos de aprendizagem coletivos. A seleção de alternativas e as decisões são prerrogativas dos participantes.
8- Automobilização	As pessoas participam, independentemente de agentes ou instituições externas, adotando iniciativas para mudar o sistema. Elas estabelecem relações com instituições externas para obter os recursos e a assessoria técnica de que necessitam, mas também o controle sobre como os recursos devem ser utilizados. A automobilização pode se ampliar se os governos ou as ONGs oferecem estruturas de apoio. Esta auto-iniciada mobilização pode estar orientada a desafiar a distribuição de riqueza e poder existentes, ou não participar disso.

Fonte: Caporal (1999) adaptado de Pretty (1995) e Gaventa (1998).

Caporal (1999 p. 150-151) considera que os quatro primeiros tipos (manipulada, passiva, por consulta e por incentivos materiais) apresentam como principal problema, além do intercâmbio desigual e desestimulante, a incapacidade de alcançar efeitos posteriores positivos para a vida dos atores sociais envolvidos. Pretty (1995 apud CAPORAL 1999 p.151) afirma que estes tipos de participação são muito vulneráveis a todo tipo de manipulação, o que levaria a negá-los como tipos reais de participação, propriamente dita.

Segundo Caporal (1999), o quinto tipo (funcional) tende a manter os agentes externos numa posição dominante, dado que as decisões do grupo de pessoas participantes são, em geral, decisões periféricas, que estão subordinadas a decisões anteriores, de “nível mais elevado”.

Caporal (1999) conclui, afirmando que a extensão rural

deveria optar por um dos três últimos tipos de participação (interativa, mediante acompanhamento e automobilização), isolados ou conjuntamente. Ou seja, apoiar as iniciativas próprias dos beneficiários e estimular a participação como um direito, inclusive como um direito no que diz respeito ao controle social sobre a própria ação da extensão rural e de seus agentes (CAPORAL 1999 p. 152).

Assim, para que a ação extensionista seja deslocada de uma prática tradicional em direção a uma prática adaptada aos ‘novos tempos’ reveste-se de importância a implantação e manutenção de um processo participativo de qualidade.

Para avaliação da qualidade de um processo participativo devem ser consideradas ao menos duas questões fundamentais: as características formadoras de capital social da ação extensionista vigente e a tipificação da participação praticada nos diversos espaços de interação oportunizados, direta ou indiretamente, pela política pública.

Tendo em vista que uma classificação dicotomizada acaba se distanciando da realidade, a participação em função de seus tipos e intensidades pode ser posicionada num “*continuum*” que vai desde a participação manipulada - participação menos intensa- até a automobilização -participação mais intensa- (CAPORAL, 1999 p. 150-151).

Da mesma forma, a ação extensionista também pode ser posicionada num “*continuum*”, que vai desde uma ação extensionista caracterizada como tradicional; até uma ação extensionista formadora de capital social. A seguir apresenta-se a representação esquemática do “*continuum*” da participação e do “*continuum*” da ação extensionista.

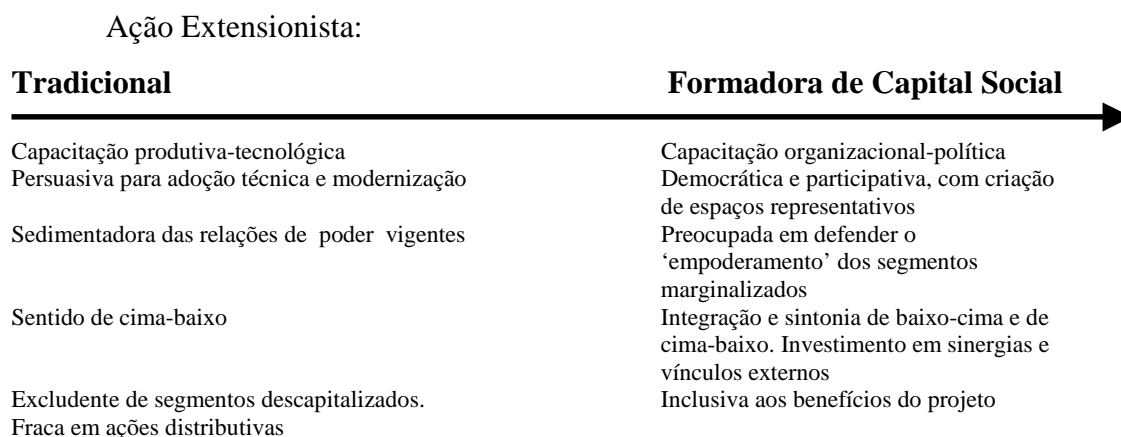
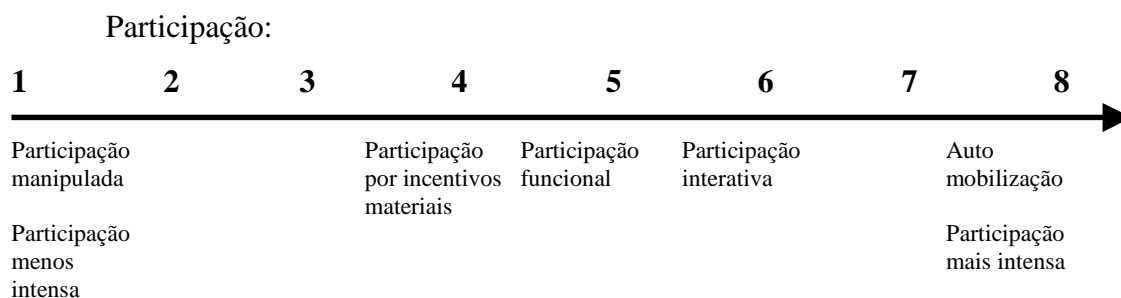


Figura 01- Representação esquemática dos “*continuums*” da participação e da ação extensionista

Nesse esquema para análise da ação extensionista proposto acima, salienta-se que a caracterização da ação tradicional, entendida como não indutora de capital social, aproxima-se tendencialmente ao enfoque da Transferência de Tecnologias e ao tipo de Extensão Rural Tradicional (CAPORAL 1999, p. 156, 163, 164), ao passo que a caracterização apresentada para a ação extensionista formadora de capital social busca elementos no enfoque “*Farmer First*” (CAPORAL, 1999, p. 156), na Extensão Rural Agroecológica (CAPORAL 1999, p. 163, 164) e em Durston (1999, 2000); Kliksberg (1999); Woolcock e Narayan (2000).

1.5. Considerações finais

Como foi visto, a teoria do capital social ainda está em formação, verificando-se uma gama de grupos de estudiosos abordando o tema com perspectivas distintas, levando a algumas contradições teóricas e conceituais

difíceis de lidar. Entretanto, a evolução teórica tem resultado na superação de muitas situações conflitivas, verificando-se que diversos pontos polêmicos no passado têm atingido um consistente consenso no presente.

Entende-se, a despeito das inúmeras definições, desde os autores fundacionais até os amplificadores e críticos mais recentes, que a definição mais simplificada do termo capital social, focando antes nas suas características intrínsecas, do que nas conseqüências advindas dele; e na possibilidade de sua definição ter capacidade de dar conta tanto do lado benéfico, quanto do lado prejudicial, é a que se apresenta mais adequada para o presente trabalho de pesquisa. Essa definição está incluída na concepção do capital social conhecida como 'dinâmica'. A denominação 'concepção dinâmica' diz respeito ao entendimento de que o capital social é constituído por diferentes tipos e dimensões que abrangem todos os níveis da sociedade e que as diferentes combinações destes tipos e dimensões têm influência significativa nos resultados do desenvolvimento e os condicionantes locais influem na intensidade dessas combinações. A concepção dinâmica tem a capacidade de compreender que o desenvolvimento é um processo mutável de co-evolução entre agentes sociais e contextos locais, e, em conseqüência, os estoques de tipos e dimensões do capital social também podem mudar, indicando a necessidade de re-adaptar as propostas de intervenção e a ação dos agentes com objetivo de sempre manter combinações favoráveis ao desenvolvimento.

Com relação aos frutíferos debates dos diferentes grupos de pesquisadores, salienta-se que tanto culturalistas quanto neo-institucionalistas, por exemplo, apresentam em seus enfoques, aspectos positivos e negativos marcantes. Da mesma forma, as visões, comunitária, de redes e institucional do capital social, no campo do desenvolvimento econômico, apresentam fortalezas importantes, mas, todas elas são insuficientes para compreender, completamente, a complexidade de um contexto de desenvolvimento regional participativo sustentável, como se propõe, o Projeto Área Piloto.

No presente trabalho, fica expresso que a perspectiva de visão sinérgica do capital social é a que apresenta as maiores qualificações para a compreensão e o

estudo do contexto empírico da pesquisa, pois consegue aglutinar os aspectos positivos das três visões anteriores, em especial a visão de redes e a visão institucional, dando um tratamento de variável ‘mediadora’ a noção de capital social. As idéias neoinstitucionalistas, representadas principalmente por Evans, são as principais contribuintes da perspectiva de visão sinérgica do capital social, tornando-a, recentemente, uma concepção com status de consenso para um grande número de estudiosos do assunto.

No texto foram apresentadas as características gerais que devem constituir uma política pública capaz de alavancar um processo de formação de capital social. Diversos autores, como John Durston, Michael Woolcock, Peter Evans, Bernardo Kliksberg e Deepa Narayan evidenciam a importância dos agentes externos e a interação dos funcionários destas agências com as comunidades de beneficiários para a concretização das instituições de capital social a partir dos fatores precursores locais, estabelecendo vínculos que ultrapassam os limites comunitários, e arranjos sinérgicos para o desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Nessa interação de atores sociais, evidencia-se a participação, através do emprego de metodologias adequadas, como elemento fundamental no processo de capacitação em diversos campos, como, por exemplo, organizacional e político. Da mesma forma, habilidades em diagnóstico, planejamento e ação propositiva dos grupos de agricultores são potencializadas no transcurso de um processo participativo.

Fica claro, também, a necessidade de criação dos espaços adequados para que essas ‘novas’ capacidades e habilidades possam ser exercitadas pelo segmento marginalizado que conforma uma trajetória em sentido ascendente dentro da estrutura social local, e a necessidade de uma ação protetora desses novos ‘espaços e institucionalidades’ do capital social emergente.

Outra evidência, que transparece dessas experiências e recomendações relatadas, é que a concepção das políticas públicas deve ser adequada e especificamente desenhada, para que determine, efetivamente, uma evolução

positiva do capital social no contexto onde atua, e é esse desenho que, em certa medida, vai balizar a forma de atuação do corpo de agentes de desenvolvimento.

Portanto, o desenvolvimento conceitual e teórico discutido neste capítulo possibilitará, em última análise, avaliar o processo de intervenção externa das equipes de agentes municipais nas comunidades rurais amostradas, a partir da satisfação, passo a passo, dos objetivos específicos propostos no projeto de pesquisa.

CAPÍTULO II - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E PRECURSORES DE CAPITAL SOCIAL NO TERRITÓRIO DA PESQUISA

2.1. As Áreas Piloto como projeto de desenvolvimento rural

De acordo com Cruz (2002), a Constituição de 1988 tem como uma de suas características marcantes a atribuição de maior poder decisório aos municípios, incorporando assim uma estratégia de descentralização³⁰, bem como a idéia de controle social. Essas concepções faziam parte da agenda da época sobre reforma do Estado e participação da sociedade nas administrações públicas.

Na década de 90, várias leis complementares a Constituição configuraram o aparato legal para a descentralização, tornando possível a discussão de novos arranjos intermunicipais, que surgem com o objetivo de otimizar recursos locais e regionais, bem como uma alternativa de racionalização do modelo de gestão, tendo como noção subjacente a percepção de que muitos problemas locais transcendem o território municipal, exigindo uma atuação conjunta entre municípios vizinhos (CRUZ, 2002 p.198-199).

Nesse mesmo contexto constitucional – incentivo a reforma do Estado e descentralização – novos arranjos institucionais são propostos para aperfeiçoar a intervenção da pesquisa e extensão rural, visando a eficácia e eficiência das ações em busca do desenvolvimento territorial sustentável.

Conforme EMBRAPA (1991 p. 09), no ano de 1990, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) assume, por decreto presidencial, a coordenação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER). O documento EMBRAPA (1991 p. 09) argumenta que a lógica que está por trás de tal decreto, é que ambos serviços, complementares entre si, e essenciais ao desenvolvimento do setor agropecuário, poderiam alcançar níveis

³⁰Buarque (2002 p 42) define descentralização como “[...] transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias agregadas para unidades espaciais menores, entre as quais o município e as comunidades [...]. Representa uma efetiva mudança da escala de poder, conferindo às unidades comunitárias e municipais capacidades de escolha e definições sobre suas prioridades e diretrizes de ação e sobre a gestão de programas e projetos”.

mais altos de eficácia através de uma maior articulação operacional, sob a coordenação de uma única entidade. Foi criada, para tanto, na EMBRAPA, a Secretaria Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – SER, encarregada de levar adiante as questões relacionadas com esta nova missão.

Com esta incumbência, a SER elaborou um Plano de Ação Estratégica – PAE, para o período 1991-1995, com o propósito de “tornar os sistemas de assistência técnica e extensão rural mais eficazes em atender as necessidades dos produtores do meio rural e da sociedade, em termos de transferência de tecnologia agropecuária” (EMBRAPA, 1991 p. 30). Esse PAE/SER levou em conta para sua elaboração, entre outras coisas, o diagnóstico previamente realizado sobre os serviços de assistência técnica e extensão rural no Brasil que havia evidenciado como problema central que “os sistemas de transferência de tecnologia eram incapazes de atender adequadamente as necessidades dos produtores, do meio rural e da sociedade” (EMBRAPA, 1991 p. 26-27).³¹

Dentro de um conjunto amplo de ações propostas, para satisfazer os objetivos contidos no PAE (1991-1995), surgem as Áreas Piloto (BORBA 2002 p. 164)³², entendidas como um espaço fisiográfico com suas características socioeconômicas representadas por municípios contíguos e pertencentes a uma mesma região homogênea ou unidade administrativa do serviço estatal de extensão rural, onde seriam exercitados métodos e processos de trabalho, supervisão, monitoramento e avaliação, considerados os mais adequados, modernos e capazes de promover o salto qualitativo dos serviços de pesquisa e extensão rural.

Conforme Borba (2002 p. 163), no início dos anos 90, os ‘Projetos Área Piloto’ se constituem num marco de referência inovador para a intervenção da extensão e da pesquisa agropecuária no desenvolvimento rural brasileiro.

³¹Esse problema era oriundo de três áreas principais de estrangulamento: 1- quadro institucional deficiente; 2-processos de geração e transferência de tecnologia, pouco condizente com a realidade; e 3- políticas agrícola e agrária pouco adequadas e não favorecem o processo de adoção de tecnologia (EMBRAPA, 1991 p. 26-27).

³²Todas as referências relacionadas aos Projetos Áreas Piloto de Assistência Técnica e Extensão Rural estão baseadas nas informações preparadas por Borba (2002), a partir de um documento denominado Marco Referencial (sem referência completa).

Além dos objetivos gerais, específicos e premissas que deveriam nortear as propostas das Áreas Piloto, Borba (2002 p. 166) apresenta os princípios básicos - contidos no documento Marco Referencial - que deveriam orientar as relações entre os atores inseridos num território trabalhado sob tal projeto. Estes eram:

1-comunicação horizontalizada e dialógica em todos os níveis de ação;

2-participação dos produtores em todas as etapas do trabalho, incluindo o monitoramento e a avaliação das ações desenvolvidas;

3-concentração dos esforços da extensão no apoio aos grupos formais e informais de agricultores;

4-intensificação do intercâmbio de idéias e informações entre agricultores, investigadores, extensionistas, para fortalecer o intercâmbio de conhecimentos entre os protagonistas do processo;

5-maior aproximação entre os agricultores, extensionistas e investigadores, especialmente os pequenos e médios produtores que constituem o público destacado da extensão rural;

6-contribuição efetiva na identificação e no apoio aos interesses e necessidades concretas comuns aos grupos de produtores rurais;

7-adoção em todas as instâncias do processo de uma postura dialógica e participativa nos distintos níveis das organizações envolvidas;

8-visão global do produtor rural e de sua família inseridos num contexto social, econômico, político e cultural, tendo como base sua condição de cidadão e de profissional da agricultura;

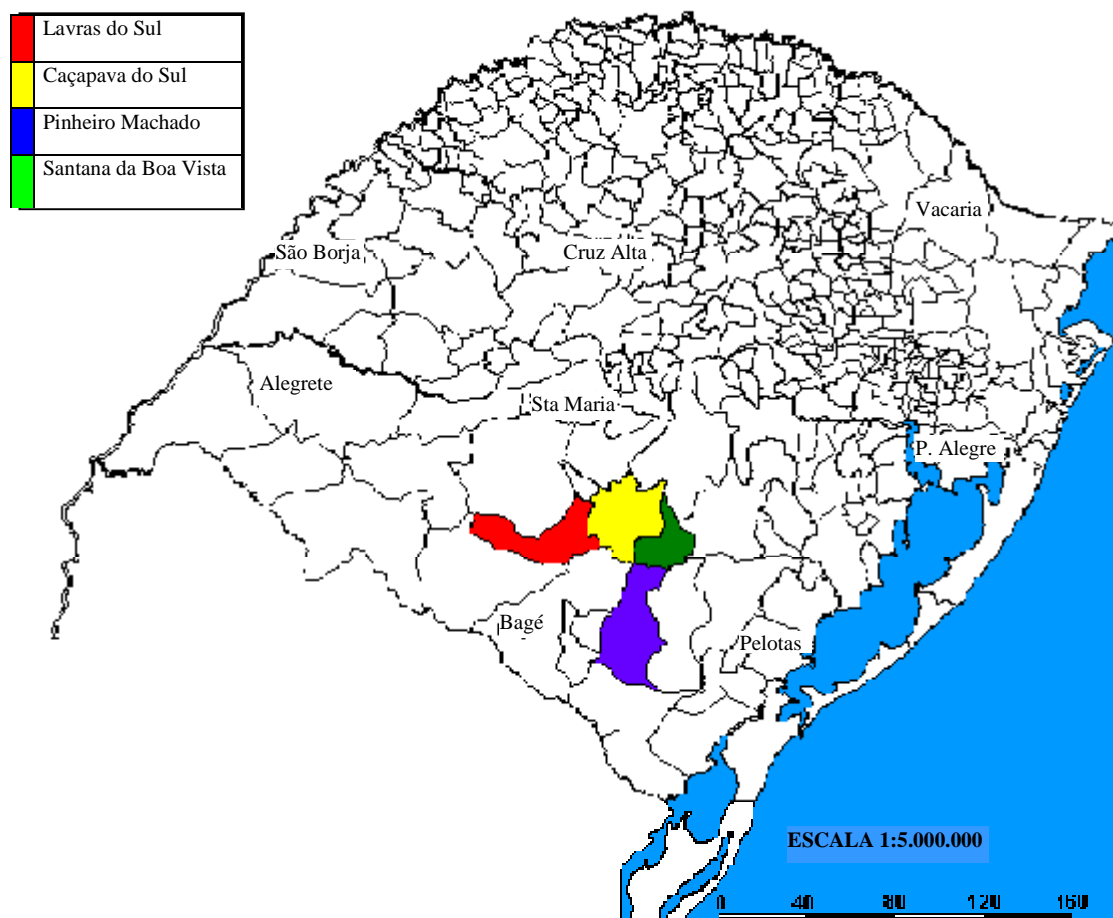
9-coordenação entre as instituições diretamente relacionadas com as ações desenvolvidas e as comunidades rurais, em especial a pesquisa agropecuária, a extensão rural e os poderes públicos municipais, estaduais e federais.

Na estratégia metodológica contida no documento Marco Referencial ficou estabelecido que seriam apoiadas cinco experiências em todo o país, existindo uma para cada macro-região geográfica (norte, nordeste, centro-oeste, sudeste, sul), com cada projeto abarcando entre três e cinco municípios que constituíssem sempre que fosse possível um ecossistema bem definido (BORBA 2002 p. 166).

As recomendações originais contidas no marco referencial, como se pode perceber, trazem elementos novos, comparativamente às propostas tradicionais desenvolvidas até então, deslocando o peso da efetividade e sustentabilidade de tais projetos para outros aspectos pouco considerados anteriormente, como a intensa participação do agricultor em todas as etapas do processo, a potencialidade da aproximação de segmentos e atores envolvidos como efeito sinérgico na superação de problemas e transformação da realidade, a relevância do contexto social e cidadania, horizontalização dos contatos entre os atores, o poder público como catalisador de arranjos institucionais para o desenvolvimento, o investimento na capacitação dos agricultores, e por fim o estímulo à organização da base comunitária. Entretanto, de acordo com Borba (2002 p. 163), os Projetos Área Piloto mantinham algumas premissas de intervenção do modelo tradicional de desenvolvimento, como, por exemplo, não buscavam liberar os agricultores de suas dependências, mantendo a fé nas inovações tecnológicas, e uma maior aproximação ao mercado como os motores do desenvolvimento, o que levaria parcela significativa do seu público alvo, os pequenos e médios agricultores, a intensificação do processo de marginalização e exclusão completa.

Como se pode verificar em Villela (2001 p. 78 anexo 03), o Projeto Área Piloto no Rio Grande do Sul³³ foi estabelecido pelo Termo de Cooperação Técnica firmado entre o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, através de sua Secretaria da Agricultura e Abastecimento, e os municípios de Caçapava do Sul, Lavras do Sul, Pinheiro Machado e Santana da Boa Vista, tendo como intervenientes a EMBRAPA, a EMATER-RS, e a FEPAGRO, e assinado em junho de 1994.

³³No âmbito estadual é que se dão as principais conjugações de esforços, pois é a partir dele que se proporcionam as mediações ou articulações das demandas dos municípios participantes com a estrutura institucional de âmbito federal. Nessa instância se materializa a base física metodológica, composta pelos municípios contíguos, onde os métodos e instrumentos são colocados em prática (testados), e na medida que sua eficiência e eficácia forem comprovadas, poderão ter seus resultados extrapolados para os demais municípios que compõem a região (BORBA 2002 p. 169).



Fonte: adaptado de Borba (2002 p. 136)

Figura 02- Localização dos quatro municípios constituintes da área fisiográfica do Projeto Área Piloto no Rio Grande do Sul.

Os quatro municípios do Projeto Área Piloto-RS apresentam certa homogeneidade em termos de história e de população. Eles totalizam uma área de 10.105 Km², numa topografia predominantemente declivosa, localizados na região denominada Serra do Sudeste, que, por sua vez, está localizada na Metade Sul, ou também chamada 'metade pobre' do Rio Grande do Sul, pelo fato de estar experimentando um prolongado processo de decadência do seu modelo de desenvolvimento.

De acordo com os dados da Fundação de Economia e Estatística – FEE ³⁴ (1995 apud RIBEIRO E VILLELA 2003 p. 02), esses quatro municípios, Santana da Boa Vista, Lavras do Sul, Pinheiro Machado e Caçapava do Sul, encontravam-se entre os mais pobres do estado, e algumas evidências sócio-econômicas são reveladoras da situação de empobrecimento e de dificuldades vivenciadas por eles. Conforme Ribeiro e Villela (2003 p. 03) e EMATER (1998 p. 13), essas características sinalizadoras podem ser assim apresentadas:

a-acentuação do êxodo rural para outros municípios da região, caracterizando-se como zona de expulsão populacional;

b-envelhecimento na população rural, com índice de idosos superior e de crianças inferior, quando comparados com as médias estaduais;

c-a população rural apresenta índices de analfabetismo e de evasão no primeiro grau superiores a média do estado;

d-a população rural apresenta índices de mortalidade infantil superiores a média do estado; e

e-a população rural apresenta índices de indigência superiores a média do estado.

³⁴A classificação de pobreza dos municípios foi baseada no Índice de Desenvolvimento Social publicado em 1995, pela FEE, calculado a partir dos dados do censo de 1991. Esse índice foi substituído pelo IDESE, também calculado pela FEE para os municípios do estado, só que agora com base nos dados do censo de 2000 e com modificações na metodologia.

Tabela 01- Estimativa do Índice de Desenvolvimento Social – 1991, e IDESE – 2000 no Rio Grande do Sul, na Metade Sul, e nos municípios da Área Piloto (FEE, 1995; 2003)

Municípios	Índice de Desenvolvimento Social - 1991 -	IDESE - 2000
Rio Grande do Sul	0,883	0,751
Metade Sul	0,574	0,735*
Caçapava do Sul	0,595	0,712
Pinheiro Machado	0,517	0,658
Lavras do Sul	0,467	0,713
Santana da Boa Vista	0,420	0,634

Fonte: adaptado de Ribeiro e Villela (2001 p. 03)

(*) Estimativa a partir da média aritmética do IDESE - 2000 dos quatro COREDEs que compõem a Metade Sul do Estado. Campanha – 0, 739; Fronteira Oeste - 0,735; Central - 0, 734; e Sul - 0, 732 (FEE 2003).

Os dados da Tabela 01³⁵ mostram que o índice de desenvolvimento socioeconômico (IDESE - 2000) dos municípios da Área Piloto, do mesmo modo que ocorria com o índice de desenvolvimento social em 1991, ainda se encontra abaixo da média dos municípios do estado³⁶ e da metade sul, indicando um contexto ainda restringido em termos de desenvolvimento.

De acordo com o Termo de Cooperação Técnica, a criação e implantação da Área Piloto, no espaço fisiográfico representado pelos quatro municípios contíguos entre si, tinha por objetivo,

[...] concentrar esforços com o propósito de exercitar métodos, experimentar instrumentos, realizar tecnologias, e analisar processos

³⁵Tanto o Índice de Desenvolvimento Social – 1991 (Silveira e Sampaio, 1996 apud FEE 2003), quanto o IDESE - 2000 (Índice de Desenvolvimento Sócio Econômico) são índices sintéticos que abrangem um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos com o objetivo de mensurar o grau de desenvolvimento dos municípios do Estado, permitindo verificar a condição de maior ou menor desenvolvimento de uma dada população, indicando, por exemplo, o conjunto de sinais de pobreza. O IDESE é o resultado da agregação, com a mesma ponderação (0,25), de quatro blocos de indicadores: Domicílio e Saneamento, Educação, Saúde, e Renda (FEE 2003). O Índice de Desenvolvimento Social, baseado em dados do censo de 1991, apesar de agregar os mesmos quatro blocos de indicadores, apresenta algumas distinções com relação as variáveis que os compõem, especialmente, nos blocos, renda e saúde. Estes índices são construídos de tal forma que a expressão do desenvolvimento varia numa escala de 0 até 1. Quanto mais próximo estiver de 1 o Índice de Desenvolvimento Social, ou o IDESE calculado, mais favorável será a situação de desenvolvimento (FEE, 2003).

³⁶O Estado do Rio Grande do Sul totaliza em seu território 497 municípios (IBGE, 2003).

de trabalho que possibilitam promover o salto qualitativo dos serviços públicos de Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural, em busca do Desenvolvimento Rural da área em apreço (VILLELA 2001 p. 78 anexo 03).

Esses propósitos expressos em tal documento estão baseados em quatro pilares básicos, participação, organização, parceria e municipalização assim entendidas, de acordo com Ribeiro e Villela (2001 p 04): i- a participação das pessoas nas tomadas de decisão devendo ser estabelecidos mecanismos que permitam a valorização, o respeito e o comprometimento de todos nas decisões tomadas; ii- a organização, em busca da defesa dos diferentes interesses, em busca do “empoderamento” dos agricultores familiares³⁷, a partir de espaços participativos e representativos no nível comunitário e regional; iii- a parceria, que potencialize os esforços numa única direção e otimize os escassos recursos disponíveis; e por fim, iv- a municipalização, entendida como um processo cada vez mais presente, que tem como principal característica a valorização das decisões locais e regionais.

Assim, pode-se identificar que o Projeto Área Piloto do RS, fundamentado em quatro pilares básicos, almeja a construção do desenvolvimento territorial sustentável, em quatro municípios da região Serra do Sudeste, elevando o produtor rural, sua família e a comunidade onde vivem, ao papel de protagonistas do processo. Com esse sentido, evidencia-se que a dimensão social do desenvolvimento, representada tanto pela mobilização/organização de base comunitária, pelos vínculos Estado-sociedade, e pelas liberdades individuais, quanto pela melhoria da qualidade de vida e infra-estrutura local, constituí-se numa das principais conquistas a serem perseguidas pelo Projeto Área Piloto.

³⁷De acordo com FAO/INCRA (1996 apud BROSE 1999 p. 36), são três as características essenciais que definem a agricultura familiar brasileira: i-a gestão e os investimentos na unidade produtiva são efetuados por indivíduos que mantêm entre si laços de parentesco ou matrimônio; ii- a maior parte do trabalho é proporcionada por membros da família; e iii- a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre a terra) pertence à família e é em seu interior que se efetua sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis. Apesar destas características comuns, a expressão agricultura familiar engloba uma enorme heterogeneidade. Conforme sugere o FAO/INCRA (1996), esta se divide em três grandes categorias, segundo seu estágio de desenvolvimento tecnológico e perfil sócio-econômico: i-consolidada; ii-em transição; e iii-periférica (BROSE, 1999 p. 38).

Com o desenrolar do projeto, se consolida a percepção de que a promoção do desenvolvimento sustentável de uma região³⁸ é facilitada quando pensada de forma cooperada, fazendo com que, em 11 de novembro de 2002, fosse instituído oficialmente o Consórcio Intermunicipal do Projeto Área Piloto/RS, sob a forma jurídica de associação civil, sem fins lucrativos, tendo por sócios os quatro municípios da Serra do Sudeste.

Com esse novo arranjo intermunicipal dá-se mais um passo na estruturação institucional que, ao menos teoricamente, potencializa esforços sinérgicos de gestão e representação regional, em direção ao desenvolvimento do território Área Piloto.

Cabe salientar, entretanto, que no decorrer do Projeto Área Piloto da Serra do Sudeste do RS, iniciado em 1994, a evolução do debate sobre desenvolvimento e o surgimento, por exemplo, da noção de capital social, fizeram com que novos elementos fossem introduzidos na prática de gestão, relativizando a importância de alguns imperativos iniciais, como inserção aos mercados e inovação tecnológica, constantes nos documentos, PAE/SER/EMBRAPA escrito em 1991, e no Marco Referencial dos Projetos.

Contudo, mesmo sem referir explicitamente a expressão capital social, até porque, no início dos anos 90, o termo ainda estava ‘nascendo’ na literatura sobre desenvolvimento, os princípios norteadores das Áreas Piloto, constantes no documento Marco Referencial, ao que parece, se apresentam sintonizados com a perspectiva de que o capital social benéfico é um recurso produtivo que pode ser considerado para levar adiante propostas de desenvolvimento realmente amplas, sustentáveis e inclusivas. Transparece também, apesar de referir muitas vezes o alvo das propostas ao restrito setor agropecuário (atividades agrícolas) em detrimento do meio rural mais amplo (atividades agrícolas e não agrícolas), que as premissas e princípios das Áreas Piloto aproximam-se da proposta do

³⁸Para Hiernaux (apud BOISIER 2000 p. 161), “região é um território organizado que contém, em termos reais ou em termos potenciais, os fatores de seu próprio desenvolvimento, com total independência da escala”.

Desenvolvimento Territorial Rural³⁹, apresentada por Schejtman e Berdegué (2003).

2.2. Procedimentos metodológicos

A natureza deste trabalho de pesquisa é principalmente qualitativa (MINAYO, 2000; RICHARDSON, 1999; ALMEIDA, 1989, RÚDIO, 1980), com acréscimos de considerações quantitativas com função auxiliar, como, por exemplo, a escala de medição da evolução do capital social.

Os procedimentos instrumentais adotados estão em conformidade com o problema construído, que pode ser apresentado através das seguintes perguntas: Houve formação de capital social em comunidades rurais trabalhadas pela ação extensionista do Projeto Área Piloto? Com que intensidade a ação extensionista contribuiu para o incremento do capital social? Qual o estágio da prática extensionista em sua capacidade de promover um processo pleno de formação do capital social?

³⁹As análises levadas a diante por Schejtman e Berdegué (2003) permitem que sejam definidos e propostos oito critérios operativos que devem ser levados em conta por ocasião do desenho e implementação de programas de desenvolvimento territorial rural (DTR): Critério 1- a transformação produtiva e o desenvolvimento institucional devem ser abordados de forma simultânea, pois são interdependentes, para que se obtenha redução significativa e sustentável da pobreza rural; Critério 2- os programas de DTR devem operar com um conceito ampliado do rural, incluindo necessariamente o núcleo urbano, devido sua influência potencial em diversos aspectos, tanto produtivo como sociais, da vida das populações rurais; Critério 3- para os programas de DTR, o território é um espaço com identidade e com um projeto de desenvolvimento concebido socialmente; Critério 4- os programas de DTR devem considerar explicitamente a heterogeneidade entre territórios; Critério 5- os programas de DTR devem convocar a diversidade dos agentes do território, criando espaços e dando condições a que os segmentos pobres se representem e se organizem, além de proporcionar pontes, vinculando-os com agentes externos importantes; Critério 6- os programas de DTR devem considerar as combinações de três possíveis rotas de saída da pobreza, a via agrícola, a via rural não agrícola, e a via da migração. Ressalta-se que nas três devem incluir tanto o auto-emprego como o emprego assalariado. Assumindo-se que a via das redes de proteção social opera com uma lógica transversal e não de DTR; Critério 7- os programas de DTR requerem uma complexa arquitetura institucional. Entende-se arquitetura institucional como o conjunto formado pelas instituições e as organizações; Critério 8- os programas de DTR devem ser formulados e gerenciados com horizontes de médio em longo prazo. Outro autor que contribui com algumas características operacionais de um processo de desenvolvimento territorial, aliás, denominado por ele desenvolvimento local sustentável é Buarque (2002), enfatizando que a qualidade de vida, eficiência econômica e gestão pública eficiente em associação com alguma forma de distribuição de ativos sociais e com a sinergia resultante no conjunto do tecido social – sem esquecer, obviamente, a manutenção e recuperação dos recursos naturais, que está intimamente relacionada à adequação do padrão tecnológico - viabilizam o desenvolvimento local de forma consistente e sólida (BUARQUE 2002 p. 27).

As hipóteses formuladas a partir desses problemas levantados para estudo são enunciadas da seguinte maneira: A primeira hipótese é de que houve um incremento significativo de diferentes elementos, tipos, e dimensões de capital social nas comunidades rurais estudadas. A segunda hipótese é que a ação extensionista contribuiu muito para o incremento do capital social. A terceira hipótese é que a ação extensionista na Área Piloto está num estágio de transição de uma prática tradicional para uma prática participativa preocupada com a formação de capital social no território do projeto

2.2.1. Investigação da qualidade da ação extensionista do Projeto Área

Piloto

Uma ação extensionista formadora de capital social, e, em consequência promotora do desenvolvimento territorial sustentável, foi delimitada nesta pesquisa como aquela orientada a satisfazer basicamente os seguintes aspectos principais:

- a-promover a participação em todos os níveis e em todas etapas do projeto;
- b-investir nas capacidades e habilidades das pessoas em destrezas sociais, comunicação, diagnóstico e planejamento da realidade;
- c-criar espaços participativos para prática dessas habilidades;
- d-defender espaços participativos e outras conquistas dos segmentos em processo de ‘empoderamento’ frente a atores sociais reacionários;
- e-investir no potencial sinérgico entre comunidades e instituições e entre instituições;
- f- estabelecer vínculos externos ao âmbito comunitário; e
- g-promover a inclusividade dos segmentos sociais marginalizados nos benefícios do projeto de desenvolvimento.

Embora a definição de ação extensionista utilizada apresente alguns critérios mais abrangentes, a presente pesquisa restringe-se a investigar a influência daquele trabalho quase diário dos técnicos, próximo e mais perceptível pela base comunitária de agricultores familiares, bem como aqueles vínculos mais intensos que se processam entre a comunidade rural e o entorno, envolvendo

desde instituições externas até aqueles espaços participativos em que elementos da comunidade interagem, representando configurações específicas da mobilização interna. Entretanto, não investiga as influências das articulações entre lideranças políticas dos quatro municípios que compõem o Projeto Área Piloto, dos conselhos regionais de desenvolvimento e dos outros vínculos que se processam no âmbito macro institucional da região, e que também se caracterizam como um trabalho participativo e podem refletir no incremento do capital social nas comunidades.

A partir das coletas de dados efetuadas, a verificação final da qualidade da ação extensionista incluirá o posicionamento de ambas, a participação que normalmente se processa nos diferentes espaços de interação, e a ação extensionista, nos “*continnuns*” (vide Figura 01, Cap. I p. 43) – i- tipos de participação (dos mais tradicionais até aqueles mais intensos); e ii- ação extensionista (desde a ação tradicional até a ação formadora de capital social).

2.2.2. Avaliação, identificação e mensuração da evolução dos tipos, elementos e dimensões do capital social em comunidades rurais do Projeto Área Piloto

A evolução do capital social na comunidade é avaliada a partir de evidências diretas e indiretas.

As evidências indiretas foram verificadas a partir da caracterização do processo de formação das sociedades e da identificação de precursores do capital social no nível regional da serra do sudeste, dos municípios e em cada comunidade. Posteriormente recolheram-se informações sobre o processo de evolução da organização comunitária como um indicativo de evolução do capital social. Os critérios considerados fundamentais para qualificar uma ação extensionista formadora de capital social também auxiliaram na verificação da evolução do capital social. Essa estratégia proporcionou ao pesquisador um volume considerável de informações que possibilitou a formação de uma visão interpretativa da realidade das comunidades, uma expectativa projetada no resultado esperado que poderia aparecer por ocasião da aplicação da escala de

medição, e desta forma permitiu confrontar sua visão com a perspectiva da comunidade.

Por sua vez, em relação às evidências diretas, buscou-se a percepção da comunidade quanto à evolução do capital social a partir da aplicação da escala de medição, com base no modelo analítico apresentado por Castilhos (2002). Tal procedimento proporcionou o maior volume de dados para verificação da primeira hipótese. Entretanto, em função de basear-se unicamente na perspectiva dos agricultores, necessitou de procedimentos de triangulação para assegurar maior consistência nas análises.

2.2.3. Investigação da influência da ação extensionista no incremento do capital social no contexto do Projeto Área Piloto

Neste caso, o processo de verificação das evidências baseou-se na percepção da comunidade acerca do impacto do trabalho dos técnicos, se mais intensamente formador de capital social (relações sociais e aspectos intangíveis) ou se fornecedor de benefícios materiais e aspectos físicos. Em consequência do tipo de impacto percebido, e a partir da perspectiva comunitária a respeito dos fatores impulsionadores das principais conquistas, buscou-se verificar as possíveis relações com o desenvolvimento.

Privilegiou-se a apreensão da reflexão de grupos, e, por isso, a estratégia selecionada para coleta de dados foi a realização de uma reunião com agricultores da comunidade, utilizando-se a técnica da visualização móvel.

2.2.4. Procedimentos e critérios utilizados para seleção das comunidades

Nas reuniões de planejamento do projeto de pesquisa, num total de quatro, uma com a equipe do Escritório Regional de Pelotas e uma com cada equipe dos Escritórios da ASCAR-EMATER/RS nos municípios trabalhados, foram apresentados e discutidos os critérios básicos para escolha das comunidades em função dos objetivos da pesquisa.

A escolha das comunidades rurais teve a colaboração das equipes dos escritórios municipais da ASCAR-EMATER/RS, efetivada basicamente em

função da avaliação dos técnicos, considerando-se principalmente os critérios abaixo relacionados:

- presença de ação extensionista com características pretensamente formadoras de capital social desenvolvida pelos agentes municipais, inclusive com aplicação de ferramentas de DRP, iniciado num período superior a dois anos;

- maior diversidade possível entre os contextos locais das três comunidades a serem escolhidas;

- diferenças de intensidade do resultado do trabalho, relativamente à formação de capital social;

- a representatividade dessas comunidades dentro do Projeto Área Piloto

De acordo com estes critérios, que caracterizam um procedimento de amostragem não probabilística intencional (RICHARDSON, 1999; ALMEIDA, 1989, RÚDIO, 1980), a coleta de dados desta pesquisa foi realizada nos municípios de Pinheiro Machado, Santana da Boa Vista e Caçapava do Sul. As comunidades rurais foram Carro Quebrado, Rincão dos Barbosas/Pereiras e Rincão Salete, respectivamente.

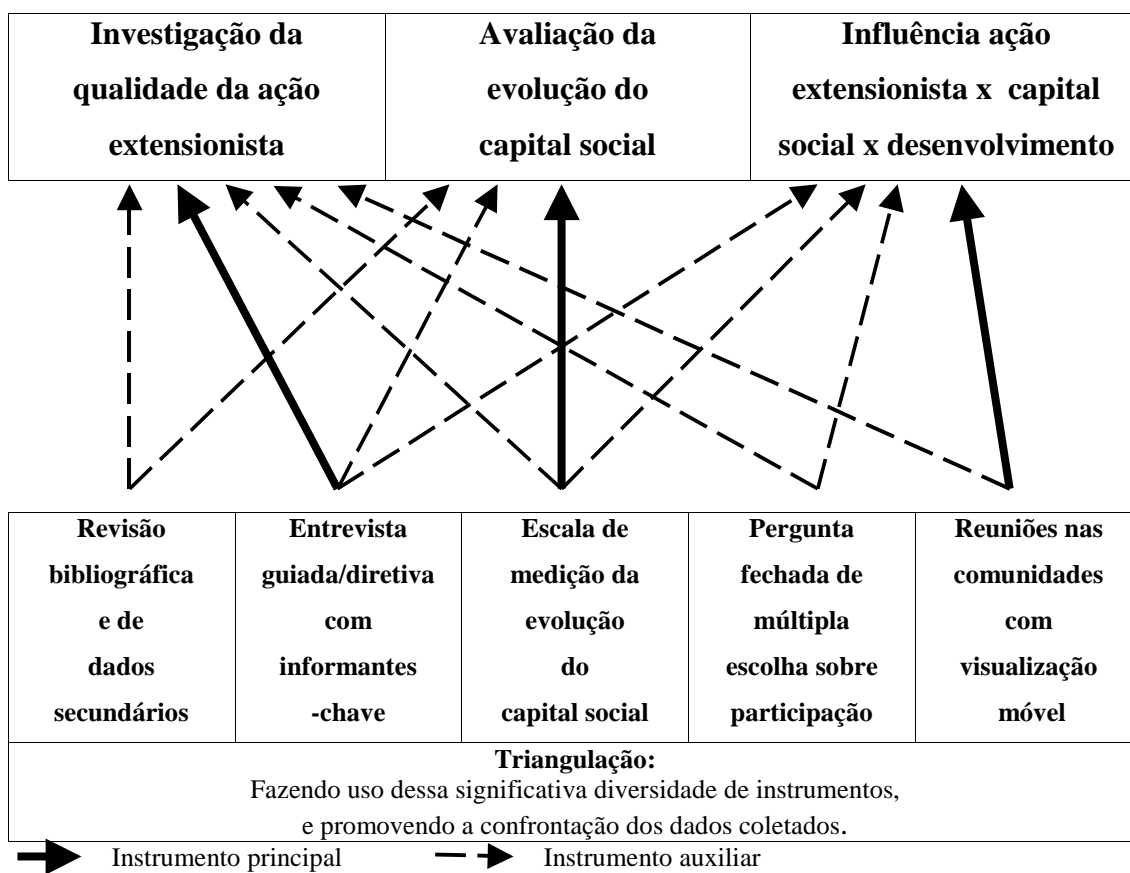
As comunidades Carro Quebrado e Rincão dos Barbosas/Pereiras estão localizadas em municípios pertencentes à região administrativa da empresa ASCAR-EMATER/RS denominada Regional de Pelotas, e a comunidade de Rincão Salete está localizada no município de Caçapava do Sul que faz parte da Regional de Bagé, da mesma empresa. A coleta de dados não incluiu nenhuma comunidade rural do município de Lavras do Sul, pertencente à região administrativa de Bagé, em função de limitações de recursos, em especial, material e humano, e também, por considerar-se que as três comunidades escolhidas possibilitariam as respostas ao problema de pesquisa num contexto de diversidade buscado.

2.2.5. Descrição dos instrumentos metodológicos utilizados

A coleta de dados consistiu na revisão bibliográfica, na análise de dados secundários (RICHARDSON, 1999; ALMEIDA, 1989, RÚDIO, 1980), na aplicação de entrevistas guiadas/diretivas com informantes-chave

(RICHARDSON, 1999; ALMEIDA, 1989), na aplicação de escalas de medição do capital social com sujeitos-tipo da diversidade local (ROCHE, 2002; RICHARDSON, 1999; ALMEIDA, 1989), na aplicação de questão fechada de múltipla escolha para sujeitos-tipo (RICHARDSON, 1999; ALMEIDA, 1989) e reunião nas comunidades onde foram aplicadas técnicas participativas de visualização móvel (ROCHE, 2002; KRAPPITZ, 1988).

A relação entre os instrumentos de coleta de dados e os objetivos específicos da pesquisa é apresentada na Figura 03, a seguir.



Fonte: Levantamentos dessa pesquisa

Figura 03- Relação dos instrumentos de coleta com os objetivos da pesquisa

-Revisão bibliográfica e de dados secundários: A revisão bibliográfica possibilitou a investigação de alguns aspectos do processo histórico de formação da sociedade brasileira, gaúcha e da serra do sudeste; a verificação de precursores do capital social; e os fundamentos básicos dos Projetos Área Piloto. A análise dos dados secundários constantes nos registros e documentos dos escritórios

municipais da ASCAR-EMATER/RS (levantamentos estatísticos, relatórios, o diagnóstico rural participativo-DRP), e nas associações comunitárias (atas de reuniões) permitiu investigar as histórias de ocupação do território, de organização comunitária e de intervenção dos agentes externos; os estoques e algumas características do capital social existente; as estratégias de reprodução econômica mais comumente adotadas pelos agricultores; os relatórios e avaliações do trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto Área Piloto, produzidos pelas próprias equipes de técnicos; a frequência e periodicidade de reuniões; os principais anseios expressos nas matrizes de planejamento construídas nas comunidades; e o respectivo andamento das ações propostas;

- Entrevista guiada/diretiva com informantes-chave: O eixo estrutural da entrevista diretiva/guiada (Anexo B) buscou extrair informações que possibilitem verificar o aumento de capacidades e habilidades dos agricultores como resultante do processo de aprendizagem participativa; os locais ou situações em que essas capacidades e habilidades estão sendo praticadas; a presença de clientelismo e dominação reacionários ao avanço do processo de mobilização comunitária; a presença de entidades e mecanismos na defesa dessas conquistas; as características e o potencial transformador dos arranjos sinérgicos; a qualidade da participação que ocorre em diversos níveis do processo de intervenção; a intensidade de vínculos extracomunitários estabelecidos; o grau de inclusividade dos segmentos marginalizados nos benefícios do projeto. A entrevista permitiu também extrair informações sobre a história de organização comunitária; a história de intervenção externa; e a perspectiva dos agentes e dos agricultores a respeito da transformação do capital social na comunidade;

Os critérios considerados para amostragem dos informantes-chave basearam-se em recomendações dos métodos qualitativos argumentados por Richardson (1999) como segue:

[...] não se devem relacionar os critérios de confiabilidade da pesquisa qualitativa com aqueles da pesquisa quantitativa, particularmente em referência à representatividade dos entrevistados de uma população mais abrangente (RICHARDSON 1999 p. 95).

Na comunidade do Carro Quebrado foram entrevistados: um extensionista, um funcionário do serviço estadual de saúde, dois líderes locais, um agricultor/conselheiro municipal/representante de organizações locais e uma professora municipal aposentada/agricultora⁴⁰. Na comunidade do Rincão dos Barbosas/Pereiras foram entrevistados: um extensionista, um conselheiro/ex-prefeito municipal e três líderes locais, dois agricultores familiares e um agente comunitário de saúde/agricultor familiar. Na comunidade do Rincão Salete foram entrevistados: um extensionista, um secretário do Sindicato dos Trabalhadores Rurais-STR/conselheiro municipal e dois líderes locais, um agricultor familiar/ex-vereador e um comerciante/agricultor familiar/representante do grupo de produtores da agroindústria de feijão (Anexo A).

- Escala de medição da evolução do capital social: A escala de medição é composta de 20 (vinte) itens representativos de inúmeras variáveis, dimensões, elementos, e tipos de capital social⁴¹ (Anexo D). Os agricultores foram orientados a valorar sua percepção sobre a intensidade de presença/ausência de cada item na realidade local da comunidade, através de notas que variavam de 01 a 10, nas épocas de 1993 e 2003. Esse instrumento foi aplicado, nos dias 19 e 20/02/2003, na comunidade do Carro Quebrado, para um grupo composto de 08 (oito) moradores, representando 08% da população total⁴² e 28% dos domicílios;⁴³ na

⁴⁰A escolha foi assessorada pela equipe municipal da ASCAR-EMATER/RS, observando aquelas pessoas, participantes das etapas do DRP na comunidade, com maior conhecimento da história de intervenção externa e organização comunitária.

⁴¹A elaboração do escala de medição baseou-se nos trabalhos de: GROOTAERT, C.; NARAYAN, D.; NYHAN-JONES, V. e WOOLCOCK, M. (2002); NARAYAN, D. e CASSIDY, M.F. (2002).

⁴²Levantamento realizado pelos próprios moradores. Nas comunidades Rincão dos Barbosas/Pereiras e Rincão Salete a população total foi estimada pela média de três moradores por domicílio.

⁴³Com o objetivo de captar a maior diversidade possível, o grupo foi composto por um jovem (29 anos), quatro Homens/idosos (43-64 anos) e três mulheres (42-54 anos). O nível de instrução médio é o primário incompleto, sendo um integrante analfabeto e outro com o superior completo. O tempo médio de residência na localidade é de 28 anos e a idade média 47 anos. Arbitrariamente define-se para este trabalho a categoria jovem até o limite de 35 anos, englobando grande parte da fase do desenvolvimento humano denominado adulto jovem. Em realidade, o que estamos considerando como jovem na classificação de PAPALIA e OLDS (2000) seria um adulto jovem. Após a adolescência ocorre o início da idade adulta (Adulto Jovem) aproximadamente entre os vinte e os quarenta anos de idade: "Nesta época a maioria das pessoas deixa a casa dos pais, assume seu primeiro emprego, casa-se ou estabelece outros relacionamentos importantes, tem e cria filhos" (PAPALIA E OLDS, 2000 p. 367). PAPALIA, D.E. e OLDS, S.W . **Desenvolvimento Humano**. 7ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

comunidade do Rincão dos Barbosas/Pereiras foi aplicado nos dias 17, 18 e 24/02/2003, para um grupo composto de 09 (nove) moradores, representando 2,95% da população total estimada e 8,57% dos domicílios⁴⁴; e na comunidade do Rincão Salete foi aplicado nos dias 24, 25, 26, e 27/03/2003, para um grupo de 09 (nove) moradores, representando 2,1% da população total estimada e 6,2% dos domicílios⁴⁵ (Anexo C).

A análise dos dados foi efetuada agrupando-se os itens e as valorações correspondentes, nos diferentes elementos de capital social do modelo síntese proposto por Woolcock (1998), adaptado por Castilhos (2002).

Quadro 01-Tipos e dimensões do capital social, segundo Castilhos

	“Embeddedness” Enraizamento	Autonomia
NÍVEL MACRO	SINERGIA Ações cooperativas e diálogo entre instituições (aí incluídas as relações com/entre agentes de intervenção) e dessas com a sociedade.	CREDIBILIDADE E EFICÁCIA INSTITUCIONAL Integridade, independência, busca do bem público pela burocracia estatal e outras instituições de apoio como ONGs, Igreja,...
NÍVEL MESO	CONEXÃO Laços fracos, participação dos indivíduos em redes sociais extracomunitárias.	COMPROMISSO CÍVICO DOS INDIVÍDUOS
NÍVEL MICRO	INTEGRAÇÃO Laços fortes intracomunitários, identidade e projetos comuns.	COMPROMISSO CÍVICO DOS INDIVÍDUOS

Fonte: Castilhos (2002 p. 54)

A relação de itens utilizada para mensurar as diferentes formas e dimensões do capital social está apresentada no Quadro 03.

⁴⁴O grupo foi composto por um jovem (28 anos), seis homens/idosos (38-74 anos) e duas mulheres (33-36 anos). Todos os integrantes da amostra apresentam nível de instrução primário incompleto. O tempo médio de residência na localidade é de 36 anos e a idade média 48 anos.

⁴⁵O grupo foi composto por dois jovens (32 anos), quatro homens/idosos (47-65 anos) e três mulheres (39-75 anos). Todos os integrantes da amostra apresentam nível de instrução primário incompleto. O tempo médio de residência na localidade é de 50 anos e a idade média 50 anos.

Quadro 03- Itens utilizados na escala de medição para avaliação da evolução do capital social e os enquadramentos respectivos nos seis elementos do modelo síntese apresentado por Castilhos

	“Embeddedness” Enraizamento	Autonomia
NÍVEL MACRO	SINERGIA: 10-Existência de pessoas no interior da estrutura do Estado (município, estado, união) que podem ajudar na solução dos problemas. 14-Existência de canais de acesso às instituições oficiais capazes de apoiar as pessoas e a comunidade. 17- Integração das instituições de apoio (entre elas) e com a comunidade para o alcance dos objetivos planejados.	CREDIBILIDADE E EFICÁCIA INSTITUCIONAL: 11-A forma de trabalhar dos técnicos, as reuniões, as orientações e a participação facilitada por eles ajuda no desenvolvimento da comunidade. (Método de trabalho). 16-Os funcionários do governo (municipal, estadual, federal) são valorizados pela comunidade rural e influem positivamente nela. (Confiança). 18-Esforço/envolvimento dos técnicos/funcionários em ajudar a comunidade. Eles demonstram grande satisfação em ajudar. 19-Os benefícios alcançados através de programas do Estado são distribuídos proporcionalmente para todos da comunidade (pobres, jovens, velhos, mulheres,...).
NÍVEL MESO	CONEXÃO: 9-Os Conselhos Municipais ajudam no desenvolvimento da comunidade. 12-Relacionamento com outras comunidades (frequência e qualidade). 20-Informações importantes sobre programas do governo circulam rapidamente entre grupos das comunidades do município e da região.	COMPROMISSO CÍVICO DOS INDIVÍDUOS: 6- As pessoas de diferentes comunidades rurais e da sede se reúnem (debates, seminários, fóruns...) para discutir assuntos do município ou região. 13-Os líderes do município ou região estão mais preocupados com a solução dos problemas da comunidade do que com a obtenção de benefícios do cargo que ocupam.
NÍVEL MICRO	INTEGRAÇÃO: 1-Confiança que você deposita nas pessoas da comunidade. 4-Relacionamento com os vizinhos (frequência e qualidade). 5-As pessoas que não colaboram com o coletivo da comunidade são criticadas ou discriminadas. 8-Igualdade entre as pessoas/famílias (riqueza, religião, educação, terra, política,...) que podem aproximar no interior da comunidade. 15-Você é ouvida e levada em conta nas tomadas de decisão em grupo.	COMPROMISSO CÍVICO DOS INDIVÍDUOS: 2- Disposição das pessoas para cooperar quando necessário, mesmo que elas não se beneficiem diretamente. 3-Os líderes de sua comunidade se preocupam mais com a comunidade do que com os benefícios do cargo que ocupam. 7-Facilidade em formar grupos, organizações e cooperativas. As pessoas da comunidade se importam com isso.

Fonte: Levantamentos dessa pesquisa

A escala de medição da evolução do capital social teve por objetivo mensurar os estoques dos elementos de análise do modelo síntese (CASTILHOS, 2002) em 1993 e 2003, pela perspectiva dos agricultores, e assim verificar a evolução nos estoques desses elementos no período de 10 anos.

Os dados agrupados foram somados e, calculada a média para os seis elementos de análise: sinergia e credibilidade e eficácia institucional, no nível macro, conexão e compromisso cívico dos indivíduos, no nível meso, integração e compromisso cívico dos indivíduos, no nível micro.

A avaliação dos estoques nas comunidades, de cada um dos elementos de análise do modelo síntese, obedeceu a seguinte classificação⁴⁶.

Tabela 02- Classificação do nível de estoque dos elementos de análise do capital social nas comunidades

Nível de estoque	Intervalo de valoração
BAIXO	0 – 3,9
REGULAR	4,0 – 5,9
BOM	6,0 – 7,9
MUITO BOM	8,0 – 10,0

Fonte: Levantamentos dessa pesquisa.

As valorações de diversos itens da escala fornecem evidências que auxiliam na investigação da qualidade de todos os aspectos considerados fundamentais que caracterizam uma ação extensionista formadora de capital social (potencial sinérgico, estabelecimento de vínculos, inclusividade, etc.), além de apresentar uma perspectiva de avanço ou retrocesso no período de tempo estudado.

- Pergunta fechada de múltipla escolha sobre participação: No verso da folha onde constava a escala de medição havia uma única questão fechada de múltipla escolha (RICHARDSON, 1999; ALMEIDA, 1989; RÚDIO, 1978) onde os sujeitos-tipo entrevistados eram orientados a identificar as alternativas que melhor representassem o tipo de participação que se processa quando técnicos e agricultores se encontram para desenvolver atividades conjuntas (Anexo E). As alternativas da questão apresentavam todos os tipos e formas de participação constantes em Caporal (1999 p. 150) e que subsidiaram a elaboração do esquema “*continuum*” desta pesquisa. Essa questão foi aplicada aos mesmos componentes (sujeitos-tipo) das amostras da escala de medição da evolução do capital social, já descrita anteriormente.

Para a escolha da amostra a ser trabalhada com a escala de medição da evolução do capital social, e com a questão fechada sobre participação,

⁴⁶Os intervalos que correspondem aos quatro níveis de estoque (baixo, regular, bom e muito bom) foram estipulados arbitrariamente pelo pesquisador. A intenção dessa estratificação dos estoques em níveis visa facilitar a comparação entre as comunidades da amostra e entre os estoques verificados em 1993 e 2003.

selecionou-se, com o auxílio dos extensionistas da ASCAR-EMATER/RS e de lideranças da comunidade, pessoas que representassem diferentes segmentos que compõem a diversidade local. Em função disso, as amostras trabalhadas por este instrumento de coleta de dados foram constituídas por mulheres, homens, jovens, indivíduos ‘mais participantes’, indivíduos ‘menos participantes’, pessoas carentes em recursos materiais, pessoas relativamente bem financeiramente, agricultores aposentados, agricultores em atividade, agricultores em postos de liderança, agricultores ‘não líderes’, etc. como sentença Almeida (1989, p. 87): “[...] amostra não-probabilística intencional consiste em selecionar um grupo de elementos considerados típicos, em função das variáveis estudadas”.

Richardson (1999, p. 161) apresenta uma definição de amostra não probabilística intencional semelhante à vista acima, mas, além disso, acrescenta que “entende-se por sujeitos-tipo aqueles que representam as características típicas de todos os integrantes que pertencem a cada uma das partes da população”.

Apesar da tentativa de representar a diversidade de segmentos em cada uma das comunidades estudadas através de sujeitos-tipo, há consciência de que, conforme adverte Richardson (1999, p. 161), “na prática é muito difícil que uma amostra intencional seja representativa do universo; necessitaríamos de um conhecimento detalhado de cada um dos elementos da população para poder determinar exatamente os sujeitos-tipo”.

Contudo, entendeu-se que este procedimento de amostragem adotado seria efetivo para captar, em certa medida, a diversidade local de segmentos da comunidade que provavelmente apresentariam percepções distintas à cerca do processo de intervenção externa nos últimos dez anos.

- Reuniões nas comunidades: Esse procedimento serviu para investigar a influência da ação extensionista na formação do capital social e deste no desenvolvimento. Para a condução das reuniões nas comunidades rurais foi utilizada a técnica participativa de trabalho com grupos, denominada visualização móvel. A reunião na comunidade do Carro Quebrado foi realizada no dia 18/03/2003, com frequência de 14 participantes, divididos em três grupos com a

seguinte composição: Grupo 01 - 06(seis) homens/idosos; Grupo 02 – 05 (cinco) mulheres e Grupo 03 – 03 (três) jovens. A reunião na comunidade do Rincão dos Barbosas/Pereiras foi realizada no dia 19/03/2003, com frequência de 27 participantes, divididos em três grupos com a seguinte composição: Grupo 01 - 16(dezesseis) homens/idosos; Grupo 02 – 06 (seis) mulheres e Grupo 03 – 05 (cinco) jovens. A reunião na comunidade do Rincão Salete foi realizada no dia 31/03/2003, com frequência de 13 participantes, divididos em três grupos com a seguinte composição: Grupo 01 - 06(seis) homens/idosos; Grupo 02 – 04 (quatro) mulheres e Grupo 03 – 03 (três) jovens.

O desenvolvimento das reuniões obedeceu às recomendações gerais da técnica de visualização móvel para trabalho com grupos (KRAPPITZ, 1988) que orienta a seguinte seqüência de passos:

- a-animação e introdução;
- b-trabalho de grupo;
- c-socialização dos resultados dos grupos;
- d-avaliação progressiva.

As perguntas problematizadoras que orientaram os trabalhos dos grupos foram:

1ª-Qual a conquista mais importante alcançada pela comunidade nos últimos dez anos? Quais os três fatores mais importantes que auxiliaram para essa conquista?

2ª-Quais os resultados (três) mais importantes do trabalho dos técnicos?

A estrutura de condução destas reuniões, com as duas perguntas orientadoras, tinha por objetivo investigar em que intensidade, na percepção dos agricultores, o resultado do trabalho dos técnicos⁴⁷ influencia os mais importantes fatores impulsionadores das principais conquistas na comunidade nos últimos dez anos e com que intensidade apareceriam variáveis, itens ou elementos relacionados com capital social, nas três respostas, tanto na condição de principais conquistas, fatores impulsionadores (1ª pergunta), e resultado do trabalho dos

técnicos (2ª pergunta). Dito de outra forma, a estratégia da reunião objetivava investigar a intensidade da influência da ação extensionista na formação de capital social, e, por sua vez, em que medida este processo de formação do capital social tinha relações com o desenvolvimento econômico e social alcançado.

Como será visto, na descrição das comunidades rurais foi conformada uma estrutura de modo a apresentar os dados para avaliar os aspectos de uma ação extensionista formadora de capital social, para verificar o grau de influência da ação extensionista no processo de formação do capital social, e para mensurar os estoques e a evolução do capital social.

2.3. Os precursores de capital social no território do Projeto Área Piloto

Para a análise dos precursores de capital social se faz necessário focar, de início e brevemente, a trajetória histórica da política nacional, para em seguida apresentar o contexto econômico-político-social na Metade Sul do Rio Grande do Sul, e, mais especificamente, a trajetória histórica das relações sociais na Serra do Sudeste, onde o Projeto Área Piloto se insere. Busca-se, com esses relatos, mostrar que a postura das elites e a condução da política nacional e regional foram, historicamente, muito mais excludentes de segmentos sociais e repressoras das demandas de base popular, do que promotoras de participação e inclusivas; e, em muitos casos, explicam os maus resultados, em diferentes locais, alcançados por projetos de desenvolvimento rural, como também explicam a intensidade e o tipo de interação que ocorre entre os diferentes segmentos envolvidos neles. Neste momento, se faz necessário, também, apresentar como os projetos de desenvolvimento rural se inseriam, anteriormente, na realidade desses quatro municípios da Serra do Sudeste do RS.

2.3.1. Trajetória histórica das relações políticas no contexto nacional

No nível nacional, como destaca Martins (1994 p. 19), o trânsito de dinheiro particular para os bolsos dos políticos, por meio das funções públicas que

⁴⁷Nesta pesquisa o termo 'técnicos' é considerado sinônimo de agentes externos, agentes de desenvolvimento, representantes de instituições interessados no desenvolvimento das

ocupam, combina-se, tradicionalmente, com o movimento inverso do dinheiro particular dos políticos em favor dos interesses particulares dos eleitores, compensando, via de regra, a lealdade política desses últimos. Essa ‘política do favor’, fundamento do Estado Brasileiro, faz com que, no comportamento político do povo, ao longo da história – com intensidade variável desde o período colonial até os dias de hoje - a distinção entre público e privado pareça irrelevante (MARTINS, 1994).

Os fatos mais marcantes que moldaram a característica patrimonialista⁴⁸ da política brasileira remontam ao período das doações de sesmarias, onde os bens naturais (como a terra) eram ‘patrimônios reais’, concedidos aos requerentes que justificassem o pedido, enumerando seus serviços prestados a Coroa; e ao século XVIII, quando o direito ao voto, em diferentes instâncias da sociedade, desde o local até o nacional, era definido pelo critério da renda e patrimônio pessoal. Desta forma o poder era concedido a poucos, através do uso da ‘terra real’, como descreve Martins (1994 p.23), “não há pedido de sesmaria no período colonial em que o requerente não o justifique com serviços já prestados à Coroa, na guerra ao índio, na conquista do território”. Igualmente, o critério de renda e patrimônio excluía parcela majoritária da sociedade brasileira ao direito elementar do voto.

Martins (1994 p. 27-28) salienta que esse arranjo configura um sistema político fundamentalmente baseado em mecanismos de intermediação política patrimonial, pois os que estavam excluídos do direito ao voto, estavam incluídos na tutela dos ricos oligarcas rurais, como clientes e protegidos, em todos os sentidos, inclusive no que se referem às questões propriamente políticas.

Com relação ao caráter oligárquico da política brasileira, a concepção de Martins (1994) é assim expressa:

Minha concepção é a de que o oligarquismo brasileiro se apóia na instituição da representação política como uma espécie de gargalo na relação entre a sociedade e o Estado. Não só os pobres, mas todos os que, de algum modo, dependem do Estado, são induzidos a uma

comunidades, e os técnicos propriamente ditos.

⁴⁸Refere-se ao tipo de organização política que ocorre no Brasil, na qual as relações submissivas são determinadas por dependência econômica e por sentimentos tradicionais de lealdade e respeito dos governados pelos governantes (MODERNO DICIONÁRIO MICHAELIS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 1999 p. 1570).

relação de troca de favores com os políticos.[...] o clientelismo sempre foi e é, antes de tudo, preferencialmente uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos, não importa em que escala (MARTINS, 1994 p. 29).

Esse entendimento de Martins (1994) sobre o clientelismo, como uma relação que ocorre também entre os poderosos, fundamenta-se na evidência de que, antes que os pobres pudessem votar e, portanto, negociar o preço do voto, o Estado já tinha com ricos, isto é, os senhores de terra e de escravos, uma relação de troca de favores.

Em resumo, o interessante trabalho de Martins (1994) sobre o ‘poder do atraso’⁴⁹ na sociedade brasileira relata inúmeras passagens da história em que as demandas populares foram preteridas por concessões significativas em favor das elites oligárquicas, ligadas a propriedade da terra. É pertinente para a presente pesquisa, salientar essa curiosa característica da história política brasileira, de que seus grandes acontecimentos nunca foram levados adiante pelos majoritários segmentos populares, mas sim pelos restritos segmentos oligárquicos, que possuem a capacidade de revestir de moderno o que é tradicional, e desta forma mantêm inalterado o seu *status quo*. Assim foi na independência, na abolição da escravatura, na proclamação da república, no golpe de 1964, no movimento pelas ‘diretas já’, entre outros tantos acontecimentos relevantes de nossa história. O que tem sido conseguido pelos segmentos reformistas é a capacidade de levantar, inicialmente, as demandas, mas num dado momento são apropriadas, levadas adiante e colocadas em prática pelos segmentos tradicionais, logicamente em uma perspectiva distinta da original.

⁴⁹A aliança do atraso, no caso brasileiro, a que se refere Martins (1994), diz respeito a uma especificidade nacional, que é a ausência de contradição entre capital e propriedade da terra, que é clássica na história, mas que aqui não ocorre, pois o empresário agroindustrial, o banqueiro e o proprietário da terra são a mesma figura. Desta forma a propriedade da terra encontra-se fortemente protegida, e o estado, via de regra, é permeável às demandas dos grandes segmentos capitalistas e ao arcaico quando travestido de moderno, mas insensível aos movimentos sociais. Por outro lado, o povo brasileiro tem dificuldade de reconhecer a divisória entre o que é público e o que é privado; o que é uma prática política legítima e o que é uma prática de clientelismo e corrupção, fazendo com que tenha dificuldade de romper uma dependência de ‘favores’ com o Estado, e comece a reivindicar os seus ‘direitos’ legítimos. Existe uma dificuldade do povo em geral em distinguir um favor de um direito, na relação com o estado e com os políticos.

2.3.2. O processo de formação da sociedade e os precursores de capital social no contexto regional

No nível estadual, o tipo humano do gaúcho e as relações sociais mais marcantes podem ser em parte explicados por um breve histórico do processo de ocupação do Rio Grande do Sul ocorrido a partir do século XVII. De acordo com Fortes (1981 p.38-44), as primeiras ocupações européias deram-se através de jesuítas espanhóis, que estabeleceram 18 reduções no estado, de 1620 (N^a S^a da Candelária) até 1634 (São Cristóvão), para catequização indígena, onde se dedicaram a agricultura (erva mate) e a pecuária.

Santos e Santos (1990 p.16) informam que, a partir de 1635, intensifica-se um processo de pilhagem e rastro de sangue em decorrência das investidas dos bandeirantes paulistas sobre as reduções no território, com intenção de escravizar a mão-de-obra indígena, destruindo quase por completo esses empreendimentos do primeiro período de expansão jesuítica no Estado. Em consequência desses sucessivos ataques, por volta de 1640, os jesuítas em fuga atravessam o rio Uruguai, e se estabelecem na outra margem, hoje território argentino, levando junto os indígenas, mas deixando os animais. Esse rebanho ficou delimitado, inicialmente, entre os afluentes do rio Jacuí e Negro, multiplicando-se de acordo com as leis da natureza; criando-se, desta forma, uma grande reserva de gado, a “Vacaria del Mar”, que, posteriormente, alastrou-se para uma área mais ao sul e grande parte do território do Uruguai, a qual viria a se constituir o fundamento econômico de apropriação da terra gaúcha: a caça do gado selvagem (chimarrão) para aproveitar o couro e sebo (SANTOS e SANTOS, 1990 p.18).⁵⁰

As reduções jesuíticas no estado eram uma iniciativa de ocupação efetiva do território, mas por parte da coroa espanhola; por outro lado, as bandeiras paulistas que frustraram aquele projeto eram uma iniciativa portuguesa, entretanto, não podem ser consideradas como ações coordenadas e efetivas de

⁵⁰Existia outra área de dispersão dos bovinos selvagens, proveniente da movimentação de parte do rebanho da ‘Vacaria del Mar’ pelos missionários jesuítas, a ‘Vacaria dos Pinhais’, que compreendia a região dos campos de cima da serra, entretanto com menor importância econômica, e alvo de disputas menos intensas. De acordo com Fortes (1981 p. 53), ainda existiu uma outra vacaria, posterior a dos Pinhais, a ‘Vacaria do Uruguai’, no estabelecimento pastoril jesuítico chamado ‘Japeju’.

ocupação do território por parte da coroa, pois a motivação principal era a captura de índios para escravização e não a colonização e povoamento.

A partir dessas constatações, e conforme Santos e Santos (1990 p. 19), é correto afirmar que a ocupação do extremo sul do Brasil foi tardia, ficando praticamente esquecida pelo Império português, nos primeiros séculos da colonização. O interesse dos portugueses pela região ocorre muito tempo depois do descobrimento - gado selvagem da vacaria⁵¹ e acesso terrestre ao estuário do rio da Prata - e se materializa em 1680, pela construção da fortaleza de Colônia do Sacramento, na margem esquerda do rio da Prata, em frente a Buenos Aires. Logo depois, em 1682, os jesuítas regressam ao Estado e restabelecem, na região noroeste, um processo missionário de fundação dos Sete Povos das Missões, deixando claro que a disputa da região pelas nações ibéricas seria intensa, o que veio a acontecer no período que vai do final do século XVII até o início do século XIX (SANTOS e SANTOS, 1990 p.19).

Esse interesse tardio pela região, recém referido, pode ser comprovado no processo oficial de distribuição das terras reais. Muller (1998 p. 17 apud BORBA 2002 p. 124) informa que somente em 1732, se inicia a distribuição de sesmarias⁵², obedecendo aos seguintes critérios:

As sesmarias eram terras desabitadas (cerca de 13.000 ha) concedidas pela Coroa Portuguesa. Os beneficiários das concessões de sesmarias tinham uma tríplice missão: ocupar o território em nome de Portugal; criar os rebanhos necessários a produção da mineração e compor as tropas que enfrentariam os espanhóis em caso de enfrentamento.

⁵¹Com o ciclo do ouro em Minas Gerais, que dinamiza o mercado interno, intensifica-se grandemente o interesse pelos rebanhos bovinos e de mulas, para alimentação, fornecimento de couro e transporte, tornando o extremo sul do Rio Grande o maior fornecedor para a região central da colônia. O desenvolvimento econômico desse comércio de gado se processa pela captura dos animais selvagens e posterior transporte a Minas Gerais ou a reunião deles em estâncias de pecuária aqui no estado, tornando-se, de uma forma ou outra, numa atividade muito lucrativa.

⁵²Entretanto, conforme Mirco (1987 p. 35) e Fortes (1981 p. 31), alguns anos antes da fundação da Colônia de Sacramento, em 1676, o rei de Portugal fazia concessão de uma “gleba de 75 léguas na dita repartição do sul, a partir do marco do Rio da Prata, onde parte esta Coroa para o Rio de Janeiro”, à Salvador Correia de Sá (militar português de comando). Todo o RS foi doado, em partes, a esse militar português, seu filho e seu neto, até a latitude onde se encontra atualmente a cidade de Porto Alegre, unificando-se a sesmaria concedida anteriormente à Salvador Correia de Sá ao sul de Santa Catarina. Esse registro configura-se como a primeira concessão real de terras do sul, mas que, devido a outros interesses de ordem econômica, essa família beneficiada não tratou de tornar efetiva a posse da terra (MIRCO 1987 p. 35; FORTES 1981 p. 31).

Segundo Pesavento (1997 p. 15), este processo de distribuição ocorreu de maneira distinta quando comparado com a região nordeste do Brasil, pois enquanto a capitalização prévia era um requisito básico na região açucareira, aqui no extremo sul, embora não se desprezando a disponibilidade de recursos por parte dos futuros estancieiros, a distribuição era feita em reconhecimento a serviços militares prestados em nome da Coroa, tendo recebido terras tanto tropeiros que se sedentarizaram quanto militares que davam baixa e se dedicavam às fazendas de pecuária.

Torronteguy (1994 p. 26) salienta que as sesmarias eram, inicialmente, concedidas próximo ao litoral, na região de Porto Alegre e às margens das lagoas, não havendo referência, nessa época, à ocupação organizada da ‘Vacaria del Mar’, permanecendo essa área como se fosse uma ‘terra de ninguém’. A esse respeito Ferreira Filho (1958 apud RIBEIRO, 1996 p. 33) afirma que pelo Tratado de Paris de 1738, a ‘Vacaria del Mar’ seria de domínio espanhol, mas a região dos municípios que hoje constituem o Projeto Área Piloto, ao redor de duzentos anos após o descobrimento, ainda não possuía uma ocupação organizada.

Entretanto, como mostram os escritos de Torronteguy (1994), já sob os ditames do Tratado de Madrid de 1750, ocorreu mudança significativa naquele contexto de desinteresse pela ‘terra de ninguém’. A tática portuguesa, tentando recuperar o tempo perdido (p. ex. a fundação das missões jesuíticas espanholas em território português), foi de avançar, em porções cada vez maiores, nas terras pertencentes aos espanhóis. Essa militarização portuguesa na ‘Vacaria del Mar’, aliada à incerteza quanto aos limites e o desrespeito aos tratados, foi respondida por conflitos intermitentes que se arrastaram pelo resto do período colonial, com os espanhóis investindo no território ocupado pelos portugueses, fazendo com que, cada vez mais, as concessões de sesmarias fossem distribuídas a oficiais, reforçando-se o costume de ter na estância de gado um proprietário de terra que fosse ao mesmo tempo chefe militar. Concomitantemente ao processo de militarização e recrudescimento das disputas fronteiriças, ocorre a imigração açoriana, que de início ocupou o litoral e, após vinte anos de espera, também o interior (TORRONTÉGUY 1994 p. 26 e 28).

Em síntese, a seqüência desta conturbada história da ocupação riograndense é conformada por construções estratégicas de fortalezas para defesa do território; pela fundação de povoações; pelo projeto de colonização açoriana; pelo projeto religioso de colonização como forma de ocupação do espaço; pelas disputas entre estâncias de mesmo domínio; por inúmeros embates entre as Coroas, portuguesa e espanhola; motivando incursões de ambos lados, invadindo os respectivos domínios; e por avanços e retrocessos nos limites de fronteira. Os estudos sobre o tema também salientam os saques de gado, os assassinatos, os assaltos às casas de família nas fazendas fronteiriças, fruto da intensificação das disputas entre castelhanos e portugueses. Esse contexto configura uma situação de conflito permanente e uma sensação de que os inimigos estão presentes tanto no outro lado da fronteira, quanto, em alguns casos, na própria vizinhança.

A formação do tipo sócio-cultural do ‘homem gaúcho’ é influenciada fortemente por esse conturbado processo de ocupação, disputa e defesa do território, e por uma diversidade cultural e racial de tipos humanos, composta nos primeiros dois séculos de conformação das fronteiras (TORRONTEGUY, 1994).

As atividades econômicas desse tipo humano se restringiam à criação/caça de gado, ao contrabando e a agricultura, num ambiente de disputa, ocupação de áreas e contravenção que só fazia aumentar a violência e o banditismo. Eram homens que atuavam numa faixa territorial ainda sem dono, sem governo ou sociedade organizada, caçando um gado sem propriedade; conservando e valorizando a sua independência, cujo nomadismo lhes conferiram a denominação de gaudérios⁵³, que mais tarde, no final do século XVIII, passam a ser chamados gaúchos (TORRONTEGUY, 1994, PESAVENTO, 1997, SANTOS e SANTOS, 1990).

Torronteguy (1994 p. 29), no seu estudo sobre as origens da pobreza gaúcha, acrescenta mais um elemento para a compreensão da sociedade sul riograndense, especificamente com respeito à desigualdade de classes, ao afirmar que a militarização portuguesa reduziu a ocupação de terras muito mais aos

⁵³Denominação utilizada para pessoas que vivem as custas dos outros, parasitas. Malandros e vadios (MODERNO DICIONÁRIO MICHAELIS DA LÍNGUA PORTUGUESA, 1999 p 1021).

interesses militares do que aos interesses produtivos, e que a distribuição de terras se processou aos oficiais, em detrimento dos soldados, que foram excluídos naquelas doações, prêmios de guerra. Para este autor (1994), configura-se aí um segmento social majoritário, o dos soldados-peões⁵⁴, que a cada confronto se embrutece e utilizam a guerra como forma compensatória, trocando a impossibilidade de ascensão social pelo heroísmo e valentia desmedidos⁵⁵. Essa forma de privilégio na concessão de terras é um elemento explicativo que está por trás da constituição de segmentos sociais intensamente desiguais quanto ao patrimônio e poder, o que dificultou em grande medida o estabelecimento de vínculos horizontais entre eles.

Deslocando-se um pouco o eixo descritivo, da ocupação propriamente dita, para os tipos posteriores de exploração produtiva do território, outro fato de destaque na constituição econômica, social, cultural e política da sociedade riograndense é a ascensão das estâncias saladeiris (charqueadas). Conforme Marques (1987 p. 63 apud BORBA 2002 p. 127), desde 1700 a região já comercializava o charque com o centro e norte da colônia, entretanto, para Muller (1998 p. 21 apud BORBA 2002 p. 127), a importância econômica desta atividade se intensifica a partir de 1780, chegando ao final do século XIX, com expressivas quantidades exportadas, e traz consigo a intensificação do comércio escravo, base da mão-de-obra na produção saladeiril.

Para Monastério (2000 b p. 10), a introdução do charque, por volta de 1780, é o momento chave para a formação da estrutura socioeconômica do

⁵⁴Esse segmento constituído por peões, changadores, posteiros, índios vagos e escravos serviu ao proprietário, na guerra, como peões soldados; na paz, como mão-de-obra nas estâncias, nas charqueadas e receberam em troca dos serviços o suficiente para reprodução da força de trabalho. Tanto os escravos como os trabalhadores livres não poderiam optar por prestarem ou não aqueles serviços militares. Pode-se dizer que esses serviços foram praticamente compulsórios. A negativa em atender a uma convocação do estancieiro poderia marginalizar, mais ainda, os peões. Estes seriam mal vistos em outras estâncias, enfrentando dificuldades em sobreviver. Ser um desafeto de um estancieiro significava correr risco de vida. Quando este fato acontecia, a solução era o peão bandear-se para o outro lado da fronteira, ou senão entregar-se ao assalto para roubar. A violência dos poderosos gerou a violência do banditismo na fronteira (TORRONTÉGUY 1994 p. 57).

⁵⁵Para Torronteguy (1994 p. 57) os conflitos armados, contra o Império ou em seu favor, bem como contra os vizinhos de fronteira ou de propriedade, contribuíram para a diminuição das tensões sociais quanto às pressões dos não-proprietários à reivindicação da posse das terras.

extremo sul do Brasil, configurando o surgimento de uma classe opulenta, e a constituição do setor mais dinâmico da região de todo o século XIX.

Entretanto, a peculiaridade da utilização de mão-de-obra escrava na manufatura saladeiril condicionou – evidências não conclusivas - a trajetória de desempenho declinante da economia regional ao longo do século XX (MONASTÉRIO 2000 b p. 10). Monastério (2000 b p. 13) argumenta que a numerosa classe social, constituída pelos escravos - em 1814, Pelotas contava com mais escravos que residentes brancos – era privada dos mais elementares direitos civis⁵⁶; não tinham voz, nem vez, fazendo com que a sociedade da época fosse sendo configurada com esses dois segmentos distintos, com poucos vínculos horizontais entre si. Nesse panorama de desigualdades, há evidências de relativo estoque de capital social do tipo “*bonding*” entre os escravos⁵⁷, e obviamente, farto estoque entre a elite charqueadora que costumava se unir para reivindicar questões pontuais, limitadas aos objetivos da classe; mas, em contrapartida, pouco capital social do tipo “*bridging*”⁵⁸, e do tipo “*linking*”, estando os escravos sem acesso aos tomadores de decisão, e o estado - representado inicialmente pelo Império Português e após a independência pelo Império Brasileiro - pouco sensível às demandas do extremo sul, e, quando atuante, em prol do segmento oligárquico dos estancieiros e charqueadores. Essa sociedade pouco cívica, com pouca participação da população na vida pública, e carente de ações distributivas

⁵⁶Entre outras coisas, eram proibidos de promover associações cívicas horizontais; a produtividade no trabalho saladeiril era proveniente da imposição de penalidades físicas e ameaças, com um mínimo de incentivos positivos (MONASTÉRIO 2000 b p. 12-13). Já na república há evidências de arbitrariedades policiais contra negros (SANTOS 1999 apud MONASTÉRIO 2000 b p. 14).

⁵⁷Num primeiro momento as barreiras lingüísticas dificultavam as relações entre escravos recém chegados de diversas regiões da África. Além disso, o incentivo a delação aos insurrectos, pela promessa de liberdade, contribuía para minar a cooperação; e a baixíssima divisão de trabalho nas charqueadas gaúchas parece ter jogado contra a formação de laços entre a mão-de-obra escrava. Entretanto, a formação de quilombos ao longo do século XIX sugere que houve cooperação entre escravos, e a existência de greves durante a república indica a capacidade de organização do operariado (ex-escravos) das charqueadas para levar adiante ações coletivas. Mais importante, contudo, é o florescimento, ainda no início da república, de diversas sociedades beneficentes de negros e pardos (MONASTÉRIO 2000 b p.13).

⁵⁸Os escravos tiveram que contar com o que havia de estoque de seu capital social do tipo “*bonding*” e nele investir para que tivessem acesso ao mínimo de proteção, mas ficaram impossibilitados de prosperar economicamente e desfrutar de redes mais extensivas de acesso aos mercados e ao conhecimento, que só estão disponíveis aos grupos que dispõem de estoques de capital social dos tipos “*bridging*” e “*linking*”.

aliaram-se, viciosamente, a ineficiência das políticas públicas de caráter oligárquico-patrimonialista, e permeáveis aos grupos de interesse, fazendo com que os benefícios conseguidos pela relativa abundância de estoques de capital social do tipo “*bonding*” de segmentos específicos, em especial o dominante, mas também dos escravos, não refletissem em acréscimos para a coletividade regional como um todo⁵⁹.

Então, é neste contexto evolutivo que a sociedade riograndense se consolida, a partir do século XIX, com a estância se configurando como a viga mestra da sociedade, agrupando parentes, amigos, protegidos, serviçais, agregados, mestiços, índios e escravos, formando um reduto forte, com característica eminentemente patriarcal, que tem no centro a figura do oficial-proprietário, e conformada como núcleo de defesa.

A ocupação da terra se deu com o absoluto predomínio da grande propriedade rural; intensificada, ainda mais, pelo fato de que o estabelecimento de pequenas propriedades, a partir do projeto de colonização com os açorianos⁶⁰, não alcançou resultados significativos. Dessa forma se verifica que a região baseou-se na grande propriedade (na estância) - em 1785, 86,15% da área ocupada se constituía em propriedades com mais de 5.000 ha – como célula econômica, militar, e de hierarquia social (LESSA 1984 apud RIBEIRO 1996 p. 40).

Este breve relato da formação da sociedade, em especial na porção mais ao sul, faz transparecer que as condicionantes mais marcantes que influenciaram o processo de ocupação e de consolidação da sociedade, e, por conseguinte, moldaram a índole do gaúcho na região fronteira, da mesma forma que no caso brasileiro, foram ações que prejudicaram o dinamismo social, a cooperação horizontal, a confiança interpessoal generalizada, e refletiram na emergência de

⁵⁹Esses quadros fazem lembrar as características e ineficiências dos sistemas verticais de vínculos descritos no capítulo anterior.

⁶⁰Não será apresentado o importante processo de colonização ocorrido a partir de 1824, inicialmente com colonos alemães, depois italianos, etc. pelo fato de que ocorreu na metade norte do Estado. A região da “Vacaria del Mar”, assim como ocorreu com esse primeiro processo de colonização com açorianos, que esperaram por vinte anos (ou desistiram) para ocupar as terras de fronteira (em especial as missões); não recebeu o aporte dos imigrantes, devido a sua condição de constante instabilidade e conflito.

uma sociedade intensamente estratificada, com baixos estoques de capital social, e conseqüentemente, poucas combinações sinérgicas possíveis entre os tipos, dimensões e elementos dele, que poderiam alavancar um modelo de desenvolvimento mais efetivo e igualitário. Portanto, a trajetória histórica configurou o contexto, tanto nacional quanto regional, tornando, relativamente e de modo geral, nossas sociedades mais acívicas, insuficientes em capital social benéfico; e moldou, no extremo sul, um tipo humano original de gaúcho, independente, individualista e desconfiado, fruto de uma evolução (cultural, étnica, histórica, econômica, social, política) em um ambiente violento e em freqüente disputa.

Faz-se necessário, porém, tecer algumas considerações adicionais. Obviamente, são fortes essas evidências de que as disputas fronteiriças, o sistema político oligárquico-patrimonialista, a estância como reduto militar, os privilégios do estado em prol das oligarquias militares e econômicas, o escravismo como sustentáculo das atividades produtivas, a constituição de segmentos majoritários e marginalizados, como os peões-soldados e os escravos; entre outras tantas, influenciaram fortemente a desigualdade e estratificação, ou seja, consolidaram na sociedade da época relações sociais que configuravam estoques deficientes de capital social, em especial do tipo “*bridging*” e “*linking*”. Mas, cometer-se-ia falha grave ao considerar aquele quadro de consolidação da sociedade riograndense no século XIX, baseado na estância, suas relações sociais correlatas e os reflexos no capital social, como o quadro definitivo.

O processo histórico é dinâmico, e com base nos relatos de Santos e Santos (1990 p.96), se sucederam transformações importantes na sociedade gaúcha e brasileira, principalmente a partir de 1930. Evitando-se um maior aprofundamento nessa questão, expressa-se, contudo, que inúmeras condicionantes que ocorreram após a consolidação da sociedade gaúcha no século XIX, seguiram influenciando a índole daquele gaúcho primitivo; influenciando o processo evolutivo do capital social; e, conseqüentemente, modificando as características da sociedade. A citação de alguns exemplos auxilia o entendimento do que se quer expressar: o processo de fracionamento dos campos, moldado por condicionantes de

conjuntura econômica, sucessões e heranças, doações de frações para peões de confiança e filhos bastardos, além da aquisição propriamente dita, por parte de empregados em busca do próprio negócio, alteram significativamente a estrutura fundiária⁶¹ (RIBEIRO 1996 p. 88-96); a decadência da economia baseada no charque⁶²; a diversificação produtiva do estado e a ascensão da indústria; o processo de urbanização, que impõe novas dinâmicas e funções ao meio rural, ao mesmo tempo em que desloca o poder, do rural para segmentos urbanos, industriais e outras regiões do estado, com interesses distintos; e o estabelecimento de um processo migratório intenso em direção aos centros urbanos e outras regiões produtivas mais dinâmicas capazes de absorver momentaneamente a mão-de-obra excedente. Esses exemplos, apesar de não esgotarem as condicionantes que interferiram na constituição da sociedade riograndense atual, ao menos ajudam a entender o dinamismo do processo de evolução histórica do capital social e a complexidade envolvida na sua compreensão.

Portanto, em função deste entendimento se afirma que o ambiente que moldou o gaúcho primitivo não existe mais, e os processos evolutivos posteriores de transformação da sociedade trataram de amenizar aquelas características marcantes do gaúcho típico e original, tornando-o nem tão independente, nem tão

⁶¹Segundo IBGE (2003), os municípios constituintes da área fisiográfica do Projeto Área Piloto, com base nos dados do censo agropecuário de 1995/96, apresentam em média 73,7% do número total de estabelecimentos, com área inferior a 100 ha, apesar da ocupação original ser proveniente da distribuição de sesmarias. Utilizando-se exclusivamente o critério da área superficial da propriedade, esses 73,7% de estabelecimentos da região seriam enquadrados como agricultura familiar (FAO-INCRA, 1996 apud BROSE, 1999). Entretanto, o estigma ainda é de uma região predominantemente de grandes propriedades. De acordo com dados do Censo Agropecuário de 1985 (RIBEIRO, 1996 p. 92), essas propriedades inferiores a 100 ha conformam apenas 20,4% da área total ocupada, mas constitui-se aí o segmento majoritário com relação ao número de famílias no meio rural.

⁶²O fim do ciclo do charque foi condicionado pelo surgimento da indústria frigorífica, tendo em vista que os charqueadores não possuíam capital e nem conhecimento para implantarem modernos abatedouros, o que possibilitaria acompanharem esse processo de mudança (FETTER JÚNIOR, 1996).

individualista, nem tão desconfiado;⁶³ e influenciaram a emergência de uma sociedade muito mais complexa e distinta do que aquela consolidada no século XIX, onde o poder do oficial-proprietário e as relações sociais com os atores que orbitavam na estância foram enfraquecendo, e em muitos casos desaparecendo frente a outros atores e relações sociais, em especial, urbanos, industriais e inseridos em atividades econômicas mais dinâmicas.

Dentre as condicionantes mais recentes, aparece o processo de redemocratização, que se iniciou em 1985, proporcionando, de modo gradativo, uma maior participação dos atores sociais⁶⁴ em diferentes níveis e intensidades. Na Constituição de 1988, por exemplo, foram criados os Conselhos Municipais, para serem os canais de participação popular nas administrações públicas; e, cada vez mais, a análise e implementação de políticas públicas têm no âmbito local sua principal instância. A característica recente do processo de democratização faz com que os brasileiros, em geral, e os gaúchos, em particular, ainda estejam aprendendo a ser participativos e atuantes, observando-se, ao nível dos Conselhos ou de projetos regionais como o 'Área Piloto', que os problemas apresentados na atuação, na forma, na representação e na efetividade refletem o estágio no qual se encontram. Antes de serem problemas dos conselhos, das comunidades ou dos projetos, geralmente, resultam de um processo de dominação, corrupção, clientelismo e paternalismo presentes na história das políticas públicas.

Apesar das restrições sócio-políticas na constituição das sociedades nacional e regional, a segunda metade da década passada e o início dos anos 2000 têm se apresentado com transformações sociais sinalizadoras de algum alento para o caso político brasileiro, com tendência a avançar cada vez mais no sentido da superação da característica histórica de clientelismo e corrupção, com

⁶³Em contrapartida, observa-se uma especificidade cultural que realimenta aquelas "virtudes", fazendo-as presentes nos dias de hoje, ao menos no imaginário da população gaúcha. Ressalta-se que as idéias contidas na essência do discurso do tradicionalismo sulino (nos Centros de Tradição Gaúcha - CTGs, no folclore, nas histórias, nos contos e lendas), em certa medida realimentam aquelas características humanas que foram fruto de um processo de adaptação num contexto que deixou de existir, mas que, apesar disso, ainda hoje se faz presente.

⁶⁴De acordo com Sabourin (2002 p. 25), "na terminologia do desenvolvimento local, os atores são os agentes sociais e econômicos, indivíduos ou instituições, que realizam ou desempenham atividades, ou, então, mantêm relações num determinado território".

aprofundamento dos princípios democráticos em toda a sociedade. Entretanto, fica expresso o entendimento de que a realidade estadual, e mais intensamente a realidade brasileira, ainda se apresentam com intensas desigualdades regionais, no que tange aos tipos mais usuais de práticas políticas e relações sociais.

Em adição, na região do projeto, num contexto social igualmente restringido, os projetos de desenvolvimento tradicionais desconsideraram durante muito tempo estes aspectos, desde culturais, políticos, até evolutivos, bastando, para serem ‘viáveis’, se apresentarem com cálculos tecnológicos e financeiros favoráveis. Conforme descreve Villela (2001 p. 37), a prática da extensão rural, na realidade da Serra do Sudeste, não fugia a regra das demais regiões, com os projetos de desenvolvimento sendo inseridos com forte característica do modelo difusionista, baseados numa perspectiva comprometida com a ‘modernização’ tecnológica e aumento da produção e produtividade. O trabalho de campo tinha um caráter eminentemente técnico, e os planos de ação eram construídos com metas pré-estabelecidas de cima para baixo, não havendo, em função disso, momentos de discussão nas comunidades rurais. Tendo em vista a perspectiva de que as profundas transformações sociais viriam a partir de mudanças econômicas, a prioridade sempre foi dada àquelas atividades e culturas com maior importância econômica, e postas em prática junto àqueles produtores capazes de responder à adoção, aqueles mais receptivos e capitalizados, normalmente médios e grandes (VILLELA 2001 p. 37-39).

A esse respeito, Ribeiro e Villela (2003 p. 01) assim expressam a inserção dos projetos tradicionais na região: “a busca de alternativas para esta região tem se dado, historicamente, a partir de expectativas de soluções externas, pouco considerando os potenciais, os valores e características locais e regionais”.

Ao longo do Capítulo I foi evidenciado que a noção do capital social, pela perspectiva da visão sinérgica, tem como uma de suas bases e fundamento a mobilização e organização do tecido social comunitário, para que, em vinculação com outras instâncias e segmentos, desencadeie um processo efetivo de desenvolvimento econômico. De acordo com Schejtman e Berdegué (2003), um dos pressupostos básicos do desenvolvimento territorial rural é o entendimento do

território como um ente social⁶⁵, com inúmeras características, que são típicas de cada lugar; e que o investimento nestas peculiaridades locais pode ser a chave para descobrir os caminhos do desenvolvimento. Por conseguinte, não é difícil perceber que os projetos com enfoque tradicional não poderiam ter outro destino, senão o reconhecimento de que seriam incapazes para levar adiante o desenvolvimento, na significação mais ampla do termo.

Nesta perspectiva, as organizações de extensão e seus parceiros tradicionais de trabalho na região, como as instituições de ensino, pesquisa, prefeituras e sindicatos, sob a influência de condicionantes mais amplas, inclusive supranacionais – globalização, neoliberalismo, descentralização e reforma do estado - avaliavam os resultados práticos das ações, e consideravam essa dinâmica pouco efetiva. Esse sentimento motivou-os em busca de uma forma de trabalho diferenciado, o que levou a concretização do Projeto Área Piloto.

⁶⁵ Definido como a identidade regional ou local, consequência da prática reiterada da participação de membros dos variados segmentos da comunidade na discussão, formulação, implementação e avaliação de ações de interesse da região. A noção de ente social vai além da segmentação arbitrária do território (BANDEIRA, 2000).

CAPÍTULO III - FORMAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL EM COMUNIDADES RURAIS NO PROJETO ÁREA PILOTO

3.1. Caracterização do processo de formação de capital social no Carro

Quebrado – Município de Pinheiro Machado – RS

3.1.1. História de formação da comunidade Carro Quebrado e os precursores de capital social

A cobertura vegetal natural na região onde está localizado o município de Pinheiro Machado, conforme Leite (1990 p. 64), é denominada como formação fitoecológica de estepe estacional arbórea aberta, que possui geralmente um estrato herbáceo-graminoso (campo) e outro arbóreo baixo esparsos de xerófitas⁶⁶ perenifoliadas (coronilha, branquilha, pinheiro-bravo, bugreiro, aroeira cinzenta, chal-chal).

Em adição, o documento Leitura da Paisagem do Município de Pinheiro Machado⁶⁷ identifica que a comunidade do Carro Quebrado está localizada numa área caracterizada, ambientalmente, pelo relevo acentuadamente ondulado, solos rasos com afloramento de rocha em alguns locais, vegetação arbustiva de médio porte, matas ciliares e alguns bosques de eucalipto. O solo predominante se apresenta inviável aos cultivos anuais, até mesmo alguns cultivos permanentes (pastagens e silvicultura), e é altamente suscetível a erosão⁶⁸, sendo classificado, quanto à capacidade de uso, na Classe VII (RIO GRANDE DO SUL, 1985 p. 66).

Com relação à história, Pinheiro Machado sofreu forte influência dos tratados de limite estabelecidos entre as coroas de Portugal e Espanha, com diversas divisas acordadas, cortando sua área entre os dois domínios. A área atual de Pinheiro Machado foi palco de inúmeros confrontos, tanto entre portugueses e espanhóis, na disputa pelo território, quanto nas sucessivas revoluções internas para resolver questões com o governo central. Sua ocupação, baseado em Ribeiro

⁶⁶Diz respeito aos vegetais que são adaptados aos lugares secos.

⁶⁷O documento é resultado de uma etapa do Diagnóstico Rural Participativo, realizada nos dias 08-09 de novembro de 2001, com a participação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, além de outros técnicos e lideranças comunitárias e municipais de Pinheiro Machado-RS e região.

⁶⁸Informações contidas no Levantamento sócio-econômico da localidade do Carro Quebrado, elaborado pela Comissão Técnica Municipal, em junho 1993.

(1996 p. 57), começou com a primeira sesmaria doada, denominada de Estância do Pavão, que se estendia pelas terras do município, e recebida pelo chefe militar Rafael Pinto Bandeira. Posteriormente, por volta de 1790, dois imigrantes açorianos foram beneficiados com sesmarias, na região denominada “Coxilha dos Veledas”, Thomaz Antônio de Oliveira e José Dutra (DUTRA 1985 apud RIBEIRO, 1996 p. 57).

De acordo com Dutra (1985 apud RIBEIRO 1996 p. 58), a população do município foi constituída a partir da colonização luso-brasileira, representada em sua maioria por açorianos, que ocuparam os solos acentuadamente ondulados da Serra do Sudeste com a exploração da agricultura e da pecuária.

Os registros do Diagnóstico Rural Participativo-DRP, realizado no Carro Quebrado, em 1995, permitem algumas observações relativas a realidade específica desta comunidade em análise. O DRP possibilita, por exemplo, observar que a ocupação da localidade foi fundamentada, provavelmente, nas estâncias de exploração de pecuária como atividade principal. Por volta de 1895, as terras em que hoje se localiza a comunidade eram de um único proprietário, o Sr. Bernardino Valente, o que evidencia a presença original da grande propriedade.

O processo de fragmentação da estrutura fundiária local ocorreu a partir do filho deste proprietário e outros herdeiros, que foram, gradativamente, se desfazendo de suas terras e, concomitantemente, outras famílias ali se instalaram, ao que tudo indica, através de aquisição monetária, e alguns casos de ocupação de terras, em frações cada vez menores que a original. A estrutura fundiária apresentada no diagnóstico, em 1993, indicava o predomínio de propriedades muito pequenas, 55% do número total de estabelecimentos da localidade foram enquadrados em estratos de área de até dez hectares, incluindo-se aí os sem terra; e os que trabalhavam em área cedida.

A constituição atual da comunidade é de 28 famílias de agricultores familiares com relativo grau de homogeneidade, sem diferenças muito significativas, quanto à posse da terra (quase totalidade até 100 ha), renda (geralmente baixa), tipo de uso da terra (pecuária, apicultura e agricultura de

subsistência), religião (católica e evangélica), questões políticas (com poucos conflitos), etc.

Ao que parece, a intensificação da fragmentação dos campos foi tornando o local uma convergência de pessoas com renda muito baixa e até mesmo excluídos de outros segmentos produtivos, que ali se fixaram, num padrão de ocupação proporcional aos seus escassos recursos econômicos.

A impossibilidade de reprodução social baseando-se exclusivamente na criação de bovinos e ovinos, em decorrência, principalmente, das restritas áreas de terra, fez com que esses indivíduos começassem a se dedicar também à plantação, apesar de oriundos em grande medida, das grandes estâncias de pecuária⁶⁹.

Entretanto, cabe salientar, com base nos dados, que na realidade do Carro Quebrado, em 1993, nem a agricultura e nem criação de animais podem ser caracterizadas como atividades econômicas expressivas, nem tampouco capazes de satisfazer as necessidades básicas de subsistência das famílias. O diagnóstico da Comissão Técnica Municipal mostra que o quadro geral era de profunda carência em aspectos sociais e econômicos, incluindo-se aí rendas agropecuárias muito baixas, provenientes do comércio eventual de excedentes de milho e feijão

⁶⁹O resgate histórico no DRP realça que no passado houve cultivo agrícola relativamente expressivo, mas o próprio documento de restituição histórica e o cruzamento com outras fontes de dados evidenciam que, ao menos no âmbito específico da comunidade, a pecuária de bovinos e ovinos nunca deixou de ser a principal atividade comercial. Com respeito a esse aparecimento de atividades agrícolas no Carro Quebrado, parece oportuno retratar a ilustrativa referência de Pebayle (1975) sobre o aparecimento da agricultura numa região de pecuária tradicional, como a Serra do Sudeste Ocidental. Pebayle (1975) faz uma caracterização do tipo social 'plantadores', identificando-o como um segmento diferenciado, bastante distinto e distante de dois segmentos sociais típicos na colonização do Rio Grande do Sul, os grandes criadores e os colonos de origem estrangeira. Conforme Pebayle (1975), esse segmento dos 'plantadores' engendrou curiosas paisagens agrárias que se encontram acima de 70 metros de altitude na serra do sudeste. São constituintes desse segmento bom número de descendentes de peões de estância que ocupam áreas sem titulação (são os "posseiros" apenas tolerados pelos estancieiros); os meeiros que dão 30% de suas colheitas se recebem apenas a terra e 50% no caso do proprietário lhes ceder uma fazenda já cercada, uma parrelha de bois e uma casa; os antigos "posteiros" das grandes propriedades de pecuária, que quando completavam mais de dez anos de ocupação conseguiam, às vezes, efetivar a posse de áreas na qual o proprietário não pagou os impostos; e por fim os camponeses negros proprietários das terras que cultivam, que na condição de filhos e netos dos "bons escravos", cujos proprietários, em reconhecimento aos serviços prestados, quando da abolição, dotaram-nos de alguns pedaços de terra de mato sem interesse para pecuária (PEBAYLE 1975 p. 08). Como se pode notar, pelo relato de Pebayle (1975), a agricultura na Serra do Sudeste Ocidental não foi desenvolvida, nem exclusiva e nem expressivamente, por açorianos, cuja dedicação prioritária recaiu sobre a pecuária extensiva em grandes estâncias.

cultivados em pequenas áreas; além disso, as criações, em especial ovinas e bovinas; mas também suínos e aves, todas elas, com poucas quantidades comercializadas. As rendas também eram provenientes da venda de mão-de-obra para propriedades maiores; e por fim, aposentadorias e pensões. Com relação às dificuldades da comunidade, assim expressam os entrevistados:

[...] os homens se reuniram porque não existia comida, não tinha. O pouco que usavam era comprado, [...] (ENTREVISTADO 01).

Julgamos realmente uma das piores áreas dentro do nosso município, tanto na parte social quanto agrícola, não tinham estrutura nenhuma, não tinham conhecimento de nada, era praticamente uma área esquecida (ENTREVISTADO 02).

Não vinha benefícios, era difícil, eles [*agricultores*] tinham que buscar patrão. Buscavam se empregar, faziam safra, esquila. Onde tinha serviço eles iam (ENTREVISTADO 03 acréscimo nosso).

Além do mais, com base nos dados do diagnóstico da CTM, a percepção dos moradores era de que não existiam líderes representativos dentro da comunidade, e a superação de problemas e o apoio nas horas difíceis eram conseguidos pela contribuição de vizinhos, parentes e amigos, evidenciando o isolamento em que se encontrava a comunidade e a configuração de redes de proteção e sobrevivência em seu interior. Entre as pessoas e instituições externas a comunidade, que foram lembradas, quando da realização do levantamento sócio-econômico, em 1993, destacam-se os vereadores, em especial três, que foram citados pelo nome, a ASCAR-EMATER/RS, a Prefeitura e o Sr. Adair Araújo⁷⁰. Do total de famílias levantadas, 17 (dezessete) eram filiadas à sindicatos e apenas 06 (seis) associadas à cooperativas.

Esse cenário desolador sensibilizou agentes e comunidade a iniciarem o processo de articulação de parcerias a fim de intensificar o atendimento ao Carro Quebrado, com vistas a transformar a difícil realidade encontrada em 1993.

3.1.2. História da intervenção extensionista no Carro Quebrado

Conforme relato da extensionista do escritório da ASCAR-EMATER/RS de Pinheiro Machado, existia inicialmente um trabalho na área social, executado

na escola municipal, com ações em saúde oral, mini-farmácia e atendimento de um agente comunitário. Por ocasião de um atendimento médico e vacinação, foi detectado o caso de uma criança com um ano de idade e 03 kg de peso, sem peso suficiente para fazer a vacinação. Esse fato tocou profundamente os presentes, e além deste, foram constatados outros casos de subnutrição, seis casos do defeito físico denominado lábios leporinos, e também alta repetência escolar. A extensionista resolveu relatar a gravidade do problema ao Prefeito Municipal e a equipe da CTM⁷¹, da qual fazia parte.

A discussão do problema entre esses atores resultou no consenso de que seria necessário realizar um levantamento detalhado da real situação da localidade, o que veio a ocorrer em 1993. A aplicação do questionário, casa a casa, foi executada pela CTM, resultando numa série de informações relativas a saúde, nutrição, higiene, condições das moradias, renda, energia elétrica, transporte, abastecimento de água, estrutura fundiária, organização social, lazer, etc., que depois de analisadas, subsidiaram as propostas de ação. A primeira proposta acertada para ser colocada em prática foi um plantão de saúde⁷²; momento esse, que seria aproveitado, também, para retornar à comunidade o diagnóstico realizado, proceder as análises subseqüentes, e seria um momento de interação entre técnicos e comunidade para planejar e levar adiante ações cuja priorização começou a levar em conta a perspectiva dos agricultores.

Esse momento de interação durante o plantão, conforme os informantes-chave, permitiu o conhecimento da realidade local pelos moradores, a validação do relatório, produto do diagnóstico empreendido e a formação de grupos de interesse em função do tipo de atividade a ser desenvolvida: artesanato em lã,

⁷⁰É um morador do Carro Quebrado, mas que, curiosamente, segundo os agentes de desenvolvimento entrevistados, não participa das ações coletivas e todo o processo mais intensivo de intervenção iniciado em 1993.

⁷¹A Comissão Técnica Municipal havia sido formada por exigência da Legião Brasileira de Assistência-LBA para assessorar a implantação, execução e avaliação de projetos na zona rural, originalmente um projeto de uma escola rural na localidade do Passo Machado.

⁷²Antes do Plantão foi realizada uma campanha entre os clubes de serviço para arrecadação de alimentos e agasalhos que foram entregues na ocasião. O Plantão de Saúde aconteceu com atendimento médico de clínico geral e ginecologista, odontologista, vacinações, assistentes sociais, psicólogas e técnicos da ASCAR-EMATER/RS.

viveiro comunitário de hortaliças, lavoura comunitária de grãos e um trabalho com crianças e adolescentes com assistentes sociais e psicólogas.

O depoimento dos agentes dá uma idéia da dinâmica dessa reunião, já indicando uma maior preocupação com as proposições dos agricultores no planejamento das ações, comparativamente ao que era praticado nas abordagens anteriores (mais tradicionais),

[...]Nós colocamos a situação e o que podíamos fazer e perguntamos: o que vocês podem fazer pela situação? [...] Aí surgiram às idéias, queremos produzir uma lavoura comunitária, queremos trabalhar com lã, [...] (ENTREVISTADO 01).

Nós perguntamos: o que gostariam de ter? E ouvimos: uma orientação para uma horta. Então partimos, [...] atrás do colégio fizemos um viveiro, onde fizemos com que eles trabalhassem [...] (ENTREVISTADO 02).

Por sua vez, uma das lideranças comunitárias relata em seu depoimento o relativo grau de protagonismo dos moradores na tomada de decisões, nessa etapa inicial do planejamento.

Paralelamente, a partir de 94, iniciam-se as ações para implementação do Projeto Área Piloto-AP, na região da Serra do Sudeste do RS, envolvendo os quatro municípios. Uma das ações desenvolvidas foi a capacitação-treinamento dos técnicos e lideranças em métodos de diagnóstico e planejamento participativos (DRP), a fim de atender a nova proposta de trabalho que se delineava, mais participativa, democrática e diretamente ligada com as bases comunitárias. Esses treinamentos foram considerados chave para o avanço posterior do trabalho e decisivos para a mudança de comportamento dos técnicos,

Surgiu o trabalho da AP que veio a facilitar, entraram outras técnicas, algumas coisas que estavam meio complicadas para deslanchar, através dessas técnicas foram deslanchadas. [...] mudou realmente a postura extensionista com relação à própria comunidade, valorizando os conhecimentos deles e a medida de como obter os novos recursos [...] (ENTREVISTADO 01).

Em 1995, diante da necessidade de um conhecimento mais aprofundado da realidade local, inicia-se a aplicação de um processo de DRP na comunidade do Carro Quebrado, num trabalho interativo entre agentes de desenvolvimento

municipais e agricultores⁷³. Neste trabalho é montada uma matriz de planejamento, constituindo-se o primeiro planejamento sistematizado de atividades.

Os agricultores familiares foram envolvidos e comprometidos com o processo de diagnóstico, planejamento e com a execução das ações planejadas. A comunidade intensificou a organização em grupos de interesse, iniciados anteriormente ou recém criados, desenvolvendo ações individuais e grupais. A Prefeitura Municipal indicou quatro representantes para participação neste processo de intervenção no Carro Quebrado e houve investimentos, com recursos do Fundo Municipal e do orçamento, na construção da sede comunitária, na implantação da lavoura comunitária e apicultura, nos plantões de saúde e nas obras de saneamento básico. A construção da sede da associação foi viabilizada a partir de um projeto elaborado pela CTM ao Centro Brasileiro da Infância e Adolescência-CBIA, onde se obtiveram os recursos, tendo contrapartida da prefeitura municipal e mutirão da comunidade na construção. Além dessas fontes de recursos, podem ser citados os programas de desenvolvimento, PRONAF⁷⁴ e RS Rural⁷⁵ como financiadores principais das obras de infra-estrutura social básica e geração de emprego e renda ocorridos no Carro Quebrado.

Com base nos levantamentos realizados até aqui se avalia que a comunidade caracterizava-se por uma ‘homogeneidade de pobreza’. O isolamento e a desassistência eram agudos, com baixíssima presença de instituições interagindo no local. Alguns dados evidenciam a presença de redes de proteção e sobrevivência entre vizinhos no interior da comunidade, e outros dados enfatizam que haviam poucas relações sociais entre os moradores (mobilização comunitária). As evidências também indicam haver problemas de auto-estima das pessoas e de identidade dos agricultores familiares. Um dos principais alentos foi

⁷³Foram utilizadas as seguintes técnicas: Resgate histórico, mapa da comunidade, calendário sazonal para homens e para mulheres, entrevistas semi-estruturadas individuais e grupais para caracterização dos sistemas de produção de bovinos de corte, ovinos e feijão e ranking 2x2 para priorização dos desejos dos moradores e para priorização dos problemas da cultura do feijão.

⁷⁴Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

⁷⁵Programa de Desenvolvimento Rural (econômico, social e ambiental), com recursos do Banco Mundial, Tesouro do Estado, Prefeituras e beneficiários.

a constituição de um grupo de agentes externos que se identificaram com a comunidade e que estavam dispostos a catalisar um processo de mudança.

3.1.3. Avaliação da qualidade da ação extensionista

3.1.3.1. A evolução da organização comunitária

Uma história de organização comunitária é percebida nesta pesquisa como um processo dinâmico. A enumeração, pura e simples, das ações coletivas postas em prática nestes dez anos não é suficiente para expressar a realidade, a sustentabilidade e o potencial transformador (avaliação da qualidade) destes grupos e associações. Para tanto, é necessário visualizar as variações de intensidade dessas novas conformações comunitárias, desde sua criação até os dias de hoje, onde algumas ações coletivas foram extintas, outras se fortaleceram, outras foram criadas e outras configuram uma trajetória variável quanto a sua representação e efetividade ao longo do tempo.

Desse modo, na tentativa de retratar o potencial transformador de tal processo, da forma mais realista possível, se faz necessário empreender um esforço que se materializa na construção do quadro 04 a seguir⁷⁶. O quadro 04 mostra que houve incremento significativo na diversidade de formas associativas e de representação no Carro Quebrado, no período de 1993-2003.

⁷⁶A representação do quadro indica determinadas situações das ações coletivas empreendidas. A cor verde representa o período de atividade da ação coletiva, sendo colocadas informações, no interior dos quadros, que retratam alguns momentos significativos da história dessas ações e representações coletivas no Carro Quebrado.

Quadro 04- História de organização comunitária do Carro Quebrado-Pinheiro Machado-RS

Ações coletivas	Anos									
	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Grupo Artesãos	Inic. atividade	Projeto ao CBIA p/ financiamento da sede, e aquisição de equip.; Liber. recursos; Treinamento e formação de m.o.; Comercialização munic. e regional; Retenção de parte da renda p/ cap. giro; Envolve 27 famílias.	É o grupo mais ativo, entre todos criados no período. Seu trabalho é reconhecido no município e região, com significativos volumes comercializados e variedade de produtos em lã (chergões, cobertores, mantas, ponches, etc). É uma iniciativa de sucesso em geração de renda e emprego.							
Viveiro Comunitário	S	Inic. atividade	Trab. mulh. e homens; Foi benef. parcialte p/ ações proj. artesãs, crianças e adolescentes.; Informações saúd., educ., planj. fam., socialização., implantação mód. sanitários, festas, apres. grupos folclóricos;	A motivação inicial para implantação dos viveiros foi a melhoria da dieta alimentar e abastecimento interno que eram deficientes. Em função de interesses individuais dos participantes, e observando o andamento das outras atividades, como, por exemplo, a lavoura comunitária e o grupo de artesãos, começaram a se dispersar. O viveiro comunitário de hortaliças deixou de funcionar e seus participantes foram absorvidos em outras atividades produtivas.						
Lavoura Comunitária	E	Inic. atividade	Total 08 fam.; Foi benef. parcialte p/ ações proj. artesãs, crianças. e adol.; Informações saúd., educ., planj. fam., socialização., implantação mód. sanitário, festas, apres. grupos folclóricos;	Diminuição do número de famílias em função de problemas de gestão coletiva	As atividades da lavoura comunitária cessam em 1998. De 1996 a 1998 ocorre o declínio do número de integrantes.					
Grupo Crianças e Adolescentes	M	A	Inic. atividade	Total 10 partic.; Proj. ao CBIA para aquisição de material educativo; Liberação dos recursos; Acomp. psicólogas.	Seguimento normal das atividades do grupo, com assessoramento de psicólogos e assist. sociais.	Em 1997 é desfeita a CTM e assume no município nova administração pública. O assessoramento ao grupo de crianças e adolescentes é interrompido e o grupo paralisa as atividades.				
Grupo Apicultores	T	I	Total 10 produtores. Foram beneficiados parcialmente pelas ações do projeto CBIA aos artesãos, e as crianças, e adolescentes; Informações sobre saúde, educação, planejamento familiar, socialização, implantação módulos sanitários., festas, apresentação grupos folclóricos;		Início atividade	Criação da Associação Municipal de Apicultores em 1999. O grupo local foi o principal responsável pelo processo. Atualmente o Presidente é um dos produtores do Carro Quebrado. É uma das principais localidades produtoras de Pinheiro Machado e a atividade é considerada promissora.				
Grupo Ovinocultores	V	I	Inic. atividade	Grupo em atividade, mas se reúne somente na presença dos técnicos, quando há necessidade. Não se reúnem sós.						EMBRAPA CPP-sul doa carneiro p/ melhorar lã; Produtor benefic. fornece 400 kg/lã/ano ao G. ART.
Representação no Conder	D			Inic. atividade	A comunidade tem dois moradores no CONDER, um representando a Associação Boa União e outro representando a Associação Municipal de Apicultores.					
Comunidade Católica	A	A religião é importante na vida dos moradores. Não existe trabalho pastoral da igreja católica, que é a mais significativa da comunidade.				Inic. atividade	Há relativa diversidade religiosa, mas a única comunidade organizada é a católica, custeando as visitas mensais do padre.			
Associação Boa União	D	E	Pode-se dizer que todas as ações empreendidas desde o início do trabalho contribuíram de alguma forma para a criação da Associação, como por exemplo, as reuniões, o diagnóstico, as excursions, os plantões de saúde, os grupos informais, os DRPs, a valorização da participação, as festas e almoços em datas festivas, as campanhas educativas, a construção da sede em 1995, etc.		Início das atividades em 1997 tendo por sede a construção p/ artesãos e grupo de adolescentes. Reúnem-se regularmente, uma vez por mês, e extraordinariamente, quando necessário; sempre tratando assuntos relativos a comunidade.					
Paiol Comunitário	A organização em grupos, a assistência técnica, o apoio institucional, a patrulha agrícola, e o crédito (troca-troca) fazem aumentar a produção agrícola no Carro Quebrado, em especial as culturas de feijão e milho, que são destinadas principalmente para o abastecimento interno.					Construção com capac. para 16 t. e contrapart. prefeit. (gab. 1ª dama).	Nunca foi utilizado adequadamente. Serviu de depósito geral e armazenagem de sementes. Nunca teve regimento de gestão coletiva. A intensão atual da Associação é utilizar a construção para aumentar o tamanho da sede, transformando-o numa cozinha.			
Representação na União das Associações.	A criação da associação comunitária no Carro Quebrado foi pioneira em Pinheiro Machado e depois a idéia se estendeu para outras localidades, motivando assim a criação de uma união municipal entre elas.						Início atividade	União associações da 2ª zona de Pinh. Machado.		
Transporte Regular	É uma reivindicação prioritária desde o diagnóstico de 1993. Além do transporte em si, a estrada sempre foi mal conservada, agravando o problema de deslocamento dos moradores. Questões de saúde, educação, e econômicas são muito facilitadas por um transporte eficiente.						Início atividade	Linha quinzenal e transp. escolar a escola núcleo de Torrinhas		
Aproximação Institucional	Ação pouco efetiva	Antes de 1993 destaca-se Prefeitura, Secr. de Educação e de Saúde, EMATER, e Câm. Vereadores, com pouca intensidade. A partir de 1993, inicia-se ação mais intensiva e sistematizada. Inicialmente CTM, Emater, Pref., Secr. Estad. de Saúde, Clubes de Serviço, CBIA, STR, Secretarias Munic. de Agricultura, de Obras, de Educação, e de Saúde. Depois Assoc Boa União, Assoc de Apicultores, CONDER, União das Assoc. Rurais.								

Fonte: Levantamentos dessa pesquisa

Com relação a evolução em organização comunitária, os entrevistados são unânimes em afirmar que antes de 1993 não existia nenhuma forma coletiva deste tipo.

A percepção dos líderes atuais é de que a organização da comunidade começou com as reuniões, que por sinal haviam várias na época (1993), tendo por local a escola, e duração de até um dia, com almoço de confraternização. Essas reuniões eram promovidas pela ASCAR-EMATER/RS, que começou esse trabalho, e a partir disso, começou a formação de grupos de agricultores, e num passo adiante, a associação. Um dos agentes de desenvolvimento, membro da Comissão Técnica Municipal, faz afirmação semelhante, de que a organização comunitária criou-se a partir daquele trabalho iniciado em 1993, e destaca a ação da ASCAR-EMATER/RS na mobilização das mulheres, na parte da agricultura, e também apicultura.

3.1.3.2. A dinâmica participativa

Em primeiro lugar salienta-se que a postura participativa dos agentes e agricultores se intensificou por ocasião do DRP⁷⁷, iniciado em 1995. A atuação da CTM, no período de 1993 a 1995, embora com avanços em relação as práticas mais tradicionais de intervenção, ainda era fortemente assistencialista, não tão preocupada com a mudança de comportamento e com o investimento em habilidades e capacidades, capaz de propiciar aquisição de poder aos agricultores para analisar criticamente a realidade, comunicar as demandas e gerenciar os recursos disponíveis⁷⁸. A esse respeito o depoimento de um agente de desenvolvimento evidencia uma perspectiva pessoal de que era elevado o protagonismo dos técnicos naquele período inicial, além de revelar a face ainda bastante tecnicista e produtivista das ações.

⁷⁷O DRP no Carro Quebrado foi concluído em todas as suas etapas, ficando seus objetivos desvinculados do imediatismo da liberação de recursos. A idéia principal que pautou o processo, e que foi assimilada pelos agricultores, era de aprofundar o conhecimento da realidade local, através de uma prática interativa, e priorizando ações a partir da perspectiva das pessoas.

⁷⁸Essa constatação pode ser verificada na aplicação do questionário de diagnóstico da realidade, em 1993, conduzido pela CTM de forma intensamente extrativa e tradicional.

As coletas de dados na comunidade trouxeram a tona alguns conflitos nas relações sociais, indicando limitações na intensidade e a complexidade envolvida no processo participativo que ocorre em diversos espaços de interação e representação comunitária. Como exemplo disso, foram colhidas evidências de que a trajetória da lavoura coletiva de grãos, apesar do sucesso inicial, foi marcada por desentendimentos na divisão de trabalho e conflitos de interesse, que fizeram com que essa iniciativa perdesse força e representatividade a partir do quarto ano, e fosse abandonada no sexto ano de implantação. Por sua vez, uma liderança encarregada da organização da comunidade católica reclama da falta de cooperação das pessoas para efetivar o dízimo⁷⁹, entendendo que seria necessário um mínimo esforço para ajudar, até por que alguns continuam participando das missas mensais, entretanto, não colaboram,

[...] começou com R\$ 1,00, agora é R\$ 2,00, mas agora a gente não tem os dizimistas que tínhamos.[...] Cooperação, a gente faz uma forcinha, fuma menos um cigarro, para ter um dinheirinho. Tá faltando cooperação, mas o padre vem e eles vêm, mas tá complicado (ENTREVISTADO 04).

Em adição, lembra-se o episódio da séria desavença, com ofensas e agressões, entre um ex-presidente da Associação Boa União e o presidente da Associação da comunidade Aberta do Cerro, por ocasião da reunião do grupo de produtores que ia discutir o uso coletivo da patrulha agrícola adquirida e que foi destinada para atender essas localidades conjuntamente. Esses três relatos mostram limitações na interação social, ocorrente quase exclusivamente entre agricultores, evidenciando que ainda estão relativamente distantes daquele tipo mais intensivo de participação, denominado automobilização, que é expressão de um grau muito elevado de civismo nas relações sociais entre os indivíduos, e um objetivo a ser perseguido por toda ação extensionista concebida como formadora de capital social.

⁷⁹É um sistema de arrecadação de recursos realizada pelos participantes da comunidade católica do Carro Quebrado com o objetivo de bancar as despesas de deslocamento do padre, uma vez por mês. Atualmente o valor do dízimo é de R\$ 2,00/pessoa, recolhido mensalmente, por ocasião da missa.

A seguir apresentam-se trechos dos depoimentos dos líderes comunitários, que trazem informações adicionais de como a participação ainda se processa com limites em diversos momentos no âmbito comunitário:

[...] nas reuniões não é todos que trocam idéias, nas nossas reuniões tem vindo pouca gente. Na média de 10 a 12, mas que trocam idéias, que discutem são dois ou três. Os outros ficam ouvindo, não gostam de participar, de falar (ENTREVISTADO 04).

[...] nas reuniões vêm entre 15 a 20 famílias. Nas piores entre a quatro a cinco.[...] nas reuniões sempre tem, em todas as comunidades, algumas lideranças, outros escutam, mas depois eles votam sim ou não (ENTREVISTADO 03).

Com relação ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural-CONDER, destaca-se o fato polêmico de que a constituição do cargo de presidente seja feita por decreto, impedindo uma mobilização maior da base de conselheiros. Ressalta-se ainda a percepção de um dos representantes do Carro Quebrado nesse conselho, de que em algumas discussões tem-se a impressão de que alguns conselheiros mais articulados e informados tentam manipular outros que têm mais dificuldade de argumentar e manter posição, fazendo com que, algumas vezes, as decisões tomadas não coincidam com o interesse comunitário.

Os limites no processo participativo e a variação na intensidade da participação de acordo com diferentes espaços e atores sociais é um indicativo de que a trajetória do desenvolvimento encontra-se num estágio de transição, em direção a consolidação democrática, com mobilização e representatividade plena da base comunitária.

Por outro lado, é consenso entre os entrevistados, tanto líderes comunitários quanto agentes de desenvolvimento, de que as pessoas na comunidade sabem discutir os assuntos, respeitam a opinião uns dos outros e em assuntos polêmicos buscam o ‘meio termo’. Fica evidente, de forma relativamente consensual, que os diversos produtos e encaminhamentos, fruto da interação entre técnicos e agricultores em distintas situações estão baseados numa ótica combinada destes dois atores,

[...] quando a gente se reúne vai discutir até chegar uma conclusão do que o grupo vai fazer, do que serve, o que não serve, a gente tem liberdade[...] discutir junto, ele [*o técnico*] ajuda a decidir por mais

humilde que seja [*o agricultor*]. As pessoas se sentem incentivadas (ENTREVISTADO 03 acréscimo nosso).

O instrumento metodológico constituído de uma pergunta fechada, com múltipla escolha, sobre os tipos de participação (anexo E) que geralmente ocorrem quando da interação entre técnicos e produtores na comunidade, apresenta um resultado que divide as opiniões em duas escolhas. A percepção dos sujeitos-tipo polarizou-se entre a participação mais tradicional do tipo 05 (funcional), que é caracterizada pelo fato dos agricultores participarem e compartilharem idéias e opiniões, mas as prioridades mais importantes serem definidas anteriormente sem a participação deles, e a participação mais intensa do tipo 06 (interativa), na qual os agricultores atuam de forma conjunta com os técnicos na análise, planejamento, e execução das ações com o uso de metodologias apropriadas para tal. Apenas uma percepção dos sujeitos-tipo saiu desta polarização, recaindo sobre um tipo de participação ainda mais intensa do tipo 07 (mediante acompanhamento), na qual a seleção das alternativas e as decisões mais importantes são tomadas pelos agricultores, e os técnicos e instituições ajudam quando solicitados.

A intensificação de um processo de promoção da participação pressupõe um aumento no protagonismo dos agricultores. Na análise dos dados coletados à campo, por várias vezes apresentaram-se evidências que o protagonismo da base comunitária tem sido incentivado e levado em consideração, tanto no desenho da proposta de intervenção em si, quanto na distribuição posterior de seus benefícios.

Com respeito a esse incentivo ao protagonismo dos agricultores, um dos agentes de desenvolvimento entrevistados ressalta que a interação participativa entre técnicos e comunidade é a melhor maneira para trilhar o caminho em direção aos objetivos, e justifica-se como segue, referindo-se às transformações ocorridas no Carro Quebrado:

[...] desde que as pessoas tenham abertura, elas são valorizadas, elas valorizam sua auto-estima, elas acham seu papel importante dentro da comunidade, elas lutam pelas idéias, trocam idéias, elas discutem, [...] sente que é importante, que é valorizado (ENTREVISTADO 01).

Esse mesmo agente expressa sua compreensão a respeito dos motivos que levam as pessoas a se reunirem, percebendo que os agricultores cada vez mais

sentem necessidade de tentar, e se dão conta que as conquistas deles passam necessariamente pela união de esforços, “eles sentiram a força que eles têm” (ENTREVISTADO 01).

Unanimemente, todas as lideranças e agentes percebem que a importância do agricultor para decidir, eleger prioridades e resolver problemas vem aumentando nesses últimos dez anos.

3.1.3.3. As habilidades e capacidades das pessoas e os espaços participativos

Numa visão ampla, por ocasião do trabalho de campo, recolheram-se indícios de que a intervenção local das equipes de desenvolvimento, ao longo de todo o período, tem contabilizado avanços nas capacidades e habilidades dos moradores, apesar da intensidade diversa⁸⁰, em aspectos intangíveis e destrezas sociais, como auto-estima, solidariedade, participação e comunicação, além deles estarem “mais bem informados, mais interessados pelo trabalho, mais interessados para adquirir e para mudar” (ENTREVISTADO 04). Para enfatizar ainda mais esta constatação, basta lembrar que a comunidade tem se constituído em referência no trabalho dentro da Área Piloto, sendo suas lideranças e técnicos ocasionalmente convidados para apresentarem a experiência em encontros fora de Pinheiro Machado. Os líderes comunitários falam para platéias relativamente grandes e muitas vezes constituídas por pessoas mais instruídas, e mesmo assim, de acordo com os informantes-chave, eles têm se saído muito bem.

A respeito dessas mudanças ocorridas no comportamento dos agricultores e familiares, as seguintes percepções expressadas nas entrevistas ressaltam de modo geral alguns avanços no comportamento das pessoas:

[...] eu noto que realmente hoje a realidade é outra, totalmente diferente. Até nas conversas com eles a gente já nota que houve avanço. [...] são mais ativos, já sabem os problemas, [...] buscar e levar as reivindicações deles (ENTREVISTADO 02).

⁸⁰As condicionantes que interferem na aprendizagem estão relacionadas com as desigualdades naturais entre as pessoas e grupos sociais. Aspectos culturais, econômicos, políticos, étnicos, religiosos, história individual, diferenças de interesse, nível de instrução, patrimônio, etc. configuram a diversidade social que deve ser captada pela política pública que se pretenda formadora de capital social e de desenvolvimento sustentável.

[...] eles ficaram com mais conhecimento, de muitas coisas, muitas pessoas nem saíam da localidade, só viveram aqui [...] (ENTREVISTADO 04).

O pessoal não acreditava mais, estavam um pouco desacreditados de como se virar por conta própria. Corriam mais atrás do patrão, eles pensavam assim em ganhar o dia, com esse trabalho passaram a ser mais independentes, ser mais produtor, produzir mais em pequenas chácaras (ENTREVISTADO 03).

Outra conquista importante foi a valorização da auto-estima, pessoas muito humildes, pessoas com defeito, [...]. Hoje são pessoas que se sentem valorizadas, eles conversam, eles opinam, tanto que têm associação comunitária e eles hoje participam (ENTREVISTADO 01).

A intensidade diversa dos avanços, apesar do quadro geral de crescimento, pode ser verificada nesses depoimentos:

[...] têm uns que falavam, mas outros ficam quietos, só assistindo. E depois ficavam em dúvida, depois que passava a reunião iam discutir, achava que não podia ser assim, depois que acabava a reunião, na hora não falava [...] (ENTREVISTADO 04).

[...] Sempre existe aquela liderança que insiste, que vai buscar, mas também têm outros que não, existem alguns (ENTREVISTADO 03).

Entretanto, apesar da percepção de que a ação extensionista resultou em evolução das capacidades e habilidades das pessoas e da reconhecida importância dos aspectos intangíveis e destrezas sociais para o desenvolvimento sustentável, o que se nota nas lideranças comunitárias e parcialmente nos agentes de desenvolvimento, por ocasião das entrevistas, é o entendimento do crescimento das pessoas em correlação mais intensa com o conhecimento técnico-produtivo, e os benefícios materiais e aspectos físicos.

Em adição, no conteúdo de alguns depoimentos transparece uma visão ainda paternalista/assistencialista, e um tanto de conduta do período tradicional da ‘modernização’, na relação entre agricultores e agentes externos.

Nessa realidade de transição, tanto no contexto local como no regional, tende-se a uma mescla de nuances, desde uma intervenção mais tradicional, até ações mais democráticas, baseadas em interações horizontais entre os atores, automobilização comunitária, e estabelecimento de arranjos sinérgicos. Desse modo, observam-se diferenças de postura dos agentes de desenvolvimento com relação a forma de intervenção, uns tendendo a uma posição de vanguarda democrática e outros tendendo a posições mais conservadoras. A dificuldade de

romper com “velhas práticas” pode ser justificada, em parte, pelo tipo de capacitação profissional, pela estrutura organizacional das empresas a que pertencem os agentes e, de forma geral, pela missão e objetivos institucionais dos diferentes parceiros que interagem.

Por outro lado, identificam-se esforços no sentido de criar os espaços para que essas habilidades e capacidades sejam praticadas, como, por exemplo, a associação comunitária, os grupos de interesse, as artesãs em lã crua, os grupos de negociação para comercialização do mel, a comunidade religiosa, os conselhos municipais, as associações de produtores e seus respectivos representantes locais⁸¹. Neste caso, os avanços podem ser visíveis, como revela o depoimento a seguir:

Têm grupos de produção que nem sempre têm a presença do técnico e eles fazem a reunião deles, lá eles discutem e quando têm a oportunidade do técnico se fazer presente eles trazem a nós: ‘conversamos tal coisa, achamos que poderia ser feito assim, vocês nos apóiam nesse sentido?’ (ENTREVISTADO 01).

3.1.3.4. A evolução do potencial sinérgico

Para as lideranças comunitárias, a percepção é de que a sinergia institucional se expressa satisfatoriamente. Eles entendem que os técnicos e as instituições se organizam conjuntamente, e com a comunidade, para que os objetivos planejados sejam alcançados, conforme expressa o Entrevistado 04: “acho que eles puxam para o mesmo lado, trabalham de acordo”. Em adição, os sujeitos-tipo da amostra trabalhada na escala de medição do capital social, expressam através do item 17, uma percepção de que houve um avanço significativo (200%) na integração entre instituições de apoio e destas com a comunidade, nos últimos dez anos (2,4 em 1993 e 7,2 em 2003).

Entretanto, entre os agentes de desenvolvimento entrevistados é reconhecida a percepção de que a integração institucional para o desenvolvimento rural é falha, em todo o município de Pinheiro Machado, inclusive no Carro Quebrado. Apesar desta constatação, é consenso entre eles que os técnicos sabem

⁸¹Os representantes locais do Carro Quebrado foram, de maneira geral, avaliados positivamente, tanto por moradores quanto por agentes de desenvolvimento.

trabalhar em equipe, evidenciando, desse modo, que a solução dos problemas de integração passam primeiro pela aproximação das instituições propriamente ditas. Longe de serem instituições antagônicas, na medida que, em última análise, “o objetivo é o mesmo, tentar melhorar uma comunidade” (ENTREVISTADO 01); apresentam diferenças significativas quanto à perspectiva de compreensão do processo de desenvolvimento rural; quanto ao tipo, qualidade, quantidade de recursos disponíveis para esse fim; e quanto à especialização, capacitação e a forma de atuação dos seus quadros funcionais.

Neste contexto, com base no depoimento dos agentes, verifica-se que a continuidade do trabalho das equipes municipais de desenvolvimento na comunidade do Carro Quebrado é prejudicada por notórias deficiências em recursos humanos, em especial no aspecto quantitativo. A única equipe estruturada de forma satisfatória para trabalho à campo, em comunidades, com veículos e equipamentos, apesar de também apresentar deficiência quantitativa, é a do Escritório Municipal da ASCAR-EMATER/RS, cabendo-lhe, portanto, um certo protagonismo no processo,

Com certeza a EMATER sempre ficou na função de cutucar, de fazer a coisa continuar andando, funcionando.[...], EMATER e Prefeitura têm que se unirem para somar, para fortalecer esse trabalho é sempre feito em conjunto. Sindicatos, prefeitura, secretarias, só que na verdade é aquela postura, a EMATER puxando, e puxa as coisas (ENTREVISTADO 01).

O trabalho no Carro Quebrado é referência no município e na área de abrangência do Projeto Área Piloto, com um nível bastante satisfatório de presença dos agentes externos, como bem evidencia a percepção dos agricultores. Entretanto, com base nas informações obtidas, evidencia-se que essa presença intensiva se faz em detrimento de outras comunidades, cuja intensidade do trabalho de interação dos técnicos e comunidade não se expressa da mesma forma.

Na medida em que avança a intervenção extensionista pretensamente formadora de capital social, as mudanças de comportamento observadas em ambos, agentes e agricultores, se refletem em tentativas cada vez mais frequentes de transformação da difícil realidade em que vivem, através de ações coletivas, ações de defesa das conquistas e arranjos sinérgicos que ultrapassam os limites da

comunidade, conformando, assim, uma gradativa mudança na forma de resolução dos problemas.

Entende-se que o investimento nas capacidades e habilidades das pessoas para interação social e o domínio de metodologias de diagnóstico e planejamento tem reflexo significativo na forma de como os problemas das comunidades são resolvidos, na medida que vai facilitar a organização de ações coletivas e a sinergia com as instituições externas. A mudança na forma de resolução dos problemas coletivos é considerada na pesquisa como um indicador de efetividade de uma política pública formadora de capital social, portanto, obviamente, constituiu-se num elemento auxiliar para avaliação da qualidade da ação extensionista.

Sobre o modo e intensidade de resolução dos problemas no Carro Quebrado, destaca-se que, tradicionalmente, em função das distâncias e dificuldades de transporte, aqueles com mais recursos iam com mais frequência à cidade levando as reivindicações daqueles que não tinham condições de se deslocar tão facilmente. De acordo com a natureza dos problemas, eles eram dirigidos diretamente ao Prefeito ou aos vereadores.

Naquela época (antes de 1993), a escola era o principal ponto de convergência e reunião das pessoas. Muito em função disso, a professora também tinha um papel destacado na solução dos problemas.

Por sua vez, nos tempos mais recentes a maneira de resolução dos problemas foi modificada em relação ao passado, com a implantação de mecanismos e organizações que são mediadoras das demandas, como por exemplo, a CTM, enquanto funcionou, a Associação Boa União, a partir de 1997, e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, além da aproximação de instituições que atuam diretamente na comunidade, em especial a ASCAR-EMATER/RS, a Secretaria da Saúde através de seu agente comunitário, a Secretaria de Obras, a de Agricultura, e também o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Esse processo de intensificação da mediação de demandas através de organizações representativas e a aproximação institucional faz com que,

gradativamente, a figura da professora municipal perca importância nesse contexto.

Identifica-se que os caminhos mais usuais percorridos pelos problemas, desde sua identificação na comunidade, até a instituição ou setor administrativo que lhe dará resposta, passam principalmente pela Associação Boa União, que através de seu representante leva o assunto ao CONDER. Pelo fato do Secretário de Agricultura ser o Presidente do Conselho (por decreto), muito dos problemas da comunidade seguem adiante por esta via e são resolvidos. Esse fato da constituição do cargo de presidente do CONDER ser por decreto é motivo de muita polêmica entre os conselheiros, mas uma vertente entende que os problemas comunitários ‘chegam e são acolhidos’ mais rapidamente no executivo com essa configuração.

Quando o assunto não for pertinente ao Conselho leva-se diretamente aos políticos de Pinheiro Machado. A esse respeito, nota-se ainda que o caminho tipo ‘ligação direta’,⁸² apesar de ter diminuído de intensidade, ainda ocorre.

Salienta-se ainda que na área de saúde, com a criação do Programa de Saúde Familiar-PSF⁸³, a ação do agente comunitário constitui um canal muito importante de encaminhamento de problemas nessa área, cujo destino, numa primeira instância, é o Conselho Municipal de Saúde.

Com relação à possibilidade de resolução de problemas da comunidade, a escala de medição, em seu item 14, expressa a percepção das pessoas de que houve um incremento superior a 150% (média 3,0 em 1993 e 7,1, em 2003) nas facilidades de acesso às instituições oficiais capazes de apoiar os agricultores, suas famílias e a comunidade como um todo.

⁸²É um tipo de trajeto em que os problemas são encaminhados sem a participação da associação e do conselho, sendo resolvidos diretamente pelas Secretarias Municipais, os políticos, a ASCAR-EMATER/RS, o STR e os vereadores, quase sempre num interesse individual ou de grupo reduzido de moradores da comunidade.

⁸³Segundo Entrevistado 02, nesse PSF ocorre o atendimento familiar na comunidade, com visitas semanais de um médico, enfermeira e o próprio agente comunitário.

3.1.3.5. A defesa das conquistas

As entrevistas e os contatos diversos mostraram que algumas intervenções externas, às vezes, prejudicam o andamento das demandas, legitimamente discutidas e priorizadas de forma participativa na base comunitária. O principal motivo mencionado na explicação desses fatos é a ação de grupos de interesse político-partidário, que procuram sempre obter o maior grau de influência possível, mantendo o controle da situação, mesmo que isso venha a custar atrasos no processo de conquista da comunidade. As evidências desse tipo de interferência estão expressas em depoimentos, como segue:

Bom, isso aí é uma coisa que politicamente a gente sabe que sempre existe, é um medo da sombra, [...] depende da visão do político, acho que sempre existe isso aí. Prejudicar não, mas fica meio enrolado, [...] (ENTREVISTADO 01).

Interesse político sim, tanto de candidatos a vereador, na época sim e continua isso aí hoje (ENTREVISTADO 02).

[...] talvez eles pensem em outras coisas e não é aquilo que a comunidade tá pensando. Aquele trabalho que a comunidade aprendeu, que a EMATER desenvolveu, que a comunidade sabe o que quer, muitas vezes pode ter um político que não pensa assim (ENTREVISTADO 03).

Por outro lado, constituiu-se em consenso, entre agricultores e agentes locais de desenvolvimento, que esse tipo de ação vem reduzindo de frequência ao longo dos últimos dez anos, e a explicação para esse decréscimo recai principalmente sobre a força que tem uma base comunitária organizada, mobilizada e bem representada, facilitada, entre outras coisas, pela democratização das relações sociais no âmbito local, regional e até mesmo nacional. Além desse fator primordial na redução das interferências (negativas), são destacados também a atuação de instituições, como o CONDER, fórum legítimo de discussão e priorização das ações, e a ASCAR-EMATER/RS, que é reconhecida, no depoimento dos agentes, pela capacidade de aproximar os atores sociais de um território. No Carro Quebrado, as evidências da ação inibitória externa à mobilização comunitária são mais percebidas e sentidas pelos técnicos do que pelos moradores. O depoimento a seguir transcrito expressa evidências de que vem diminuindo esse tipo de interferência:

Diminuído bastante. A pressão é grande das comunidades, antigamente a comunidade não tinha voz, era muito fácil comandar, hoje não, hoje 'eu grito lá fora', 'grito em conjunto', a pressão é maior [...] (ENTREVISTADO 01).

O entendimento comum dos agricultores entrevistados é de que os problemas de interferência não ocorrem com gravidade na localidade por que o Carro Quebrado “é um lugar calmo politicamente”, função, em parte, da distância relativamente grande à sede do município e pela característica das pessoas que não costumam se exaltar muito com a política. Entretanto, ainda de forma difusa e pouco percebida pelos agricultores, existem entidades e mecanismos dispostos a proteger esses espaços e organizações embrionárias dos atores sociais em processo de “empoderamento”.

3.1.3.6. A questão da inclusividade nos benefícios do projeto

A percepção consensual, tanto do pesquisador, das equipes de agentes municipais, quanto dos agricultores trabalhados na coleta de dados, é que o Carro Quebrado se caracteriza como uma comunidade com relativa homogeneidade entre os indivíduos. Esse fato colabora para o processo de ampliação da inclusividade nos benefícios gerados pelas ações do projeto de desenvolvimento.

Então, era de se esperar, entre os entrevistados, o entendimento de que cada vez mais gente tem sido beneficiada pelo projeto, e foi realmente o que apareceu nos depoimentos. Além do mais, uma das lideranças ainda enfatiza que as decisões tomadas priorizam sempre o atendimento dos mais pobres.

Entretanto, um dos agentes salienta que a extinção da CTM, que atuava no início da intervenção (até 1997), prejudicou o processo de inclusão das pessoas, entendendo que se a comissão estivesse funcionando até hoje o processo teria sido muito mais intensivo. Quando perguntados se aumentou a inclusão das pessoas nos benefícios das ações, assim se expressam os informantes-chave:

[...] se a gente analisar, basicamente todo mundo cresceu, a não ser casos isolados, famílias, estão ficando uma ou duas [...] (ENTREVISTADO 01).

Aumentou o número de pessoas que recebem os benefícios. É, têm mais (ENTREVISTADO 04).

Acho que sim.[...] Sempre para o mais pobre (ENTREVISTADO 03).

Reportando-se aos resultados conseguidos com a aplicação da escala de medição do capital social, em especial o item 19, fica expressa a percepção dos agricultores sobre o avanço conseguido na distribuição 'para todos' dos benefícios alcançados através de programas de desenvolvimento. A valoração média no ano de 1993 foi de 2,2 e de 7,4 em 2003, aumentando percentualmente mais de 250%.

3.1.3.7. Síntese avaliativa da ação extensionista na formação de capital social

Os resultados da ação extensionista no Carro Quebrado são considerados referência dentro do Projeto Área Piloto. Nessa análise leva-se sempre em consideração o difícil quadro anterior na comunidade, de profunda carência e isolamento. Apesar das restrições ainda serem evidenciadas, avalia-se, com base em diversos dados de campo, que houve avanço significativo em todos os principais critérios considerados numa intervenção concebida para formar capital social e promover desenvolvimento inclusivo e sustentável.

3.1.4. A evolução de capital social no Carro Quebrado – medição com base o modelo analítico de Castilhos

A descrição do processo de formação da comunidade, a avaliação dos precursores do capital social e da ação extensionista nos últimos dez anos permitem projetar uma expectativa para a evolução do capital social no Carro Quebrado da seguinte forma. A medição com base no modelo síntese de Castilhos (2002) identificará, em 1993, estoques baixos nos seis elementos, com algum destaque para os estoques intracomunitários, mas mesmo assim baixos. Por outro lado, a medição dos seis elementos de análise, em 2003, identificará uma significativa evolução dos estoques percebidos pela comunidade, situando-se em níveis considerados bons, com evolução mais significativa nos estoques dos elementos que representam aspectos como aproximação institucional, estabelecimento de vínculos extracomunitários e arranjos sinérgicos para o desenvolvimento.

À medida que as atividades foram sendo executadas por ocasião do trabalho de campo, transparecia, de modo geral, um sentimento de satisfação dos moradores relativamente a tudo que aconteceu nesses dez anos. É bem verdade que às vezes os depoimentos estão carregados de muito otimismo, ou então, algumas vezes os depoimentos necessitam verificação da validade e confiabilidade através do cruzamento com outras fontes de dados.

Uma maneira de captar a percepção dos agricultores foi através da aplicação da escala de medição do capital social, que colheu as informações que possibilitaram a construção da Tabela 03 apresentada a seguir.

Tabela 03- Medição dos elementos de capital social em 1993 e 2003 na comunidade do Carro Quebrado – Pinheiro Machado-RS

Épocas	(1993)	(2003)	(1993)	(2003)	
Níveis	Dimensões	Enraizamento	Enraizamento	Autonomia	
Nível Macro		2,70	7,50	2,70	7,80
		(baixo)	(bom)	(baixo)	(bom)
Nível Meso		1,90	6,50	2,20	5,00
		(baixo)	(bom)	(baixo)	(regular)
Nível Micro		4,00	7,10	3,20	7,50
		(regular)	(bom)	(baixo)	(bom)

Fonte: Levantamentos dessa pesquisa.

A Tabela 03 mostra que⁸⁴, de maneira similar à maioria das comunidades rurais pobres, no início da intervenção externa mais intensiva para o desenvolvimento (1993), a comunidade do Carro Quebrado apresentava melhores estoques em capital social intracomunitário “*bonding*”, e muito baixos estoques de capital social do tipo extracomunitário “*bridging*” e institucional “*linking*”. O estoque de capital social intracomunitário, apesar de superior ao das demais formas de capital social, está num nível baixo (4,0 para o elemento integração e 3,2 para o elemento compromisso cívico dos indivíduos). Os estoques de capitais sociais, extracomunitário (1,9 para o elemento conexão e 2,2 para o elemento compromisso cívico dos indivíduos) e institucional (2,7 para o elemento sinergia e 2,7 para o elemento integridade institucional) encontravam-se muito baixos. É curioso notar, neste caso, que a comunidade apresentava-se no passado (1993)

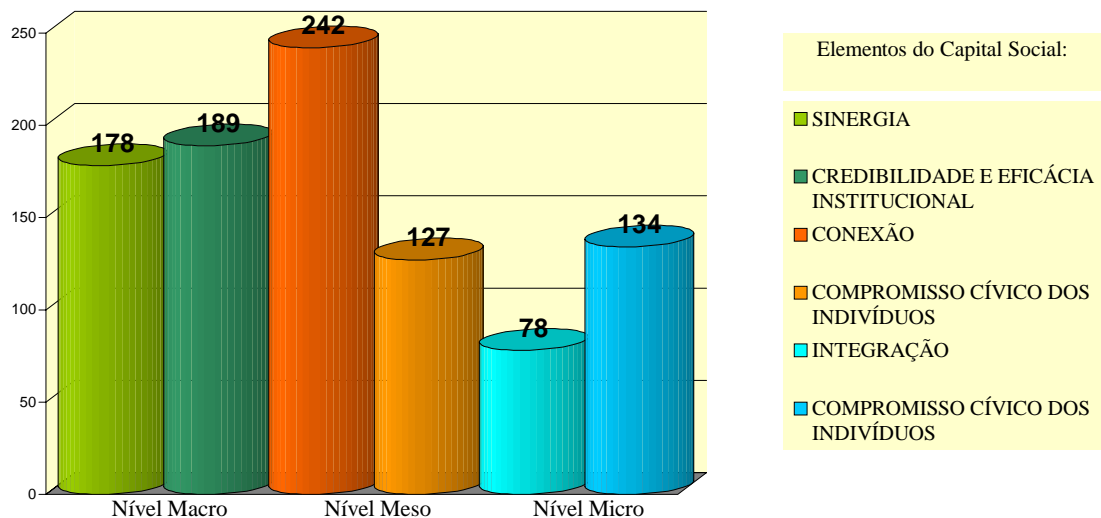
com menor estoque de capital social extracomunitário do que capital social institucional, normalmente, identificado pela literatura como o mais carente em comunidades rurais pobres, situação que se mantém inalterada nos dias de hoje, com o estoque de capital social institucional sendo maior que o estoque de capital social extracomunitário.

A partir de ilustrações de Woolcock (1998), num contexto de estratégias de desenvolvimento de baixo para cima (“*bottom-up*”), a comunidade, em 1993, pode ser identificada com níveis baixos de integração, conexão, e compromisso cívico dos indivíduos. Num contexto de estratégias de desenvolvimento de cima para baixo (“*top-down*”), os níveis de sinergia (cooperação Estado-instituições-sociedade civil) e integridade institucional (eficiência e credibilidade organizativa) eram, da mesma forma, muito baixos. No caso específico do Carro Quebrado, esse quadro configura a ausência quase total do Estado na comunidade, em todas suas instâncias, suas agências técnicas e outras organizações não governamentais de apoio, no sentido de levar avante estratégias de desenvolvimento.

O Gráfico 01 mostra os avanços nos elementos de capital social, após o período de 10 (dez) anos de intervenção seguindo o modelo participativo de promoção do desenvolvimento na comunidade.

⁸⁴Para melhor compreensão dos dados da tabela ver Quadro 01, págs. 27 e 64 e procedimentos metodológicos.

Gráfico 01- Avanços percentuais nos elementos de capital social na comunidade do Carro Quebrado – Pinheiro Machado-RS.



Fonte: Levantamentos dessa pesquisa.

Os avanços percentuais mais significativos ocorreram nos elementos sinergia e credibilidade e eficácia institucional, no nível macro, e no elemento conexão, no nível meso, apesar de todos os elementos apresentarem avanços consideráveis. Os investimentos nesses elementos, que obtiveram maiores avanços percentuais, são considerados fundamentais e devem estar contidos nas estratégias de desenvolvimento para superação da pobreza e “empoderamento” de atores sociais desfavorecidos. Nesse sentido o quadro expressa um bom desempenho da intervenção das equipes municipais e do Projeto Área Piloto de Desenvolvimento Regional no Carro Quebrado.

Os resultados da Tabela 03 também evidenciam que a percepção atual dos agricultores é que os elementos sinergia e credibilidade e eficácia institucional, no nível macro, são os mais intensamente presentes na realidade do Carro Quebrado. A dimensão autonomia, no nível macro, recebeu a nota de 7,8, a mais alta nota entre todos os elementos, cuja combinação constitui a credibilidade e eficácia institucional. As valorações registradas apontam um bom nível de sinergia 7,5 entre agências e instituições parceiras no nível local e destas com a comunidade. No sentido “*bottom-up*”, essa nota representa a intensidade da mobilização

comunitária para demandar as ações do Estado, suas agências técnicas e outras organizações formais parceiras.

Por outro lado, analisando a valoração absoluta dos itens de capital social na escala de medição, percebidos e mensurados 'em 2003' pelos agricultores, observa-se que ainda existe um amplo campo potencial para crescimento do capital social. Por exemplo, o item nº 06 (referente à existência de reunião de pessoas de diferentes comunidades rurais e da sede para discutir assuntos do município e região) foi valorado em 1993, na média dos moradores consultados, com a nota 2,0. A média em 2003 é de 4,2, representando um incremento de 110%. Esse item compõe o grupo de variáveis constituintes do elemento conexão, no nível meso (o de maior crescimento relativo). Entretanto, o valor absoluto de 4,2 compreende a valoração mais baixa, entre todos os itens, na média dos agricultores pesquisados, indicando a necessidade de intensas ações no nível local e regional para reunir as pessoas e promover discussões a respeito da realidade local e regional, do processo de desenvolvimento em curso, dos avanços, dos retrocessos e das limitações.

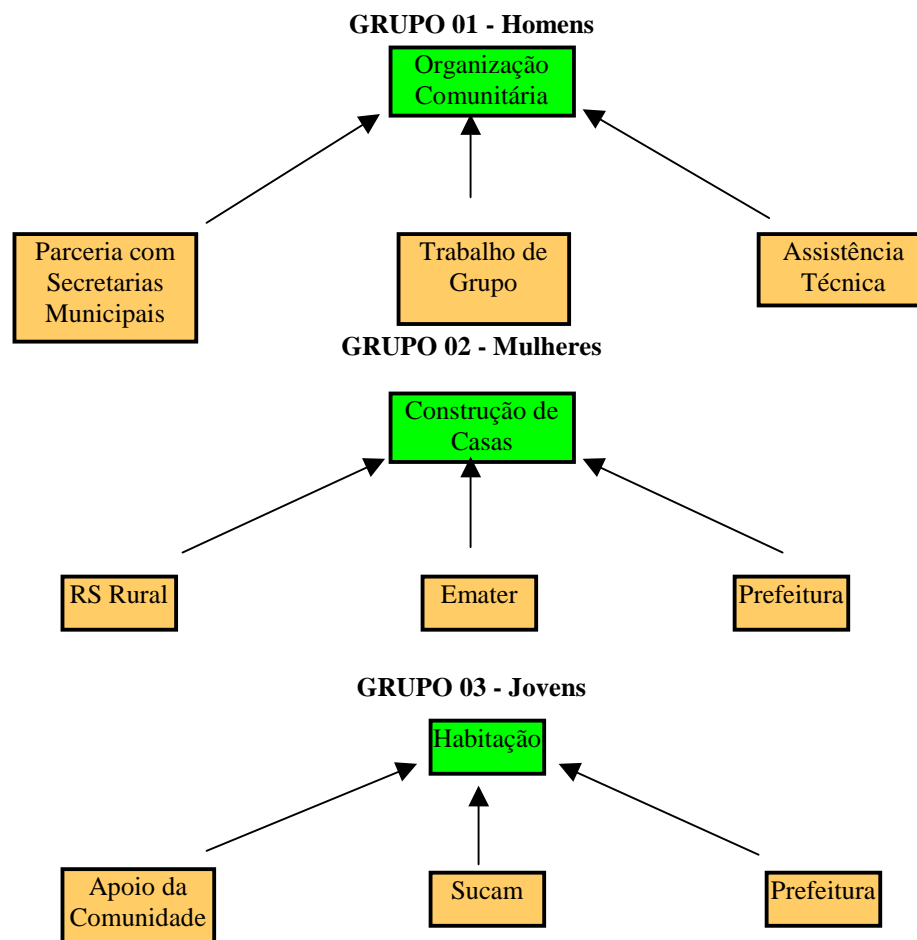
Da mesma forma, os itens nº 05, 12 e 13⁸⁵ apresentaram avanços relativos muito significativos de 164%, 200% e 145%, respectivamente, passando das valorações médias de 2,2; 1,8 e 2,4, em 1993, para 5,8; 5,4 e 5,8, em 2003. Entretanto, são valorações regulares que expressam a possibilidade potencial de novas conquistas e uma realidade ainda deficiente, obstaculizada e cheia de possibilidades em capital social.

⁸⁵O item nº 05 (As pessoas que não colaboram com o coletivo da comunidade são criticadas ou discriminadas.), constitui o elemento integração no nível micro. O item nº 12 (Relacionamento com outras comunidades (frequência e qualidade) integra o elemento conexão e o nº 13 (Os líderes do município ou região estão mais preocupados com a solução dos problemas da comunidade do que com a obtenção de benefícios do cargo que ocupam) integra o elemento compromisso cívico dos indivíduos, ambos no nível meso. O item nº 13 foi enquadrado dessa forma, pois expressa a confiança entre pessoas de diferentes classes sociais. Como se verifica em Monastério (2000b), trata-se de um 'óleo lubrificante social'. As informações sobre o comportamento de outros agentes e oportunidades disponíveis fluem através do capital social do tipo "*bridging*". Quando o capital social do tipo "*bridging*" é abundante, tem-se uma sociedade fluída e integrada, na qual, por exemplo, a despeito das diferenças sociais, pobres e ricos confiam uns nos outros e compartilham informações.

3.1.5. Ação extensionista, formação de capital social e desenvolvimento

Para verificar a influência do trabalho dos técnicos na evolução do capital social na comunidade do Carro Quebrado foi realizada uma reunião, onde os agricultores, organizados em grupos, discutiram o tema a partir de perguntas orientadoras, e respeitando uma seqüência lógica de ações que orientam a técnica de visualização móvel para trabalho com grupos.

O resultado do trabalho dos grupos, orientado para discussão dos fatores impulsionadores das principais conquistas, pode ser representado esquematicamente de acordo com a Figura 04.



Fonte: Levantamentos dessa pesquisa.

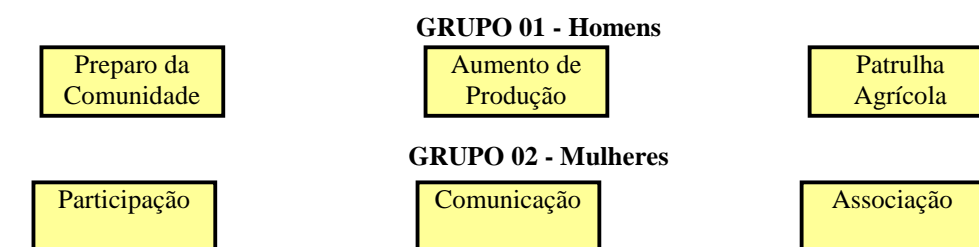
Figura 04- Percepção dos grupos de trabalho sobre a principal conquista do Carro Quebrado e os três principais fatores que contribuíram para essa conquista

A Figura 04 mostra uma acentuada sintonia de percepção entre dois grupos, dos jovens, e das mulheres, que entendem a melhoria do padrão das casas como a maior conquista da comunidade. Por sua vez, o grupo dos homens coloca ênfase na organização comunitária, entendendo como a maior conquista do Carro Quebrado.

No tocante aos fatores impulsionadores, a maioria das idéias/tarjetas⁸⁶ dos três grupos enfatiza a importância da aproximação institucional ‘Prefeitura’, ‘Emater’, ‘Assistência Técnica’, ‘Sucam’⁸⁷. Destaca-se, também, o entendimento de que a intervenção da comunidade foi um fator impulsionador importante ‘Apoio da Comunidade’, ‘Trabalho de Grupo’. Aliás, a idéia/tarjeta ‘Trabalho de Grupo’ apresentada pelos homens refere-se, principalmente, àqueles grupos de interesse formados em função de atividades econômicas, como, por exemplo, artesanato em lã, apicultura, lavoura comunitária, etc.

Por fim, merece destaque o entendimento de que a integração entre as Secretarias Municipais do poder público (em ações como patrulha agrícola, contrapartidas, financiamentos, etc) e destas com a comunidade, apresentada na idéia/tarjeta ‘Parceria com Secretarias Municipais’, foi fundamental para impulsionar a principal conquista, expressando a importância de ações sinérgicas para o desenvolvimento.

Depois de concluída a primeira etapa da reunião, os mesmos grupos reuniram-se novamente para discutir a segunda pergunta orientadora, que dizia respeito aos três resultados mais importantes do trabalho dos técnicos, cujo produto está esquematizado num tipo de matriz de impacto – Figura 05.



⁸⁶São conteúdos resumidos expressos em pedaços de cartolina, denominados ‘tarjetas’, que representam as respostas dos grupos às perguntas orientadoras.

⁸⁷A visão dos jovens é que as orientações prestadas pelas equipes da Sucam, ao enfatizar o problema das casas de torrão e palha na disseminação do ‘barbeiro’ que transmite o Mal de Chagas, e a atuação reivindicatória (pressão) dessas equipes foram um fator impulsionador importante para concretizar as casas.

GRUPO 03 - Jovens

Maior participação da comunidade

Maior desenvolvimento

Associação

Fonte: Levantamentos dessa pesquisa

Figura 05- Esquema do impacto do trabalho dos técnicos na comunidade do Carro Quebrado - Pinheiro Machado-RS.

A Figura 05 mostra uma aproximação das percepções do grupo das mulheres e dos jovens. Das seis idéias/tarjetas principais destes grupos, que expressam o impacto do trabalho dos técnicos, cinco delas estão intimamente relacionadas com aspectos do capital social 'Associação', 'Comunicação', 'Participação'. A idéia/tarjeta (Maior desenvolvimento), apresentada pelo grupo dos jovens, enfocou o aspecto agrícola do desenvolvimento, representada pelo aumento da produção física de alimentos e produtividade.

Por outro lado, as idéias/tarjetas apresentadas pelo grupo dos homens valorizam mais o impacto em aspectos físicos como aumento da produção, patrulha agrícola e preparo da comunidade. Entretanto, destaca-se que a apresentação da idéia/tarjeta 'Preparo da comunidade' envolveu uma amplitude de aspectos muito grande, desde aspectos intangíveis e relações sociais, como organização, mobilização e conhecimento, até aspectos de infra-estrutura social e produtiva. Dividindo-se arbitrariamente essa idéia 'Preparo da comunidade' em 50% (aspectos intangíveis, relações sociais) e 50% (benefícios materiais), tem-se que o entendimento dos homens a respeito do impacto da ação extensionista recai em grande maioria, nos aspectos físicos e materiais (cerca de 83%).

É interessante notar que a percepção dos grupos de mulheres e jovens é diametralmente aposta a dos homens, e vice-versa, a respeito do impacto do trabalho dos técnicos. Os dois primeiros grupos percebem o impacto majoritariamente sobre aspectos intangíveis e relações sociais (cerca de 83%)⁸⁸, e o último percebe o impacto majoritariamente sobre os benefícios materiais (cerca de 83%).

⁸⁸Observando-se o grupo das mulheres isoladamente, que o impacto do trabalho dos técnicos está integralmente associado aos aspectos intangíveis e relações sociais (capital social).

Observando-se as informações transmitidas pelas figuras 05 e 06, evidenciou-se no desenrolar da reunião duas linhas de percepção distintas, uma constituída pelas idéias do grupo dos homens e a outra constituída pela aproximação das idéias dos grupos das mulheres e jovens.

Analisando as duas perspectivas, evidencia-se uma influência mais direta e intensa do impacto do trabalho dos técnicos nos fatores impulsionadores das principais conquistas, a partir da perspectiva dos grupos de mulheres e jovens. Os grupos de mulheres e de jovens, que percebem a principal conquista como um benefício material e os fatores impulsionadores como majoritariamente institucionais, percebem, em sintonia, o impacto do trabalho dos técnicos como majoritariamente influente nas relações sociais e mobilização comunitária⁸⁹.

Ao passo que o grupo dos homens, que percebe a principal conquista na organização da comunidade e os fatores impulsionadores majoritariamente institucionais; contrariamente percebe o impacto do trabalho dos técnicos como benefícios materiais e aspectos físicos. Tem-se assim um descompasso e uma relação não tão direta.

O capital social pode apresentar uma correlação positiva com o desenvolvimento sócio-econômico, sendo definido como as normas de comportamento social e as redes interpessoais que podem disseminar a reciprocidade e a confiança. A disseminação destes aspectos intangíveis torna possível a proliferação de ações coletivas voltadas para o bem comum, configurando o lado benéfico do capital social. Essas ações coletivas influem diretamente na mobilização comunitária, que é considerada um dos fatores preponderantes para o desenvolvimento, a partir da perspectiva sinérgica.

Além da mobilização comunitária, também os agentes externos, a arquitetura institucional e as políticas públicas são preponderantes na formação do capital social, mas, para que isso ocorra efetivamente, é necessário incorporar a

⁸⁹O referencial teórico da pesquisa, em especial a noção de capital social pela perspectiva sinérgica, salienta que uma comunidade organizada e mobilizada constitui fator preponderante para o desenvolvimento, pois além de estar mais preparada para demandar ações por parte do Estado e instituições, tem mais capacidade de facilitar essa aproximação e a efetivação das ações. Como expressa Woolcock (1998), as ações integradas que levam ao desenvolvimento devem ocorrer em dois sentidos, “*bottom-up*” e “*top-down*”, simultaneamente e em sintonia.

perspectiva do capital social no desenho e implementação dos projetos de desenvolvimento, incluindo-se a prática participativa em todos os níveis.

Em consequência dessa noção geral despontam questões como a inserção e autonomia dos agentes, agricultores e instituições em redes sociais e econômicas; as mudanças de comportamento das pessoas; a sinergia institucional e de base comunitária; a importância da participação efetiva; o investimento em capacidades e habilidades dos agricultores; a inclusão social ampla; a criação de arranjos institucionais voltados à mobilização social do território; e os mecanismos de defesa das conquistas, para que tanto o capital social e, conseqüentemente, o desenvolvimento sustentável de determinado local sejam efetivados satisfatoriamente.

No Carro Quebrado, a partir de 1994, com a implantação de uma prática extensionista que vai incorporando gradativamente, em sua base, pressupostos formadores de capital social, faz com que as ações programadas na matriz de planejamento sejam atingidas, destacando-se a melhoria da qualidade de vida e da organização comunitária, como evidencia o Quadro 05, que apresenta um comparativo, elaborado pelos técnicos e moradores, da situação de 1993 com a atual (2003).⁹⁰

⁹⁰A situação de 1993 foi sintetizada pelos extensionistas locais com base no diagnóstico realizado nesse mesmo ano pela Comissão Técnica Municipal.

Quadro 05- Comparativo da realidade passada (1993) e atual (2003) na comunidade do Carro Quebrado – Pinheiro Machado-RS.

INDICADORES	SITUAÇÃO EM 1993	SITUAÇÃO EM 2003
Número de Famílias	30 (ao redor de 118 pessoas). Destas 27 (107 pessoas) atendidas.	28 (ao redor de 96 pessoas)
Habitação	13 de torrão e 09 com apenas um quarto	Todas de alvenaria
Energia Elétrica	Inexistente	Em construção
Água Encanada⁹¹	19 residências	24 têm e 04 não têm
Banheiros	03 residências	23 têm e 03 não têm
Alimentação	Quase toda comprada	Aumento da produção própria (peixes, frutas, mel, feijão, milho, aipim, abóbora).
Economia	Criações (bovinos, suínos, ovinos e aves).	Inclusão das atividades de apicultura e milho. Aquisição de patrulha agrícola
Tamanho das propriedades	03 sem terra; 03 áreas cedidas.	01 sem terra
Educação	1ª a 4ª série	Escola desativada. Há transporte escolar para escola primária completa.
Mortalidade Infantil	Alta. 07 partos prematuros seguidos de morte/ano.	Inexistente
Acesso a saúde	Mini farmácia; agente comunitário de saúde e médico mensal.	Visita {médico, enfermeiro e ag. saúde. Grupos de saúde com medicamentos
Transporte/ Estradas	Deslocamento e comunicação precária.	Linha quinzenal. Comunicação precária
Organização comunitária	Inexistente	Associação Comunitária; Sede Própria; Grupo de Artesanato; Paiol comunitário.

Fonte: Associação Comunitária Boa União e Levantamentos dessa pesquisa.

O quadro 05 mostra que houve avanços significativos em diversos aspectos da realidade do Carro Quebrado, destacando-se a qualidade das moradias, atualmente construídas em alvenaria e quase todas com sistema de abastecimento de água encanada e com banheiro. Outros aspectos bastante modificados para melhor foram a organização e representação comunitária, que em 1993 era considerada inexistente, e que em 2003 se apresenta razoavelmente diversificada, com representações de grupos por atividade dentro da comunidade; uma associação em atividade regular e sede própria; representação da comunidade em fóruns e associações de âmbito municipal e regional; um paiol comunitário; entre outras. Houve também avanços na produção de alimentos para consumo local; em indicadores de saúde e na estrutura fundiária.

⁹¹Uma torneira com a água encanada foi suficiente para contabilizar o domicílio como possuidor de água encanada. Na realidade atual, todos os sistemas de abastecimento de água contabilizados são mais complexos.

Por outro lado, os destaques negativos nessa caminhada ficam por conta da demora na concretização da rede de energia elétrica, ainda em fase de construção; e o retrocesso no atendimento em educação, cuja desativação da escola municipal faz com que as crianças precisem se deslocar à comunidade próxima (Torrinhas) para estudarem.

Assim, há evidências nessa pesquisa de que as conquistas verificadas no Carro Quebrado estão em grande parte relacionadas à organização comunitária; ao estabelecimento de relações sinérgicas entre comunidade e instituições e entre as instituições; à criação dos espaços participativos e representativos; e a defesa dessas conquistas. Todas essas ações foram facilitadas pela operacionalização de um processo participativo de relações horizontais entre atores sociais, no qual o trabalho extensionista teve uma importância fundamental.

3.1.6. Visão sobre a comunidade antes e depois do trabalho de campo da pesquisa

A comunidade do Carro Quebrado é pequena, com 28 famílias, situada num patamar intermediário de homogeneidade interna na amostra da pesquisa, constituída por agricultores e pecuaristas familiares, em maioria de baixa renda.

A percepção da equipe municipal era de que a ação extensionista desenvolvida ao longo dos últimos dez anos pode ser considerada de relativo sucesso e os agricultores familiares locais são receptivos à intervenção externa. Um detalhado diagnóstico da realidade rural foi elaborado em 1993 e o DRP foi iniciado em 1995 e concluído em todas as etapas propostas.

Essa visão anterior está muito próxima da verificada por ocasião do trabalho de campo. As carências identificadas estão efetivamente num processo de reversão pela ação extensionista, em questões como auto-estima, identidade dos agricultores familiares, mobilização comunitária, infra-estrutura social e produtiva e qualidade de vida. As pessoas são receptivas e valorizam a ação dos atores sociais externos nesse processo de mudança da comunidade. Existem motivos suficientes para considerar a experiência no Carro Quebrado como referência dentro do Projeto Área Piloto.

As projeções feitas, com base na coleta de dados, se confirmaram, com uma percepção da comunidade de que eram baixos os estoques de capital social em 1993, e que os estoques em 2003 são bons (um elemento de análise foi percebido com nível de estoque regular), e os mais significativos avanços percentuais foram percebidos nos elementos de análise do nível macro e o elemento conexão, no nível meso.

A visão da comunidade sobre os estoques atuais de capital social dá idéia das possibilidades amplas ainda possíveis de evolução nesse campo.

3.2. Caracterização do processo de formação de capital social no Rincão dos Barbosas/Pereiras – Município de Santana da Boa Vista-RS

3.2.1. História de formação da comunidade Rincão dos Barbosas/Pereiras e os precursores de capital social

O município de Santana da Boa Vista está localizado em região montanhosa, pertencente a Serra das Encantadas, sendo parte constituinte do Escudo Sul Riograndense, com uma altitude média de 360 m acima do nível do mar. O clima é subtropical, e, segundo Leite (2002 p.64), a vegetação predominante é a Estepe Estacional, que se estende em toda a porção sul do Rio Grande do Sul, inclusive grande parte do Escudo Sul Riograndense.

De acordo com trabalho de Borba (2002 p. 156-157), a diversidade da superfície do município está classificada em quatro grupos. As serras, que correspondem às superfícies fortemente onduladas e solos rasos, são constituídas por unidades classificadas, quanto à capacidade de uso do solo, como áreas com aptidão exclusivamente para pastagens permanentes e reflorestamento, mas, em alguns casos, apresentam severas restrições até mesmo para esse tipo de exploração – Classes VI e VII (RIO GRANDE DO SUL, 1986 p. 65-66), compreendendo 54,86% da área de Santana da Boa Vista. As superfícies menos onduladas desse grupo são as formações denominadas Guaritas e Santa Bárbara com altiplanos rochosos entre vales. As terras altas constituem as superfícies elevadas de relevo ondulado, com solos geralmente muito rasos, pedregosos; e a fertilidade varia de média a muita baixa. São classificadas como áreas não

cultiváveis - Classe VIII - e perfazem 25,23% da área do município. As colinas são as áreas de superfície ondulada a suavemente ondulada, que possuem solos mais profundos, situados nas bordas das terras altas. São áreas próprias para agricultura – Classes II, III, IV - que perfazem 17,5% da superfície total. Por fim, estão as planícies aluviais com sedimentos do rio Camaquã que representam 2,41% da superfície total do município (BORBA 2002 p. 157).

Por sua vez, de acordo com a Leitura da Paisagem, na região⁹² onde está localizada a comunidade do Rincão dos Barbosas/Pereiras, os aspectos ambientais mais destacados são a topografia ondulada a fortemente ondulada; a presença de vegetação arbustiva (alecrim, faxina e vassoura branca); a maior extensão de mata nativa do município; afloramentos de rocha; presença significativa de áreas inaptas à agricultura; presença abundante de arroios; reflorestamento com eucalipto, acácia e pinus; e erosão em arroios em função de desmatamento ciliar. Essa descrição do ambiente natural da comunidade, comparada com a classificação recém vista, evidencia que a superfície predominante enquadra-se como serra, e a capacidade de uso de solo restringe-se, na maior parte das áreas, a pastagens permanentes e reflorestamento.

Em adição, o DRP, realizado em 1996, destaca que o solo da localidade é raso, desgastado, inadequadamente utilizado em função de sua capacidade, com observância de baixas produtividades e erosão moderada. O DRP observa ainda que as terras no Rincão dos Barbosas/Pereiras têm limitações ao uso intensivo devido à profundidade, a suscetibilidade à erosão em função do relevo acentuado e também pela baixa fertilidade natural. A vegetação característica é dividida em dois grandes tipos, em função da sinuosidade do relevo. Na topografia ondulada o DRP denomina a vegetação como campo misto, e na topografia fortemente ondulada os campos são freqüentemente interrompidos pela mata subtropical arbustiva. Com base em Leite (2002 p. 64) identifica-se que esses dois tipos de vegetação descritos na região da comunidade variam desde uma estepe estacional herbáceo-graminóide, no relevo ondulado, até uma estepe estacional arbórea aberta, presente no relevo fortemente ondulado.

Com relação à história, Santana da Boa Vista é o município mais novo da Área Piloto, fazendo parte de Caçapava do Sul até o ano de 1965, tendo, portanto, uma história de ocupação do território e de formação do homem semelhante a esse. A região já era habitada por indígenas antes da chegada dos espanhóis e portugueses açorianos, que foram os principais colonizadores do município. A ocupação do município, conforme Abrão (1980 apud RIBEIRO 1996 p. 61), iniciou em 1782, quando Domingos Bitencourt recebeu sesmaria em campos que eram de Caçapava do Sul e hoje são de Santana da Boa Vista, caracterizando o povoamento a partir da grande propriedade.

Especificamente ao Rincão dos Barbosas/Pereiras, com base no resgate histórico realizado por ocasião do DRP, em 1996, observa-se que as terras da comunidade eram de um único dono, Luiz Barbosa do Prado; e a pecuária era a atividade principal. Segundo o mesmo resgate, a estratificação das propriedades foi levada a cabo, majoritariamente, através de divisão por heranças, com poucas áreas compradas por estranhos (DRP, 1996).

A subdivisão paulatina das terras entre descendentes, geração após geração, aliada às baixas produtividades da pecuária (ovinos e bovinos) e das pequenas criações de subsistência, decorrentes, em grande medida, das características restritivas do solo e topografia, num processo gradual de diminuição dos recursos produtivos disponíveis, faz com que as rendas das propriedades apresentassem uma curva decrescente.

Provavelmente, muito em função deste processo, inicia-se na localidade, ainda na primeira metade do século passado, as produções agrícolas – com destaque para o feijão e milho - para abastecimento da propriedade e para o mercado, sendo intensificados a partir do final da década de 60 pelos incentivos em crédito e outras políticas de fomento oficial, configurando uma estratégia alternativa de reprodução econômica e social das famílias.

Entretanto, por ocasião do trabalho de campo, as observações do local, os depoimentos dos agricultores, bem como os relatos de Borba (2002), evidenciam que o município em geral e a comunidade do Rincão dos Barbosas/Pereiras em

⁹²Região homogênea número 04 deste documento.

particular caracterizam-se como zonas marginais ao processo de modernização da agricultura empreendido pelo estado brasileiro, a partir do final da década de 60 até meados da década de 80, comprovadamente verificadas pelos seus índices socioeconômicos e técnico-produtivos atuais, situados em patamar relativamente precário.

No início da década de 90, surge outra importante estratégia de reprodução econômica e social das famílias, caracterizada pela saída de grande contingente dos moradores mais novos da comunidade para trabalharem como safristas, nas seguintes atividades: a colheita da maçã, na Serra Gaúcha e Encruzilhada do Sul; reflorestamento em Caxias do Sul; despendoamento de campos de semente de milho, em Cruz Alta; e a safra do arroz na zona sul do Estado. Tais estratégias são facilitadas em parte pelo apoio em transporte através do poder público municipal ou das próprias empresas contratantes.

Conforme levantamentos dessa pesquisa, atualmente a comunidade do Rincão dos Barbosas/Pereiras se apresenta com 105 famílias, com alto grau de homogeneidade interna, constituída basicamente por agricultores familiares de baixa renda, que cultivam milho, feijão e criações, com alto grau de parentesco entre eles, e com uma história expressiva de ações coletivas, reciprocidade e confiança entre vizinhos. São pessoas religiosas, com diferenças pouco significativas quanto ao patrimônio individual e renda. O DRP em 1996 apurou que a estratificação fundiária era majoritariamente constituída de minifúndios, com apenas uma fazenda com 540 ha de área, uma propriedade com 100 ha, outra com 90 ha, e o restante variando entre 20 e 40 ha. Algumas características da comunidade são assim retratadas pelos entrevistados:

[...] eles estavam fazendo o que chamam de “puxurum”, mutirão de capina [...]. Plantar em ordem, capinar em ordem, colher em ordem, em todas as lavouras (ENTREVISTADO 06).

Até que não tem diferença entre as pessoas; tchê! Aqui o que varia mais é a quantidade de terra, porque sobre religião, partido, todos pegam junto, na comunidade (ENTREVISTADO 07).

Participam bastante, quando acham que vão ser beneficiados por alguma coisa [...]. Porque eles têm essa conversação, união. Mesmo no bolicho, lá eles conversam,[...], eles têm essa ligação, essa ligação informal dentro da comunidade, tudo que ocorre eles discutem (ENTREVISTADO 05).

Tudo é pobre, com bastante terra não têm. Não são muito diferentes quase todos se encaixam no Pronafinho [...] (ENTREVISTADO 08).

Apesar de algumas pequenas divergências no depoimento dos líderes comunitários, a descrição da história realça a presença de um nível relativamente muito bom de reciprocidade, solidariedade, cooperação, comunicação e confiança entre os agricultores, um nível elevado de homogeneidade interna e laços familiares próximos indicando a existência de precursores do capital social na comunidade. Tal cenário projeta a existência de níveis relativamente satisfatórios de estoques de capital social, em 1993, especialmente o intracomunitário.

Essa homogeneidade interna e a característica da comunidade, reconhecida de longa data, de solucionar seus problemas agropecuários mais difíceis a partir de ações coletivas entre vizinhos, refletem, entre outras coisas, na capacidade rápida de mobilização da comunidade para demandar ações de intervenção externa para o desenvolvimento⁹³, fazendo com que, a partir da década de 90, se intensifique a presença de instituições voltadas ao desenvolvimento rural no Rincão dos Barbosas/Pereiras.

3.2.2. História da intervenção extensionista no Rincão dos Barbosas/Pereiras

Desde a década de 70 até 1994, a orientação técnica era esporádica, executada quase que exclusivamente pela ASCAR-EMATER/RS. Naquela época, o trabalho era realizado a partir de pequenos grupos de agricultores que desenvolviam atividades produtivas e que solicitavam a presença da assistência técnica quando necessário, para tratar, meramente, de assuntos técnico-produtivos. De acordo com os depoimentos, não havia destaque à questão de organização comunitária e a integração institucional era bastante incipiente, com os planejamentos de ação sendo elaborados e executados isoladamente.

⁹³Essa visão é convergente com a verificada na monografia de especialização de Rodrigues (2001). Conforme Rodrigues (2001 p. 03), “a maior ‘homogeneidade’ da comunidade do Rincão dos Barbosas tende a favorecer a adesão da comunidade aos novos projetos de desenvolvimento local”.

A comunidade começa a discutir e se reunir, com a mediação da Legião Brasileira de Assistência-LBA, por ocasião da criação da Associação de Moradores, em 1989 (ENTREVISTADO 06).

A partir dos anos 90, a igreja coordena a implantação das pastorais da saúde e da criança, selecionando pessoas da comunidade e dando-lhes treinamento para execução deste trabalho voluntário e gratuito para os beneficiários. Na área de saúde, destaca-se também, apesar de mais recente, a atuação do agente comunitário, que assim como as pastorais têm abrangência no Rincão dos Barbosas/Pereiras.

Conforme depoimento dos informantes-chave, o trabalho dos agentes externos na comunidade foi intensificado a partir das discussões sobre o Projeto Área Piloto, que se inicia em 1994. Em 1995, os técnicos e lideranças do município de Santana da Boa Vista (ASCAR-EMATER/RS, STR, e Prefeitura) receberam a primeira capacitação em diagnóstico e planejamento participativo (DRP), realizado em Caçapava do Sul, com objetivo de promover mudanças na forma tradicional de intervenção dos técnicos, anteriormente identificada como pouco efetiva para o tipo de público e realidade trabalhada.

Seguindo as diretrizes gerais do Projeto Área Piloto para a região, após a capacitação, os agentes de desenvolvimento municipais apresentaram uma proposta de trabalho ao Rincão dos Barbosas/Pereiras, bem como, outras comunidades carentes; e na mesma época, articulavam-se esforços em Santana da Boa Vista para constituição do Conselho Municipal de Política Agrícola e Agrária, o que veio a acontecer em 1996.

Essa estratégia de intervenção, composta pela proposta de trabalho com DRP, foi apresentada inicialmente a um grupo de lideranças municipais reunidas na sede da Câmara de Vereadores, em 03/11/1995, que priorizou o início das atividades de diagnóstico e planejamento participativo no Rincão dos Barbosas/Pereiras. Teve peso significativo para essa priorização o fato de que a comunidade tinha uma história reconhecida de relativa organização comunitária, com seus moradores sendo ligados por laços familiares próximos, e também o fato da acolhida imediata da proposta quando do contato dos técnicos. A evidência de

que a característica da comunidade pesou decisivamente na priorização pode ser verificado, como segue:

É a região que são mais unidos no município de Santana, porque gostam de participar. [...] então as verbas vão aqui, começou aqui, tá se expandindo (ENTREVISTADO 08).

Embora não fosse a região mais pobre. Visitamos duas mais pobres. Só que as outras regiões, no entendimento dos técnicos, a resposta seria muito lenta e que teria que ter um trabalho com mais energia. Quem priorizou foi a própria comunidade, porque nós colocamos quase 140 pessoas em dia de trabalho. Nas outras comunidades nós tivemos que ir nas casas. Não conseguimos muita gente para conversar (ENTREVISTADO 06).

Com o sinal verde desse grupo de lideranças municipais - uma espécie de CMPAA informal⁹⁴ - e da comunidade, os agentes de desenvolvimento partiram para o primeiro DRP⁹⁵ a ser realizado no município, que foi executado de forma completa em todas as suas etapas, com ampla aceitação e participação dos moradores.

Cabe ressaltar que a proposta de realização do DRP apresentada pelos agentes à comunidade não foi fundamentada em expectativas imediatistas de acesso a recursos, como se pode observar nesse depoimento:

Não se falou em recursos, nós levamos a proposta que havíamos sido capacitados em uma maneira diferente de trabalhar, ouvindo mais as pessoas, vendo realmente o que eles achavam que era deficiente na comunidade deles e que tínhamos técnicas, ferramentas, que dariam oportunidade de fazer um levantamento dentro da comunidade realmente do que a comunidade precisava. E a partir daí nossa proposta era fazer um planejamento conjunto com eles para buscar alcançar esses resultados (ENTREVISTADO 05).

A partir da execução das diversas etapas do DRP, identificou-se, entre outras coisas, que seria interessante investir na suinocultura, pois em determinadas

⁹⁴Esse grupo de lideranças se reuniu em novembro de 1995 para ouvir a proposta de trabalho com DRP nas comunidades rurais, e priorizou o Rincão dos Barbosas/Pereiras para o início dos trabalhos em janeiro de 1996. Só em 1996 que o Conselho Municipal de Política Agrícola e Agrária foi formalmente constituído, tendo como participantes muitas daquelas pessoas.

⁹⁵Foram utilizados os seguintes instrumentos: Perfil Histórico; Mapa da Comunidade; Rotina Diária para Mulheres; Calendário Sazonal; Ranking das Principais Atividades; Caminhada Transversal; e Entrevistas semi-estruturadas coletivas para produtores de milho, feijão, suínos. Num momento anterior (1994), foi realizada uma etapa do Estudo da Cadeia Produtiva do Feijão, que ocorreu simultaneamente nos quatro municípios. Em 2001, foi realizada a técnica de 'Leitura da Paisagem', com a identificação de sub-regiões homogêneas do município, a partir de critérios sociais, econômicos e ambientais.

épocas do ano era a atividade responsável pelos principais ingressos de receita na propriedade, apesar da criação não ter estrutura para o mercado; e que a apicultura também era uma atividade potencialmente viável. A interação entre técnicos e agricultores - proporcionada por essa metodologia de trabalho mais democrática - foi identificando em conjunto, passo a passo, os potenciais e as carências, e ao mesmo tempo buscou mobilizar a comunidade para disponibilizar os recursos necessários para as ações planejadas.

Dentre as fontes de recursos mais importantes de financiamento para as ações programadas destacam-se os recursos próprios dos agricultores que investiram na suinocultura, adquirindo matrizes e reprodutores; recursos da Cáritas Brasileira⁹⁶ para aquisição de equipamentos de apicultura; o Programa RS Rural com investimentos em eletrificação (antigo PRÓ-RURAL 2000) e na unidade de beneficiamento de feijão; o Programa RS Especial com investimentos em obras de combate a estiagem; a parceria com a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária, que doou 02 reprodutores suínos tipo carne; o Movimento dos Pequenos Agricultores, que financiou moradias e a aquisição de matrizes bovinas de corte; o PRONAF, com financiamento de custeio através do Pronafinho; e o Programa de Capacitação de Agricultores, que através do Centro de Treinamento de Canguçu treinou várias pessoas da comunidade em processamento de carne suína.

Nessa caminhada, a ação extensionista concentrou-se em potencializar atividades produtivas já valorizadas pelos agricultores e outras novas que apresentavam potencial; em incentivar a mobilização comunitária e sua vinculação com o entorno, além de investir em melhorias na qualidade de vida e infra-estrutura comunitária. Assim, diversas ações da matriz de planejamento foram atingidas, promovendo significativas mudanças na realidade do Rincão dos Barbosas/Pereiras.

⁹⁶Instituição internacional da igreja católica, com atuação nos 22 países da América Latina e Caribe, e em mais de 190 no mundo. A Cáritas Brasileira foi criada em 1956, como um organismo da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, ligada ao setor da Pastoral Social, constituída na forma de sociedade civil sem fins lucrativos.

3.2.3. Avaliação da qualidade da ação extensionista

3.2.3.1. A evolução da organização comunitária

A referência mais antiga sobre a organização comunitária, lembrada pelos informantes-chave, remonta da época que um grupo de pessoas foi à paróquia propor ao padre para que fosse organizada uma comunidade religiosa. A intenção desse grupo era suprir uma carência sentida nesse campo, pois não havia igreja na localidade. Assim, a comunidade religiosa teria a meta inicial de promover a construção de uma capela, que ocorreu em 1968, para que “as pessoas pudessem se reunir, trocar idéias, rezar e agradecer a Deus por aquilo que recebem diariamente” (ENTREVISTADO 09). Conforme esse mesmo informante-chave, “aí começou, começou a andar, [...]”.

No final da década de 80 iniciam as discussões para organização da associação de moradores, com a mediação da LBA e poder público municipal.

Outros informantes-chave relatam a criação da associação de moradores, em 1989, como o primeiro empreendimento organizativo do Rincão dos Barbosas/Pereiras, destacando ser uma ação pioneira no município, expandindo-se posteriormente para outras comunidades rurais⁹⁷.

Os dados mostram que, antes da fundação da associação de moradores e da ação mais intensiva dos agentes de desenvolvimento no âmbito do Projeto Área Piloto, o que existia em organização eram grupos isolados mais relacionados com aspectos familiares. Até aqueles grupos informais relacionados com atividades produtivas e que solicitavam assistência técnica eram influenciados pelos laços de parentesco. Além, obviamente, da igreja, que como foi visto estava presente.

Na esteira da história de organização comunitária do Rincão dos Barbosas/Pereiras, destacam-se, em 1996, as iniciativas de constituição dos grupos de suinocultores e de apicultores, e, mais recentemente, em 2002, foi criada a Cooperativa dos Produtores de Feijão, que na verdade é uma filial da Cooperativa de Desenvolvimento Rural do Rio Camaquã, já existente. Segundo uns informantes-chave, a organização coletiva relacionada à cultura do feijão é

⁹⁷Essa intenção de mobilizar as comunidades rurais partiu de uma política pública municipal da gestão administrativa 1993-1996, com auxílio da LBA.

desejo da comunidade desde as discussões para criação da associação de moradores em 1989. Contudo, para outros, a fundação da filial e o investimento na unidade de beneficiamento é fruto das discussões por ocasião do estudo da cadeia produtiva do feijão nos quatro municípios da Área Piloto, em 1994/95. Na comunidade, durante esse trabalho de estudo da cadeia, foram utilizadas metodologias que evidenciaram que os agricultores estavam perdendo muito dinheiro para os intermediários, fazendo com que eles enxergassem aí um ‘gargalo’ que precisava ser corrigido, para aumento da rentabilidade.

A obra de construção da unidade de beneficiamento de feijão está na fase final de conclusão e os recursos utilizados são provenientes do Programa RS Rural, com contrapartidas do município e da comunidade.

Com base nos levantamentos da pesquisa, verifica-se que o sentimento crescente de valorização da organização, como um caminho para alcançar as melhorias desejadas na comunidade, faz com que, em 2002, um grupo de jovens agricultores se mobilizasse para a criação de um núcleo do MPA. Esse sentimento se fortalece, apesar de já estar significativamente presente na realidade do Rincão dos Barbosas/Pereiras, a medida que avanços são concretizados através da união das pessoas, e também são disponibilizados financiamentos cujo acesso é coletivo, como o PRÓ-RURAL 2000, Pronafinho, RS Rural, RS Especial, o recurso da Cáritas Brasileira, etc.

Em consequência disso, a constituição do núcleo tendeu para um processo com pouco envolvimento de agentes externos, e sendo liderado por agricultores mais jovens, o que ajuda na renovação de lideranças e realimentação das forças vivas da comunidade. Um dos entrevistados expressa a importância da presença

do MPA⁹⁸ na comunidade como canal de representação e caminho de acesso a recursos, como segue:

A criação do MPA foi interessante para busca de recursos e também porque alguns, participando do MPA, sentiram a importância deles estarem participando de movimentos regionais. Essa troca de experiências, a vivência, para reivindicação de problemas da comunidade (ENTREVISTADO 05).

Com a intenção de melhor retratar o processo histórico de organização comunitária do Rincão dos Barbosas/Pereiras, apresentam-se de forma resumida e agrupada, as principais ações coletivas postas em prática até os dias de hoje, conforme o quadro 06 a seguir.

⁹⁸A história de constituição local do MPA teve início através do relato, por comunicação direta entre agricultores e por rádio, de experiências em andamento nos municípios vizinhos de Encruzilhada do Sul e Canguçu. Por esse fluxo de informações os agricultores ficaram sabendo que organizados a partir de um núcleo local do MPA seriam beneficiados com recursos para investimento e custeio, principalmente na área de pecuária de corte, até então muito pouco atendida pelos programas de desenvolvimento disponíveis. Pesou também para esse interesse, a informação referente à facilidades de acesso ao crédito e aval/garantias proporcionadas pelo sistema Cooperativa de Crédito - CRENOR/MPA. A intermediação da ASCAR-EMATER/RS e da Secretaria da Agricultura foi solicitada, e essa interação comunidade e instituições, viabilizou a presença de dois representantes do MPA, que em reunião na comunidade, explicaram os passos para concretização desse desejo, o qual acabou ocorrendo.

Quadro 06- História de organização comunitária do Rincão dos Barbosas/Pereiras-Santana da Boa Vista-RS

Ações Coletivas	Anos						
		1968	1989	1990	1996	2002	2003
Comunidade Católica		Início da atividade. A comunidade se mobiliza para viabilizar a vinda regular do padre na comunidade; e é construída a capela.		Início das atividades das pastorais da criança e saúde. Treinam. e atuação de voluntários da comunidade.			A igreja católica continua forte com cultos mensais e atuação das pastorais. A religião é um aspecto importante para a vida das pessoas da comunidade.
Associação Comunitária			Início da atividade. Por intermediação da LBA e poder público municipal.		Estatutariamente é uma reunião mensal da diretoria e duas ordinárias por ano com presença de todo o quadro, mas não fazem. Apresenta-se pouco mobilizada, sem reuniões regulares. Dependente da intervenção de agentes externos para organizar, divulgar, e definir a pauta das reuniões. A interação entre seus membros é suprida em parte por encontros informais aos finais de semana, no boteco, cancha de bocha, sinuca, futebol, quando discutem assuntos da comunidade.		
Grupo de suinocultores	S E M				Início da atividade. A aplicação do DRP evidencia a importância da suinocultura para a renda das propriedades. 11 produtores investem em matrizes e reprodutores, e estruturam a criação para o mercado municipal.	O número de famílias envolvidas cresce para 40, os animais estão melhorados geneticamente para carne. Torna-se uma renda importante para a comunidade. Mas, não há característica de grupo informal com ações coletivas e ocorrem problemas desestimulantes de comercialização.	
Grupo de Apicultores	A T I V I D A D E				Início da atividade. Financiamento coletivo de equipamentos para produção e beneficiamento.	Grupo de 06 produtores com ações coletivas em compra de insumos, manejo, colheita, beneficiamento e comércio. Produção aproximada de 1.000 kgs/ano destinada para Porto Alegre.	
Cooperativa COODER. Beneficiamen. e embalagem de Feijão						Início das atividades. Liberação de recursos do RS Rural para construção da unidade de beneficiamento em 2001. Constituição de uma filial da COODER em 2002.	Intensa atividade, com reuniões regulares. Fase final de construção. Planejamento da gestão coletiva, freqüentemente, sem a presença de agentes externos.
Núcleo MPA						Início das atividades. A partir da mobilização da base comunitária com apoio da EMATER e Secret. da Agricult. O núcleo MPA melhorou representação da comunidade, conscientização e politização das pessoas, amadurecimento de lideranças, engajamento e maior acesso a informações, recursos para pecuária, moradias, etc. Melhor acesso ao Banco do Brasil, facilidade de aval e garantias, melhoria nas parcerias.	
Representação no CMPAA hoje denominado CMDR					Início das Atividades. O CMPAA já iniciou com uma representação da comunidade do Rincão dos Barbosas/Pereiras	Dois representantes no CMDR, um vereador já no 4º mandato consecutivo e votação ascendente; e o agente comunitário de saúde. Houve reestruturação do estatuto do CMPAA em 2002, quando mudou nome para CMDR, permitindo espaço para todas associações comunitárias em atividade, aumentando representatividade.	
Aproximação institucional	Pref.	Igreja católica. LBA. Prefeitura, com pouca intensidade. Início da presença dos extensionistas da EMATER, ainda esporadicamente e orientação técnica-produtiva.	Câmara de Vereadores ganha força com eleição de vereador da comunidade. Associação Comunitária.		Área Piloto em atividade. Intensifica atuação EMATER em conj. com Prefeitura, STR, Igreja Católica, LBA, FEPAGRO, Pastorais da criança e saúde, EMBRAPA Pelotas e Bagé, Associação comunitária, CMPAA. Aumenta a integração institucional e a interação com a comunidade	Desde 1998 intensifica-se aplicação de programas na comunidade. PRÓ-RURAL, RS Rural, RS Especial, Pronafinho, etc. Atuação da Cooperativa de Feijão com 113 filiados e MPA. O CMPAA é reestruturado para CMDR, e auxilia ainda mais na integração institucional.	

Fonte: Levantamentos dessa pesquisa

A análise dos dados relativos a evolução da organização comunitária no Rincão dos Barbosas/Pereiras permite afirmar no mínimo três aspectos ainda restringidos do processo. i- nem todas organizações têm o mesmo dinamismo, sendo atualmente a cooperativa a mais mobilizada; ii- o processo participativo no interior da comunidade necessita de avanços em qualidade, em que pese, por exemplo, a dependência aos agentes externos (p. ex. ex-prefeito) para decidir, conduzir reuniões, e a intensidade da participação não se verifica igualmente entre todos; e iii- nem todos os grupos estão representados nas organizações comunitárias existentes.

Ressalta-se, também, que na visão de um informante-chave, apesar dos avanços, o processo de mobilização comunitária, de um modo geral, diminuiu ou está estagnado, de um tempo para cá. O informante entende, como um exemplo disso, a diminuição dos trabalhos coletivos (mutirões), tão elogiados e característicos da comunidade em análise, não mais efetivados com a mesma frequência do passado.

A juventude do Rincão dos Barbosas/Pereiras não está sendo trabalhada separadamente através de grupos, sendo atendida quando participa de atividades programadas para a comunidade como um todo. Ou seja, não há uma atividade específica para jovens, nem ao menos recreativa, conduzida a partir de uma política pública e com a interveniência dos agentes municipais de desenvolvimento. Do mesmo modo as mulheres não têm nenhum grupo informal constituído, sendo assistidas em ações descontínuas, em ações de desenvolvimento mais abrangentes que envolvem a comunidade ou família como um todo. Entre as ações pontuais exclusivamente para mulheres, destacam-se demonstrações de métodos, cursos, palestras, etc.

3.2.3.2. A dinâmica participativa

A postura mais participativa dos agentes de desenvolvimento, e posteriormente dos agricultores, se intensifica a partir de 1995, com as capacitações do Projeto Área Piloto, e no ano seguinte, 1996, com a aplicação de um processo completo de DRP na comunidade. Os anos de 1995/1996 são

percebidos consensualmente como marcos iniciais de um processo de interação mais intensa no interior da comunidade e com o meio externo, complementados pela remodelagem da estrutura institucional no âmbito municipal (p. ex. CMPAA, Planos de Desenvolvimento, Fundos Municipais) e regional.

O processo de participação que ocorre no âmbito das organizações comunitárias pode ser caracterizado, a partir de alguns depoimentos, como relativamente distante da automobilização, na medida que dependem, na maioria das vezes, de agentes externos para decidir, conduzir reuniões, e a intensidade de participação não se verifica igualmente entre todos:

[...] alguns no grupo do MPA, tem 40 pessoas, mas nem todas 40 participam assiduamente das decisões do que vão fazer. Vamos dizer 50% discutem, tomam a decisão e os demais entram no bolo (ENTREVISTADO 05).

[...] eles têm muita dependência, algumas decisões, muita dependência na pessoa Neto [*ex-prefeito*][...] Decisões maiores, eles dependem de alguém de fora, que chega e diz: “Isso é bom! Isso não é bom para vocês!” (ENTREVISTADO 05 acréscimo nosso).

[...] falta na comunidade liderança com capacitação.[...] sou capaz de citar 8, 10 líderes, incluindo jovens, mas todos com essa deficiência para coordenar. Nasceu uma discussão, deixam discutir o resto do dia e não existe uma intermediação (ENTREVISTADO 06).

No caso de eventos que extrapolam os limites comunitários, como seminários municipais, são comuns os momentos em que se abre para a participação dos agricultores apresentarem os problemas que estão enfrentando e discutirem as soluções, mas, entretanto, esse tipo de evento costuma contar somente com a presença dos líderes representativos, convidados e incentivados pelos técnicos.

Com relação ao conselho municipal rural, o destaque mais positivo fica por conta da reestruturação do estatuto, abrindo uma possibilidade significativa de ampliação de sua representatividade, mas que ainda precisa ser mais bem aproveitada pelas associações comunitárias e outras representações dos beneficiários finais.

Destaca-se também a representação positiva que vem sendo conseguida pela comunidade no CMPAA, depois CMDR, com a presença de dois moradores, o vereador na quarta legislatura (Presidente da Associação de Moradores) e o

agente comunitário de saúde, ambos bastante influentes dentro do Rincão dos Barbosas/Pereiras, com uma convivência diária com todas as famílias, conhecedores das necessidades e potencialidades da coletividade.

Pelo lado negativo, destaca-se que ocorrem descumprimentos dos regulamentos do conselho, ao que parece, em função do despreparo e descuido com que os conselheiros, em especial os integrantes da mesa diretora, conduzem as ações no seu interior. Revela também, em certa medida, o desinteresse de algumas instituições por esse fórum de representação. Essas constatações ficam evidentes a partir do depoimento de um informante-chave que entende, por direito, não ser mais conselheiro, em decorrência da cooperativa (COODER), que representava, ter sofrido modificações no grupo de associados. Contudo, segundo ele, segue participando, discutindo e votando, e ninguém diz nada:

Eu acho que nem mais sou conselheiro. Eu representava essa cooperativa, a COODER, mas com o novo grupo de sócios, não sou mais representante daquela cooperativa. Então se formos examinar a rigor da lei, eu não faço mais parte do conselho. Mas, se eu vou a reunião, discuto, voto, ninguém diz...É meio desorganizada a coisa (ENTREVISTADO 06).

Outra evidência de limites do processo participativo no interior do conselho fica por conta da excessiva influência dos atores mais poderosos sobre aqueles com mais dificuldades de expressão, menor posição social, e acesso às informações. Além dessas desigualdades de poder entre os conselheiros, há relatos de uso de práticas coercitivas para intimidar o conselho no sentido de direcionar as decisões, como, por exemplo, o uso do gabinete do prefeito como local de reuniões, restrições no uso da palavra, etc.

Os dados evidenciam que está acontecendo no Rincão dos Barbosas/Pereiras um estágio ainda caracterizado como transitório (semiclientelista), que partiu, da intervenção tradicional num único sentido, de cima para baixo, padronizada, e exclusivamente preocupada com o avanço tecnológico e produtivo como impulsionadores da transformação social. Desse modo, percebe-se que os agentes externos se valem das características locais precursoras de capital social, dos avanços já conseguidos em organização comunitária, e do estabelecimento de diversas ações integradas para que consigam

levar adiante esse processo de mudança, que empodera os segmentos sociais mais carentes.

Apesar do estágio transitório, com base nos depoimentos, o produto dessa relação geralmente se fundamenta como fruto de um diálogo democrático, igualitário, onde as diretrizes básicas são definidas por pessoas que se respeitam, apesar das diferenças. Por sua vez, é consensual o sentimento de respeito que tem guiado a interação entre os técnicos e agricultores, fazendo com que as ações realizadas sejam consideradas conquistas conjuntas, tanto aquelas maiores de âmbito comunitário, quanto às melhorias tecnológicas no interior da propriedade. Assim um agricultor expressa o que considera positivo na atuação dos técnicos, apresentando um caso típico de hibridação de conhecimentos:

Alguma coisa eles informam que sabem no papel e não tem na prática, mas tem coisa que não dá, como a curva de nível mesmo. Eu fiz do jeito que eles fizeram não funcionou [...]. Aí eu aprendi, eu fiz para segurar a lavoura, o calcário, se não chovia e ia tudo embora, só que eu mudei um pouquinho. Mudei eu, só que se eles não tivessem vindo participado, eu não tinha produzido, eu nunca tinha feito assim. Precisava, tem que ter curva (ENTREVISTADO 08).

A aplicação da pergunta fechada com múltipla escolha trouxe a tona à percepção dos sujeitos-tipo sobre os tipos de participação mais comumente praticadas na interação entre os agentes externos e os agricultores do Rincão dos Barbosas/Pereiras. A percepção da maioria dos sujeitos-tipo da comunidade se enquadra na participação do tipo 06 (interativa), que é recomendada para uma ação extensionista formadora de capital social. Entretanto, o segundo e terceiro tipos mais indicados referem-se às participações mais tradicionais e não recomendadas - o tipo 05 (funcional) e o tipo 03 (por consulta), respectivamente. As outras percepções verificadas pelos sujeitos-tipo se distribuem em baixa frequência nos outros tipos de participação, tanto tradicionais como mais democráticas. A contabilização final dos dados deste instrumento metodológico indica um equilíbrio na percepção sobre a intensidade da participação, com uma leve tendência para os tipos mais intensos.

A intensidade da participação tem correlação positiva com o protagonismo dos agricultores. Nesse sentido, o extensionista da ASCAR-EMATER/RS realça a

importância da postura assumida pelo técnico, no momento de interagir com os agricultores, entendendo ser infrutífero utilizar metodologias apropriadas que favorecem a participação se o comportamento das pessoas for antidemocrático:

Tu tem que deixar bem claro que eles vão mostrar para eles. Ver o potencial deles, carências e potencialidades. A gente vai ser apenas um auxiliador nesse processo [...] (ENTREVISTADO 05).

Um dos agentes de desenvolvimento entrevistados entende que no caso particular do Rincão dos Barbosas/Pereiras, em tempos mais recentes, houve estagnação no protagonismo dos agricultores. Em sua visão, a maior responsabilidade por esta estagnação recai sobre a atuação dos mandatários nas administrações municipais:

Para eleger, decidir tem aumentado, para resolver, aí eu já não sei te dizer, acho que estagnou. [...] O último prefeito antes de mim, dizia que conselho só incomodava, só tirava o tempo do prefeito e vejo agora uma administração que tenta não deixar os conselhos trabalhar, inclusive, às vezes, boicotando reuniões, quando conseguia retirar alguns conselheiros das reuniões, sugeriu que não comparecessem. (ENTREVISTADO 06).

Pelo lado dos agricultores, as expressões dão conta de um relativo protagonismo da comunidade. No caso da eletrificação rural, por exemplo, considerada a principal conquista, uma liderança cita entre os fatores que interferiram positivamente na concretização da obra, em primeiro a lugar a ASCAR-EMATER/RS, que divulgou o Programa PRÓ-RURAL e elaborou o projeto; em seguida a Prefeitura; e em terceiro lugar identificou a própria comunidade. Por sua vez, outro agricultor enfatiza um caso típico de protagonismo da base, onde um projeto que chegou ‘pronto’, sem a devida discussão com os beneficiários finais, recebeu uma estrondosa negativa, que constrangeu o prefeito atual em reunião na comunidade. Esse agricultor, durante a entrevista, expressou, repetidas vezes, contrariedade com esse tipo de projeto, por ele chamado ‘de gabinete’ e respeitando só um sentido, de cima para baixo.

Por fim, um morador da Serra dos Pereiras reconhece o movimento comunitário que proibiu a destruição de um prédio, que acabou doado à comunidade para realização de reuniões, cursos, festas, casamentos e atendimentos médico-odontológicos, como a maior conquista desses últimos anos.

Apesar de ter partido somente desse morador a referência do caso, como principal conquista, caracteriza-se como um típico processo de automobilização para resolver problemas coletivos.

De um modo geral, com base nas pessoas pesquisadas, a percepção predominante é de que a importância do agricultor para decidir, eleger prioridades e resolver problemas vem aumentando nos últimos dez anos.

3.2.3.3. As habilidades e capacidades das pessoas e os espaços participativos

Com base nos dados, percebe-se que o DRP, aplicado ao longo de todo o ano de 1996, constituiu-se num dos importantes investimentos nas capacidades e habilidades das pessoas.

Está reconhecido, entre agricultores e agentes, que a política pública Projeto Área Piloto, incidente na comunidade, via trabalho participativo levado adiante pelos agentes municipais de desenvolvimento, fortalece a auto-estima dos agricultores, os laços de solidariedade e a capacidade de articulação de esforços.

Os agentes entrevistados reconhecem também que ficaram surpresos com o surgimento de novos líderes; pessoas mais jovens, fruto dessa interação mais dialogada, e mudaram a compreensão anterior que faziam da figura do líder, somente identificada como o 'mais falante'. A aproximação proporcionada por novos métodos de trabalho fez com que identificassem pessoas com profundo conhecimento e influência na comunidade, que não eram percebidas pela intervenção tradicional.

De um modo geral, os depoimentos indicam que os agricultores estão mais motivados para obter respostas nas questões que consideram mais importantes, a partir de necessidades e dificuldades identificadas. Apesar das desigualdades observadas, os produtores estão falando e discutindo mais, com uma visão diferente, mais positiva em relação ao passado e maior inclusão das mulheres:

As primeiras reuniões, quando começaram, ficava todo mundo quieto, tinha vergonha de perguntar,[...]. Agora faz pergunta com os técnicos, discute e mesmo só entre nós (ENTREVISTADO 07).

O agricultor não falava nada, tão falando, dando a opinião dele (ENTREVISTADO 08).

[...] quando um agente externo provoca um encontro. Quando se tinha 40, 50 pessoas em uma sala, um ou dois falavam, os outros ouviam. Hoje mais de 50% falam (ENTREVISTADO 06).

Algumas evidências da existência de desigualdades na apreensão de capacidades e habilidades podem ser verificadas nos relatos como segue:

[...] não entre todos, sempre frisando que ainda tem um número X de pessoas da comunidade que fica sempre a margem esperando que outros discutam, decidam, para então ir. [...] (ENTREVISTADO 05).
A verdade é que tem gente que não sabe até onde pode chegar, tem uma humildade excessiva. O conselheiro tem medo de chatear o técnico da EMATER, o representante do executivo municipal. Não se manifesta. Quando se manifesta em contrariedade ao Dr. da EMATER, o Dr. da Inspeção, ou do Prefeito, abaixa os braços, se constringe (ENTREVISTADO 06).

O reconhecimento de que os agricultores, de um modo geral, ainda são limitados em aspectos relacionados com comunicação, interação social, e pouco conscientizados de seus direitos e deveres, fez com que um dos agentes de desenvolvimento entrevistados enviasse uma proposta de curso sobre o tema cidadania - na sua visão um assunto pouco explorado - via Comissão Municipal do Emprego, argumentando da seguinte maneira:

Tem todos os cursos imagináveis, agora tu vai em busca de curso para conscientizar as pessoas dos direitos, dos deveres, de como deve agir para fazer seus direitos, de como ele tem que fazer para cumprir suas obrigações, não tem (ENTREVISTADO 06).

Um esforço no mesmo sentido foi proposto e realizado este ano, com recursos do PRONAF, envolvendo a capacitação de conselheiros municipais, para que adquiram as capacidades necessárias para atuar efetivamente em prol do desenvolvimento do município e território regional, interagindo de igual para igual com outras lideranças e exigindo respostas e procedimentos compatíveis com a importância do espaço que ocupam.

A ação extensionista, mesmo que sua pretensão seja formar capital social, também se preocupa com a capacitação dos agricultores em aspectos técnicos e produtivos. Pelo lado da dimensão mais física do desenvolvimento, foram disponibilizadas pela ação extensionista do Projeto Área Piloto capacitações em técnicas de produção com base na Agroecologia, práticas conservacionistas,

processamento de alimentos, melhoramento genético de criações, demonstrações de método para mulheres.

Um aspecto que se evidencia nas entrevistas é que no entendimento sobre a influência da ação extensionista nas melhorias em capacidades e habilidades, o agricultor muitas vezes associa isso a sua destreza em produzir melhor as culturas, criações, proteger melhor o solo, ou potencializar os ingressos de renda, se dissociando, portanto, da perspectiva das capacidades voltadas a mobilização comunitária, independência, conscientização, cidadania, etc.

Com relação aos espaços criados na comunidade para a prática dessas habilidades e capacidades, destaca-se que quantitativamente não foram muitos, mas qualitativamente ganham expressão pelo montante de recursos envolvidos e pela representatividade que ocupam dentro da comunidade.

Os espaços de prática social, evidenciados nos depoimentos, que aparecem com destaque são: os conselhos (p. ex. CMDR), as organizações comunitárias (p. ex. cooperativa, MPA), e todos os momentos de reunião proporcionados pelos agentes externos ou na ausência deles.

3.2.3.4. A evolução do potencial sinérgico

No nível comunitário específico do Rincão dos Barbosas/Pereiras, um informante-chave entende que a efetivação de projetos, em programas como o RS Rural, é um exemplo de arranjo sinérgico institucional, pois exige, além dos montantes estaduais, 15% de recursos em contrapartida por parte das prefeituras municipais e 20% por parte dos agricultores.

Esse agente de desenvolvimento realça o papel da ação extensionista na atração de sinergias, na medida em que ele identifica os DRPs, realizados em conjunto por instituições municipais - ASCAR-EMATER/RS, Prefeitura, e Sindicato, com a característica de aproximar essas entidades, que até então desconheciam a sistemática de trabalho uma das outras.

Ainda com base no depoimento do mesmo agente, a avaliação da integração institucional é positiva, proporcionalmente ao que era conseguido no passado, e outro condicionante impulsionador identificado para a melhoria da

sinergia, foi à valorização do CMDR, como instância para priorização dos recursos,

Antes [...], vai em reunião do conselho “mais uma porcaria para o cara participar, conversa fiada”. Hoje não, as entidades se sentem, pelo menos a maioria, envolvida no processo, e envolvidas e responsáveis pelas decisões. Inclusive aplicação de recursos, aqui tudo que é questão se leva para o conselho. A entidade se sente mais comprometida, mais envolvida, mais responsável com o que está sendo feito (ENTREVISTADO 05).

O outro agente de desenvolvimento entrevistado tem idéia convergente, entendendo que a principal integração institucional ocorre dentro do CMDR.

Em contrapartida, ambos agentes identificam falta de estrutura das instituições para efetivar uma sinergia potencializadora à campo, pelo fato de que a ASCAR-EMATER/RS é a única com técnicos e veículos para o trabalho nas comunidades. Segundo os agentes entrevistados, a Secretaria Municipal tem um técnico, mas não tem veículo. O STR tem veículo, mas não tem técnico⁹⁹. As duas cooperativas¹⁰⁰ que atuam no município têm três técnicos; destes, apenas um atua à campo, mas num trabalho bastante específico de demarcação de terreno para sistematização de lavouras de arroz.

As informações coletadas indicam que essa situação municipal, somada a outras demandas delegadas, acarreta sobrecarga de trabalho sobre a equipe municipal da ASCAR-EMATER/RS, que é reduzida. Em função disso, há dificuldade em dar continuidade nas atividades iniciadas e limitação na abrangência do trabalho na área do município como um todo. Alia-se também, para agravar, o estágio atual em que se encontram as comunidades rurais trabalhadas, ainda dependentes de uma “injeção externa”,

⁹⁹Aliás, o veículo adquirido pelo STR e o envolvimento mais recente do sindicato com a elaboração de projetos do PRONAF configuraram uma expansão da capacidade de atendimento junto aos agricultores.

¹⁰⁰As discussões sobre a implantação de uma cooperativa no Rincão dos Barbosas/Pereiras para levar a diante o projeto da unidade de beneficiamento e embalagem de feijão culminou com a decisão de instituir uma filial de uma cooperativa regional já existente, a COODER, mas pouco atuante em Santana da Boa Vista. Um dos técnicos é desta cooperativa, que por direito deveria atuar na comunidade, como filiados que são, mas de fato isso não acontece. A outra cooperativa é de grãos (arroz, soja) e tem sede no município de Caçapava do Sul, com filial em Santana. Seus dois técnicos dedicam-se: um a trabalhos burocráticos e outro é gerente e executa trabalho específico na cultura do arroz irrigado.

[...] tens dificuldades nessas atividades já iniciadas na comunidade em dar continuidade porque sempre, como eu já falei, eles dependem de uma injeção externa. [...] nós hoje temos outras comunidades, no momento estamos tocando 03 projetos RS Rural juntos, então tu tens certa dificuldade em estar mais junto, dando essa injeção na comunidade (ENTREVISTADO 05).

Para o agente de desenvolvimento, ex-mandatário municipal, as descontinuidades do projeto na comunidade acontecem em ciclos correspondentes às gestões municipais, motivadas por questões político-partidárias. O Entrevistado 06 entende que a administração em atuação trata mal o Rincão dos Barbosas/Pereiras, em função do baixo potencial de voto que tem para o atual prefeito, diferentemente da época em que ele estava à frente da Prefeitura.

Entretanto, verifica-se, em algumas passagens do depoimento do agente de desenvolvimento da ASCAR-EMATER/RS, a percepção de que a comunidade não é discriminada, pelo menos na destinação de recursos estaduais, pelo papel central do CMDR, na priorização do destino das verbas.

A perspectiva dos agricultores converge com a do agente de desenvolvimento (ex-prefeito) ao apontarem que a sinergia Prefeitura-ASCAR-EMATER/RS-comunidade funcionava muito melhor em administrações passadas,

Sabem, a prefeitura agora não tem participado (ENTREVISTADO 08).

A Prefeitura, Secretaria da Agricultura, [...] agora não tá muito, não tem muito interesse com agricultura, então, a outra administração passada tinha mais interesse, pegava junto com a EMATER. Agora eles vão, mas fazendo corpo mole, como diz o ditado [...] (ENTREVISTADO 07).

Então, como visto, a sinergia institucional é percebida pelos agricultores entrevistados como deficiente, e além dos fatos já analisados, acrescentam que ocorre uma integração desuniforme e poucas entidades envolvidas:

A entidade que visita aqui é a EMATER. A Prefeitura agora tem o Dr. Flávio, tem vindo da fruticultura (ENTREVISTADO 09).

O Sindicato agora parece que vai entrar, mas ele puxa muito para um lado, a EMATER tenta, o Sindicato não funciona muito bem aqui em Santana. [...] Tão conseguindo [*integração*], mas vai separar dá diferença, não pegam (ENTREVISTADO 07 acréscimo nosso).

Com base na amostra dos sujeitos-tipo, que foram trabalhados através da escala de medição da evolução do capital social, no seu item 17, evidencia-se que

há dificuldade relativa na integração institucional. A valoração média do item que trata da integração das instituições de apoio, entre elas, e com a comunidade para o alcance dos objetivos planejados, foi 6,1 em 1993, e 7,9 em 2003, avanço superior a 29% . É uma evolução positiva, mas a grande maioria dos amostrados neste instrumento de coleta de dados relatou que, nos últimos anos, essa integração diminuiu ou estagnou.

Uma ação extensionista exitosamente formadora de capital social investe nas dimensões enraizamento, nos três níveis do modelo síntese (CASTILHOS, 2002), pois mobiliza internamente as comunidades (nível micro), estabelece vínculos externos à comunidade e aproxima as instituições (níveis meso e macro). São questões centrais para a expressão do potencial sinérgico, mas que precisam ser complementadas pela integridade, comprometimento e eficácia institucional; e civismo dos indivíduos envolvidos (dimensão autonomia). Essa capacidade da ação extensionista promove mudanças na forma de resolução de problemas de uma comunidade.

Nesse sentido verifica-se, com base nos levantamentos dessa pesquisa, que nos anos 70 e início dos 80, muitos problemas da comunidade eram encaminhados e resolvidos no conselho da igreja, cuja figura do padre era importante, reunindo a diretoria do conselho ou recebendo as reivindicações por ocasião das missas mensais, para solucionar ou encaminhar os problemas adiante, geralmente seguindo para a Prefeitura Municipal. Sendo a comunidade composta por pessoas muito religiosas e, obviamente, participantes da vida da igreja, esse canal era bastante utilizado.

O Sr. Pinheiro, um ex-morador, que antigamente, de forma voluntária, ajudava as pessoas, foi também citado como uma figura importante para resolução dos problemas, mas, com base nos depoimentos, as coisas eram bem mais difíceis de serem solucionadas:

[...] tinha que ir lá na prefeitura [...], não era muitos que se animavam chegar lá e reclamar para nós. [Sr. Pinheiro] era um cara mais evoluído, muito religioso, gostava de ajudar o pessoal, não tinha medo, os outros tinham medo que soubessem quem tinha reclamado, tinham medo de ir lá, ele chegava lá e falava, então, iam para ele, né (ENTREVISTADO 07 acréscimo nosso).

Se eu te disser que os problemas eram mais resolvidos pelo tempo do que pela interferência de agentes, pode ser muito forte.[...], mas a verdade é essa, tinha a necessidade de uma estrada, vinha alguém que já tinha liderança, [...] tinha facilidade de vir na cidade, ou o bolicheiro, ou produtor que tinha mais facilidade, ou o produtor partidário do prefeito. Vinha, às vezes acontecia, às vezes não acontecia. Não traziam pessoas da comunidade (ENTREVISTADO 06).

Em 1989, a comunidade do Rincão dos Barbosas/Pereiras elege seu vereador, que desde então vem sendo reeleito para mandatos consecutivos, com votações cada vez mais expressivas. Gradativamente o vereador torna-se o principal canal de resolução e encaminhamento de problemas da comunidade, e concomitantemente o padre vai se atendo aos problemas mais específicos da igreja, e as pessoas ‘voluntárias’ não são mais procuradas. Atualmente, é unânime a identificação do vereador como um dos principais canais de solução e encaminhamento de problemas, ainda mais que, além do cargo de vereador, é presidente da associação de moradores à longa data.

Os caminhos geralmente seguidos pelos problemas são o legislativo, as audiências em secretarias relacionadas aos assuntos em questão, a prefeitura municipal, a ASCAR-EMATER/RS, inspetoria, ao posto de saúde, etc. Enfim, “onde se entende que chegam mais direto ou que a solução possa acontecer” (ENTREVISTADO 06).

Mais recentemente o CMPAA tem sido identificado como um dos caminhos utilizados pela comunidade. É bem verdade que aí também aparece, fortemente, a figura do vereador, pois ele é um dos dois representantes do Rincão dos Barbosas/Pereiras no CMPAA.

Cabe ressaltar que a ênfase atual dada ao conselho está mais presente no depoimento do extensionista da ASCAR-EMATER/RS, mas esse informante-chave destaca também outros canais importantes, que na atualidade são os mais utilizados para reivindicação e solução de problemas, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a ASCAR-EMATER/RS, o MPA, e o Banco do Brasil, perfazendo quatro canais principais.

Com respeito ao conselho de desenvolvimento rural, verificam-se esforços no sentido de aprimorá-lo como canal de encaminhamento, discussão e solução de problemas. O acesso de novas representações ao CMDR é desburocratizado, mas, contudo, o ingresso ainda é tímido. O espaço está aberto, várias comunidades poderiam estar representadas, mas não estão; o espaço não é aproveitado devidamente.

Em adição, a forma mais 'envolvente' e participativa de trabalhar das instituições em geral, a melhor organização da comunidade e a melhor vinculação dela ao meio externo, intensificadas a partir da implantação do Projeto Área Piloto, aparece como uma ação facilitadora para resolução dos problemas:

[...] sem a comunidade que se uniu, vê se lá conseguiria alguma coisa sozinha? Não conseguiria.[...] qualquer reunião da EMATER, a EMATER convida o sindicato, a prefeitura, a secretaria da agricultura, para o pessoal poder chegar, fica mais fácil, melhorou bastante, através das reuniões que saem na comunidade (ENTREVISTADO 07).

Na área de saúde não se pode deixar de destacar a atuação do agente comunitário, das pastorais da igreja católica e da área de bem estar do escritório da ASCAR-EMATER/RS. Além dos canais identificados anteriormente, o Conselho Municipal de Saúde é citado quando se trata de questões relativas ao atendimento médico e ação preventiva de doenças.

O encaminhamento direto dos problemas às entidades consideradas mais capazes de resolver, ainda ocorre, mais tem diminuído em relação ao passado. A medida que diminui essa forma de encaminhamento, se intensifica a intermediação dos problemas por parte das organizações comunitárias, o CMDR, e pela aproximação das instituições, em parceria, no dia-a-dia da comunidade.

Para finalizar, no item 14 da escala de medição, fica expressa a percepção dos agricultores (sujeitos-tipo) de que houve incremento de 35% (5,4 em 1993 e 7,3 em 2003) nas facilidades de acesso às instituições oficiais capazes de apoiar os agricultores, suas famílias e a comunidade como um todo. O item 10 da mesma escala também revela, em parte, a percepção das pessoas sobre a facilidade/dificuldade para encaminhar e resolver os problemas. Nesse item houve incremento de 44% (4,3 em 1993 e 6,2 em 2003), expressando o entendimento

que existem, atualmente, mais pessoas no interior da estrutura do Estado que podem ajudar na solução dos problemas.

O conjunto de dados apresentados evidencia que a mudança na forma de resolução dos problemas no Rincão dos Barbosas/Pereiras se conformou como um processo mais participativo e que aumentou os canais de representação e acesso dos indivíduos às instituições que podem ajudar¹⁰¹. Antes estava limitada a um fraco potencial sinérgico, configurado pela representação da igreja; voluntários pontuais; o vereador; e a Prefeitura Municipal e a ASCAR-EMATER/RS com menos intensidade que recentemente.

3.2.3.5. A defesa das conquistas

Entre os agentes de desenvolvimento entrevistados, a opinião é divergente quanto à existência de pessoas de fora que interfiram negativamente no planejamento e execução das ações da comunidade. Um deles não detecta pessoas de fora que se posicionem contrariamente a mobilização dos agricultores ou as posições tomadas por eles, apesar do Rincão dos Barbosas/Pereiras ser politicamente contrário à atual administração municipal. Esse agente entende que a organização, a participação, a priorização dos conselhos está passando por cima dessas pessoas, impedindo tal tipo de interferência.

Entretanto, é esse mesmo informante que entende que o Rincão dos Barbosas/Pereiras está muito dependente de um agente externo em especial, o ex-prefeito, como já foi referido. Obviamente, essa interferência identificada, não está classificada como contrária aos interesses da comunidade, até porque o ex-prefeito é muito bem aceito entre eles. O que o informante-chave deve estar querendo dizer se refere à dependência em si, que deveria ser superada pela comunidade, como mais um avanço em direção ao empoderamento e automobilização plena.

¹⁰¹A figura do vereador, até onde se pode apurar, não se constitui num tipo personalista tradicional. Tem canalizado muito da resolução dos problemas comunitários, mas legitimamente eleito para o mandato no legislativo, na presidência da associação, e conseqüentemente como membro do conselho municipal. Além do mais, com aumento de popularidade a cada mandato, o que é raro. Por outro lado, tal quadro expressa uma certa debilidade, pois indica uma restrição desses espaços representativos a outras lideranças 'novas' que por ventura, poderiam surgir.

Por outro lado, um informante-chave, também agente de desenvolvimento, salienta que esse tipo de problema já foi mais forte, retroagindo além de 10 anos atrás. Para ele, no nível comunitário e municipal a interferência externa se expressa à medida que existem menos organizações com luz própria que tranquem esse tipo de ação, “o máximo que nós temos é dois sindicatos que funcionam, aliás, um não funciona [...], e um outro que funciona com a visão caótica, oblíqua, que entende que o sindicato existe para encaminhar aposentadorias e receber mensalidades” (ENTREVISTADO 06).

Convém salientar que esse informante-chave tem um envolvimento político partidário forte (ex-prefeito) e que a comunidade tem se constituído para ele um reduto de apoio; sem desconsiderar, contudo, sua atuação como agente de intervenção na comunidade pela LBA, no início da história de organização comunitária. Feito essa ressalva, retorna-se a uma questão já referida, de que no seu entendimento as administrações municipais, antes de sua gestão e a posterior (atual), têm se utilizado de práticas pouco democráticas, que não levam em conta os reais interesses dos agricultores, como, por exemplo, o caso da ponte (por sinal, realmente recriminado por todos da localidade).

Entre os agricultores a posição predominante é de que existem pessoas que tentam prejudicar o andamento das ações legitimamente discutidas e conquistadas pela base comunitária, mas que geralmente não tem conseguido sucesso. Na visão deles, o principal motivador para esse tipo de ação, é o interesse político-partidário. Também convergem quanto à percepção de que este tipo de ação vem diminuindo ao longo dos últimos anos. A seguir apresentam-se trechos de depoimentos dos agricultores, sobre essas questões:

Tem gente, partido político [...] que não funciona muito bem. Eles tentam, mas por enquanto prejudicar mesmo não. Eles têm muito ciúme da comunidade, até as outras comunidades pobres [...] o caso de querer fazer a ponte e não a rede de luz.[...] foi só política (ENTREVISTADO 07).

Eram fontes no olho da água, ele [*um vereador*] disse que não ia sair isso. Ele disse para bagunçar. [...] Ele (prefeito) disse que não saia [...] tinha outra proposta, não sei como era, era contra. Eu penso que ele tentou prejudicar. [...] A influência tá diminuindo, porque se traz a opinião formada, eles se dão mal (ENTREVISTADO 08 acréscimo nosso).

Os principais mecanismos, entidades, ou mesmo pessoas, que intervêm em defesa dos agricultores quando necessário, identificados pelos informantes-chave, tanto agentes externos quanto agricultores, são a organização comunitária, a prática participativa, a priorização através dos conselhos, alguns conselheiros individualmente que lutam pela comunidade e o vereador.

3.2.3.6. A questão da inclusividade nos benefícios do projeto

A relativa homogeneidade interna no Rincão dos Barbosas/Pereiras é incontestável, tornando mais facilmente inclusiva as ações e efeitos das políticas públicas.

A percepção consensual dos informantes-chave é de que diminuiu bastante o número de grupos excluídos dos benefícios das ações de desenvolvimento, e quando isso ainda ocorre é geralmente por decisão livre e deliberada dos próprios agricultores¹⁰², que num dado momento entendem que não devem participar, sendo que este tipo de posicionamento tem sido cada vez mais raro, à medida que as ações programadas têm se efetivado, motivando a todos,

[...] bem menos gente excluída [...] um exemplo o RS Rural, dentro da microbacia a gente tem a participação quase 100% dos moradores envolvidos, desde o processo de discussão até a hora de aplicação do recurso. [...] agora eles vão, se não pode o marido, tá na safra, lavoura, vai a esposa, algum representante (ENTREVISTADO 05).

Excluídos dá para contar cinco famílias, casos específicos. Cinco famílias ficaram isoladas, sem rede de energia [...]. A postura é passiva, desanimados (ENTREVISTADO 06).

[...] diminuiu bastante, tem só alguns que outro, que não acredita, mas tá pegando a vez, ou louco para pegar. É muito pouca, pouquíssima gente (ENTREVISTADO 07).

[...] aumentou os incluídos, tem que correr para achar um que não tenha entrado, quase todo mundo, 100% entrou (ENTREVISTADO 08).

Nesta questão da inclusividade, a escala de medição fornece subsídios elucidativos. Em seu item 19 aparece a percepção dos sujeitos-tipo de que houve

¹⁰²Entretanto, ressalta-se a percepção de um agente de que as organizações comunitárias existentes não representam significativamente toda a diversidade que existe no interior da comunidade, muito em função da pouca participação efetiva das pessoas, que preferem, em muitos casos, se acomodar e deixar a tomada de decisões para líderes representativos.

avanços expressivos na abrangência de distribuição dos benefícios através de programas do Estado, 4,9 em 1993, e 7,4 em 2003, ou seja, aumento de 51%.

3.2.3.7. Síntese avaliativa da ação extensionista na formação de capital social

Diante dos dados, pode-se concluir que a ação extensionista, nos últimos dez anos, tem avançado em sua capacidade de formação do capital social. Porém, esse avanço não significa um patamar de potencial pleno. Todos os aspectos recém verificados, que predisõem uma ação formadora de capital social, apresentam-se com restrições. Com base nas evidências, aspectos como participação, apreensão de capacidades e habilidades pelos agricultores, e potencial sinérgico, são os que necessitam de maior atenção, pela complexidade que envolve seus processos evolutivos. Ao nível comunitário do Rincão Barbosas/Pereiras o aspecto de inclusividade nos benefícios do projeto é o que tem sido mais plenamente satisfeito.

3.2.4. A evolução de capital social no Rincão dos Barbosas/Pereiras – medição com base no modelo analítico de Castilhos

A verificação das características precursoras do capital social na comunidade antes de 1993, e a avaliação da ação extensionista nos últimos dez anos permitem projetar para a comunidade do Rincão Barbosa/Pereiras uma expectativa de que a medição do capital social em 1993 identificará estoques ao menos regulares dos diferentes elementos de análise e um processo de evolução positiva do capital social, expresso por bons estoques em 2003, mas ainda com potencial de crescimento de seus diferentes elementos, tipos e dimensões a medida que a ação extensionista se aperfeiçoe.

No trabalho de campo desta pesquisa, transpareceu no depoimento das pessoas do Rincão dos Barbosas/Pereiras um sentimento de relativa satisfação com o processo de desenvolvimento posto em prática, seguindo as diretrizes do Projeto Área Piloto.

Ficou evidente também que a percepção dos moradores a respeito da realidade passada não era de que a comunidade vivia em situação de extrema carência e desamparo. Apesar de antigamente haver pouca aproximação institucional, presença de agentes externos e programas de desenvolvimento rural; a auto-imagem dos moradores do Rincão dos Barbosas/Pereiras é de que tinham o suficiente espírito de solidariedade, união e capacidade coletiva para resolverem, satisfatoriamente, muitos de seus problemas através de ações coordenadas. Eles expressam uma boa auto-estima na comparação que realizam com outras comunidades e regiões, considerando-se mais participativos, mais unidos e mais solidários.

A aplicação da escala de medição da evolução do capital social na comunidade e os subseqüentes tratamentos realizados nos dados coletados estão expressos na Tabela 04, possibilitando verificar a percepção dos moradores a respeito da trajetória do processo de desenvolvimento nos últimos dez anos, a partir da perspectiva do capital social.

Tabela 04- Medição dos elementos de capital social em 1993 e 2003 na comunidade do Rincão dos Barbosas/Pereiras – Santana da Boa Vista – RS

Épocas		(1993)	(2003)	(1993)	(2003)
Níveis	Dimensões	Enraizamento	Enraizamento	Autonomia	Autonomia
Nível Macro		5,30	7,10	5,40	7,60
		(regular)	(bom)	(regular)	(bom)
Nível Meso		4,70	7,90	4,80	5,80
		(regular)	(bom)	(regular)	(regular)
Nível Micro		6,30	7,80	5,80	7,80
		(bom)	(bom)	(regular)	(bom)

Fonte: Levantamentos dessa pesquisa

A Tabela 04 mostra que¹⁰³, de modo geral, no ano de 1993, os agricultores percebem estoques de capital social de regular a bom, com valorações que variam de 6,3 para o elemento integração até 4,7 para conexão. Considerando-se a situação da época, onde inexistia uma política pública forte voltada para o

¹⁰³Para melhor compreensão dos dados da tabela rever Quadro 01, págs 27 e 64 e procedimentos metodológicos.

desenvolvimento rural, e a presença de agentes externos na comunidade era esporádica, pode-se creditar esses estoques relativamente satisfatórios à característica intrínseca do Rincão dos Barbosas/Pereiras, de presença dos precursores importantes do capital social, como identidade compartilhada de agricultores familiares com significativa homogeneidade, laços próximos de parentesco, uma história de resolução de problemas através de ações coletivas, e redes de relações interpessoais baseadas em reciprocidade e cooperação. Ou seja, de modo geral, as pessoas avaliavam a dinâmica interna da comunidade e sua capacidade de mobilização como relativamente positiva, apesar de um contexto de escassez dos mais diversos tipos de apoios externos.

Verifica-se, em 1993, que os maiores estoques percebidos dizem respeito aos elementos que compõem o capital social intracomunitário, integração e compromisso cívico dos indivíduos, no nível micro. Por outro lado, os menores estoques (regular) estão por conta do capital social extracomunitário, no nível meso, com valorações de 4,7 para o elemento conexão e 4,8 para o elemento compromisso cívico dos indivíduos, expressando o grau de presença e qualidade de relacionamentos em redes mais extensivas de vinculação que ultrapassam o limite da comunidade.

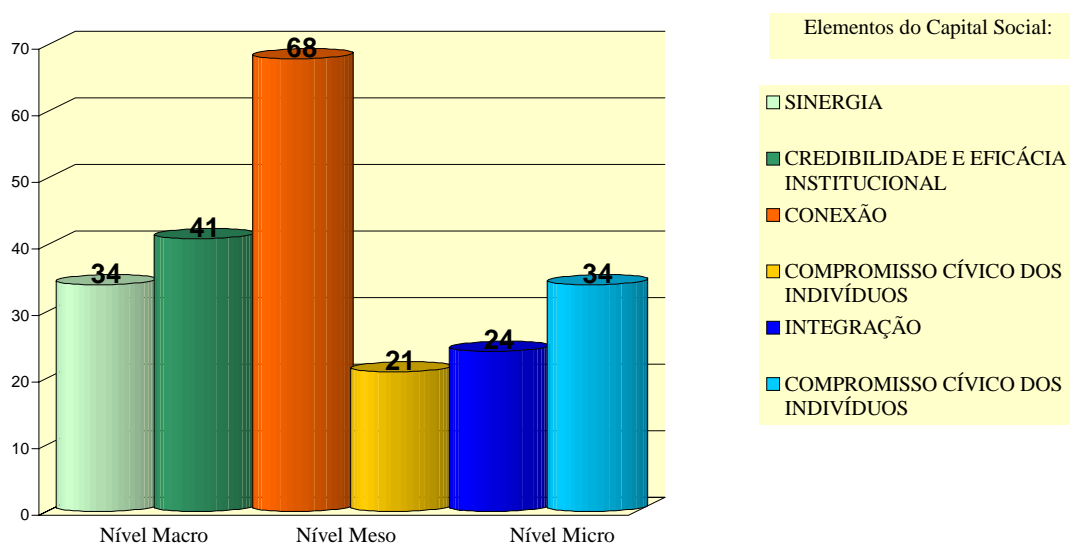
Os estoques intermediários (mas também valorados com níveis regulares) estão por conta do capital social institucional, situado no nível macro, com valorações de 5,3 para o elemento sinergia, e 5,3 para credibilidade e eficácia institucional.

A partir das ilustrações de Woolcock (1998), identifica-se que, em 1993, as estratégias de desenvolvimento na comunidade, num sentido de baixo para cima, “*bottom-up*”, caracterizavam-se por uma dinâmica interna com base fundamental nos laços familiares, e uma baixa conexão dos indivíduos com redes externas extracomunitárias. Esse quadro expõe uma situação de deficiências para a ascensão desenvolvimentista, pela ausência dessas redes mais extensas de relacionamentos que ultrapassem os limites da comunidade. Por sua vez, num sentido de cima para baixo, “*top-down*”, identifica-se uma fraca aproximação institucional, com nível deficiente de parcerias, e, da mesma forma, um baixo

comprometimento e efetividade das instituições em resolver problemas identificados e demandados da base.

O Gráfico 02 a seguir apresenta os avanços percentuais nos elementos de capital social, após o período de 10 (dez) anos, em que se intensificou uma proposta de intervenção seguindo o modelo participativo de promoção do desenvolvimento na comunidade.

Gráfico 02: Avanços percentuais nos elementos de capital social na comunidade do Rincão dos Barbosas/Pereiras – Santana da Boa Vista-RS.



Fonte: Levantamentos dessa pesquisa

O Gráfico 02 mostra que todos os elementos de análise do capital social apresentaram evolução positiva. Os maiores avanços percentuais ocorreram nos elementos de análise, conexão (68%) no nível meso; credibilidade e eficácia institucional (41%) no nível macro; e empatados o elemento compromisso cívico dos indivíduos (34%) no nível micro, e sinergia (34%) no nível macro.

Verifica-se na literatura sobre capital social e desenvolvimento, que uma política pública efetiva para superação da pobreza deve investir, prioritariamente, no incremento dos elementos representativos dos níveis meso e macro. Nesse sentido ganha destaque o significativo avanço no elemento conexão, evidenciando uma relativa efetividade da política pública em análise.

Em 2003, cinco elementos são percebidos com valorações acima de sete (estoque considerado bom), variando de 7,1 (sinergia) até 7,9 (conexão), o que pode ser considerado uma situação boa, na visão dos agricultores. Entretanto, o elemento compromisso cívico dos indivíduos, no nível meso, apresenta uma valoração regular, de 5,8, expressando o sentimento dos moradores com relação a existência de poucas oportunidades e espaços para que as pessoas de diferentes comunidades rurais e da sede de Santana da Boa Vista se reúnam para discutir assuntos de interesse de todos, município e região; e o grau regular de confiança nas pessoas, lideranças e dirigentes de fora da comunidade, conseqüência, em parte, do baixo sentimento de civismo percebido nelas.

Ressalta-se que em 2003, a percepção é de que os estoques mais significativos ainda são creditados ao capital social intracomunitário (7,8 para o elemento integração e para o compromisso cívico dos indivíduos), assim como ocorreu em 1993. Esse capital social, como visto no capítulo I, é aquele que descreve relações sociais entre indivíduos de mesma posição social; no caso entre agricultores familiares do Rincão dos Barbosas/Pereiras, com significativo grau de homogeneidade. Descreve também a capacidade de uma dada comunidade em organizar-se, em formar grupos homogêneos com objetivos comuns para solução de problemas (p. ex. os mutirões no feijão e milho). Entretanto, adverte-se que a fartura desse tipo de capital social não é suficiente para que o processo de desenvolvimento evolua e se complete plenamente.

Como alento, verifica-se que, apesar do maior estoque estar percebido para o capital social intracomunitário, o elemento conexão, que é representativo do capital social extracomunitário, apresenta-se atualmente, com a melhor valoração 7,9 entre todos os elementos, e que os elementos representativos do capital social institucional apresentam valorações consideradas boas, 7,1 para sinergia, e 7,6 para credibilidade e eficácia institucional.

Em complementação, verificando-se as valorações absolutas médias, na época atual, dos vinte itens constituintes da escala de medição da evolução do

capital social, identifica-se que os itens 13; 10; e 06¹⁰⁴ são os que se apresentam mais baixos (de regular a bom) respectivamente, com 5,3; 6,2; e 6,4. Aliás, o item 13, é o único entre os vinte presentes na escala que foi percebido com evolução negativa (-8,6%), baixando de uma valoração de 5,8 em 1993.

Os itens 13 e 06, seguindo os procedimentos metodológicos, foram agrupados como representativos do elemento compromisso cívico dos indivíduos, no nível meso; por sua vez, o item 10 foi agrupado como representativo do elemento sinergia¹⁰⁵, no nível macro, e sua valoração mais baixa é fruto da percepção de que o poder público municipal afastou-se da comunidade, comparativamente, a outras administrações, num passado recente. Não é a toa, como pode ser observado no Gráfico 02, que estes são os elementos com os menores avanços percentuais no período.

Essas valorações dos itens recém apresentados, além de outras, como as dos itens 05 e 16, ambas 6,7; advertem que, apesar dos avanços em todos os elementos, existe ainda um campo potencial expressivo de crescimento do capital social no Rincão dos Barbosas/Pereiras, e que o processo de desenvolvimento em curso reveste-se de potencialidades e limitações.

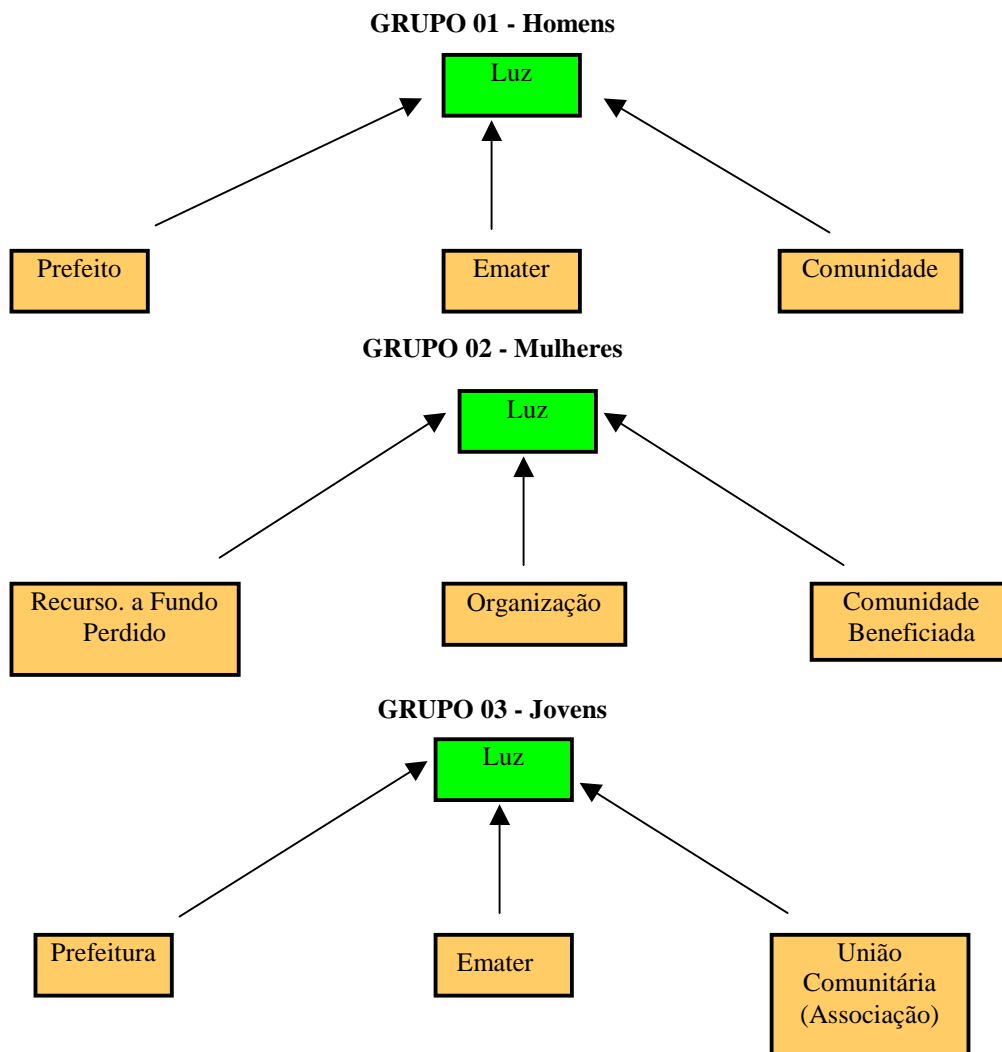
As projeções feitas para a evolução do capital social no Rincão dos Barbosas/Pereiras por ocasião da avaliação da ação extensionista e do processo de organização comunitária se confirmaram. Os estoques de capital social, em 1993, eram percebidos (diante do contexto) como satisfatórios, em especial, o intracomunitário. Além disso, observou-se uma evolução positiva até 2003, embora os estoques atuais demonstrem uma realidade com amplo campo potencial de crescimento para o futuro.

¹⁰⁴Item 13: (Os líderes do município ou região estão mais preocupados com a solução dos problemas da comunidade do que obter benefícios do cargo que ocupam); Item 10: (Existência de pessoas no interior da estrutura do Estado que podem ajudar na solução dos problemas); e Item 06: (As pessoas de diferentes comunidades rurais e da sede se reúnem para discutir assuntos do município ou região).

¹⁰⁵São também constituintes do elemento sinergia, além do item 10, os itens 14 e 17.

3.2.5. Ação extensionista, formação de capital social e desenvolvimento

Em reunião realizada na comunidade com aplicação do enfoque participativo para trabalho com grupos, buscou-se a percepção dos agricultores para a primeira problematização sobre a principal conquista e os três principais fatores que a influenciaram positivamente – Figura 06.



Fonte: Levantamentos dessa pesquisa

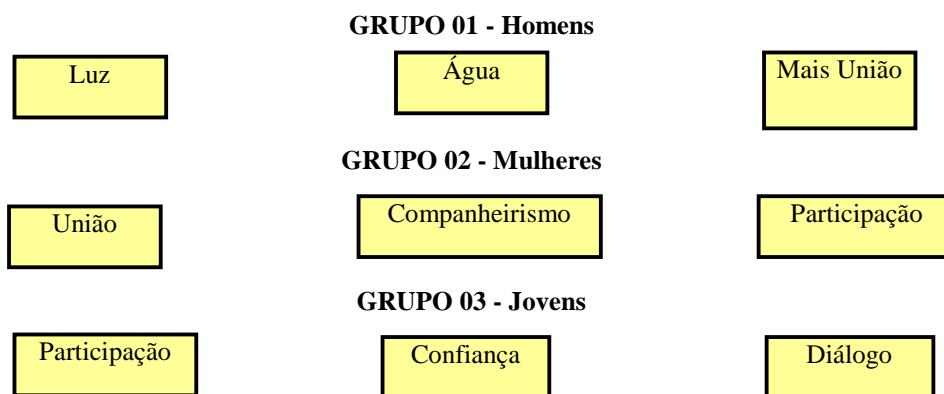
Figura 06- Percepção dos grupos de trabalho sobre a principal conquista do Rincão dos Barbosas/Pereiras e os três principais fatores que contribuíram para essa conquista

A Figura 06 mostra uma acentuada sintonia de percepção entre os três grupos, que entendem a eletrificação rural como a maior conquista da comunidade.

No tocante aos fatores impulsionadores, também se observa relativa homogeneidade entre os grupos, com as idéias/tarjetas abordando questões como aproximação institucional ‘EMATER’, ‘Prefeitura’; mobilização comunitária ‘Comunidade’, ‘Organização’, ‘União Comunitária’; um programa de crédito acessível e adaptado à realidade da comunidade ‘Recurso a fundo perdido’; e por fim as idéias/tarjetas que identificam a figura do prefeito e a escolha da comunidade ‘Prefeito’, ‘Comunidade Beneficiada’.

Esses dois últimos fatores podem ser enquadrados parcialmente como aproximação institucional. A idéia/tarjeta ‘Prefeito’ expressa a forte ascendência de um ex-prefeito (que se verifica até hoje) na comunidade. Na época da destinação desses recursos para eletrificação rural ele estava à frente da administração municipal. Apesar da elevada dose de personalismo dessa idéia/tarjeta, não há como negar que a instituição prefeitura também é entendida como fator impulsionador. Por sua vez, a idéia/tarjeta ‘Comunidade Beneficiada’, apresentada pelo grupo das mulheres, envolve os mecanismos e entidades que se encarregaram da seleção e priorização (p. ex. o CMPAA), que com base em critérios pré-estabelecidos escolheram o Rincão dos Barbosas/Pereiras.

A seqüência da dinâmica desenvolvida com grupos na reunião, orientada pela segunda problematização, produziu uma matriz de impacto com os resultados mais importantes do trabalho dos técnicos, conforme esquema da Figura 07.



Fonte: Levantamentos dessa pesquisa

Figura 07- Esquema do impacto do trabalho dos técnicos na comunidade do Rincão dos Barbosas/Pereiras - Santana da Boa Vista-RS

A Figura 07 mostra que, de um modo geral, a percepção dos agricultores da localidade do Rincão dos Barbosas/Pereiras é que o trabalho dos técnicos tem intensa influência no crescimento de aspectos intangíveis e relacionamento social. Ou seja, o trabalho dos técnicos está intimamente relacionado com a mobilização comunitária, representada pelo crescimento de aspectos como confiança, diálogo e companheirismo, mais união e participação, que perfazem 07 (sete), das 09 (nove) idéias apresentadas nas tarjetas.

Pode-se dizer, a partir da matriz de impacto, que pela percepção das pessoas da comunidade, o trabalho dos técnicos é um importante formador de capital social, a medida que faz crescer fatores como confiança, companheirismo, diálogo, e catalisa um processo de aproximação das pessoas, promotor de mais participação e mais união. Assim, esse trabalho pode ser identificado como impulsionador de um círculo virtuoso, em que as pessoas sentindo-se mais confiantes e companheiras procuram participar mais e unem-se mais para superar dificuldades ou desenvolver atividades (p. ex. de lazer, produtivas, etc.), e em conseqüência tornam-se ainda mais confiantes e companheiras pelo estreitamento dos laços comunitários. A apresentação oral dos grupos faz menção também a esses sentimentos (confiança, companheirismo, diálogo) em relação aos agentes externos que estão cotidianamente interagindo na comunidade, e um sentimento de maior confiança no futuro.

Por outro lado, ao analisar-se os três grupos separadamente, verifica-se uma aproximação da percepção das mulheres e dos jovens, e um distanciamento da perspectiva dos homens. Tanto jovens quanto mulheres identificam o impacto do trabalho participativo dos técnicos como 100% relacionado à aspectos intangíveis, e relações sociais. Por sua vez, os homens identificam o impacto majoritariamente em aspectos físicos e benefícios materiais (luz e água), ou seja, cerca de 67% do total.

E a partir disso, que tipo de considerações podem ser feitas? A preocupação com estes aspectos intangíveis/relações sociais procura atender aos requisitos de sustentabilidade que norteiam as propostas de desenvolvimento mais atuais.

Por conseguinte, evidencia-se que as perspectivas de ambos os grupos, das mulheres e jovens, visualizam a ação extensionista como um condicionante importante da sustentabilidade do processo de desenvolvimento que vem ocorrendo na comunidade, nos últimos anos. Aproximando-se tendencialmente ao extremo apostado, está a perspectiva do grupo dos homens, que compreende o trabalho dos técnicos como um condicionante não tão decisivo para a sustentabilidade.

A base das afirmações recém feitas está no fato de que as intervenções externas que investem nas capacidades das pessoas e suas comunidades para que, cada vez mais, aprimorem a automobiliação e independência para levarem adiante o seu próprio desenvolvimento, sem dúvida são mais sustentáveis que as intervenções externas que estão majoritariamente identificadas como fornecedoras de benefícios materiais.

A ação extensionista, nesses dez anos de sinergia com a comunidade, fez com que as ações da matriz de planejamento fossem executadas, promovendo significativas mudanças na realidade do Rincão dos Barbosas/Pereiras, que podem ser verificadas através do quadro comparativo¹⁰⁶ da situação em 1993 e 2003.

Quadro 07- Comparativo da realidade passada (1993) e atual (2003) na comunidade do Rincão dos Barbosas/Pereiras – Santana da Boa Vista-RS.

INDICADORES	SITUAÇÃO EM 1993	SITUAÇÃO ATUAL
Moradia	Material misto. Telha de barro, santa fé, ou brasilit. 62% de material; 37% de madeira; e 1% mista.	Casas novas construídas: 04-MPA, 01-Prefeitura; 15-Recursos próprios; e 01-Recurso federal.
Água	Cacimbas sem proteção. Água encanada em 63% das moradias.	.Ao redor de 100% das fontes protegidas. 11% moradias sem água e a capela.
Horta	Pouca diversidade de espécies cultivadas	Pouca diversidade de espécies cultivadas
Banheiro	05% das moradias com banheiro	80% das moradias com banheiro
Luz¹⁰⁷	Inexistente	40% não têm
Pomar	Variado	Variado, com aumento de área.
Produção para Consumo	Variada	Variada
Educação	Escola Municipal até 5ª série	Escola Municipal até 5ª série. Transporte escolar para E.E. Marlene M. ou cidade
Lazer	Na cidade; carreiras; visitas; missa; bailes; e futebol.	Na cidade; rodeio; carreiras (diminuindo); visitas; missas e encontros; bailes; e futebol
Geração de Renda	Milho; feijão; bovinos e ovinos.	Acréscimos com apicultura; caprinos; suínos; e safristas.
Organização	Associação de moradores; Mutirão.	Associação; MPA, Cooperativa; Mutirão.

Fonte: Associação de Moradores do Rincão dos Barbosas/Pereiras e Levantamentos dessa pesquisa.

Observando-se o quadro 07, evidencia-se que houveram expressivos avanços em qualidade de vida e infra-estrutura comunitária. Ao longo desses dez anos foram construídas 21 moradias novas em alvenaria, substituindo as construções mais precárias, elevando o índice desse tipo de casa para um patamar superior a 85% do total. Da mesma forma o abastecimento de água encanada elevou-se em mais de vinte pontos percentuais, atingindo o índice de 89% das

¹⁰⁶O quadro 07 foi elaborado a partir das informações espontâneas dos moradores da comunidade, coordenados por um integrante da equipe municipal do escritório da ASCAR-EMATER/RS, por ocasião da reunião de trabalho de campo dessa pesquisa, em 19/03/2003.

¹⁰⁷A identificação imprecisa dos limites das comunidades rurais dificulta o tratamento dos dados sobre eletrificação rural. Considerando somente o Rincão dos Barbosas, com aproximadamente 62 famílias, estima-se que o índice de eletrificação esteja em 100%. Entretanto, moradores e técnicos municipais, muitas vezes fazem referência ao nome Rincão dos Barbosas, incluindo a comunidade de Serra dos Pereiras, cuja a população aproximada é de 43 famílias. Na pesquisa utiliza-se a denominação Rincão dos Barbosas/Pereiras para identificar essas duas comunidades rurais, cuja localização é contígua.

Com esse tratamento, estima-se que índice de eletrificação esteja ao redor de 84%. Por sua vez, o índice de 60% de eletrificação rural indicada no quadro 10, a partir da informação dos moradores, encerra provavelmente, um universo acrescido por parte da Serra dos Vargas, e outras pequenas aglomerações vizinhas; todas essas, contíguas aos Barbosas/Pereiras.

moradias com esse serviço. Os banheiros e respectivas instalações hidrossanitárias, em dez anos, estão presentes em 80% das residências, a partir de uma realidade inicial de quase inexistência desse tipo de estrutura sanitária. A eletrificação rural, apesar de, em 2003, ainda estar ausente para 40% dos moradores do Rincão dos Barbosas/Pereiras e arredores, experimentou um significativo aumento, saindo de uma situação de inexistência desse serviço na comunidade para um patamar de 60% das propriedades atendidas.

O acesso a educação foi viabilizado pelo transporte escolar que facilita a conclusão do ensino fundamental e médio, apesar de afastar os jovens da realidade rural.

A introdução de novas alternativas produtivas, como a apicultura, a intensificação da suinocultura, a criação de cabras e a venda de mão-de-obra para outras atividades fora da propriedade e região, são percebidas pelos moradores como avanços em geração de renda.

Com relação aos avanços em organização,¹⁰⁸ são destacados a cooperativa de processamento e comercialização de feijão, que constituiu-se num empreendimento de vulto, tanto pelos valores monetários investidos quanto pela representatividade, com 113 cooperados; e a implantação do núcleo do MPA, que reveste-se de importância pela constituição de um novo canal de representação local e regional, para reivindicação de demandas e solução de problemas.

Como pôde ser visto, o Rincão dos Barbosas/Pereiras, antes mesmo da intensificação da intervenção externa na comunidade, já apresentava um diferencial organizativo e de participação, comparativamente à outras regiões de Santana da Boa Vista. Além do mais, as evidências indicam que esse diferencial teve contribuição decisiva para o processo de aproximação institucional e intensificação da intervenção externa verificada nesses últimos dez anos,

¹⁰⁸ Apesar de não ter sido citado pelos agricultores, por ocasião da confecção do quadro comparativo 09, recém apresentado, o grupo de suinocultores também se constituiu num empreendimento organizativo importante, ainda mais pelo fato de que os 11 agricultores, que resolveram investir pioneiramente na atividade, terem se valido de recursos próprios para aquisição das matrizes e reprodutor, e pelo fato da aquisição ter sido coletiva, o que, obviamente, revelou a habilidade dos envolvidos para gerenciar em conjunto os animais, cujo manejo seria a base de reconversão da atividade, mais voltada para o mercado.

refletindo positivamente no enriquecimento da história de organização comunitária.

3.2.6. Visão sobre a comunidade antes e depois do trabalho de campo da pesquisa

A comunidade do Rincão dos Barbosas/Pereiras se apresenta com aproximadamente 105 famílias, com o mais alto grau de homogeneidade interna, constituída basicamente por agricultores familiares com atividades agropecuárias de cultivo do milho, feijão e criações, com alto grau de parentesco entre eles e com uma história expressiva de ações coletivas, de reciprocidade e confiança entre vizinhos.

A percepção da equipe municipal era de que se constituía numa comunidade receptiva às ações de intervenção externa, mas que atualmente se apresenta com problemas para efetivar empreendimentos coletivos planejados e em execução. O DRP foi iniciado em 1996, aplicado de forma completa em todas as etapas propostas.

O trabalho de campo confirmou essa visão. As expectativas quanto aos estoques de capital social percebido pela comunidade em 1993 e em 2003, bem como a evolução positiva, igualmente se confirmou.

Contudo, comparativamente, parece ser a comunidade com percepção mais pessimista (ou realista) com respeito aos estoques e a evolução do capital social. A expectativa do pesquisador, antes da aplicação da escala de medição, mas já em contato com outras fontes de dados, era de que o Rincão dos Barbosas/Pereiras se constituía no local com os mais ricos estoques de precursores de capital social, e esse fato ficaria evidenciado pela medição da escala em 1993.

Provavelmente, em função do bom nível histórico de precursores de capital social, de participação e de mobilização dos agricultores no interior da comunidade, adquiriram um grau de exigência superior, em comparação as outras comunidades da amostra, avaliando de forma mais crítica essas questões no período de dez anos de intervenção do Projeto Área Piloto. Pode ter pesado

também nessa visão o sentimento mais recente dos agricultores de que a administração municipal discrimina o Rincão dos Barbosas/Pereiras.

3.3. Caracterização do processo de formação de capital social no Rincão Salete – Município de Caçapava do Sul-RS

3.3.1. História de formação da comunidade Rincão Salete e os precursores de capital social

Conforme IBGE (2003) e Holz, (1999 p. 130), grande parte da superfície do município de Caçapava do Sul (inclusive o Rincão Salete) encontra-se na unidade de relevo denominada Escudo Sul-Riograndense. A área minoritária restante, localizada ao norte da BR 290, encontra-se na unidade de relevo denominada Depressão Central.

Com base em Leite (1990 p. 61 e 64), assim como ocorre nos outros dois municípios, a cobertura vegetal natural de Caçapava do Sul, em sua área superficial que se encontra no Escudo, é classificada como Estepe Estacional, com formação fisionômica arbórea aberta.

Conforme Ribeiro e Baldasso (1998 p. 55), o ambiente característico da região onde se situa o Rincão Salete compreende topografia bastante ondulada, solos rasos e afloramento de rochas (solos classificados quanto ao uso em IV e IVpt); as maiores altitudes do município; matas ciliares e capões; campos sujos; e pobre em água. Especificamente ao Rincão Salete, o documento Diagnóstico dos Sistemas Agrários de Caçapava do Sul (RIBEIRO e BALDASSO, 1998 p. 56) identifica o ambiente característico da localidade como sendo de topografia alta e ondulada, solo raso a profundo, e vegetação arbustiva.

Na história de constituição de Caçapava do Sul, destaca-se que os indígenas precursores da ocupação do estado, já haviam estabelecido suas ocas na “Clareira da Mata”, significado da expressão indígena “Caa-ça-paaba”. No século XVIII, a clareira conhecida como “Paragem de Cassapava” já era utilizada por tropeiros, aventureiros e bandeirantes que arrebanhavam gado chimarrão para reuní-lo e pastoreá-lo nas suas imediações, antes de levar para o centro da colônia. Localizada em situação privilegiada em termos de estratégia militar, Caçapava do

Sul sempre se fez presente, desde os embates fronteiriços, funcionando como ponto de observação dos movimentos espanhóis, até todas as revoluções internas, com as tropas em combate se aproveitando de suas serras (Caçapava, Guaritas, Santa Bárbara e Santana) e dos seus vales intercalados entre elas. Em relação à sua história de ocupação, Abrão (1980 apud RIBEIRO 1996 p.59) afirma que a primeira sesmaria nas terras do município foi concedida a Antônio de Azevedo Saldanha, em campos lindeiros ao Arroio Cassapava, seguindo-se outras concessões.

Na matriz de restituição histórica da região onde se situa a comunidade, constante em Ribeiro e Baldasso (1998 p. 83), evidencia-se um padrão de ocupação com sesmarias, famílias numerosas, trabalho escravo e produção de pecuária. Como se pode notar, a ocupação inicial do Rincão Salete se deu com base na grande propriedade e na exploração de pecuária, assim como foi habitualmente praticado nas outras localidades amostradas. Entretanto, presume-se que as condicionantes restritivas de solo e relevo¹⁰⁹ da área onde hoje se encontra a localidade, configuraram uma atividade pecuária (bovinos e ovinos) com baixa rentabilidade. Desde os primeiros ocupantes, o processo de fragmentação das áreas foi evoluindo, com base em heranças, vendas e ocupações, trazendo consigo mais uma limitação para a reprodução econômica e social das famílias, o tamanho insuficiente das propriedades.

Este contexto restritivo, em que as condições naturais e o processo de fragmentação das áreas impediram a reprodução econômica e social das famílias, exclusivamente com os rendimentos obtidos da pecuária, provavelmente influenciou o surgimento e a evolução dos cultivos agrícolas¹¹⁰, alternativas relativamente mais viáveis (apesar de também difíceis para a realidade local) em pequenas propriedades, como principal renda das famílias no Rincão Salete.

¹⁰⁹Topografia acentuadamente ondulada, solos rasos, afloramentos de rocha, baixa fertilidade, campos naturais fracos, dificuldades de manejo do solo e riscos acentuados de erosão.

¹¹⁰Acrescenta-se ainda, com base nas informações de Pebayle (1975 p. 08), que o surgimento de agricultura em áreas tradicionais de pecuária, como é o caso da Serra do Sudeste, se deu naquelas frações mais impróprias para pecuária. Como recém visto, a região onde está o Rincão Salete caracteriza-se pelos relevos altos e ondulados, e somente 40% de sua área possuem solos com alguma aptidão para exploração agropecuária.

Em função deste cenário, as matrizes históricas da região (RIBEIRO E BALDASSO 1998 p. 83) e da localidade Rincão Salete (DRP, 2000¹¹¹), nos anos de 1940 e 1950, respectivamente, apontavam as produções agrícolas com importância superior a pecuária.

Na evolução histórica das atividades produtivas do Rincão Salete destaca-se que, na década de 40 e início dos anos 50, o trigo foi um cultivo importante, com existência de quatro moinhos. Em 1960, o trigo foi substituído pela cevada, cujo mercado valorizado era garantido através das aquisições da cervejaria Brahma. Nos anos 70, com a abertura da agência do Banco do Brasil (1969) e a intensificação do crédito subsidiado, reaparece a cultura do trigo e surge a soja. Contudo, o ciclo das duas culturas na comunidade é curto, em função da dificuldade de mecanização imposta pelo relevo sinuoso, sendo o trabalho agrícola, até hoje, executado fundamentalmente com tração humana e animal, caracterizando a região, assim como as anteriores, como marginal ao processo de modernização da agricultura. Entretanto, o Rincão Salete se inseriu parcialmente na dinâmica da modernização da agricultura, com a aplicação do crédito subsidiado dirigido inicialmente, a partir da abertura da agência do Banco do Brasil no município, para o trigo e a soja, depois feijão, milho, e, por fim, para pecuária de corte (de 1984 a 1989).

Destaca-se também que o processo de fragmentação das propriedades foi contínuo até os dias de hoje, e com isso diversificaram-se as alternativas para manutenção de renda, como a venda de mão-de-obra e o êxodo rural.

¹¹¹O Rincão Salete é a comunidade da amostra com menor volume de dados secundários disponíveis para pesquisa. O DRP, realizado em 2000, foi incompleto, com aplicação de apenas três ferramentas: mapa, restituição histórica, e fatores restritivos e impulsionadores das principais atividades produtivas. Além disso, o DRP foi oportunizado nas reuniões em que se discutia a destinação dos recursos do RS Rural para a comunidade. Dois documentos complementam os dados secundários disponíveis: o Diagnóstico de Sistemas Agrários de Caçapava do Sul, realizado em 1998, constituído de uma leitura da paisagem e tipificação de agricultores e sistemas de produção, no nível municipal; e o Estudo da Cadeia Produtiva do Feijão, realizado em 1994/95, no nível regional.

A constituição atual da comunidade é de 144 famílias de agricultores familiares de baixa renda, minifundiários¹¹², com o menor grau de homogeneidade interna, comparativamente às demais comunidades da amostra da pesquisa, pelo fato principal de possuir duas subcomunidades de descendentes de escravos, Rincão dos Farias e Cerro Vermelho. As principais rendas econômicas são provenientes do feijão (abastecimento interno e mercado), do milho (abastecimento interno), da pecuária (reserva de capital), além de arrendamento de pastagens, aposentadorias, venda de mão-de-obra, etc. (DRP, 2000).

O Diagnóstico dos Sistemas Agrários de Caçapava do Sul (RIBEIRO e BALDASSO, 1998 p. 104) apresenta a seguinte tipologia das unidades produtivas mais representativas no Rincão Salete: unidade familiar de sobrevivência é o tipo mais descapitalizado, capacidade nula de investimento, áreas pequenas, parcerias para plantio, venda de mão-de-obra 07 meses/ano, pequena casa. As principais atividades são milho, feijão, pequenos animais e horta para consumo. As rendas principais são fruto da venda de mão-de-obra e troca de feijão por mercadorias. Um exemplo típico dessa unidade está presente na subcomunidade Rincão dos Farias, onde as famílias ocupam uma área ilegal, cuja herança não foi regularizada. São 12 famílias sobrevivendo numa área de 11 hectares.

A unidade familiar de mercado é realizada em pequenas áreas, às vezes arrendada; mão-de-obra basicamente familiar, com contratação eventual de safristas; infra-estrutura composta de casa, galpão e tração animal. As principais atividades são feijão, milho, hortas e pequenos animais para consumo, e faz uso de patrulha agrícola contratada.

Por ocasião da reunião do trabalho de campo em 31/03/2003, os agricultores expressaram preocupação com a diminuição da oferta de mão-de-obra temporária no Rincão Salete. Eles adotam a estratégia de cultivar a área de acordo com a mão-de-obra familiar e a possibilidade de safrista, deixando claro que não

¹¹²Com base nos dados do Projeto RS Rural, elaborado pela equipe municipal da ASCAR-EMATER/RS, em 05/12/2000, página 03, estima-se que mais de 90% das propriedades do Rincão Salete se situem no estrato de área inferior a um módulo fiscal da região, que é de 32 hectares.

costumam trocar serviço entre as famílias (mutirão). Essa escassez de safristas é um dos fatores condicionantes da redução da área de feijão.

Várias vezes foi referido, entre os informantes-chave, que o individualismo é uma característica presente na comunidade, como se pode observar nos depoimentos:

Foi difícil iniciar, organizar os produtores que são extremamente individualistas, né! Até pela cultura, [...] não é fácil, foi aos trancos e barrancos (ENTREVISTADO 10).

Eu acho que faltou alguma coisa, faltou principalmente a união das pessoas [...] para que na verdade aquilo fosse construído e haver uma integração (ENTREVISTADO 11).

Eu lembro o seguinte, essa comunidade aqui, ela nunca teve uma organização, assim como ela tem hoje, né! [...] Os agricultores sempre foram muito individualistas, né! Pequeno produtor, cada um trabalhava para si. Como diz o ditado, “e Deus por todos” (ENTREVISTADO 13).

O informante-chave representante do STR, e por muito tempo presidente do CMDR expressa preocupação com a característica pouco associativa e a falta de cooperação entre as pessoas do Rincão Saleté¹¹³. No período inicial das discussões para constituição do grupo que levaria adiante a proposta da cooperativa de feijão, o qual ele acompanhou algumas reuniões, expressa o seguinte:

O que eu sentia é que eles andavam um pouco para frente e um pouco para trás, ficavam num meio termo. Não existia espírito de associativismo dentro. Uns achavam que se esse pessoal [*um determinado grupo de agricultores*] for para dentro da cooperativa, não vai andar, porque tem isso, “eu não vou me misturar com eles”. Eram pessoas que moravam naquela comunidade há muito tempo, mas existia uma desconfiança quanto ao funcionamento de grupo como um todo, eu sentia isso aí (ENTREVISTADO 11 acréscimo nosso).

O fator de desigualdade interna que foi referido como o mais importante pelos informantes-chave é o aspecto político partidário (“politicagem”), que é considerado forte, apresentando-se com um diferencial que atrapalha o andamento coletivo da comunidade. Os levantamentos dessa pesquisa indicam também que as diferenças (patrimônio, estratégia de reprodução social, etnia, quantidade de terra,

¹¹³Entretanto, o entendimento desse entrevistado é de que esse problema não é exclusivo do local, ora em estudo, mas sim o grande problema das 42 associações de moradores do interior de Caçapava do Sul.

visibilidade, etc.) entre a comunidade e as subcomunidades, dificultam a integração no Rincão Salete.

3.3.2. História de intervenção extensionista no Rincão Salete

A história mais recente de evolução da comunidade, resgatada no DRP, desde o ano de 1950, foi acompanhada quase que em sua totalidade pela extensão rural e assistência técnica oficial, já que o Escritório Municipal da ASCAR-EMATER/RS de Caçapava do Sul é um dos pioneiros, em atividade desde 1958, configurando, juntamente com outras instituições, uma das mais longas histórias de intervenção extensionista da região.

O agente externo de destaque nos anos 1970/80 era a Cooperativa Tritícola, época em que o cultivo de trigo e soja foi expressivo na comunidade e no município como um todo, incentivado pelo crédito subsidiado. Entretanto, o segmento mais efetivamente assistido era constituído por agricultores mais capitalizados que podiam dar melhores retornos financeiros a cooperativa; e as culturas de feijão e milho, em função da menor possibilidade de retornos financeiros para a cooperativa, eram de interesse secundário para a COTRISUL. De acordo com os informantes-chave, hoje a cooperativa não tem mais importância, estando com as atividades paralisadas.

Conforme relato do extensionista da ASCAR-EMATER/RS, quando chegou no município, em 1982, a comunidade já era trabalhada pela extensão rural oficial, e ele seguiu trabalhando nos moldes anteriores, mais voltados para os aspectos tecnológicos da produção, “tipo nós é que sabemos” (ENTREVISTADO 10). O diagnóstico da realidade e a forma de intervenção eram baseados estritamente na visão dos técnicos, o seu saber e a sua avaliação do contexto comunitário onde iam atuar. Naquela época o escritório fazia seu plano de trabalho baseado em recomendações tecnológicas para as principais atividades produtivas e de bem estar social das famílias:

Nós convocávamos uma reunião para falar sobre o plantio de feijão, chegava a época de adubação de cobertura do feijão, convocávamos uma outra reunião para falar sobre isso. Época do cultivo do milho, mesma coisa, época do trigo, mesma coisa. Então era assim a extensão, estritamente reducionista. Claro que havia trabalhos na parte

da nossa colega, Ieda, da área social, fazia também reuniões, sobre sumidouro, banheiros, cuidados, tratamento de água, mas tudo saía de nós (ENTREVISTADO 10).

O mesmo informante-chave relata uma passagem ilustrativa do tipo de relação que ocorria entre agentes externos e comunidade, e, em parte, a ineficácia do modelo. Numa parceria ASCAR-EMATER/RS-Cooperativa COTRISUL planejou-se a implantação de uma lavoura demonstrativa de milho, com utilização de ‘tecnologias modernas’. A máquina de plantio manual (plantadeira/adubadeira de duas caixas) foi regulada, a área foi lavrada e corrigida com calcário, foram adquiridos o adubo e a semente híbrida. No dia da implantação, os técnicos iniciaram a operação tecnologicamente correta de plantio, com a observação dos agricultores. Num dado momento, os técnicos passaram as operações para os agricultores e se retiraram do local. Conforme o agente da ASCAR-EMATER/RS, dois meses depois do plantio, era possível verificar claramente o momento em que as operações foram conduzidas pelos agricultores, com diferenças significativas no espaçamento, quantidade de adubo, etc. tecnicamente ‘erradas’. A conclusão expressa pelo técnico é a seguinte:

Nós levamos a tecnologia que o produtor não queria usar, aí deu nisso aí [...] Nós queríamos entrar com tecnologia, pegávamos o pacote e eles mudavam. Tanto é que todo ano era a mesma coisa, chegava a época de lavoura fazia uma reunião [...], aí o que acontecia? No primeiro ano tinha 20, segundo ano 15, terceiro 10, quarto já não tinha ninguém, era sempre a mesma coisa (ENTREVISTADO 10).

Em função desses insucessos do padrão tradicional de intervenção, e a percepção cada vez mais presente de que o agricultor tem uma lógica distinta de relação com o meio ambiente e com as pessoas, e que essa lógica deve ser respeitada, faz com que, a partir da década de noventa, inicie-se, conforme o ENTREVISTADO 10, “uma atuação participativa. Ouvir mais e falar menos, [...]”.

Segundo o agente da ASCAR-EMATER/RS, essa postura, mais voltada para aspectos da organização comunitária e baseada numa interação mais dialogada, foi incentivada, em parte, pelo programa estadual denominado

Condomínios Rurais, que tentou efetivar um empreendimento do tipo na comunidade, em 1992, explorando coletivamente a atividade leiteira.

Em 1994, inicia-se o Projeto Área Piloto, o qual ocasiona uma aproximação institucional na comunidade e maior parceria entre elas. Na mesma época, em 1994/95, é realizado o Estudo da Cadeia Produtiva do Feijão, nos quatro municípios da Área Piloto. Em Caçapava do Sul, a comunidade mais trabalhada nesse estudo participativo é o Rincão Salete, maior produtora da leguminosa, com o envolvimento das pessoas na identificação das características do mercado, que se processa 'depois da porteira'.

Em 1998, foi desenvolvido o trabalho de Diagnóstico dos Sistemas Agrários de Caçapava do Sul, que contou com a participação de técnicos e lideranças de toda a microrregião e se constituiu basicamente da Leitura da Paisagem, que identificou e delimitou nove regiões homogêneas municipais; da Restituição Histórica das regiões homogêneas identificadas; e da Tipificação dos Sistemas Produtivos mais representativos. Obviamente, este trabalho também aconteceu no Rincão Salete, sendo identificados dois tipos de unidade familiar, a de sobrevivência e a de mercado, recém descritos, bem como foi feita uma caracterização da região com base em critérios ambientais, sociais e econômicos.

As principais ações de investimento em infra-estrutura social básica, geração de renda e custeio de atividades agropecuárias começam a ser viabilizadas mais recentemente, e são proporcionadas pelos recursos de programas de desenvolvimento como PRONAF Investimento, Programas de Saúde do Governo do Estado, Pronafinho Custeio, RS Rural, Programa Mais Alimento, Fruticultura para a Metade Sul (Patrulha Agrícola, Implantação de Pomares, Construção de Açudes, etc.), Programas da Prefeitura e MPA (Financiamento de Moradias).

A propósito, o Diagnóstico Rural Participativo-DRP desenvolvido a partir de 2000 foi motivado pela priorização da comunidade para receber os recursos do RS Rural, contemplando ações de geração de renda (agroindústria comunitária de feijão), infra-estrutura social básica (eletrificação rural) e manejo de recursos naturais (reflorestamento com espécies exóticas). O DRP, além de motivado pela

chegada dos recursos do crédito, foi aplicado de forma incompleta e geralmente oportunizado nas reuniões que discutiam conjuntamente as ações do programa.

3.3.3. Avaliação da qualidade da ação extensionista

3.3.3.1. A evolução da organização comunitária

Afim de melhor retratar a história de organização comunitária do Rincão Salete, apresenta-se a seguir o quadro 08, que condensa as principais ações coletivas experimentadas pela comunidade ao longo dos anos, permitindo uma fácil visualização do início das atividades, seus momentos mais expressivos, trajetórias e situação recente.

A primeira iniciativa de organização comunitária noticiada pelos informantes-chave dá conta das mobilizações para construção da capela e salão comunitário, em 1958.

Recentemente, em 1997, foi fundada a Associação de Moradores que, segundo o informante-chave, extensionista da ASCAR-EMATER/RS, teve como influência original uma tentativa frustrada de implantar, em 1992, um Condomínio de Gado de Leite no Rincão Salete.

As discussões sobre a importância da organização e a mobilização das pessoas para tentar concretizar o condomínio, ao menos serviram, na visão do extensionista da ASCAR-EMATER/RS, como embrião da atual associação, que relativamente se fortaleceu nos tempos atuais.

Quadro 08- História de organização comunitária do Rincão Salete-Caçapava do Sul-RS

Ações Coletivas	Anos										
	Até 1958	1958	1960-1970	1970-1990	1997	1999	2000	2001	2002	2003	
Comunidade Católica	S E M A T I V I D A D E	Início da atividade. Mobilização p/ construção da capela e centro comunitário								O centro comunitário viabiliza reuniões informais entre os moradores, aproximando as pessoas	
Associação Comunitária						Início da atividade. Tem como embrião a tentativa de formação de um Condomínio Rural em 1992. Em 1999, acontece mobilização para levar a diante uma proposta de agroindústria de feijão com recursos oriundos da Prefeitura. Tal iniciativa foi favorecida pelo estudo da cadeia em 1994/95. A construção foi iniciada e depois destruída por um vendaval	A Associação encontra-se pouco mobilizada, e dependente de agentes externos para organizar a pauta e divulgar reuniões, que normalmente ocorrem em função de programas de crédito.				
Representação na União das Associações Rurais-UAR								Início da atividade. A UAR pecou muito em seu início (2001) pelo aspecto político partidário. O 1º Presidente se elegeu vereador, houve problemas e ele abandonou o cargo. O Presidente atual também é vereador. Está bem intencionado para consolidar a instituição. A UAR representa 42 associações. As reuniões ocorrem regularmente, mas a presença dificilmente passa de 50%.			
Grupo de produtores da agroindústria de feijão								Início da atividade. Em 2000, grupo de 21 agricultores beneficiados. Início da reconstrução da agroindústria com recursos do RS Rural. São realizadas reuniões frequentes para tratar da obra e da gestão coletiva do empreendimento. O grupo está mobilizado.			
Núcleo MPA											Início das atividades. Surgiu na comunidade, mas agrupa associados em todo o município. A chegada do núcleo viabilizou o financiamento para construção de duas moradias. Ainda está pouco mobilizado, com apenas 20 associados, mas tem bom potencial para o futuro.
Aproximação institucional	Prefeitura Municipal pouca intensidade	Abertura do Escritório da ASCAR. Prefeitura, Igreja.	Igreja, ASCAR, Prefeitura Abertura do STR em 1964.	COTRISUL, Igreja, ASCAR /EMATER, STR, Pref. Municipal. Banco do Brasil (1969). Intensificação do crédito subsidiado e da intervenção produtivista.	Igreja, EMATER, STR, Associação de Moradores, Secretarias da Agricultura, Secretarias da Agricultura, Educação, Saúde, Prefeitura Municipal. Projeto Área Piloto em execução desde 1994.	Igreja, EMATER, STR, Associação de Moradores, Secretarias da Agricultura, Educação, Saúde, Prefeitura Municipal. Intensificação da ação de intervenção, em função do Projeto RS Rural e aumento de nº de técnicos da EMATER na comunidade.	Aplicação do DRP, em 2000, de forma incompleta e com pouco tempo de planejamento e execução, por ocasião das reuniões para discussão do programa RS Rural.	A parceria entre as instituições é boa, mas são poucas entidades envolvidas. A sinergia para o desenvolvimento ocorre com a Prefeitura Municipal, Secretaria da Agricultura, EMATER-RS, STR, Associação de Moradores, e comunidade em geral.			

Fonte: Levantamentos dessa pesquisa

Ao que parece, com base nos dados da pesquisa, a principal motivação que contribuiu para o avanço na organização local e a superação parcial do individualismo passa pela forte crise de renda atual da comunidade, ocasionada, entre outros fatores, pela redução drástica da área cultivada com feijão e a ação dos intermediários na comercialização. A extrema necessidade e a perspectiva de que a cooperativa de beneficiamento de feijão poderia potencialmente modificar a realidade superaram o tradicional individualismo, fazendo com que, em 2000, 21 agricultores assumissem coletivamente esse investimento.

O tipo de organização dos 21 agricultores que estão vinculados à agroindústria de beneficiamento é informal, e ainda faz parte da Associação de Moradores. Num futuro breve, de acordo com representante do grupo de produtores de feijão, haverá a necessidade de instituir a sua formalização como pessoa jurídica, para que possa ser efetuada a comercialização da produção beneficiada; e o nome que está sendo cogitado é Cooperativa de Feijão de Caçapava do Sul estando, a partir daí, independente da Associação de Moradores. O representante atual do grupo da agroindústria destacou que haverá a possibilidade de outros agricultores ingressarem futuramente na nova cooperativa, caso assim desejem.

Conforme informação extraída de alguns depoimentos, foram viabilizados recursos do RS Rural a partir de 2000, entretanto, destaca-se que a associação de moradores já estava mobilizada no sentido de levar adiante a construção de uma unidade de beneficiamento e embalagem de feijão independentemente dos financiamentos oficiais, o que efetivamente iniciou, em 1999, com recursos locais da prefeitura. Aliás, havia a intenção, se necessário, de utilização de recursos próprios da comunidade, tendo na figura do então vereador e morador da localidade, Antônio Veiga, a principal liderança e motivador.

Apesar de observar-se atualmente a organização de um mutirão para a construção do prédio da unidade de beneficiamento de feijão e fábrica de rações, a história de organização comunitária não registra esse tipo de prática coletiva para

superação de problemas, tanto em questões exclusivamente produtivas¹¹⁴, quanto em qualquer outro aspecto da comunidade.

Por sua vez, em 2002, surge um núcleo de MPA que, apesar de ter surgido lá, tem o quadro de associados espalhado em todo o município. Entretanto, a avaliação do agente da ASCAR-EMATER/RS é que esse núcleo ainda está pouco mobilizado, bastando observar o número atual de associados, que é de apenas 20 em todo o município, mas ele pondera que é uma organização recente, com apenas um ano de criação, e que há boas possibilidades de evolução.

Outro formato organizativo presente no Rincão Salete, apesar de se caracterizar como uma ação pontual e relativamente pouco significativa no tocante à organização comunitária em si, é o expressivo número de grupos para acesso ao Pronafinho Custeio. Segundo informação do representante do STR, é a comunidade com maior número de grupos e contratos nessa modalidade de financiamento de custeio. É um fato que influencia positivamente na geração de renda e emprego, bem como abastecimento interno da comunidade, e não se pode deixar de considerar que reflete um certo grau de confiança e reciprocidade entre os integrantes dos grupos. Em contrapartida, se deve ressaltar também que essa posição de destaque nos financiamentos está relacionada com o tamanho da comunidade, uma das maiores do interior, e as mais expressivas áreas cultivadas com milho e feijão.

Questões como a desigualdade interna, a pouca representatividade de alguns grupos distintos, o isolamento das subcomunidades, o gargalo de representação da base comunitária no conselho através da UAR, a permanência de relações tradicionais, individualistas e paternalistas, as 'ligações diretas' no encaminhamento e solução de problemas, entre outras, fazem com que o processo participativo que incide no âmbito comunitário, e em consequência, a organização comunitária, apresente-se com limites.

¹¹⁴Por exemplo, trocar serviço entre as famílias (mutirão) para realização de tarefas relacionadas ao cultivo do feijão.

3.3.3.2. A dinâmica participativa

A partir dos depoimentos dos informantes-chave, identifica-se que a comunidade tem uma reconhecida tradição de paternalismo, espera e troca de favores. Além do mais, há evidências que indicam ser a comunidade da amostra mais intensamente trabalhada pelo modelo tradicional de intervenção, nas décadas de 70 e 80.

A aproximação institucional e a intensificação da atuação dos agentes externos, a partir do final dos anos 90, no Rincão Salete, são as que tendencialmente, entre as comunidades da amostra, apresentam-se menos participativas, e o DRP, que via de regra tem se constituído num momento potencialmente importante para aprendizado e mudanças de posturas, tanto para os agricultores, quanto para os técnicos e lideranças, foi aplicado com restrições já referidas anteriormente.

Com relação à atuação dos líderes comunitários, foi expresso que em geral eles ainda não têm preparo. A visão do agente do STR é de que muitas vezes as pessoas escolhidas para representar as comunidades são bem conceituadas, mas não têm preparo para tal, prejudicando todo o trabalho de mobilização das associações comunitárias, agrupadas na UAR,

Então, faz uma reunião da UAR, geralmente no sindicato, no salão, e a gente vê 3 ou 4 líderes falarem, presidentes ou membros falarem durante toda a reunião e os demais escutam. Eu acho que nem uns falam de mais e nem uns falam de menos, eu vejo que tem que ter um equilíbrio, para que todos coloquem seu ponto de vista ou seu problema que tem lá (ENTREVISTADO 11).

Além do mais, nestas reuniões da UAR, costumam participar um representante por associação, o presidente ou um membro da diretoria, e normalmente a presença não supera 50% do total de associadas.

O informante-chave do STR, apesar de não expressar abertamente, deixa transparecer um certo ceticismo com relação ao futuro da agroindústria de feijão, em que pese à postura individual das pessoas envolvidas, a falta de preparo para a gestão coletiva do complexo sistema operativo da unidade, as divergências de ponto de vista ainda não resolvidas, a divisão do trabalho para tocar a

agroindústria, e a necessidade de maior responsabilidade de todos pelo empreendimento,

Parece que a cooperativa está praticamente pronta né? Ou quase, praticamente, e eles não têm uma idéia de como vão fazer aquilo ali funcionar, pelo menos na última reunião não tinham (ENTREVISTADO 11).

Pelo lado dos líderes comunitários, o entendimento é de que as pessoas da comunidade, de um modo geral, apesar das diferenças, sabem discutir os assuntos, e a ação coletiva para implantar a agroindústria é um aprendizado que só se aprende praticando,

[...] nós aqui nunca tentamos nos organizar antes, então não sei se ia ou não funcionar. Claro, a partir da hora que nos unimos, claro que nem assim tá funcionando 100%, o senhor tá entendendo? Isso aí, eu faço uma comparação com as pessoas que participam, é o mesmo que um bebê quando começa a andar, vai leva alguns tombos até que se equilibra e fica caminhando. Não é fácil (ENTREVISTADO 13).

O entendimento que aparece consensualmente em todos os depoimentos se refere à necessidade de treinamentos que invistam na conscientização das pessoas, e as habilitem com práticas gerenciais e de gestão, conferindo sustentabilidade aos projetos coletivos e arranjos institucionais representativos. Nesse sentido já estão sendo tomadas atitudes práticas de planejamento de treinamentos, a serem executados num futuro próximo, que contemplem essas questões, especialmente para os agricultores envolvidos na agroindústria de feijão.

O CMDR é uma referência positiva na região. O gerenciamento da patrulha agrícola fica a cargo do conselho, que em reunião com a presença dos agricultores interessados define a planilha de serviços, os beneficiários e as respectivas épocas. A grande maioria dos programas destinados ao meio rural é discutida no conselho¹¹⁵.

Outro aspecto positivo no processo participativo no interior do CMDR diz respeito às eleições para presidente, que são secretas, e qualquer conselheiro está

¹¹⁵O trabalho de campo da pesquisa não investigou os critérios, nem tampouco a dinâmica de uma reunião desse tipo. O que fica expresso é o depoimento do informante-chave, que apresenta tal conduta do conselho, agricultores, e demais lideranças, como um exemplo positivo a ser salientado.

apto, mas existe um acordo de cavalheiros, na qual os conselheiros ligados ao executivo municipal não podem se candidatar ao cargo. Além do mais, ele tem algumas ações deliberativas, tanto que, em 2002, lhe foi enviado um projeto de lei para avaliação, e que depois seria enviado a Câmara de Vereadores. Fruto das discussões do conselho, o projeto de lei voltou ao executivo para reformulações, que foram acatadas, e depois enviado ao legislativo para votação.

Especificamente relacionado à interação entre atores externos e comunitários, o resultado da aplicação da pergunta fechada sobre os tipos de participação apresenta que a percepção dos sujeitos-tipo se polariza entre as participações mais tradicionais e as mais intensas, com leve tendência para as últimas. A participação mais percebida, em diferentes espaços de interação, é um tipo interativo (tipo 06), recomendável para uma ação extensionista formadora de capital social e posicionada mais à direita do ‘*continuum*’. A outra é um tipo mais tradicional, não recomendável (tipo 05), na qual os agricultores participam e compartilham algumas idéias com os técnicos, mas as decisões e prioridades mais importantes já foram adotadas pelos agentes externos. Um único sujeito-tipo da amostra percebe a participação no Rincão Salete como um processo de automobilização (tipo 08), a mais intensa forma de participação e obviamente altamente recomendada para ser promovida por uma ação extensionista formadora de capital social.

Embora com intensidade distinta, a percepção dos informantes-chave é de que a importância do agricultor para decidir, eleger prioridades e resolver problemas vem aumentando nos últimos dez anos. Neste contexto, os depoimentos apresentam-se com divergências nestas questões.

O depoimento que percebe com mais intensidade a importância do agricultor vem de um líder comunitário, entendendo que a própria comunidade, em parceria com instituições externas, se constitui num dos principais responsáveis pelo processo de participação que se intensifica no Rincão Salete, e que todos os projetos elaborados sem a participação dos agricultores não têm continuidade:

A própria comunidade que tomou a iniciativa. Os responsáveis são a EMATER, Sindicato, Secretaria da Agricultura, [...] e a iniciativa das pessoas em parceria.[...] ele [o técnico] sabe que todos projetos elaborados na comunidade, se não tiver a participação do produtor, não anda. [...] a parte de execução é do produtor (ENTREVISTADO 13 acréscimo nosso).

Por outro lado, o depoimento que percebe o protagonismo menos intenso vem de um agente externo, entendendo que os agricultores ainda têm uma postura tradicional de que os outros, no caso as instituições, resolvam os problemas para eles. Ao responder sobre a importância do agricultor no processo, assim expressa:

É, ela deveria ter aumentado, mas ainda acho que o produtor pensa assim, “você tem que resolver (as entidades)”. O sindicato tá lá para isso, claro, o sindicato como representante do produtor, ele tem obrigação disso aí, mas acho que se nós não aquecermos as costas, a gente não resolve nada, a gente precisa do trabalhador, do associado para ir tentar buscar, assim é com a EMATER, com a Secretaria de Agricultura e aí fora (ENTREVISTADO 11).

Tendo em conta os pressupostos do Projeto Área Piloto, os depoimentos dos agentes externos, e outros indícios, fica evidente, apesar dos limites na aplicação prática, que a postura geral, tanto dos condutores da política pública quanto a comunidade, é de, tendencialmente, aprofundar o processo democrático e a capacidade de mobilização dos agricultores, para que, cada vez mais, a base dos beneficiários finais seja o sujeito do processo de desenvolvimento, com independência e aquisição de poder.

Portanto, evidentemente, o que está se vivenciando na comunidade é um processo transitório, com forte dependência da comunidade em relação aos agentes externos. A propósito, por ocasião da reunião do 31/03/2003, foi considerado pelo grupo de agricultores presentes o seguinte: “Os produtores têm pouca força, se não tiver alguém de fora fica difícil de se organizar”.

3.3.3.3. As habilidades e capacidades das pessoas e os espaços participativos

Os informantes-chave percebem que houve uma evolução positiva nas capacidades e habilidades das pessoas, apesar desta não ser muito significativa, longe ainda de proporcionar o protagonismo pleno dos agricultores,

É, alguma coisa melhorou, as pessoas debatem mais os assuntos entre elas, que hoje já tem um entendimento maior, não é o ideal [...] (ENTREVISTADO 11).

[...] a comunidade está mais integrada com os técnicos da EMATER, tem mais participação [...]. De primeiro o pessoal era mais constrangido, não se manifestavam, agora não, estão mais abertos com os técnicos [...] (ENTREVISTADO 12).

Ele tá mais consciente e mais esperto para suas reivindicações pessoais. Mais participativo [...] não é muito, mas tem algum que... como eu falei antes, muitas vezes o agricultor não participa. Não busca seus direitos de cidadão que eles têm, né (ENTREVISTADO 13).

Tem crescido o entendimento do processo e a efetiva participação da comunidade, minimização do poder de decisão por poucos (ENTREVISTADO 10).

Fica evidente nesses depoimentos recém apresentados, assim como em outros, que a apreensão do processo de aprendizagem é desigual entre as pessoas.

A ênfase na necessidade de investir em treinamentos de conscientização das pessoas, dada por todos os informantes-chave, indica, em certa medida, a preocupação com o estágio atual de interação social e comprometimento com os empreendimentos coletivos.

Chama a atenção também, assim como ocorreu nas outras comunidades, uma percepção muito freqüente de relacionar o crescimento das habilidades e capacidades, identificando-o com maior conhecimento técnico, e aumento da produtividade. Assim, alguns informantes-chave, quando perguntados sobre este tema, respondem desta forma:

[...] em função da produtividade que tem melhorado, a produtividade das lavouras, com o trabalho dos técnicos [...] Uma semente mais correta, às vezes tá com a semente antiga, que não tem mais condições, aí introduz uma semente nova, já tem uma produção bem mais alta (ENTREVISTADO 12).

Identifico outra coisa que eu vejo avanço. Até pouco tempo se falava em calcário, achavam que era um bicho, agora tem muita gente aplicando (ENTREVISTADO 13).

A identificação dos espaços, onde as habilidades sociais estão sendo postas em prática, diz respeito à comunidade ou aos relacionamentos dela com o ambiente externo. Alguns informantes-chave identificam aqueles espaços sociais que oportunizam encontros cotidianos, como a capela (copa), as canchas de boxa, reuniões de fim de semana, as missas, os dias de festa, etc. Entretanto, a maioria

dos informantes identifica os espaços criados pela ação extensionista em interação com a comunidade, como as reuniões em conjunto com os agentes externos, as reuniões sem os agentes externos, o grupo da agroindústria, o trabalho em associativismo, etc.

O agente da ASCAR-EMATER/RS reforça a percepção comum dos outros informantes, quanto aos espaços mais utilizados para prática social, e acrescenta que o conselho e a UAR não têm se constituído num espaço para a prática interativa dos agricultores em geral, e fracamente para suas lideranças:

Essas habilidades são postas em prática na comunidade e relacionamento com parcerias. A participação dos líderes em conselhos é mínima. Há uma incipiente participação na união das associações rurais (ENTREVISTADO 10).

Em adição, a partir das fontes de dados, fica o entendimento, em função do tamanho e diversidade de grupos da comunidade, que existem, proporcionalmente, poucos espaços para prática participativa.

3.3.3.4. A evolução do potencial sinérgico

Ressalta-se que há algum tempo atrás haviam ações feitas com pouca sinergia, como a criação de associações no interior, sem a participação de todas entidades que poderiam ajudar e dar sustentabilidade a essas organizações incipientes.

A secretaria da agricultura foi lá, criou uma determinada associação. Vai funcionar? Pode até funcionar, mas há dúvidas no sentido de associação, porque não teve a participação da EMATER, o Sindicato não tava junto, pode até funcionar, mas fica dúvida (ENTREVISTADO 11).

Com base na amostra dos sujeitos-tipo, que foram trabalhados através da escala de medição da evolução do capital social, no seu item 17, evidencia-se que há evolução significativa na integração institucional. A valoração média do item que trata da integração das instituições de apoio, entre elas e com a comunidade, para o alcance dos objetivos planejados, foi 5,8 em 1993 e 9,2 em 2003, o que corresponde a um avanço superior a 58% .

Por parte dos informantes-chave, tanto agentes externos quanto líderes comunitários, a avaliação é semelhante, entendendo que a sinergia institucional que incide no Rincão Salete é boa e se configura fundamentalmente na inter-relação entre Secretaria da Agricultura, ASCAR-EMATER/RS, STR, Associação de Moradores e comunidade em geral, sendo creditado a ASCAR-EMATER/RS o protagonismo das ações:

Secretaria da Agricultura, EMATER e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que têm uma participação muito boa [...] São muito unidas, sabem trabalhar em equipe, dão exemplo, nunca houve nada na nossa reunião (ENTREVISTADO 12).

Sabem muito bem trabalhar em equipe. A mais próxima é a EMATER. Somam esforços, não é para dividir [...] Inclusive o Secretário da Agricultura tem ajudado muito, a parte dele tem feito (ENTREVISTADO 13).

Entretanto, apesar da participação interinstitucional ser boa, no entendimento do agente da ASCAR-EMATER/RS, esse comprometimento envolve um número reduzido de entidades.

Por sua vez, o representante do Sindicato entende que a ASCAR-EMATER/RS vem apresentando problemas de sobrecarga de trabalho, principalmente em função do envolvimento em programas de crédito, em detrimento de uma assistência técnica mais junto aos agricultores:

[...] a EMATER praticamente não tinha tempo de dar assistência para ninguém. Eu chegava lá no escritório e eu via [...] [*a equipe*] fazendo projetos, [...] papelada, trabalho de escritório e não tinham tempo de fazer o trabalho técnico, dar uma assistência técnica, embora não integral, porque o município é grande [...] (ENTREVISTADO 11 acréscimo nosso).

O mesmo informante também identifica limitações com relação à abrangência do trabalho da equipe de agentes municipais de desenvolvimento, para levar adiante essa proposta de trabalho participativo para todas comunidades de Caçapava do Sul.

Para o líder comunitário, ex-vereador, o destaque negativo fica por conta da pouca participação da comissão de agricultura da Câmara Legislativa, que, no seu entendimento, foi melhor no passado, na época em que integrava aquela instituição, e atualmente ajudaria na busca de recursos.

Um aspecto importante no efeito sinérgico e na eficácia do semiclientelismo, destacado pela literatura, é o comprometimento e o envolvimento do funcionário público com a comunidade de beneficiários finais. Nesse sentido, pela perspectiva dos líderes comunitários e dos sujeitos-tipo da escala de medição, a atuação dos técnicos tem sido positiva, demonstrando grande satisfação em ajudar, intensificando laços de amizade, confiança e reciprocidade com os agricultores. De acordo com um líder comunitário, os técnicos

vão lá, batem papo. Vem evoluindo, cada vez mais. Mais amigos, mais conversa.[...] quanto mais o agricultor tiver mais conscientizado o técnico tem mais vontade, você tem um retorno daquilo que esta fazendo (ENTREVISTADO 13).

Com relação às mudanças na forma de resolução de problemas, consequência da evolução do potencial sinérgico na comunidade do Rincão Salete, os informantes-chave destacam que anteriormente aos anos 90 já existia na comunidade um vereador eleito, que canalizava as reivindicações locais, e continuou assim no início da década de 90.

O agente de desenvolvimento do STR e o líder do grupo da agroindústria, por exemplo, identificam hoje, como principais canais, a ASCAR-EMATER/RS, a Secretaria Municipal de Agricultura, que começou a comparecer mais recentemente, e o STR, que já atua desde 1964.

Um dos caminhos identificados para solução dos problemas passa atualmente pela associação de moradores, que através de reunião apresenta o problema da localidade e discute as soluções possíveis. Geralmente é formada uma comissão de moradores (ou somente o presidente) que se dirige à entidade ou departamento relacionado, onde poderá ser resolvido.

Outro caminho tem na figura do agente comunitário de saúde seu principal ator, orientando e encaminhando pessoas doentes para consulta médica. Em adição, a igreja católica tem desenvolvido na comunidade os programas das pastorais.

Na área de educação foi lembrada a diretora da escola municipal que, por conta da aproximação natural com a secretaria municipal de educação, a qual é

subordinada, tem sido solicitada para resolver ou encaminhar os problemas dessa área.

É ressaltada também a importância das reuniões conjuntas que acontecem no Rincão Salete, envolvendo os principais parceiros da ação extensionista e a comunidade, constituindo-se noutro canal de encaminhamento e resolução de problemas, à medida que aproximam a comunidade das instituições que consideram decisivas. Aliás, é percebido por um informante-chave que as comunidades mais intensamente trabalhadas são dotadas de maior nível de informação, acabam ficando mais ativas, e reivindicam muito mais para o poder público, sindicato e ASCAR-EMATER/RS, em busca da superação dos problemas.

Entretanto, como pôde ser visto, apesar da associação de moradores ser citada em todos os depoimentos como um caminho para superação de problemas, a União das Associações Rurais, criada em 2001, não aparece, como também não aparecem os conselhos municipais. A exclusão de tais entidades, que reúnem atores sociais municipais, ao menos do grupo das percebidas como mais importantes, configura uma ligação, em certa medida, direta entre pessoas e comunidade via associação, sem a importante discussão e priorização de ações em conselhos e representações de âmbito municipal, como expressa o seguinte depoimento:

Hoje, tudo que basicamente vem de solicitação para o agente externo, vem via associação. Da associação vai para os agentes externos, EMATER, secretaria de agricultura, prefeitura. Ligação direta (ENTREVISTADO 10).

A UAR, conforme alguns informantes, pecou muito na fase inicial, em aspectos relativos a política partidária, inclusive com abandono do presidente, motivado por desentendimentos. Parece que recém agora seu presidente atual, que também é vereador, está determinado no sentido de fazer um trabalho de consolidação da instituição.

Pelo lado do CMDR, é reconhecido como um dos melhores da região, com ações deliberativas e consultivas independentes, mas apresenta um gargalo de representação da base comunitária, pelo fato de conceder assento apenas ao

representante da UAR, que por delegação representa a totalidade das 42 associações rurais do interior. Quando há necessidade de um processo mais trabalhado de priorização na destinação de recursos, o conselho sempre é acionado:

[...] se for uma ação mais pontual não passa pelo conselho, agora se é uma ação [...], enfim que tu vais fazer. Onde vai fazer? Aí sempre passa pelo conselho, por exemplo, essa emenda parlamentar, veio que temos R\$ 50.000,00 para comprar caixas de abelhas, onde vamos aplicar isso? Aí vai para o conselho, e o conselho diz: vamos colocar nessa comunidade, nessa e nessa (ENTREVISTADO 10).

Na escala de medição, o item 14 relaciona-se com a facilidade de acesso às instituições oficiais capazes de apoiar os agricultores, suas famílias e comunidade como um todo, obviamente, influenciando a capacidade local de resolver seus problemas. A percepção das pessoas pesquisadas é de que houve significativo avanço de 67% nesse item, passando de 5,4, em 1993, para 9,0, em 2003.

Esse conjunto de dados evidencia que a mudança na forma de resolução dos problemas no Rincão Salete envolveu a criação de espaços participativos, como a Associação de Moradores, que se constitui num importante canal de representação e acesso dos indivíduos e comunidade às instituições que podem ajudar. Verifica-se também um aumento no número de instituições que se aproximaram do Rincão Salete e que estão comprometidas a dar-lhe resposta.

Comparativamente ao passado, o potencial sinérgico se fortaleceu, pois antes estava configurado apenas por um sistema tradicional de representação por líderes políticos junto à administração municipal; pela ação da igreja; por ações individuais; e por instituições como COTRISUL, ASCAR-EMATER/RS, e Banco do Brasil, que tinham uma inter-relação pouca intensa, menos aproximação com a comunidade e preocupação quase exclusiva com aspectos técnico-produtivos da modernização da agricultura.

3.3.3.5. A defesa das conquistas

As opiniões a respeito da interferência negativa externa em assuntos legitimamente discutidos e priorizados na base comunitária são divergentes. O agente externo, representante do STR, tem a percepção de que não há ações

negativas de pessoas de fora, ou, dito de outra forma, ao menos não tem conhecimento de fatos como esse.

Por outro lado, o agente da ASCAR-EMATER/RS e os líderes comunitários entrevistados entendem que ao longo dos últimos dez anos houveram casos de intervenção negativa externa, ou ao menos tentativa, nas ações discutidas e decididas legitimamente pela comunidade.

Ressalta-se a opinião de um dos líderes comunitários, o ex-vereador, de que as ações negativas externas, por motivação política, tinham como alvo à pessoa dele e não a comunidade como um todo.

Uma questão que aparece consensualmente nos depoimentos é que essas intervenções negativas externas vêm diminuindo ao longo dos últimos anos. Entre as instituições identificadas, que estão dispostas a defender as prioridades e ações da comunidade, destacam-se o STR, ASCAR-EMATER/RS, Secretaria da Agricultura, e a própria Associação local. Inclusive o Secretário da Agricultura atual é identificado como um defensor de novos espaços de representação popular, na medida em que incentiva as associações rurais, procurando aumentar o protagonismo dos agricultores sobre o que será prioritário para a administração municipal realizar nas comunidades, obviamente, relativas a sua pasta.

O modo de atuação das instituições para promover a defesa das conquistas, pela visão dos entrevistados, é identificado como segue:

No fortalecimento do processo [*participativo de desenvolvimento*], minimizando a interferência negativa de outros junto à comunidade (ENTREVISTADO 10 acréscimo nosso).

[...] tem que reunir e mostrar que ali tem outros interesses, ou seja, políticos, econômicos, que não é por ali. Conscientizar eles [...] (ENTREVISTADO 11).

Contando a realidade. Conversando, talvez, nas reuniões, tentando tirar da cabeça.[...] Acho que iam procurar movimentar a coisa para não deixar acontecer (ENTREVISTADO 12).

[...] na forma de esclarecimento, explicando a realidade das coisas para as pessoas [...] (ENTREVISTADO 13).

3.3.3.6. A questão da inclusividade nos benefícios do projeto

Uma das percepções expressa nos depoimentos dá conta que ainda existem muitos problemas de representação no interior da comunidade. Por exemplo, as subcomunidades Rincão dos Farias e Cerro Vermelho têm pouca visibilidade, a

ponto de um agente externo com 15 anos de atuação na comunidade, não tinha conhecimento da existência do Rincão dos Farias:

Eu fui conhecer a comunidade quando estavam lançando o PRÓ-RURAL 2000, quando o Cezar Schirmer veio, eles pediram para nós mostrar uma comunidade extremamente carente aqui em Caçapava, aí o Antônio disse: “Vamos lá no Rincão dos Farias, lá são 11 famílias em 12 hectares, em casa de torrões”. Aí foi levado, aí fiquei conhecendo a comunidade, porque eles nunca participaram das reuniões (ENTREVISTADO 10).

Conforme o agente da ASCAR-EMATER/RS, apesar de alguns esforços no sentido de melhorar a integração dos grupos mais carentes, a evolução tem sido lenta, até porque de parte deles não tem se verificado a devida motivação para tal.

Por sua vez, os líderes comunitários entendem que existem pessoas e grupos que não estão suficientemente representados, contudo, mais por falta de iniciativa dessas próprias pessoas, do que qualquer outro motivo.

Tem pessoas que têm como buscar seus benefícios e seus direitos e ficam em casa. Por exemplo, marcam reunião para tal dia, vêm 20, é claro que quem fica em casa fica alheio ao processo (ENTREVISTADO 13).

Além do mais, os dados coletados mostram que o grupo de idosos é considerado um segmento pouco representado; a aplicação do DRP foi deficiente como instrumento de aprendizagem social; o grupo de produtores da agroindústria ainda é reduzido; a associação de moradores encontra-se pouco mobilizada e muito dependente; o MPA, da mesma forma, ainda está pouco mobilizado; a UAR tem possibilitado a participação apenas de líderes das associações comunitárias; e o conselho, apesar de relativamente atuante, só dá assento ao representante da UAR. Outra informação indica que os segmentos das mulheres e jovens são pouco representados, na medida em que os grupos informais de mulheres, ativos no passado, não existem mais, e tampouco há trabalho específico dos agentes externos com o público da juventude rural. Todos os casos relacionados dão idéia de um contexto comunitário ainda restringido quanto a inclusividade da diversidade interna.

Entretanto, apesar dos problemas identificados, é consenso entre os informantes-chave que vem diminuindo o número de pessoas excluídas dos

benefícios, e há proporcionalidade na distribuição das verbas. Para tanto, observa-se o que diz o agente externo sobre aquela subcomunidade que ele desconhecia:

[...] eles estão todos com casas de material, em um projeto da secretaria da saúde [...] O governo anterior instalou água, nós agora estamos instalando pelo projeto RS a luz. Em uma questão de 08 anos eles deram um salto, eram casas de torrão, de barro, água no meio das bananeiras, água de sanga e isso aí foi um salto (ENTREVISTADO 10).

Outras observações pertinentes a inclusividade dizem respeito a abrangência do crédito de custeio especial, o Pronafinho, e as ajudas para combate a seca:

Eu sempre digo que tem pessoas da comunidade, e aquela lá [*Rincão Salete*] é uma delas, uma comunidade pobre, que jamais passaram na frente do banco. Hoje eles tão tendo acesso ao financiamento, estão sendo integrados ao processo, como um todo. Quem era excluído, hoje está dentro. (ENTREVISTADO 11 acréscimo nosso).

[...] tem menos gente que não tão recebendo. Como aconteceu no ano passado, o governo do estado financiou R\$ 400,00 por família carente, que tinha perdido com a seca, aqui bastante gente tinha perdido (ENTREVISTADO 12).

Reportando-se às informações coletadas na escala de medição, no item 19, que trata da inclusividade das pessoas nos benefícios dos programas de desenvolvimento, a percepção dos sujeitos-tipo é de que houve evolução positiva de 69%, passando de 5,1, em 1993, para 7,4, em 2003.

3.3.3.7. Síntese avaliativa da ação extensionista na formação de capital social

Diante dos dados apresentados, vem a luz que a ação extensionista, nos últimos dez anos, tem avançado em sua capacidade de formação do capital social no Rincão Salete. Porém, todos os aspectos que predispõem uma ação formadora de capital social apresentam-se com restrições e limites. Com base nas evidências, aspectos como o investimento em formação de capacidades e habilidades nos agricultores; a criação de espaços participativos para interação e representação social; a promoção de um processo participativo que mobilize todos os grupos; e os arranjos sinérgicos, são os que necessitam maior atenção para que se intensifique a formação do capital social e o desenvolvimento. Comparativamente

a outras comunidades da amostra, a ação extensionista, pretensamente formadora de capital social do Rincão Salete, é a que se apresenta com mais necessidade de aperfeiçoamentos.

3.3.4. A evolução de capital social no Rincão Salete – medição com base no modelo analítico de Castilhos

A verificação das características precursoras do capital social na comunidade, antes de 1993, e a avaliação da ação extensionista nos últimos dez anos permitem projetar para a comunidade do Rincão Salete uma expectativa de que a medição do capital social em 1993 identificará estoques baixos dos diferentes elementos de análise e um processo de evolução positiva do capital social, expresso por estoques de regulares a bom, em 2003, ainda com amplo potencial de crescimento de seus diferentes elementos, tipos e dimensões, na medida em que as imperfeições da ação extensionista sejam solucionadas.

A coleta de dados, através da escala de medição da evolução do capital social, e o posterior tratamento efetuado possibilitaram a confecção da Tabela 05 abaixo.

Tabela 05- Medição dos elementos de capital social em 1993 e 2003 na comunidade do Rincão Salete – Caçapava do Sul-RS

Épocas	1993	(2003)	1993	(2003)
Níveis Dimensões	Enraizamento	Enraizamento	Autonomia	Autonomia
	5,40	8,90	5,80	8,60
Nível Macro	(regular)	(mto bom)	(regular)	(mto bom)
	4,50	6,80	5,40	7,00
Nível Meso	(regular)	(bom)	(regular)	(bom)
	6,10	7,00	5,40	7,70
Nível Micro	(bom)	(bom)	(regular)	(bom)

Fonte: Levantamentos dessa Pesquisa

A Tabela 05 mostra que¹¹⁶, em 1993, os agricultores percebem os estoques de cinco elementos de análise do capital social num nível considerado regular, e um num nível considerado bom (elemento integração).

¹¹⁶Para melhor compreensão dos dados da tabela rever Quadro 01, págs. 27 e 64 e procedimentos metodológicos.

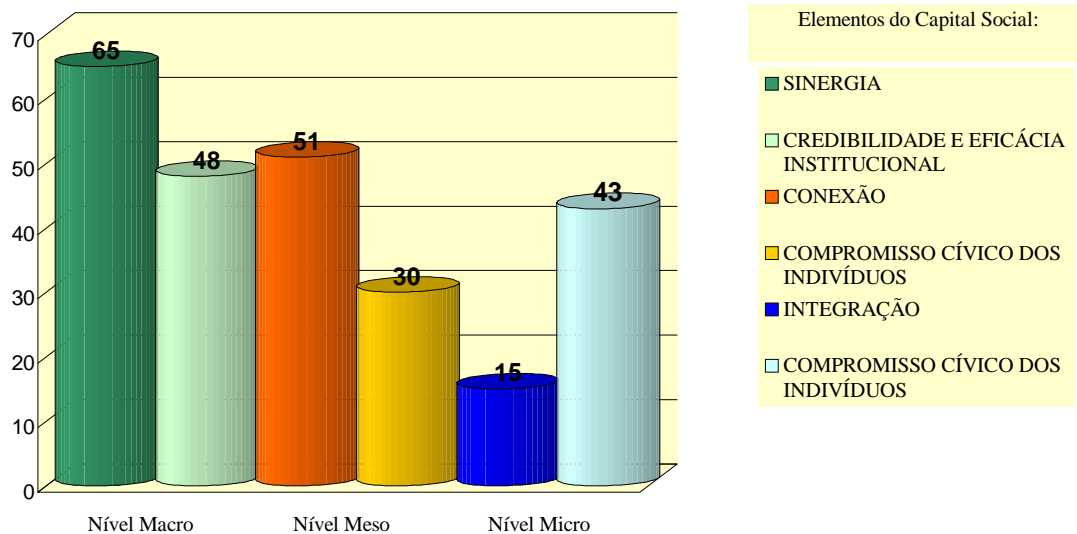
Em 1993, os estoques variaram de 4,5 para o elemento conexão, no nível meso, até 6,1, para o elemento integração, no nível micro. Os elementos percebidos como mais fortemente presentes na realidade local são: integração (6,1), que expressa o grau de intensidade das relações internas da comunidade, e o elemento credibilidade e eficácia institucional (5,8).

Por outro lado, o estoque mais baixo fica por conta do elemento conexão (4,5), no nível meso. Os estoques intermediários, todos valorados em 5,4, ficam por conta dos elementos sinergia, no nível macro, e os elementos compromisso cívico dos indivíduos, nos níveis micro e meso. Proporcionalmente aos precursores de capital social da comunidade e a intensidade da ação extensionista na época, pode-se dizer que os estoques percebidos pelos agricultores são satisfatórios.

Contudo, afirma-se que o cenário em 1993 apresentava deficiências para uma ascensão desenvolvimentista efetiva, intensa e sustentável.

Com a intenção de apresentar a evolução do capital social do Rincão Salete num formato mais evidente, foram calculados os avanços percentuais dos seis elementos de análise, após o período de 10 anos de intervenção, conforme Gráfico 03.

Gráfico 03- Avanços percentuais nos elementos de capital social na comunidade
Rincão Salete – Caçapava do Sul-RS



Fonte: Levantamentos dessa pesquisa

O Gráfico 03 mostra que os três elementos com maior avanço percentual no Rincão Salete são aqueles referidos como essenciais para serem investidos por políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável de comunidades rurais carentes. Os principais avanços percentuais, em ordem decrescente, foram 65% para o elemento sinergia, 51% para o elemento conexão e 48% para o elemento credibilidade e eficácia institucional. Os dez anos de intervenção desenvolvimentista na comunidade conferiram ao elemento conexão o segundo avanço percentual mais significativo. Os outros dois avanços destacados são daqueles elementos valorados, em 2003, como os únicos estoques enquadrados num nível muito bom, entre as três comunidades.

O elemento conexão era o que apresentava, em 1993, o estoque mais baixo, pela percepção da comunidade, fato que continua inalterado em 2003, sendo igualmente percebido como elemento mais escasso, apesar de sua valoração 6,8 estar num nível considerado bom.

Na época atual (2003), cinco elementos são percebidos com estoques superiores a sete, variando de 7,0 para os elementos integração, no nível micro, e

compromisso cívico dos indivíduos, no nível meso; até a expressiva nota de 8,9 para o elemento sinergia, no nível macro.

Verifica-se no Rincão Salete, tanto nas valorações em 1993 quanto nas valorações em 2003, um relativo otimismo da comunidade, onde, por exemplo, duas de suas notas são as únicas que atingiram um nível considerado muito bom entre as valorações das três comunidades rurais da amostra.

Os dois estoques mais expressivos, na época atual, foram percebidos para os dois elementos de análise no nível macro, 8,9 para sinergia e 8,6 para credibilidade e eficácia institucional¹¹⁷.

Em certa medida essas valorações recém vistas, relacionadas aos dois elementos, realmente estão presentes, e aumentaram ao longo dos dez anos e expressam o grau de satisfação das pessoas com os benefícios concedidos pelos programas de crédito recentes. Entretanto, a evidência que se apresenta, é que estas percepções tão otimistas, também representam um tanto de relação paternalista, ainda persistente de décadas passadas, entre as instituições e a comunidade.

Em complementação, verificando-se as valorações absolutas médias em 2003, dos vinte itens constituintes da escala de medição da evolução do capital social, identifica-se que os itens 12, 08 e 05 são os que se apresentam mais escassos, num nível considerado regular com 4,7, 5,1 e 5,9, respectivamente. Aliás, o item 05 apresenta uma variação quase nula na escala, sendo percebido com evolução positiva de apenas 3,5%, com uma valoração de 5,7 em 1993¹¹⁸.

¹¹⁷Os quais, entre outras coisas, representam a credibilidade da população nas instituições, o civismo dos funcionários públicos, a independência institucional para priorizar as demandas das comunidades realmente carentes, a coesão e estrutura interna das instituições que se traduzem em eficácia da intervenção, a identificação e comprometimento dos funcionários para com a comunidade, a parceria entre as instituições que atuam no local e destas com a comunidade, os vínculos verticais entre pessoas da comunidade e indivíduos em postos de destaque na estrutura do estado que podem ajudar na solução de problemas, etc. Para mais detalhes consultar Capítulo I, seção tipos e dimensões do capital social.

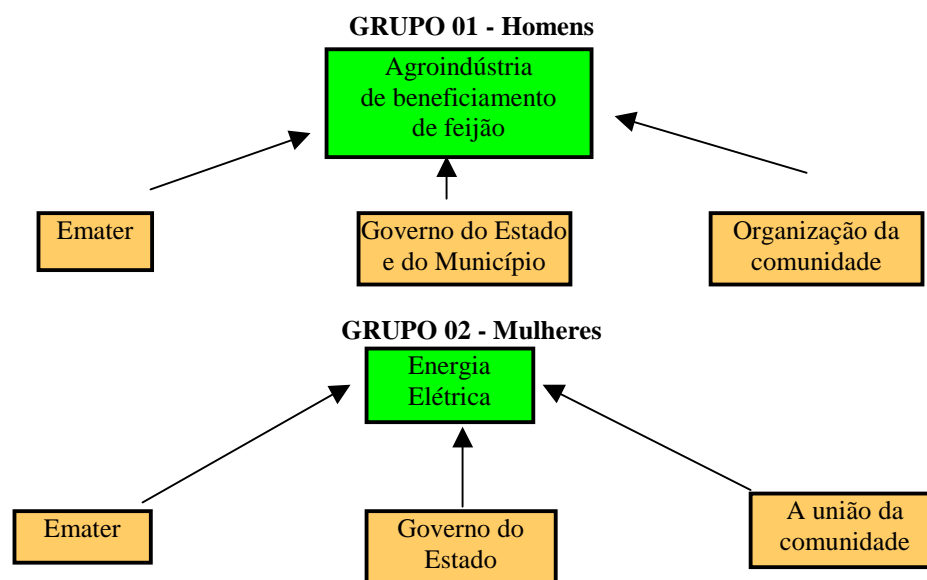
¹¹⁸Item 12: (Relacionamento com outras comunidades – frequência e qualidade); Item 08: (Igualdade entre as pessoas/famílias – riqueza, religião, educação, terra, política,... - que podem aproximar no interior da comunidade); e Item 05: (As pessoas que não colaboram com o coletivo da comunidade são criticadas ou discriminadas).

Essas valorações regulares, além de outras, como a do item 06¹¹⁹, com 6,9 (um patamar bom, mas que também expressa limites), advertem que, apesar dos avanços em todos os itens, existe ainda um campo potencial de crescimento do capital social no Rincão Salete, e que o processo de desenvolvimento em curso reveste-se de potencialidades e limitações.

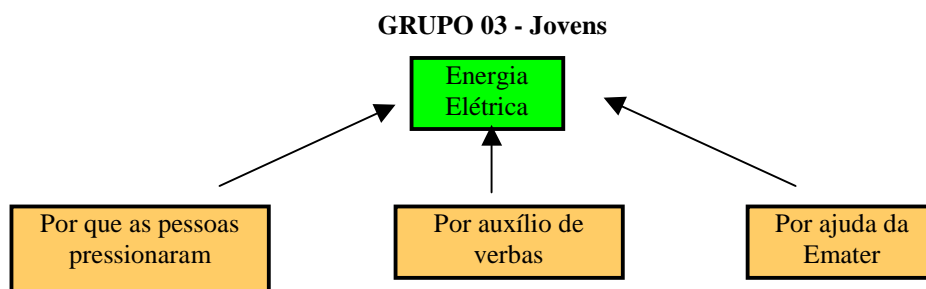
Como pôde ser visto, depois de concluída a etapa de medição dos elementos de análise do capital social na comunidade, constata-se que as projeções feitas anteriormente, com base nas evidências colhidas a partir da avaliação dos precursores do capital social e da ação extensionista, não se confirmaram para o caso do Rincão Salete. Os estoques dos elementos de análise, em 1993 e em 2003, pela perspectiva dos moradores foram valorados acima do esperado pelo pesquisador.

3.3.5. Ação extensionista, formação de capital social e desenvolvimento

Em reunião realizada na comunidade com aplicação do enfoque participativo para trabalho com grupos, buscou-se a percepção dos agricultores sobre a principal conquista e os três principais fatores que a influenciaram positivamente – Figura 08.



¹¹⁹Item 06: (As pessoas de diferentes comunidades rurais e da sede se reúnem - debates, seminários, fóruns,... - para discutir assuntos do município ou região).



Fonte: Levantamentos dessa pesquisa

Figura 08- Percepção dos grupos de trabalho sobre a principal conquista do Rincão Salete e os três principais fatores que contribuíram para essa conquista

A Figura 08 mostra que o grupo dos homens percebe a agroindústria de feijão como a maior conquista da comunidade, e os grupos formados por mulheres e jovens percebem a energia elétrica como a maior conquista no período dos últimos dez anos.

Por outro lado, a percepção dos três grupos sobre os fatores impulsionadores das conquistas é muito próxima. Os três grupos apresentam a ASCAR-EMATER/RS e a organização, união e mobilização da comunidade como fatores impulsionadores. O grupo dos jovens, quando apresentou a idéia/tarjeta 'Por que as pessoas pressionaram' se referiu às pessoas da comunidade, sua união e mobilização em busca do objetivo.

O outro fator impulsionador das conquistas apresentado pelos grupos faz referência a importância das verbas do financiamento ou outros recursos disponibilizados para a comunidade, sendo que os grupos dos homens e mulheres apresentaram a idéia/tarjeta com a denominação da instituição que está por trás desses recursos. Então, o grupo dos homens, quando apresentou a idéia/tarjeta 'Governo do Estado e do Município' deu ênfase na participação dessas instituições com recursos não necessariamente financeiros. O grupo das mulheres, da mesma forma, quando apresentou a idéia/tarjeta 'Governo do Estado' fez referência à participação com recursos; e por fim o grupo dos jovens, quando apresentou a idéia/tarjeta 'Por auxílio de verbas' percebeu a conquista diretamente relacionada com as verbas que a financiaram, sem referir uma instituição(ões) específica(s) que oportunizou(aram) essa disponibilização.

O produto da segunda problematização sobre o impacto do trabalho dos técnicos pode ser observado na Figura 09.



Fonte: Levantamentos dessa pesquisa

Figura 09- Esquema do impacto do trabalho dos técnicos na comunidade do Rincão Salete – Caçapava do Sul-RS

A Figura 09 mostra a matriz de impacto da ação extensionista fortemente relacionada com aspectos físicos e benefícios materiais. O grupo dos homens apresentou os três resultados principais do trabalho dos técnicos representados pelas seguintes idéias/tarjetas: ‘Desenvolvimento’, entendida pelo aspecto produtivo e infra-estrutura – desenvolvimento agrícola, pecuário e desenvolvimento da propriedade; ‘Melhoria da produção em menos área’; e ‘Organização do produtor’. Como pode ser visto, o grupo dos homens associou apenas uma idéia/tarjeta à relações sociais e aspectos intangíveis, como impacto importante.

O grupo das mulheres apresentou as seguintes idéias/tarjetas: ‘Eletrificação Rural’; ‘A Cooperativa’ percebida tanto como a união das pessoas (em torno de 50% - aspectos intangíveis e relações sociais), quanto como a obra física, pavilhão, máquinas, etc.¹²⁰ (em torno de 50% - aspectos físicos e benefícios materiais); e ‘Abastecimento de água’, entendido como os açudes financiados pelo Programa RS Especial, água para os animais, para criação de peixes, para irrigação, etc. Esse grupo percebe uma baixa associação do impacto do trabalho dos técnicos aos aspectos intangíveis e relações sociais.

Por fim, o grupo dos jovens apresentou as seguintes idéias/tarjetas: ‘Pronaf’, entendido mais especificamente o Pronafinho como “uma baita ajuda”, dinheiro, financiamento, etc; ‘Cooperativa’, percebida majoritariamente (em torno de 80%) como a obra física, a unidade de beneficiamento em si e os reflexos em aumento de renda que proporcionará para a comunidade. Os cerca de 20% restantes dizem respeito à percepção da cooperativa como organização e união das pessoas. A última idéia/tarjeta ‘Calcário’ representa a percepção de que, se não fossem os técnicos, não saberiam que as terras estavam fracas e não saberiam o que usar para recuperá-las. Para esse grupo, a associação do impacto do trabalho dos técnicos com aspectos intangíveis e relações sociais é ainda mais fraca.

A partir dos subsídios fornecidos pela matriz de impacto – Figura 10, fica evidente que os moradores do Rincão Salete percebem o trabalho dos técnicos muito mais como um fornecedor de benefícios materiais do que um formador de capital social, que capacita as pessoas em habilidades para interação, mobilização, conhecimento crítico da realidade, planejamento coordenado das ações, enfim, como um trabalho que aproxima as pessoas e instituições para levarem adiante ações sinérgicas duradouras. Está claro pela matriz de impacto, que na perspectiva dos agricultores a ação extensionista não está investindo naqueles condicionantes essenciais capazes de promover um processo de formação de capital social, ou seja, impulsionadores de mobilização comunitária e ações sinérgicas.

A história de intervenção extensionista nos últimos dez anos contribuiu para a alteração na realidade da comunidade que pode ser visualizada através do quadro 09, comparativo da situação em 1993 e 2003.

¹²⁰As proporções apresentadas foram obtidas no momento da reunião, através de perguntas que buscavam esclarecer melhor as idéias discutidas e apresentadas pelos grupos.

Quadro 09- Comparativo da realidade passada (1993) e atual (2003) na comunidade do Rincão Salete – Caçapava do Sul-RS

INDICADORES	SITUAÇÃO EM 1993	SITUAÇÃO EM 2003
População	Ao redor de 600 pessoas	Redução dos moradores em 50%, hoje são 144 famílias/em torno de 350 pessoas.
Moradia	Aproximadamente 30 casas de barro e cobertura de palha.	Três casas de barro e cobertura de palha
Água	Água encanada em 30% das moradias.	Aumento do número de moradias abastecidas com água encanada
Luz	21 propriedades.	Mais de cem propriedades. Faltam algumas no Cerro vermelho e ao redor da capela.
Produção para Consumo	Horta, pequenos animais, gado de leite.	Horta, pequenos animais, gado de leite.
Educação	Transporte escolar. Cinco escolas de ensino fundamental até 5ª série.	Aumentou nº de alunos na Pe. Fidêncio, pois virou escola pólo. As outras foram extintas. Transporte escolar.
Transporte	Estradas relativamente bem conservadas e havia mais vias secundárias	Estradas mal conservadas e algumas abandonadas
Geração de Renda	Milho e feijão são as principais. Venda de mão-de-obra. Pecuária com pouca expressão. Produção aprox. de 15.000 sc de feijão	Milho e feijão são as principais. Venda m.o.. Cresceu a criação de abelhas, reflorestamento e pecuária. Produção aprox. de 2.000 sc de feijão.
Organização	Capela e centro comunitário.	Capela e centro comunitário; Associação; Unidade de feijão, MPA

Fonte: Levantamentos dessa pesquisa.

O quadro 09 mostra¹²¹ que os avanços mais significativos nesses dez anos estão por conta das melhorias em infra-estrutura social básica e qualidade de vida, especificamente eletrificação rural, qualidade das moradias e abastecimento de água. Outro avanço importante se refere à organização e representação comunitária, com criação da Associação de Moradores, o grupo de agricultores que estão instalando a unidade de feijão e a fundação do núcleo do MPA.

Entretanto, o quadro 09 mostra também retrocessos, que ficam por conta do êxodo da população, expressando as dificuldades de reprodução econômica e social das famílias; do retrocesso em educação, com fechamento de quatro escolas de ensino fundamental; do descuido na conservação das estradas e vias secundárias; e, por fim, por conta do decréscimo na produção de feijão da

¹²¹Diferentemente do que ocorreu nas outras duas comunidades, onde o quadro foi elaborado com a participação da Associação de Moradores, aqui ele é fruto do trabalho de dois integrantes da equipe municipal que acompanharam a reunião desta pesquisa, realizada dia 31/03/2003.

comunidade, compensado, parcialmente, pelo aumento de atividades alternativas, como pecuária, apicultura, venda de mão-de-obra, etc.

3.3.6. Visão sobre a comunidade antes e depois do trabalho de campo da pesquisa

A comunidade do Rincão da Salete é a maior da amostra, com 144 famílias de agricultores e pecuaristas familiares. É a principal localidade produtora de feijão do município, com significativa heterogeneidade interna, contrastando grupos de agricultores familiares de média a baixa renda com grupos de descendentes de escravos sem renda permanente, além de insignificante ou inexistente produção agrícola.

A percepção da equipe municipal da ASCAR-EMATER/RS é de uma comunidade que pode ser considerada problemática pela ótica do capital social. Com relação às ações de intervenção participativa, pode-se destacar o trabalho de estudo da cadeia produtiva do feijão em 1995, que foi o embrião da agroindústria atual, e o DRP, aplicado de forma incompleta, com limitações na preparação, no tempo e na efetivação das etapas que o compõe, intimamente vinculado à elaboração e aplicação do Programa RS Rural em 2000.

Após o trabalho de campo verificou-se que a heterogeneidade interna não é demasiadamente acentuada, mas, comparativamente, é a maior da amostra da pesquisa. As maiores desigualdades são evidenciadas nas questões político-partidárias e entre os grupos das duas subcomunidades, descendentes de escravos, e o restante da comunidade, constituída basicamente por agricultores familiares de média a baixa renda.

O que chama mais atenção é a diferença de percepção do pesquisador e da comunidade sobre o processo evolutivo do capital social. Como já referido, as projeções feitas pelo pesquisador a respeito dos estoques dos elementos de análise em 1993, e sua evolução posterior até 2003, foram inferiores ao que realmente se verificou quando da efetivação da medição pela perspectiva dos moradores.

A medição no Rincão Salete apresentou valoração semelhante, e em alguns casos ligeiramente superior a obtida na bem mobilizada e integrada

comunidade do Rincão dos Barbosas/Pereiras. O que vem a luz, num primeiro momento, é que a percepção deles, captada pela escala de medição, é a mais otimista entre as comunidades da amostra. Evidências captadas por outras formas de coleta de informações dão conta, no Rincão Salete, de um contexto deficiente de precursores do capital social. A ação extensionista foi, comparativamente, menos participativa, com pouca preparação e a mais recente entre as comunidades, fatos que não se refletiram nas valorações da escala de medição.

A história de organização comunitária, comparativamente às outras comunidades, é a que apresenta menos avanços. Da mesma forma, a aproximação institucional se intensifica a partir da criação da associação dos moradores em 1997, e só em 2000 a comunidade foi beneficiada com recursos do RS Rural e trabalhada através das abordagens participativas pelo DRP. Em adição, o quadro comparativo 09 mostra que a transformação da realidade do Rincão Salete, de 1993 para 2003, alternou avanços significativos em infra-estrutura, qualidade de vida e organização comunitária, com alguns retrocessos em educação, geração de renda, conservação de estradas e êxodo rural.

O que se identifica, a partir do trabalho de campo da pesquisa, com a análise dos dados secundários, as entrevistas, os questionários, a reunião, etc., é que alguns moradores da comunidade têm percebido os recentes benefícios materiais do crédito como avanços em capital social. O que se entende, a partir desses fatos, é que as benesses materiais, muitas vezes individuais, estão sendo muito valorizadas, e são elas que influenciam, ao menos pela percepção das pessoas, positivamente na evolução do capital social, e não o contrário. Como exemplo disso, relata-se o que segue.

Por ocasião da aplicação da escala de medição para um dos sujeitos-tipo, foi solicitado que valorasse a percepção que tinha sobre a confiança depositada nas pessoas da comunidade, em 1993. Para ela, a valoração desse item seria com a nota zero, em 1993. Em seqüência, sua valoração em 2003, para o mesmo item, era a nota 10. Diante de tal disparate, entre as duas percepções, foram solicitadas maiores explicações, que foram desenvolvidas, pelo sujeito-tipo, com base na seguinte lógica: “hoje, estou sendo beneficiado com a rede de luz a fundo perdido

e recentemente fui beneficiado com uma moradia nova”. É uma lógica baseada em paternalismo e dependência, do tipo “enquanto estou recebendo está tudo bom”. Complementa-se que esse morador e outros que receberam a rede de luz (a fundo perdido) tinham o compromisso, como contrapartida, de ajudar o outro grupo no mutirão de construção do prédio da agroindústria, o que não vem ocorrendo. Um indicativo de baixa presença de confiança, reciprocidade e cooperação na relação entre esses grupos.

É claro que essa percepção pode ser relativizada pela extrema humildade do entrevistado, dificultando o entendimento das questões colocadas, entretanto casos desse tipo ocorreram com mais frequência no Rincão Salete, apesar de semi-analfabetos e humildes estarem presentes nas amostras das três comunidades.

A mensagem transmitida pela matriz de impacto (Figura 10), fortaleceu aquele entendimento de que as relações entre instituições e comunidade ainda têm um tanto considerável de intervenção tradicional, persistindo, ainda hoje, fortes resquícios de paternalismo. Somam-se a isso os depoimentos de informantes-chave que trazem informações nesse sentido, e a verificação, com base na matriz histórica, que, apesar de marginal ao processo de modernização, o Rincão Salete foi à comunidade da amostra que mais fortemente se inseriu naquela dinâmica. Além do mais, as abordagens participativas foram conduzidas, de forma incompleta, com pouco tempo, durante as reuniões de discussão do Programa RS Rural, portanto, intimamente relacionadas ao acesso à crédito.

Em contrapartida, fica evidente na visão dos agricultores que o trabalho dos técnicos na comunidade, mesmo que numa perspectiva mais tradicional, influi no desenvolvimento, pois todos os grupos citaram a ASCAR-EMATER/RS como um dos fatores impulsionadores das principais conquistas (benefícios materiais, geração de renda, infra-estrutura).

É bem verdade que a organização comunitária também foi percebida, por todos os grupos, como um fator impulsionador das principais conquistas. Daí surgem algumas questões. O que está influenciando a ascensão recente da união/organização/mobilização dos agricultores, a ponto de serem considerados fatores-chave, se a história da comunidade dá conta de uma trajetória tendendo

mais para ações individualistas, relações paternalistas, forte influência política partidária, etc.? Pode-se de antemão, com base na matriz da Figura 10, excluir o trabalho dos técnicos dessa resposta.

Então, seria o contexto de abertura democrática em todos os âmbitos da vida do país ou o contexto regional do Projeto Área Piloto que estariam influenciando decisivamente para a união/organização/mobilização dos agricultores? Ou seria apenas uma ação comunitária oportunista/imediatista para acesso ao crédito? Tanto o desenvolvimento quanto a união/organização/mobilização teriam capacidade de perdurar após o desaparecimento do crédito?

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1. Revendo as evidências de precursores de capital social na região da pesquisa

O processo de ocupação do território que consolidou a sociedade gaúcha no século XIX reuniu características que jogavam mais contra do que a favor a configuração de uma sociedade igualitária e inclusiva. Num ambiente instável e violento, o modelo de desenvolvimento em prática, baseado na grande propriedade, exploração de pecuária e trabalho escravo, estratificou acentuadamente as classes sociais. Foi fraco em ações distributivas e no estabelecimento de vínculos horizontais entre os segmentos.

Numa visão ampla, os processos de ocupação do território e de formação das sociedades nos três municípios desta pesquisa foram inseridos naquele contexto de formação do território gaúcho, e, comparativamente, são muito semelhantes nos três casos. Com base nisso, afirma-se que o contexto de consolidação da região da pesquisa, no século XIX, também se caracterizava por fraca presença de precursores do capital social.

A partir do século XX, intensificaram-se transformações sociais que foram, gradativamente, mudando aspectos da estrutura da sociedade da região quanto aos precursores do capital social. Embora muito longe de se constituir em modelo de igualdade e inclusão, o que se evidenciou foi uma melhoria nestes aspectos em relação àquela sociedade recém consolidada.

Os projetos tradicionais de desenvolvimento rural, da segunda metade do século XX, que incidiram na região, apesar das melhorias em aspectos técnico-produtivos, foram pouco a pouco considerados ineficazes para levar adiante um desenvolvimento realmente pleno, igualitário e inclusivo, pela despreocupação que tinham com as especificidades regionais, desde históricas e sociais até naturais e econômicas. A visão padronizada das propostas tradicionais limitava suas capacidades de transformação da realidade.

As transformações sociais, ao longo da história, fizeram com que os contextos locais no nível comunitário se distanciassem daquela realidade original

da sociedade regional (séc XIX) e determinaram diferenças entre as três comunidades, como mostra o quadro 10.

Quadro 10- Síntese do contexto local das três comunidades em 1993

Comunidades	CQ	RBP	RSal
Precusores de capital social			
Homogeneidade interna	Boa	Muito Boa	Regular
História de ações coletivas	Baixa	Muito Boa	Baixa
Qualidade relações político-sociais	Baixa	Regular	Baixa

Fonte: Levantamentos dessa pesquisa
 Conceitos: Baixa; Regular; Boa; Muito Boa
 CQ-Carro Quebrado; RB-Rincão dos Barbosas/Pereiras; RSal-Rincão Salete

A comunidade Carro Quebrado tinha uma história pobre em interação social, bem como em auto-estima, e identidade dos agricultores familiares. Uma realidade de carência aguda e isolamento. A comunidade Rincão Salete, da mesma forma, apresentava baixos estoques de precusores, sendo identificada por predominância do individualismo e por práticas paternalistas/verticais nas relações sociais e políticas. Por sua vez, a comunidade Rincão dos Barbosas/Pereiras possuía uma história reconhecidamente rica em ações coletivas e uma capacidade acima da média para se mobilizar e representar os interesses comunitários, fazendo com que, repetidas vezes, ela fosse selecionada pioneiramente para se beneficiar das atividades de agências de desenvolvimento rural.

No caso em estudo, a comunidade do Rincão dos Barbosas/Pereiras é a que aparece com os mais fartos estoques de precusores de capital social.

4.2. Verificação da qualidade da ação extensionista no Projeto Área Piloto

4.2.1. Promoção da participação

O processo de aprofundamento democrático em âmbito nacional, e as ações desenvolvidas nas instâncias regional, municipal e comunitária têm

proporcionado um aumento da participação das pessoas em diversos aspectos da vida social.

Uma regularidade observada em todas as comunidades rurais da amostra diz respeito ao consenso quanto ao aumento verificado no protagonismo dos agricultores para decidir, eleger prioridades e resolver problemas, apesar das diferenças de poder entre eles, o que indica avanços na promoção da participação¹²².

Com base em diferentes fontes de dados, evidencia-se que a postura participativa, de modo geral, evoluiu no período dos últimos dez anos. Entretanto, a intensidade da participação se processa em graus variados nos diferentes espaços e ao longo do tempo, como foi verificado, por exemplo, naqueles casos do Carro Quebrado (lavoura comunitária, comunidade católica, gestão coletiva da patrulha agrícola), como também nas diferenças de mobilização entre cooperativa e associação, no Rincão dos Barbosas/Pereiras.

Numa visão ampla, a ação extensionista prioriza a participação, contudo, as ações práticas apresentam-se ainda com limites. É consenso também que o sentimento de respeito, via de regra, orienta as interações entre técnicos e agricultores e entre agricultores nos diferentes espaços de interação.

Com base nas evidências transmitidas pelos dados, a maior intensidade de participação ocorre no Rincão dos Barbosas/Pereiras. Essa comunidade é ajudada por sua característica intrínseca, mais rica em precursores de capital social. Em contrapartida, observa-se que as três comunidades apresentam-se ainda dependentes dos agentes externos, mas as relações paternalistas mais intensas são praticadas no Rincão Salete.

Lançando mão do “*continuum*”, com base nos dados coletados na amostra das três comunidades, pode-se classificar a participação numa posição intermediária, onde os diversos contatos entre agentes externos e as comunidades

¹²²Convém salientar que, na avaliação do desenvolvimento, da ação extensionista, do capital social e do processo de participação, quantidade não é qualidade. Além da contabilização do número de reuniões realizadas na comunidade, do aumento da área cultivada, do número de sacos colhidos, das ferramentas de DRP aplicadas e das associações comunitárias criadas, é necessário verificar a qualidade das relações sociais e o nível de apreensão das pessoas que constituem segmentos sociais distintos.

ora tendem para um tipo mais tradicional de participação – tipo 05 (funcional), ora tendem para um tipo mais intenso – tipo 06 (interativa).

Com base em diferentes dados coletados, observa-se variabilidade na dinâmica participativa no interior das comunidades e entre elas, quanto a postura dos agentes de intervenção, quanto ao nível de participação dos agricultores e quanto a qualidade da representação e da participação em espaços participativos, oscilando entre tipos menos intensos (tipo 05 ou menores) e tipos mais intensos de participação (tipo 06 ou maiores).

A intensidade da participação no âmbito comunitário do Projeto Área Piloto pode ser observada conforme a seguinte representação esquemática.

“*Continuum*” da participação:

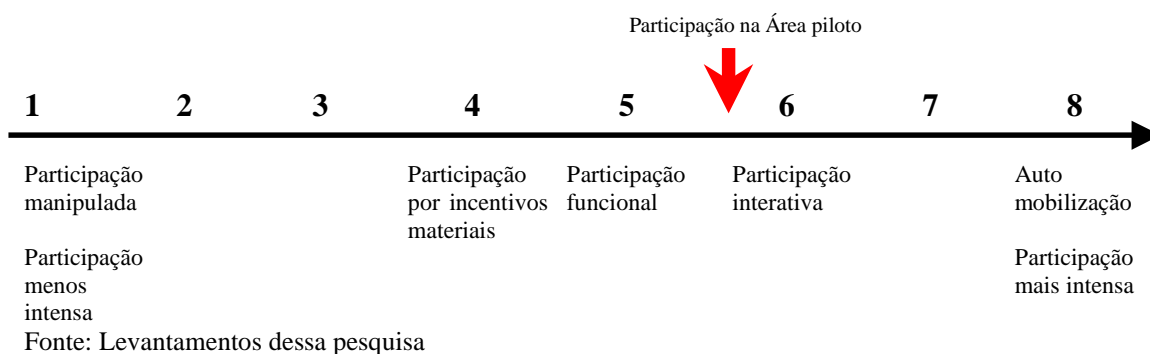


Figura 10- Representação esquemática da intensidade da participação no Projeto Área Piloto

A triangulação efetuada entre os dados coletados pela pergunta fechada de múltipla escolha e as outras fontes de dados (p.ex. entrevista, escala de medição) permite afirmar, apesar do equilíbrio entre tipos mais intensos e tipos menos intensos, que a participação no âmbito do Projeto Área Piloto evolui, tendencialmente e gradativamente, em direção aos tipos mais intensos.

De acordo com as recomendações de Woolcock e Narayan (2000), a incorporação da noção de capital social nas políticas públicas de desenvolvimento exige, entre outras coisas, investimento em mecanismos massivos e igualitários de divulgação de informações e conhecimento para todos os segmentos envolvidos (cidadania informada e transparência), recomendando a necessidade de intensificar continuamente o envolvimento participativo dos beneficiários finais.

4.2.2. Capacitação e habilitação das pessoas e criação dos espaços participativos

De modo geral, observam-se necessidades de maiores investimentos em capacitar e habilitar as pessoas. Nesse sentido, há no Rincão Salete preocupação quanto à capacidade de gestão coletiva de empreendimentos e quanto ao nível de conscientização das pessoas em aspectos como cidadania e cooperação. No Rincão dos Barbosas/Pereiras os entrevistados expressam preocupação semelhante.

Analisando as comunidades uma a uma, identifica-se que os investimentos nas capacidades e habilidades são desiguais entre elas. Com base nos dados, as ações extensionistas que contabilizam mais investimentos nas capacidades e habilidades das pessoas são as que ocorrem no Carro Quebrado e no Rincão dos Barbosas/Pereiras.

Por outro lado, é no Rincão Salete onde se verifica maior deficiência na criação de espaços participativos, contrastando com sua necessidade. Por ser a mais populosa e com maior diversidade, é a que deveria receber as maiores atenções, a fim de melhor representar os grupos distintos em seu interior.

A partir dos dados coletados, há evidências de que o sucesso de ações preocupadas com capacitação das pessoas para convívio social, planejamento participativo, e criação de espaços para prática da interação é facilitado pelo contexto local e o comprometimento da comunidade com a mudança (precursores de capital social, nível de participação, postura), e, ao mesmo tempo, ações bem concebidas e bem aplicadas na prática influem favoravelmente nos condicionantes locais¹²³. Em certa medida, tais evidências ajudam a entender os bons resultados da ação extensionista em influenciar formação de capital social, no Carro Quebrado e também no Rincão dos Barbosas/Pereiras.

Como pôde ser visto, apesar de intensidade variável, verifica-se em todas as comunidades investimentos em ações para capacitar e habilitar as pessoas,

¹²³Essa consideração se aproxima de outras conclusões, como Rodrigues (2001), cujo trabalho abordou dois contextos comunitários do município de Santana da Boa Vista, e Nascimento (2000), que avaliou um caso baiano, bem como as recomendações mais abrangentes contidas em Evans (1996), Woolcock (1998) e Durston (1999).

através de DRPs, treinamentos, cursos e na criação de espaços participativos. O Carro Quebrado é o local onde se percebe mais investimentos em criação de espaços participativos e de representação.

Os dados apontam também para diferenças na ênfase dada pelos entrevistados aos resultados do processo de capacitação, de modo que ainda aparece, com frequência nas respostas, o entendimento de que o crescimento das habilidades e capacidades das pessoas diz respeito exclusivamente a aspectos físicos.

Com relação à intensidade de apreensão e prática da proposta de desenvolvimento territorial contida no Projeto Área Piloto, até onde foi possível apurar, identifica-se desuniformidade entre a diversidade de segmentos sociais da região. Observa-se uma variabilidade, desde o protagonismo continuado da ASCAR-EMATER/RS até o descrédito de parcela significativa da classe política. Entre os agricultores da base comunitária, observa-se um entendimento superficial do que realmente é o Projeto Área Piloto.

A capacidade de apreensão desigual entre as pessoas é influenciada por questões como intensidade de poder, história pessoal, conflitos de interesse, etc., que precisam ser cuidadosamente trabalhados para que um processo participativo atinja uniformemente seus objetivos, em direção a intensificação da democracia plena, automobilização das pessoas e suas comunidades e formação do capital social.

4.2.3. Defesa das conquistas

Em geral, a opinião das pessoas é divergente quanto a questão da defesa das conquistas. Há uma percepção com caráter um tanto difuso da ação negativa externa, sendo expressa por muitos dos agentes de desenvolvimento e agricultores entrevistados, mas numa intensidade abaixo do que se esperava de antemão. É consensual o entendimento de que esse tipo de ação vem diminuindo nos últimos dez anos, e, até em função disso, foram registradas poucas referências de ações de defesa das conquistas.

Com base nos entrevistados, a maior motivação para que ocorram interferências negativas externas, ao que foi discutido e priorizado nas comunidades, se fundamenta em disputas político-partidárias. Antes de uma oposição direta ao segmento social marginalizado em processo de empoderamento, essas oposições, ao que tudo indica, se verificam entre grupos político-partidários em disputa, o que, de qualquer forma, acaba prejudicando as ações legitimamente discutidas e priorizadas pela base comunitária.

Existem referências no Carro Quebrado e no Rincão dos Barbosas/Pereiras, de que a unidade de administração municipal (Prefeitura) costuma interferir, em geral, não abertamente, nas priorizações decididas legitimamente pelas bases comunitárias. Contudo, referente a estas questões políticas, o Carro Quebrado é percebido como um local 'calmo'.

Aspectos como organização/mobilização comunitária, um processo participativo legítimo e a funcionalidade e valorização dos conselhos municipais, aliados à pessoas identificadas com as causas comunitárias, são identificadas pelos informantes-chave como formas de defender as conquistas, para garantir o avanço desenvolvimentista de segmentos sociais mais desfavorecidos. Do mesmo modo, as instituições externas mais comumente presentes no dia-a-dia, que atuam na promoção do desenvolvimento das comunidades, e as próprias organizações internas, como associações de moradores, são também identificadas como defensoras das conquistas caso haja necessidade.

4.2.4. Potencialização das sinergias

No âmbito das comunidades rurais, apesar das evidências de evolução do potencial sinérgico no período 1993-2003, esse se encontra num estágio longe do ideal. Observa-se que as instituições apresentam uma integração aparentemente satisfatória, mas superficial. Os dados indicam que o entrosamento dos agentes de desenvolvimento é bom, mas existem diferenças de missão, objetivos e interesses que, freqüentemente, afastam as instituições, e, além disso, verificam-se diferenças de compreensão sobre o modelo de desenvolvimento a perseguir, com reflexos na postura e na ação dos agentes. Em adição, o número de entidades que

interagem normalmente é reduzido, e observam-se deficiências em recursos ou capacitação, ou ambas, em todas as instituições, sobrecarregando as entidades que atuam na linha de frente, no contato direto com os agricultores. Aliás, com base nos dados da amostra, identifica-se positivamente, nesses agentes externos que atuam mais diretamente e próximos aos agricultores, uma boa inserção local e autonomia para priorizarem os interesses comunitários.

Esses limites identificados em sinergia refletem-se, de forma direta e nos três municípios, em problemas de abrangência do trabalho das equipes extensionistas e de continuidade nas frentes de trabalho em andamento.

Assim, nas comunidades do Rincão Salete e Carro Quebrado aparece a preocupação com a abrangência da ação extensionista. No Rincão Salete o informante-chave expressa o seguinte:

[...] porque o processo participativo ainda não foi feito no município, foi feito em algumas comunidades, [...]. Isso aí eu acho que teria que ser feito em todas as comunidades, naquelas que foi feito melhorou um pouco, o pessoal entendeu [...] eles têm que dar assistência para outras comunidades, não só essa daí, mas o pessoal não solicita. Duas comunidades bem atendidas pela EMATER [...] as outras têm, mas não com intensidade [...] (ENTREVISTADO 11).

Por sua vez, no Carro Quebrado os agentes de desenvolvimento entrevistados estão conscientes do limite da abrangência de seu trabalho:

[...] Gostaria que todo o município, outras comunidades que temos no município, não só o Carro Quebrado [...], e nós temos outras comunidades, como a Restinga, que a gente conseguisse fazer esse trabalho como isso aí (ENTREVISTADO 01).

Como forma de amenizar o problema, os agentes de desenvolvimento, no Carro Quebrado, consideram importante não gerar excesso de dependência das comunidades pelos técnicos, para que melhorem a abrangência e a continuidade dos trabalhos.

O problema é gerar aquela dependência, aquela comunidade ficar sempre esperando pelo extensionista, eles têm que ter autodeterminação em resolver, claro que às vezes tem uma solicitação em casos especiais. [...] (ENTREVISTADO 01).

Eu acho que o técnico tem que orientar, mas o agricultor também tem que demonstrar interesse [...] tentar se mobilizar junto com seus colegas para buscar recursos, por que enquanto o técnico tá aí é muito

bonito, mas quando o técnico dá as costas pode ser esquecido. A coisa tem que seguir, andamento (ENTREVISTADO 02).

No âmbito municipal de Pinheiro Machado, estima-se que não há recursos suficientes, mesmo que melhore mais a integração institucional, para abrir nova frente de trabalho com a mesma intensidade do Carro Quebrado em todas as comunidades rurais do município. Essa descrição de escassez em Pinheiro Machado, com base nas evidências levantadas, pode ser transportada para qualquer um dos municípios trabalhados pela pesquisa, e do território do Projeto Área Piloto.

Comparativamente ao contexto amplo do Projeto Área Piloto, as comunidades amostradas apresentam níveis relativamente satisfatórios de presença dos agentes de desenvolvimento. A esse respeito, a escala de medição captou a visão dos agricultores de que houve avanço significativo em sinergias para o desenvolvimento em todas as comunidades da amostra. Entretanto, até onde se pôde apurar, constituem-se em minoria na realidade do território do Projeto Área Piloto. Tendo em vista os limites identificados nas ações extensionistas que incidem nas comunidades amostradas, o que dizer, então, das outras comunidades rurais que são ocasionalmente e pontualmente trabalhadas pelas equipes municipais?

Na medida em que foram identificados problemas de continuidade do trabalho das equipes, e considerando-se a dependência ainda forte das comunidades rurais em relação aos agentes externos, além de outras restrições no comportamento dos agricultores, na mobilização comunitária e na ação extensionista, o que dizer da sustentabilidade das propostas de desenvolvimento praticadas? Ela se encontra num nível ainda restringido.

Entre os processos que favorecem o estabelecimento de sinergias, verifica-se o entendimento de que os DRPs ajudam na configuração de arranjos sinérgicos para o desenvolvimento. Da mesma forma, conforme entendimento de informantes-chave do Rincão dos Barbosas/Pereiras, os CMDRs, quando valorizados como instância para priorização de recursos, são um condicionante impulsionador de sinergia.

A promoção da participação, os investimentos em capacidades e habilidades, a criação de espaços participativos e a defesa das conquistas são ações que convergem num efeito mobilizador da base comunitária e influenciam positivamente na capacidade da ação extensionista em promover arranjos sinérgicos, e estabelecer vínculos, entre comunidade e meio externo, para alavancar o desenvolvimento. Nesse sentido, a mudança na forma de resolução de problemas de uma comunidade ou região indica, em grande medida, a evolução do potencial sinérgico catalisado pela ação extensionista.

Antigamente, as instituições mediadoras tradicionais para solução dos problemas eram a igreja, e também a escola municipal (ex. Carro Quebrado), tendo papel de destaque a figura do padre e da professora. Nas três comunidades rurais a mudança na forma de resolver problemas evoluiu pelo acréscimo em instâncias de intermediação, de representação e pela aproximação institucional.

Recentemente, as entidades mais presentes no dia-a-dia das comunidades e preocupadas com o desenvolvimento são comumente identificadas como principais canais para solução dos problemas. Igualmente, as associações comunitárias e as formas de trabalho em reuniões participativas com união de entidades parceiras são sempre identificadas entre os principais canais de solução dos problemas.

Quando existe um representante local no legislativo municipal, como ocorre atualmente no Rincão dos Barbosas/Pereiras e como ocorreu num passado recente no Rincão Salete, esse elemento é identificado pelos agricultores como um canal importante para solução de problemas. No Rincão dos Barbosas/Pereiras, o vereador é também presidente da associação local e representante comunitário no CMDR.

O Rincão Salete não identificou o CMDR como um canal de solução de problemas devido, em parte, ao fato de que esse conselho não contemplou os líderes comunitários em seu esquema de representação.

Comparando-se as informações das entrevistas, colhem-se evidências que indicam a comunidade do Rincão Salete como aquela que mais utiliza relações paternalistas e clientelistas para resolver seus problemas.

No item da escala de medição que trata da capacidade de resolução de problemas comunitários relacionada com a presença de funcionários públicos no interior da estrutura do Estado, observou-se evolução positiva em todas as comunidades nos últimos dez anos.

No âmbito microrregional, apesar da evolução ocorrida desde a implantação do Projeto Área Piloto, as relações sinérgicas, do mesmo modo que ocorre no âmbito comunitário, ainda estão longe do ideal. Contudo, num dos relatos dos informantes-chave, e com base em diversas fontes de dados, fica expresso o entendimento de que houveram melhorias na interação entre os municípios que compõem o Projeto Área Piloto, com planejamento e iniciativas comuns.

Um exemplo recente deste avanço foi a constituição do Consórcio dos Municípios da Área Piloto, em 2002, com o propósito de intensificar a gestão coletiva do território e buscar recursos estaduais e federais. Os encontros de planejamento e avaliação das ações do Projeto Área Piloto, envolvendo representantes dos quatro municípios, são outros exemplos de ações capazes de estimular sinergias microrregionais. O IV Encontro de Avaliação e Programação das Ações do Consórcio Área Piloto, dia 27 de novembro de 2003, em Pinheiro Machado-RS, revestiu-se de significação, na medida em que ao redor de 200 pessoas, entre agricultores e lideranças municipais, provenientes de delegações dos quatro municípios, estavam reunidos para avaliar as realizações e planejar as ações futuras, dando mostras do momento de revitalização desse projeto de desenvolvimento.

Durante o IV Encontro foi noticiada a aprovação inédita de projetos para investimento em iniciativas simultâneas de geração de renda para os quatro municípios, a partir de recursos do PRONAF, na modalidade do Programa de Desenvolvimento Territorial Sustentável, coordenados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

4.2.5. Inclusividade nos benefícios do Projeto Área Piloto

O referencial teórico e os dados desta pesquisa evidenciam que a homogeneidade interna é um fator que favorece a inclusividade nos benefícios dos projetos de desenvolvimento.

Todas as comunidades da amostra têm um grau ao menos regular de homogeneidade interna, variando desde o Rincão dos Barbosas/Pereiras, mais homogênea, até o Rincão Salete, menos homogênea. Onde a ação extensionista incide, como no caso das comunidades da amostra, há consenso de que aumentou a inclusividade dos diferentes segmentos. Entretanto, apesar da intensidade do avanço ser considerado boa no período de dez anos, com base nos dados do trabalho de campo, identifica-se que os segmentos das mulheres, dos jovens e dos idosos são insuficientemente representados e trabalhados¹²⁴. A exceção neste caso pode ser creditada ao trabalho com mulheres no Carro Quebrado-Pinheiro Machado-RS.

A situação de inclusividade nos benefícios é agravada quando se mira o território do Projeto Área Piloto como um todo. Todos os informantes-chave expressaram restrições na abrangência da ação extensionista na totalidade do público alvo dos três municípios. Portanto, o que dizer da inclusividade dos segmentos pobres, considerando o território regional na totalidade? Ao que tudo indica, o cenário é de deficiências em relação a isso.

4.2.6. Posicionamento da ação extensionista no “*continuum*” da formação de capital social

¹²⁴O segmento que mais preocupa é o da juventude rural. Conforme Abramovay (1998 p. 07) a formação de capital social exige uma ação voltada especificamente a juventude vivendo no interior. Ao invés disso o que foi verificado pela pesquisa é um retrocesso contínuo em educação, com fechamento de escolas e cada vez mais direcionando os jovens para o meio urbano, para que avancem nos estudos. Tal processo tem acarretado uma sobrevalorização do urbano em relação ao rural, e um sentimento pejorativo cada vez mais comum de que quem fica no campo são aqueles que não dão para os estudos. Essa questão estrutural precisa receber uma atenção prioritária, promovendo uma reformulação do ensino nas escolas rurais, e o investimento físico em prédios e infra-estrutura para que os jovens consigam conciliar o avanço no nível de instrução e a permanência na propriedade.

Diante das evidências apresentadas na seção de avaliação da ação extensionista, aceita-se a hipótese de que, na Área Piloto, a ação extensionista ainda está num estágio de transição de uma prática tradicional para uma prática mais participativa, preocupada com a formação de capital social no território do projeto. Os procedimentos metodológicos executados permitem situar a ação extensionista que incide nas comunidades amostradas do Projeto Área Piloto numa posição intermediária, conforme pode ser observado na representação esquemática abaixo, baseada no “*continuum*” da ação extensionista.

“*Continuum*” da ação extensionista:

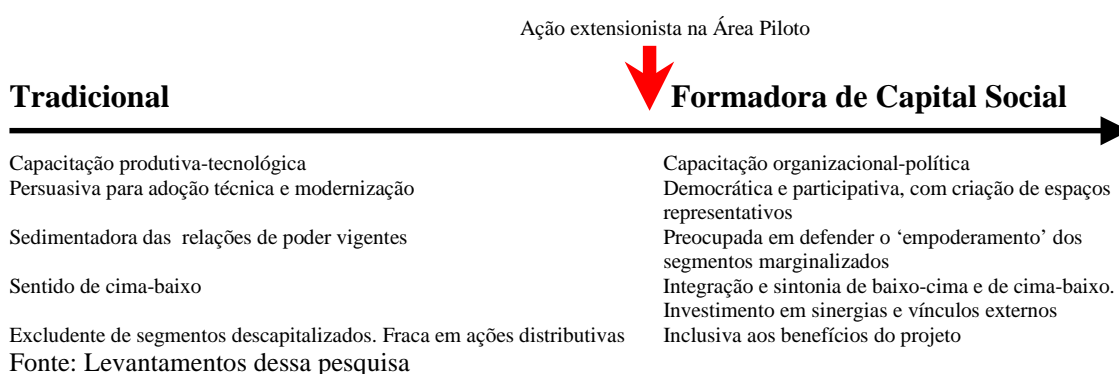


Figura 11- Representação esquemática do processo de transição da ação extensionista no Projeto Área Piloto

Um processo dessa natureza caracteriza-se por apresentar fortalezas e fraquezas. Entre as fraquezas aparecem questões como a dependência ainda acentuada das comunidades rurais aos agentes externos para levarem adiante as ações de desenvolvimento; a desuniformidade de ações, perspectivas e posturas dos agentes de desenvolvimento, desde o paternalismo até o incentivo a participação, bem como a postura desigual dos próprios beneficiários finais, quanto à intensidade e qualidade da participação, e a capacidade de apreensão das habilidades e capacidades.

Embora ocupando uma posição intermediária no “*continuum*”, a ação extensionista na Área Piloto evolui tendencialmente em direção à uma ação plenamente formadora de capital social.

As preocupações relacionadas com aspectos como educação, equidade, processos participativos, inclusão, oportunidades, etc., aproximam-se da

advertência contida na noção de Sen (2000), onde o desenvolvimento é expresso pela ampliação da capacidade dos indivíduos em fazer escolhas, não adiantando somente criar os espaços e mecanismos participativos, mas também dotar a sociedade civil de capacidades, habilidades e prerrogativas para que possam efetivamente atuar.

Tais preocupações revestem-se de importância, tendo em vista o contexto latino-americano, como sentenciam Schejtman e Berdegué (2003), onde as carências em matéria de cidadania que afetam os pobres, os indígenas, as mulheres, os idosos, os negros, entre outros, limitam profundamente a intensificação de processos participativos, democráticos e de descentralização.

A condução bem sucedida de uma ação extensionista formadora de capital social com efetividade e sustentabilidade, exige atenção e habilidade de seus condutores e mecanismos capazes de contrabalançar as diferenças entre os indivíduos de segmentos distintos (urbanos, rurais, líderes, não líderes, ricos, pobres, técnicos, agricultores, homens, mulheres, jovens, etc.), de modo que todos sejam incluídos, levados em consideração, e desta forma sintam-se sujeitos de um desenvolvimento abrangente, discutido e priorizado por eles.

4.3. Transformações na ação extensionista e a formação de capital social

Antes dos anos 80, haviam poucas instituições externas que atuavam nas comunidades da amostra em prol do desenvolvimento rural (identificado como modernização da agricultura).

O modelo de ação extensionista baseado na difusão de tecnologias tinha pouca capacidade de formar capital social por que priorizava quase exclusivamente a capacitação produtiva-tecnológica, fazia uso de métodos persuasivos para adoção técnica e modernização, despreocupava-se com as relações de poder, tinha um único sentido de cima para baixo e favorecia um processo de exclusão de segmentos descapitalizados, conseqüência da fraca capacidade distributiva das propostas de desenvolvimento.

Por inúmeras condicionantes, desde naturais até econômicas, as três comunidades rurais foram fracamente atendidas por este modelo de extensão

rural, podendo inclusive ser consideradas como marginais ao processo de modernização da agricultura. Entretanto, destaca-se que o Rincão Salete foi o local da amostra que, comparativamente, mais se inseriu nesta dinâmica.

Os dados da pesquisa evidenciam que, a partir do final da década de 80, inicia-se uma tendência de intensificação da intervenção com maior diversidade de instituições externas, uma reorientação na forma de atuação e uma maior preocupação com outros aspectos do desenvolvimento, além do econômico e tecnológico.

Essas transformações na relação entre diferentes instituições de desenvolvimento e as comunidades rurais acentuam-se com a implantação do Projeto Área Piloto, em 1994. A materialização desse projeto apresenta-se como um marco inovador de intervenção para o desenvolvimento, fundamentando suas ações em mobilização comunitária, construção de uma estrutura representativa no âmbito comunitário, municipal e regional, dinamização produtiva, valorização do diálogo horizontal entre atores sociais, incentivo à participação e as parcerias, e gestão do território a partir de decisões locais dos municípios constituintes.

Nesse contexto inovador, uma das características da ação extensionista que contribuiu para a formação do capital social foi a utilização de abordagens participativas para diagnóstico, priorização e planejamento de ações, pressupondo-se que quanto mais participativa for a ação extensionista, maior será sua capacidade de influir positivamente na formação do capital social.

No período inicial da Área Piloto os técnicos e lideranças foram treinados para praticar interações mais dialogadas e menos hierarquizadas com os agricultores. De acordo com a literatura, os princípios dessas abordagens induzem mudanças nos agricultores, nos agentes e nas relações sociais, como pré-requisitos fundamentais para que seus objetivos sejam alcançados, como, por exemplo, aprendizado social, inclusividade, valorização da diversidade, vitalidade do tecido social.

Contudo, além da característica participativa, outros aspectos devem ser considerados para avaliação da capacidade do trabalho dos técnicos em formar capital social. Com base nos critérios definidos nesta pesquisa para caracterizar

uma ação extensionista formadora de capital social, efetua-se a seguinte comparação entre as comunidades.

Quadro 11- Avaliação dos critérios da ação extensionista formadora de capital social praticada nas três comunidades rurais

Comunidades	CQ	RBP	RSal
Critérios			
A promoção da participação	Bom	Bom	Baixo
As habilidades e capacidades e os espaços participativos	Muito Bom	Bom	Baixo
A defesa das conquistas	Regular	Regular	Regular
O potencial sinérgico	Regular	Regular	Regular
A questão da inclusividade	Bom	Bom	Bom

Fonte: Levantamentos dessa pesquisa
 Conceitos: Baixo,; Regular; Bom; Muito Bom
 CQ-Carro Quebrado; RB-Rincão dos Barbosas/Pereiras; RSal-Rincão Salete

Os conceitos no quadro 11 expressam uma tendência das perspectivas coletadas no trabalho de campo, mostrando que a ação extensionista apresenta-se com qualidade distinta nas três comunidades. O Rincão dos Barbosas/Pereiras e Carro Quebrado apresentam uma ação extensionista que pode ser avaliada como de qualidade boa, com leve superioridade para ação praticada no Carro Quebrado.

4.4. Avaliação, identificação e mensuração da evolução dos elementos de capital social em comunidades rurais do Projeto Área Piloto

A utilização de diversos instrumentos de coleta de dados constitui-se numa potencialidade do trabalho, permitindo uma efetiva triangulação das informações obtidas à campo. Tal procedimento identificou as convergências e as divergências entre os dados coletados por métodos diferentes, o que trouxe mais consistência às discussões efetuadas.

No caso da avaliação do capital social, com base no modelo síntese apresentado por Castilhos (2002), alerta-se sobre a importância do procedimento de seleção dos itens que vão constituir a escala de medição de modo que permita aos elementos de análise terem boa representatividade da realidade que por definição devem representar. No presente trabalho alguns elementos de análise (p. ex. compromisso cívico dos indivíduos, no nível meso) agruparam poucos itens (no exemplo citado, apenas dois) mensurados a campo, o que limitou seu potencial de representação.

Para avaliar a evolução do capital social, primeiramente resgatam-se, sucintamente, os níveis de estoques de capital social em cada uma das comunidades¹²⁵, apresentados no capítulo anterior, pela perspectiva dos agricultores.

Na dimensão autonomia, em 1993, os estoques são percebidos com níveis baixos na comunidade Carro Quebrado, e com níveis regulares nas comunidades Rincão dos Barbosas/Pereiras e Rincão Salete. Em 2003, os estoques das comunidades Carro Quebrado e Rincão dos Barbosas/Pereiras são considerados em geral bons, enquanto que os estoques do Rincão Salete são percebidos nos níveis bom e muito bom.

Por sua vez, na dimensão enraizamento, os estoques de capital social, em 1993, na comunidade Carro Quebrado variam do nível baixo ao nível regular. As comunidades Rincão dos Barbosas/Pereiras e do Rincão Salete têm percepção semelhante entre elas, sobre os estoques dos elementos de análise, percebendo igualmente estoques que variam do regular ao bom. Em 2003, os estoques de capital social na dimensão enraizamento são considerados, em geral, bons nas três comunidades. A exceção fica por conta do elemento sinergia, no nível macro, na comunidade Rincão Salete, que é percebido com um estoque muito bom.

Após esse resgate, observa-se que a visão comunitária a respeito dos estoques de capital social, em 1993, em alguns casos não corresponde àquela análise dos precursores de capital social, com base no procedimento metodológico

¹²⁵Para rever conceitos dos elementos de análise, tipos e dimensões do capital social consultar seção 1.3. Tipos e dimensões do capital social, constante no Capítulo I.

da triangulação, apresentada no Quadro 10. Com base na escala de medição do capital social, percepção dos sujeitos-tipo, a visão que aparece é que a comunidade Rincão Salete apresenta os maiores estoques de capital social da amostra. Em contrapartida, com base em outras fontes, conclui-se que os estoques de ambas, Carro Quebrado e Rincão dos Barbosas/Pereiras, são superiores aos estoques no Rincão Salete.

A evolução percentual dos estoques de capital social, percebida pelos beneficiários finais, no período de dez anos pode ser comparada nas três comunidades através da Tabela 06.

Tabela 06- Comparativo da evolução percentual de capital social nas comunidades trabalhadas

Níveis	Elementos	Avanços (%)		
		CQ	RB	RSal
Macro	SINERGIA	178	34	65
	CREDIBILIDADE E EFICÁCIA INSTITUCIONAL	189	41	48
Meso	CONEXÃO	242	68	51
	COMPROMISSO CÍVICO DOS INDIVÍDUOS	127	21	30
Micro	INTEGRAÇÃO	78	24	15
	COMPROMISSO CÍVICO DOS INDIVÍDUOS	134	34	43

Fonte: Levantamentos dessa pesquisa CQ-Carro Quebrado; RB-Rincão dos Barbosas/Pereiras; RSal-Rincão Salete

Comparativamente, verifica-se uma aproximação na quantificação dos avanços percentuais entre as comunidades Rincão Salete e Rincão Barbosas/Pereiras, com uma leve superioridade para a primeira, enquanto que os agricultores do Carro Quebrado percebem o avanço percentual em uma intensidade bastante superior a ambas, bastando para tanto verificar que seu menor avanço percentual (78%) ainda é superior ao maior avanço do Rincão dos Barbosas/Pereiras (68%) e do Rincão Salete (65%).

Contudo, cabe destacar que a percepção dos agricultores do Carro Quebrado, observando-se as valorações absolutas, são inferiores as duas comunidades, tanto em 1993, quanto em 2003.

De modo geral, todos os levantamentos efetuados pelo trabalho de campo evidenciam que houve intensificação, nos últimos dez anos, da organização

comunitária, entendida nesta pesquisa como um indicador de evolução positiva do capital social; e da intervenção extensionista, cujo desenho e efetividade prática tem potencial para influir em todos os elementos de análise, nos três níveis.

Com base na triangulação, comprova-se que a mais rica história de evolução da organização comunitária foi igualmente percebida pela comunidade com os mais significativos avanços percentuais de estoques nos elementos integração e compromisso cívico dos indivíduos, o que ocorreu no Carro Quebrado.

Nas comunidades rurais da amostra foram significativos os avanços em todos os elementos de análise, tipos e dimensões do capital social, o que leva a aceitação da primeira hipótese enunciada para esta pesquisa. Ficou evidente, contudo, o campo potencial a explorar para avanços ainda mais significativos em todos elementos de análise do modelo síntese, em especial nos elementos do nível meso, cujos estoques atuais são comparativamente menores¹²⁶.

4.5. Influência da ação extensionista na evolução de capital social

Uma das implicações para aceitação da hipótese que enuncia que a ação extensionista tem muita influência na evolução positiva do capital social passaria pela constatação de que naquelas comunidades onde a ação extensionista foi avaliada como de melhor qualidade, as evoluções do capital social seriam mais significativas. Comparativamente, o quadro 11, baseado em triangulação de procedimentos, apresenta uma boa qualidade da ação extensionista nas comunidades Rincão dos Barbosa/Pereiras, e Carro Quebrado, com leve superioridade para a última, e uma qualidade de regular a baixa no Rincão Salete. Confrontando as informações da tabela 06 com as avaliações do quadro 11, as

¹²⁶ Isso sugere atenção futura em ações de gerem mais conexão intercomunitária e estabeleçam mais vínculos que ultrapassem os limites comunitários, no município e na região, para atendimento de questões como melhoria nos níveis de conhecimento, inovação tecnológica, e inserção mais qualificada das atividades produtivas nos mercados (p. ex. para resolver os problemas relatados de comercialização do porco carne em Santana da Boa Vista). Essas ações envolveriam trocas de experiências, discussões da realidade municipal e regional, planejamento de ações, confecção e divulgação de marcas locais, agregação de valor a produção, iniciativas de aproximação do produtor ao consumidor, desenvolvimento de mercado. Tais estratégias, via de regra, se configuram num âmbito que ultrapassa as fronteiras de uma comunidade.

variações percentuais nos estoques não confirmam uma relação clara que permita uma conclusão segura sobre a hipótese. Os avanços percentuais do capital social no Carro Quebrado são muito significativos, coincidindo com a melhor avaliação da ação extensionista. Nas comunidades do Rincão dos Barbosas/Pereiras e Rincão Salete os avanços percentuais em capital social são bons, próximos entre eles, e muito inferiores a primeira. Entretanto, a relação com a avaliação da ação extensionista é divergente nos dois casos. A avaliação e os avanços percentuais são relativamente coincidentes no Rincão dos Barbosas/Pereiras, mas não coincidem no Rincão Salete.

Baseando-se na perspectiva comunitária, obtem-se uma visão conjunta e elucidativa da percepção dos moradores das três comunidades sobre a influência da ação extensionista na formação do capital social. Para tanto, através do Quadro 12 a seguir, realiza-se um exercício comparativo e de recapitulação, comparando os resultados das Figuras 04 e 05, Carro Quebrado, as Figuras 06 e 07, Rincão dos Barbosas/Pereiras, e as Figuras 08 e 09, Rincão Salete.

Quadro12- Percepção dos agricultores das três comunidades quanto a principal conquista, fatores impulsionadores, e resultado do trabalho participativo

		Relações Institucionais	Aspectos Intangíveis/Relações Sociais	Aspectos físicos/Benefícios Materiais
PRINCIPAIS CONQUISTAS	CQ		Organização Comunitária	Habitação Construção de Casas
	RBP			Luz Luz Luz
	RSal			Agroind.de benefic. de feijão Energia Elétrica Energia Elétrica
FATORES IMPULSIONADORES	CQ	Parceria com Secr. Municipais Assist. Técnica Emater Prefeitura Prefeitura Sucam	Apoio da Comunidade Trabalho de Grupo	RS Rural
	RBP	Prefeito Emater Emater Prefeitura Comunidade Beneficiada	Comunidade Organização União Comunitária (Associação)	Recurso. a Fundo Perdido
	RSal	Gov. Estado e Município Emater Emater Gov. do Estado Por ajuda da Emater	Por que as pessoas pressionaram A união da comunidade Organização da comunidade	Por auxílio de verbas
RESULTADOS DO TRABALHO PARTICIPATIVO	CQ		Participação Maior partic. da comunidade Associação Associação Comunicação Preparo da Comunidade	Aumento de Produção Patrulha Agrícola Maior desenvolvimento
	RBP		União Mais União Participação Participação Diálogo Companheirismo Confiança	Luz Água
	RSal		Organização do produtor	Cooperativa A Cooperativa Abastecimento de água Eletrif. rural Calcário Pronaf Melhoria da produção em menos área Desenvolvimento

Fomte: Levantamentos dessa pesquisa

Obs: As idéias/tarjetas (Preparo da Comunidade) e (A cooperativa) representam 50% benefícios materiais e 50% relações sociais. Por sua vez, a idéia/tarjeta (Cooperativa) representa 80% benefícios materiais e 20% relações sociais.

O Quadro 12 mostra que os resultados da ação extensionista (matriz de impacto) são os que apresentam as percepções mais heterogêneas entre as três comunidades. Em primeiro lugar, vem à tona uma polarização acentuada em duas perspectivas, associando o resultado da ação extensionista com aspectos intangíveis/relações sociais ‘Participação’, ‘Associação’, ‘Mais união’, ‘Companheirismo’, ‘Confiança’, e aspectos físicos/benefícios materiais ‘Aumento de produção’, ‘Luz’, ‘Água’, ‘Patrulha agrícola’, ‘Calcário’.

Em segundo lugar, observa-se que a percepção dos moradores do Carro Quebrado apresenta um equilíbrio entre as perspectivas dos aspectos intangíveis e os aspectos físicos, tendendo aos primeiros. Os moradores do Rincão dos Barbosas/Pereiras têm a perspectiva majoritariamente voltada para os aspectos intangíveis/relações sociais; e, por outro lado, os moradores do Rincão Salete têm perspectiva inversa, percebendo os resultados da ação extensionista majoritariamente como aspectos físicos/benefícios materiais.

No caso em questão, a partir da análise dos dados, colheram-se indicativos de que foram os DRPs que possibilitaram o melhor momento de capacitação dos agricultores participantes, incentivando uma postura mais aberta e comunicativa com os agentes externos e também entre os próprios agricultores. A valorização das opiniões e o estímulo a participação, tiveram potencial em promover aspectos intangíveis como auto-estima, cooperação, solidariedade, amizade, e estimularam as relações sociais, que, por sua vez, intensificaram o associativismo, a organização, e a mobilização comunitária, como pode ser verificado nas matrizes de impacto. A promoção de tais aspectos funciona como se fosse uma fundação, para que, posteriormente, sejam construídas relações sinérgicas cada vez mais expressivas entre as comunidades rurais, as instituições e o contexto regional como um todo. Essas técnicas participativas, em especial os DRPs, foram potencialmente capazes de oportunizar momentos de capacitação em diagnóstico da realidade pelos agricultores e aguçar a visão crítica a respeito de suas potencialidades e carências.

Assim como foi verificado por Durston (1999), no caso da Guatemala, o investimento em capacidades e habilidades dos agricultores é uma das

características de uma política pública formadora de capital social, e no caso do Projeto Área Piloto, o desenvolvimento dos DRPs de forma completa e bem elaborada, tomando-se o cuidado de desvinculá-los de qualquer expectativa imediatista de acesso a recursos creditícios, contribuiu para que os agricultores se tornassem mais democráticos entre si, mais aptos a decidir, priorizar, demandar, mobilizar, e mais capazes de identificar os recursos que estão disponíveis ao seu alcance e organizar-se para controlá-los.

As constatações recém apresentadas procedem, em grande medida, da evidência de que nas duas comunidades (Carro Quebrado e Rincão dos Barbosas/Pereiras) em que a ação extensionista foi 'mais participativa', onde, principalmente, a técnica de DRP foi mais corretamente aplicada, as percepções dos agricultores familiares sobre o impacto da ação extensionista estão mais intimamente relacionadas com a formação do capital social.

As pessoas dessas comunidades se percebem mais capacitadas e aptas em associativismo, comunicação, cooperação. Percebem-se mais unidas, mais confiantes, dialogando mais, e a comunidade mais participante tanto internamente, quanto externamente.

Como fruto deste trabalho inicial e de base, essas comunidades foram priorizadas para se beneficiarem de uma série de programas de crédito de custeio e investimento, promovendo melhorias em diversos aspectos da vida social e produtiva. O aporte dos recursos foi decisivo e complementar para impulsionar o processo de formação do capital social, mas como um estágio posterior e decorrente.

Por outro lado, na comunidade do Rincão Salete, a ação extensionista, no aspecto relacionado com promoção da participação, foi trabalhada com DRPs aplicados de forma incompleta. A comunidade foi priorizada com recursos do RS Rural, antes mesmo de qualquer trabalho mais elaborado de diagnóstico e planejamento das ações.

Com a intenção de discutir as ações do programa foram executadas algumas etapas do DRP, nas mesmas reuniões em que se apresentavam os detalhes do financiamento e se operacionalizava a organização dos interessados

para ingresso no programa. Conforme relato dos entrevistados, todos esses momentos ‘participativos’ foram realizados em tempos exíguos, em função das contingências.

O Rincão Salete aliou no mínimo seis aspectos que refletiram na perspectiva ‘materialista’ dos moradores em relação ao impacto da ação extensionista. A imperfeição na aplicação das técnicas participativas; uma cultura comunitária identificada como individualista; a história de significativa influência política partidária na comunidade perpetuada com base no clientelismo e paternalismo; o tamanho da comunidade e a reconhecida insuficiência de representatividade da diversidade interna; a dificuldade de interação dos segmentos diversos; e a mais intensa inserção no modelo difusionista do período da modernização da agricultura.

Uma questão que surge é se essa forma de realização do DRP no Rincão Salete foi capaz de se constituir num momento importante de aprendizagem, capacitação e investimento em habilidades sociais e conhecimento da realidade pelos agricultores familiares? Pelo que aparece especialmente na matriz de impacto a resposta é não. A expressiva maioria das pessoas da comunidade percebe o impacto da ação extensionista como fornecedora de benefícios materiais, melhorias em infra-estrutura social, melhorias tecnológicas e produtivas, enfim, aspectos físicos.

Chama a atenção o fato de que, após décadas de um modelo baseado em difusão de tecnologias, com conseqüências negativas aos segmentos mais carentes da agropecuária, essa matriz de impacto do Rincão Salete traz a tona a percepção de que a ação dos agentes municipais que atuam nessa localidade, também marginal ao processo de modernização da agricultura, está intimamente relacionada com o fornecimento de benefícios materiais.

A ação extensionista, quando bem concebida e bem praticada, influi muito na formação de todos os tipos de capital social, desde o intracomunitário até o institucional, tanto na dimensão enraizamento, pelo enriquecimento quantitativo das relações sociais, entre agricultores, agricultores e agentes externos, e entre agentes externos; quanto qualitativamente pela mudança de postura das pessoas,

intensificando o civismo, capacitando para ações coletivas e comprometendo funcionários públicos com as questões comunitárias.

As informações obtidas sobre os precursores de capital social em 1993, a qualidade da ação extensionista, as medições nos estoques e o resultado da matriz de impacto permitem que se efetuem algumas correlações. A comunidade com mais características iniciais precursoras de capital social, o Rincão dos Barbosas/Pereiras, teve uma prática extensionista considerada boa e a percepção mais intensa de que a ação extensionista influi positivamente na evolução do capital social. O Carro Quebrado apresentava-se com características precursoras num nível baixo, e a ação extensionista teve também boa aplicação prática, e seus moradores percebem o impacto do trabalho num patamar intermediário, mas tendendo com maior intensidade para formação de capital social. A correlação que aparece no Rincão Salete é que a comunidade com baixos precursores de capital social, cuja ação extensionista incidente apresenta-se com falhas (p. ex. na promoção da participação), percebe essa ação com fraca influência na evolução positiva do capital social.

Diante das evidências, rejeita-se a segunda hipótese desta pesquisa que afirma que as ações extensionistas do Projeto Área Piloto influenciaram muito na evolução significativa do capital social nas comunidades rurais estudadas. As ações extensionistas não foram iguais na prática e apresentaram resultados variáveis de influência quanto à formação do capital social, intensamente influente no Rincão dos Barbosas/Pereiras, boa influência no Carro Quebrado e fracamente influente no Rincão Salete.

Da mesma forma, a relação entre as distintas avaliações de qualidade da ação extensionista nas três comunidades e os avanços nos estoques de capital social não se apresenta suficientemente clara. A relação está bastante clara no Carro Quebrado, facilmente identificável no Rincão dos Barbosas/Pereiras, mas não se confirma no Rincão Salete.

4.6. Relação entre capital social e desenvolvimento

De um modo geral, as pessoas das comunidades amostradas percebem melhoria da vida pessoal e comunitária. Observando-se alguns índices coletados de desenvolvimento rural, destacam-se as melhorias em infra-estrutura comunitária e qualidade de vida. Entretanto, a questão da construção da sustentabilidade das propostas no nível comunitário aparece com distinção nos contextos locais, indicando que essa diversidade pode ser explicada por diferenças em capital social.

Confrontando-se os critérios operacionais definidos por Schejtman e Berdegué (2003) para levar adiante uma proposta de desenvolvimento territorial rural, com os dados coletados nas três comunidades da amostra verifica-se que a intervenção extensionista persegue a integração, ou no mínimo a tentativa de integrar ações que objetivam satisfazer a complexidade do desenvolvimento da região em apreço. Para começar, destaca-se a iniciativa sempre presente de integrar as poucas instituições interessadas no desenvolvimento rural das comunidades e a atuação simultânea, em muitas oportunidades, através de reuniões nas localidades. Tais fatos foram repetidamente identificados pelos entrevistados como facilitadores do acesso às instituições que podem resolver os problemas, e sem dúvida melhoram a vinculação externa da base comunitária e a sinergia para o desenvolvimento.

São inegáveis os esforços da ação extensionista no sentido do desenvolvimento institucional, e o atendimento simultâneo da transformação produtiva. Apesar das imperfeições identificadas na qualidade e na efetividade desses esforços, destacam-se, entre outros, os seguintes: a criação de organizações comunitárias, a criação de uniões de associação rurais, a criação dos conselhos municipais e as ações no sentido de aumentar-lhes a representatividade aos beneficiários finais, sem falar na criação das instituições de caráter intermunicipal.

Pelo lado da transformação produtiva, são dignos de registro os esforços no sentido da introdução de novas atividades produtivas, a adoção de algumas tecnologias baseadas na Agroecologia, a verticalização da produção a partir de

empreendimentos comunitários e a transformação de atividades, direcionando seu destino para o mercado.

Merecem destaque também os esforços no sentido de valorização da heterogeneidade verificada no interior do território Área Piloto. Com essa intenção, as Leituras de Paisagem, e sua integração nos quatro municípios do projeto, têm se constituído num excelente instrumento auxiliar para planejamento municipal e microrregional.

Em contrapartida, percebe-se como necessário um maior investimento no conceito ampliado de rural, buscando uma vinculação maior dos núcleos urbanos com o setor rural. O rural não pode ser confundido com o setor agrícola, e o território deve ser pensado a partir de uma concepção multisetorial. O incentivo ao turismo rural, que seria uma das ações possíveis nesse sentido, ao menos no âmbito das comunidades da amostra e entre os agentes de desenvolvimento entrevistados, ainda é um assunto pouco trabalhado.

Do mesmo modo, o sentimento de pertencimento e de identificação das pessoas com o território Área Piloto necessita ser mais bem trabalhado, para que realmente a concepção de desenvolvimento proposta seja apreendida e levada adiante por todos. Para tanto, a integração intermunicipal deveria ser intensificada muito mais além do estágio atual, para que fossem identificadas e divulgadas características valorizadoras da região (p. ex. produtos típicos e aspectos naturais).

Assim como recomenda Schejtman e Berdegú (2003), ao que parece, as famílias de agricultores familiares, ao menos das comunidades amostradas, têm se valido da combinação de três possíveis caminhos para aumento de renda, em especial a via agrícola, que é a mais utilizada; a via da migração, que tem recebido o apoio do poder público municipal e iniciativa privada, e a via rural não agrícola, que devido as condicionantes regionais parece ser a menos utilizada.

Para Woolcock (1998), a amplitude do conceito capital social e seu dinamismo podem ser mais bem entendidos se for considerada a variedade de tipos, níveis e dimensões que estão envolvidos em sua noção, e a percepção de que os resultados obtidos em desenvolvimento são fortemente influenciados pela combinação conseguida entre eles. É a partir dessa concepção que tanto Woolcock

(1998), quanto Evans (1996), identificam que os resultados mais satisfatórios em desenvolvimento são conseguidos pela combinação de ações no sentido de cima para baixo “*top-down*” e num sentido de baixo para cima “*bottom-up*” e em sintonia. Entretanto, se faz necessário esclarecer que as ações “*top-down*,” defendidas aqui, não são aquelas centralizadoras e tecnocráticas da época da modernização da agricultura. As ações “*top-down*” defendidas geralmente têm a intenção de criar condições e incentivar a mobilização da base comunitária.

Parece óbvio para esta pesquisa que as propostas sinérgicas precisam de ações que venham de todos os níveis (micro, meso e macro) e em sintonia, integrando o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil. As agências estatais necessitam das comunidades como co-produtoras dos resultados em desenvolvimento. A mobilização da comunidade rural motiva e compromete os funcionários públicos para atuarem a seu favor. Por outro lado, as comunidades necessitam das burocracias estatais, já que poucos serviços podem ser organizados num âmbito puramente local e sem o apoio dos conhecimentos e dos recursos de instituições externas.

Entende-se nesta pesquisa que o capital social benéfico é um recurso produtivo para o desenvolvimento. Desse modo, a ação extensionista que influi, em graus variados, na evolução positiva do capital social, está, em conseqüência, contribuindo para a efetivação do desenvolvimento num determinado território.

Para verificar a possibilidade de estabelecer relação entre evolução do capital social e desenvolvimento, primeiramente, avaliam-se os avanços nas condições sócio-econômicas com base nos quadros comparativos elaborados pelas equipes municipais da ASCAR-EMATER/RS juntamente com as comunidades da amostra.

Quadro 13- Intensidades observadas nos avanços sócio-econômicos das comunidades no período 1993-2003.

Comunidades	CQ	RBP	RSal
Critérios			
Habitação, Água, Instal. hidrosanit.	Muito boa	Muito boa	Boa
Energia elétrica	Regular	Boa	Boa
Produção	Boa	Boa	Regular
Educação Transporte	Baixa	Regular	Baixa
Inclusividade	Boa	Boa	Boa

Fonte: Levantamentos dessa pesquisa Intensidades: Baixa,;Regular;Boa; Muito Boa
CQ-Carro Quebrado; RB-Rincão dos Barbosas/Pereiras; RSal-Rincão Salete

O Quadro 13 mostra que, de maneira geral, a intensidade dos avanços sócio-econômicos pode ser considerada boa nas três comunidades, excetuando-se a educação e transporte. A intensidade de avanço da produção no Rincão Salete foi considerada regular devido a intensa redução na safra de feijão do período. Pelo lado positivo desta questão, salienta-se o vultoso investimento na agroindústria de feijão e fábrica de rações.

A intensidade de avanço em energia elétrica foi considerada regular no Carro Quebrado pelo fato da rede estar em construção, bastante atrasada em relação ao cronograma original, quando da realização do trabalho de campo da pesquisa.

Uma questão que aparece pela confrontação das informações do Quadro 13 com informações de outras fontes de dados é um indicativo de que os contextos locais das comunidades Carro Quebrado e Rincão dos Barbosas/Pereiras apresentam-se com resultados sócio-econômicos mais sustentáveis. Alguns aspectos do contexto local do Rincão Salete indicam que os benefícios conquistados devem-se muito a oferta de recursos/aceso a programas, mediada por instituições de apoio, e menos por características próprias da comunidade, conformando o desenvolvimento com mais riscos de insustentabilidade, comparativamente às outras comunidades.

As discussões empreendidas por ocasião das reuniões nas comunidades forneceram elementos que permitem refletir sobre as possíveis relações entre capital social e desenvolvimento.

O Quadro 12 mostra que a percepção conjunta, das três comunidades, sobre as principais conquistas está majoritariamente identificada com benefícios materiais e aspectos físicos ‘Habitação’, ‘Energia Elétrica’, ‘Agroindústria’.

Fica claro também que o peso da aproximação institucional ‘Prefeitura’, ‘EMATER’, ‘Governo de Estado’ é o fator impulsionador mais importante das principais conquistas, seguido da organização/mobilização comunitária ‘Apoio da comunidade’, ‘União comunitária’, ‘Porque as pessoas pressionaram’ verificando-se homogeneidade de percepção entre as três comunidades.

Em diversos autores, entre eles Schejtman e Berdegué (2003), Woolcock (1998, 1999, 2001, 2002) e Evans (1996), fica evidente que o investimento somente em capacidades e habilidades das pessoas para aumentar a participação e a mobilização comunitária não são suficientes para efetivar o desenvolvimento de um território. As proposições de Durston (1999) para investimento em capacidades e habilidades das pessoas são cruciais para serem incorporadas no desenho de políticas públicas formadoras de capital social, mas são insuficientes para atender a complexidade do desenvolvimento territorial. Durston (1999) defende que essa ação de investimento em capacidades e habilidades seja complementada pela criação de espaços sociais para prática destas habilidades, e pela configuração de mecanismos de defesa das conquistas dos segmentos marginalizados em processo de empoderamento. Entretanto, outras ações são necessárias, como o estabelecimento de vínculos extracomunitários e os investimentos em sinergia.

Para satisfazer esses quesitos, são dignos de registro os esforços dos agentes de desenvolvimento no sentido de constituir uma arquitetura institucional, que entre outras coisas proporcione aos agricultores a prática de suas capacidades, habilidades, e potencialize a sinergia entre instituições e comunidade, e os municípios, no âmbito regional. Pela ótica dos agricultores entrevistados e também dos agentes, a defesa das conquistas dos agricultores familiares não tem

sido tão necessária como se imaginava antes do trabalho de campo. Para eles, os interesses de grupos político-partidários têm se constituído na principal ameaça externa, e recolheram-se indícios de que a própria unidade administrativa municipal, motivada também por interesses político-partidários, é a que com mais freqüência se opõe, às vezes não abertamente, a efetivação de algumas ações de desenvolvimento do território, como, por exemplo, valorização e dinamização dos conselhos municipais e a mobilização da base comunitária.

Como foi dito por Schejtman e Berdegué (2003) e por Chambers (1995), é necessário que sejam feitas coisas diferentes do que até então tem sido feito, para que as propostas de desenvolvimento sejam realmente efetivas para superação da pobreza.

É oportuno que se diga que os recursos financeiros, os avanços tecnológicos e os avanços em produtividade são imprescindíveis para o desenvolvimento. Entre outros autores, Buarque (2002) e Schejtman e Berdegué (2003) defendem a inovação tecnológica como um dos condicionantes para o bom desenvolvimento no novo paradigma. Entretanto, levando-se em conta a história de conformação das sociedades nacional e regional, favorecedora de elites, o contexto mais recente agravado por décadas de repressão das liberdades individuais por regimes autoritários, e a forma descendente com que as propostas de desenvolvimento eram levadas ao campo, reveste-se de importância que as ações extensionistas tenham atualmente uma preocupação libertadora, que conscientizem as pessoas, que as estimulem e as qualifiquem para que trilhem um caminho identificado e traçado por elas mesmas.

A sustentabilidade das propostas de desenvolvimento exige que os agentes externos trabalhem em conjunto com os agricultores em aspectos relacionados com auto-estima, solidariedade, reciprocidade, cooperação, confiança, e que conseqüentemente reflitam conjuntamente em aspectos relacionados com as relações sociais, como comunicação, associação, mobilização, reivindicação e representação, mais além das transformações tecnológicas, das melhorias em infra-estrutura e produtividade. De que outra forma se atingirá o estágio de automobilização comunitária, na qual uma dada comunidade rural consegue quase

que exclusivamente diagnosticar, planejar, executar e avaliar seu próprio caminho de desenvolvimento, senão através de investimentos nas capacidades e habilidades das pessoas para tal?

Aquela ação extensionista ‘realmente’ preocupada com a promoção da participação; com o investimento em capacidades e habilidades das pessoas; em criar espaços para prática dessas capacidades; em defender esses espaços e outras conquistas dos beneficiários finais; em estabelecer arranjos potencialmente sinérgicos e vínculos extracomunitários; preocupada com a questão da inclusividade dos segmentos marginalizados nos benefícios do projeto, e executada com todos os cuidados necessários é que vai ‘realmente’ influir muito para o incremento do capital social e, em consequência, para o desenvolvimento territorial.

Salienta-se que desde sua implantação, em 1994, o Projeto Área Piloto do RS foi o único no Brasil que não recebeu nenhum recurso federal específico para projetos desse tipo¹²⁷, apesar dos apoios financeiros estarem planejados desde o início. Como foi visto em Veiga (2001), o papel dos governos estadual e federal é fundamental no estímulo a iniciativas de gestão coletiva de territórios microrregionais, mas, no caso do Projeto Área Piloto, os apoios mais importantes têm partido exclusivamente de instituições locais.

Não tem sido colocada a disposição dos gestores do projeto Área Piloto um programa unificado, consistente e específico para o desenvolvimento territorial em microrregiões homogêneas. O esforço em ‘tocar o projeto’ tem se valido de programas de desenvolvimento (PRONAF, Programa de Fruticultura, RS Rural, etc.), cuja concepção não eleva o desenvolvimento territorial como condição prioritária, e que, via de regra, estão disponíveis a qualquer município trabalhado isoladamente.

Apesar disso, são evidentes os esforços no sentido de planejar e executar ações no território compreendido pelos quatro municípios da Serra do Sudeste,

¹²⁷Em 2004, estão sendo liberados recursos para os quatro municípios, de uma modalidade do PRONAF, com finalidade exclusiva em atender Projetos de Desenvolvimento Territorial Sustentável.

bem como o desenvolvimento institucional que busca intensificar a relação intermunicipal.

V- CONSIDERAÇÕES FINAIS

De modo geral, até onde foi possível apurar, mais além da amostra desta pesquisa, os resultados em desenvolvimento alcançados pelo Projeto Área Piloto são bastante variáveis de comunidade para comunidade. Observou-se em algumas comunidades forte incidência de ações com significativos resultados; casos de forte incidência das ações, entretanto com resultados não tão significativos assim; outras comunidades com incidência pontual e descontínua de ações; e por fim comunidades rurais fracamente atendidas pelas equipes de desenvolvimento no Projeto Área Piloto.

Ainda são escassos os estudos que fazem análises de políticas públicas ao nível das comunidades rurais, e a concepção (dinâmica e sinérgica) de capital social utilizada nesta pesquisa foi um modelo teórico que se apresentou adequado para avaliação de experiências sob o ‘novo modelo de extensão rural’. Nesse sentido, considera-se que o objetivo final dessa pesquisa avaliativa foi atingido, na medida em que trouxe elementos referenciais com potencial de contribuir para o aprimoramento da ação extensionista e o desenho de políticas públicas em busca de melhores resultados no desenvolvimento territorial sustentável. Ou, dito de outra forma, a presente pesquisa une-se aos inúmeros esforços dispendidos com intenção de melhorar a eficiência e eficácia das propostas de desenvolvimento para a agricultura familiar brasileira.

Da mesma forma, entende-se que os objetivos específicos propostos no trabalho foram atingidos. A evolução do capital social nas comunidades rurais foi caracterizada, foi identificada a intensidade de influência da ação extensionista nessa evolução, e a intensidade de participação e a ação de intervenção foram posicionadas nos “*continuums*” que vão desde os tipos de participação menos intensos até os mais intensos, e da ação tradicional até a ação formadora de capital social.

As hipóteses enunciadas foram verificadas levando-se a aceitação de duas delas e a rejeição de uma. As hipóteses que foram aceitas enunciavam que houve evolução significativa do capital social nas comunidades e que a ação

extensionista ainda encontra-se numa posição intermediária (de transição) entre uma intervenção do tipo tradicional e uma intervenção que incorpora elementos indutores de um processo de formação de capital social. A hipótese rejeitada enunciava que a ação extensionista influi muito para a evolução positiva do capital social. A esse respeito identificou-se um contexto muito variável, desde uma influência fraca (que apareceu no Rincão Salete) até uma influência intensa (que apareceu no Rincão dos Barbosas/Pereiras), fato esse que acabou pesando na decisão de rejeitar a segunda hipótese.

O trabalho identificou que alguns procedimentos metodológicos adotados se apresentaram efetivos e ricos em informações para a avaliação de projetos de desenvolvimento, captando a percepção dos beneficiários finais, como, por exemplo, a entrevista diretiva, a escala de medição e a reunião nas comunidades com utilização da visualização móvel.

A diversidade de contextos comunitários da amostra permitiu maior consistência nas análises. A comunidade do Rincão Salete foi identificada de antemão pela equipe municipal da ASCAR-EMATER/RS como problemática pela ótica do capital social, e sua inclusão na amostra foi importante para confrontar as perspectivas extraídas das comunidades Rincão dos Barbosas/Pereiras e Carro Quebrado, cuja percepção prévia das equipes municipais da ASCAR-EMATER/RS se constituíam em referências positivas nesse aspecto. Aliás, muito em função dessa deficiência em termos de capital social, a comunidade Rincão Salete foi onde os procedimentos de triangulação identificaram o maior volume de divergências entre os dados coletados.

Essa diversidade comunitária contribuiu para visualizar que, apesar da importância dos contextos locais, a qualidade da ação extensionista constituiu-se num fator decisivo para que o desenvolvimento se efetivasse de forma plena, inclusiva e sustentável. Nas análises efetuadas, verificaram-se duas comunidades da amostra que apresentavam contextos locais deficientes quanto ao capital social (Carro Quebrado e Rincão Salete). A diferença na qualidade da ação extensionista que incidiu nestas duas comunidades fez com que uma avançasse mais em direção

ao desenvolvimento sustentável (Carro Quebrado), embora os avanços em benefícios materiais sejam semelhantes entre elas.

Como sugestão para pesquisas futuras, uma evidência que apareceu com frequência no trabalho de campo da pesquisa, e que merece análises mais aprofundadas, é a distinção de percepção entre as mulheres e jovens, de um lado, e os homens de outro, sobre o processo de desenvolvimento em prática e seus resultados, indicando a complexidade que envolve a configuração de propostas de intervenção amplamente inclusivas das diversidades locais. Carecem de atenção também questões relacionadas com o aprimoramento dos instrumentos de coleta de dados e o estudo de indicadores para o desenvolvimento territorial sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOT, J. e GUIJT, I. **Novas visões sobre mudança ambiental: abordagens participativas de monitoramento.** Tradução: John Cunha Comerford. Rio de Janeiro: AS-PTA. London: IIED, 1999.

ABRAMOVAY, R. **A formação de capital social para o desenvolvimento local sustentável.** Capital social: cinco proposições sobre desenvolvimento rural. II Fórum CONTAG de Cooperação Técnica. São Luís, dez. 1998.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista de Economia Aplicada**, v. 04, n. 02, abr./jun. 2000.

ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. In: **Estudos Avançados.** Dossiê Desenvolvimento rural. Instituto de Estudos Avançados – São Paulo : USP, v. 15, n. 43, set./dez. 2001. p. 121-140.

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento Rural Territorial e Capital Social. In: **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais.** Conceitos, controvérsias e experiências. SABOURIN, E., TEIXEIRA, O. A. Brasília : Embrapa Informação Tecnológica, 2002. p.113-128.

ABU-EL-HAJ, J. O debate em torno do capital social: uma revisão crítica. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. BIB.** Rio de Janeiro, n. 47, p. 65-79, 1999.

ALMEIDA, J.A. **Pesquisa em Extensão Rural.** Um Manual de Metodologia. Brasília, MEC/ABEAS, 1989. 182 p.

BANDEIRA, P.S. Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: DINIZAR, F. B., BANDEIRA, P.S.(orgs) **Determinantes e desafios contemporâneos.** Desenvolvimento local-regional. Santa Cruz do Sul : EDUNISC, v. 1, 2000. p. 23-128.

BATHIA, M. **Operationalizing Empowerment in Bank operations: The Measurement Challenge.** Disponível em: < <http://www.worldbank.org> >. Acesso em: 10 jul. 2002.

BECKER, D.F. Necessidades e finalidades dos projetos regionais de desenvolvimento local. In: DINIZAR, F. B., BANDEIRA, P.S.(orgs) **Determinantes e desafios contemporâneos.** Desenvolvimento local-regional. Santa Cruz do Sul : EDUNISC, v. 1, 2000. p. 129-147.

BOISIER, S. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. **Redes.** Santa Cruz do Sul, v. 4, n. 1, p. 61-78, jan./abr. 1999.

BOISIER, S. Desarrollo (local): ¿ De qué estamos hablando? In: DINIZAR, F. B., BANDEIRA, P.S.(orgs) **Determinantes e desafios contemporâneos.** Desenvolvimento local-regional. Santa Cruz do Sul : EDUNISC, v. 1, 2000. p.151-185.

BOISIER, S. ¿Y si el desarrollo fuese una emergencia sistémica? **Redes.** Santa Cruz do Sul, v. 8, n. 1, p. 9-42, jan./abr. 2003.

BORBA, M.F.S. 2002. **La marginalidad como potencial para la construcción de “outro” desarrollo.** El caso de Santana da Boa Vista, Rio Grande do Sul, Brasil. 323 f. Tese (Doutorado ISEC-ETSIAM). Universidad de Córdoba-España, 2002.

BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas.** Santa Cruz do Sul : EDUNISC, p. 35-78, 1999.

BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável.** Rio de Janeiro : Garamond, 2002.180 p.

CAPORAL, F.R. Em direção à extensão rural do futuro: caminhos possíveis no Rio Grande do Sul. In: BRACAGIOLI, N. A. (org.) **Sustentabilidade e Cidadania. O Papel da Extensão Rural.** Porto Alegre : EMATER/RS, 1999. p.119-171.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico para apoiar o desenvolvimento rural sustentável (texto provisório para discussão) **Sustentabilidade e Cidadania** . v 5. Porto Alegre : EMATER-RS/ASCAR, 2002. p. 54.

CASTILHOS, D.S.B. de. **Capital Social e Políticas Públicas:** Um estudo da linha infra-estrutura e serviços aos municípios do PRONAF. 2002.172 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)- Porto Alegre : UFRGS, 2002.

CHAMBERS, R. **Desenvolvimento Rural.** Fazer dos últimos os primeiros. Tradução e revisão: Ruth Lara. Luanda-Angola : ADRA, 1995. 241 p.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum.** Rio de Janeiro : Editora da FGV, 1988. 430 p.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO PROJETO ÁREA PILOTO/RS. **Estatuto.** Autorização pelas leis: n. 1.364/02, n. 2.102/02, n. 2.259/02, e n. 1.374/02. Caçapava do Sul, set. 2002.

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO PROJETO ÁREA PILOTO/RS. **Certidão.** Registro de Pessoas Jurídicas. n. 475. livro A n. 08. Caçapava do Sul, nov. 2002.

CRUZ, M.C.M.T. Consórcios Intermunicipais: uma alternativa de integração regional ascendente. In: SPINK, P.; BAVA, S.C.; PAULICS, V.(orgs.) **Novos contornos da gestão local**: conceitos em construção. São Paulo : Polis/FGV-EAESP, 2002. p. 197-243.

DALLABRIDA, V.R. Sustentabilidade e endogenização: novos paradigmas para o desenvolvimento regional. In: DINIZAR, F. B., BANDEIRA, P.S.(orgs) **Determinantes e desafios contemporâneos**. Desenvolvimento local-regional. Santa Cruz do Sul : EDUNISC, v. 1, 2000. p.187-228.

DENARDI, R. A. et al. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Estado do Paraná**. Curitiba : EMATER-Paraná, 2000.

DURSTON, J. **¿Qué és el capital social comunitario?** División de Desarrollo Social. Serie Políticas Sociales. Santiago do Chile, jul. 2000.

DURSTON, J. Construyendo capital social comunitario. **Revista de la CEPAL** n. 69, p 103-118, dic. 1999.

EMATER/RS. **Fazendo o desenvolvimento**: o Projeto Área Piloto, Caçapava do Sul, Lavras do Sul, Pinheiro Machado, Santana da Boa Vista. Porto Alegre : EMATER/RS, 1998. 32 p.

EMBRAPA. Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Plano de ação estratégica da Secretaria de Assistência Técnica e Extensão Rural (1991/95)**. Brasília, 1991. 52 p. (EMBRAPA-SER. Documentos, 01).

EVANS, P. Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy. **World Development**. v. 24, n. 06, p. 1119-1132, 1996.

FETTER JÚNIOR, A. **O sul do Rio Grande**. Brasília : Câmara dos Deputados, jul. 1996.

FORTES, A. B. **Compêndio de história do Rio Grande do Sul**. 6. ed. Porto Alegre : Sulina, 1981. 174 p.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA Siegfried Emanuel Heuser - FEE. **Índice de Desenvolvimento Socioeconômico dos Municípios do Rio Grande do Sul - IDESE**. Disponível em: < http:// www.fee.tche.br >. Acesso em 05 out. 2003.

GROOTAERT, C.; NARAYAN, D.; NYHAN-JONES, V. e WOOLCOCK, M. **Cuestionario integrado para la medición del capital social**. Grupo de expertos en capital social. Banco Mundial, mar. 2002.

GUIJT, I. e GAVENTA, J. El Seguimiento y Evaluación Participativos: ¿Cómo aprender del cambio? **IDS Síntesis Informativa**, n. 12, nov.1998.

GUIJT, I. **Monitoramento Participativo**: conceitos e ferramentas práticas para a agricultura sustentável. Tradução: Annemarie Höhn. Rio de Janeiro : AS-PTA, 1999.

HOLZ, Michael. **Do mar ao deserto**: a evolução do Rio Grande do Sul no tempo geológico. Porto Alegre : Ed.Universidade/UFRGS, 1999. 142 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE.**Censo Agropecuário 1995/96**. Disponível em: <[http:// www.ibge.gov.br/economia](http://www.ibge.gov.br/economia) >. Acesso em 12 out. 2003.

KLIKSBERG, B. Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. **Revista de la CEPAL** n.69, p. 85-102, dic. 1999.

KRAPPITZ, U. **Enfoque Participativo para o Trabalho em Grupos**: Conceitos Básicos e um Estudo de Caso. Recife : ASSOCENE, 1988. 138 p.

LAZZARINI, S. G; CHADDAD, F. R. e NEVES, M. F. O conceito de capital social e aplicações para desenvolvimento e estratégia sustentável.**Preços Agrícolas**, p. 10 – 13, mai. 2000.

LEITE, P.F. Contribuição ao conhecimento fitoecológico do sul do Brasil. **Ciência & Ambiente**. Santa Maria : Universidade Federal de Santa Maria, v. 01, n. 01, p. 51-74, jun. 1990.

MAPA DE UNIDADES DE RELEVO DO BRASIL.Anuário Estatístico do Brasil -1997. IBGE. Diretoria de Geociências. Disponível em <http://www.ibge.gov.br> . Acesso em 07 dez 2003.

MARTINS, J. S. **O poder do Atraso**. Ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo : Hucitec, 1994. 214 p.

MINAYO, M. C. De S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In:MINAYO, M. C. De S. (org) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 15. ed. Petrópolis : Vozes, 2000. 80 p.

MIRCO, C.H.B. Textos para o estudo da História do município de Rio Grande, XVI-XVIII. Rio Grande : FURG, 1987. 61 p.

MONASTÉRIO, L. M. **Capital e social e crescimento econômico**: mecanismos. Pelotas : UFPEL, 2000a.

MONASTÉRIO, L. M. **Putnam no Pampa**: Capital social e a Metade Sul do RS. Pelotas : UFPEL, 2000b.

MONASTÉRIO, L.M. **Capital social e Economia**: Antecedentes e Perspectivas. Pelotas : UFPEL, 2000c.

MORAES, M.D.C. de. Novas dinâmicas territoriais no Nordeste. O novo Nordeste dos Cerrados – O caso do Piauí. In: **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**. Conceitos, controvérsias e experiências. SABOURIN, E., TEIXEIRA, O. A. Brasília : Embrapa Informação Tecnológica, 2002. p. 53-90.

MOYANO, E. **Sobre el concepto de capital social y su utilidad para el análisis de los procesos de desarrollo**. Reflexiones a partir de un artículo de Michael Woolcock. IESA, Córdoba, 2000. mimeo.

MUSSOI, E. M. “Estado, Descentralização, Políticas Públicas e Novas Instâncias Participativas: O caso agricultura em Santa Catarina”. In: Seminário Estadual sobre os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) e o desenvolvimento local. **Relatório**. Santa Cruz do Sul, jul. 2000. p. 19 – 39.

NARAYAN, D. e CASSIDY, M.F. **Un enfoque dimensional a la medición del capital social: desarrollo y validación de un inventario de capital social**. Disponível em: <<http://www.worldbank.org>>. Acesso em 18 nov. 2002.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: **Estudos Avançados**. Dossiê Desenvolvimento rural. Instituto de Estudos Avançados – São Paulo : USP, v. 15, n. 43, set. /dez. 2001. p. 83 – 100.

PEBAYLE, R. Os difíceis encontros de duas sociedades rurais. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre : Unidade de Geografia e Cartografia, ano 20, n. 18, p. 03-22, 1975.

PESAVENTO, S.J. **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Série revisão 1. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1997. 142 p.

PETERSEN, P; ROMANO, J.O. (Orgs.) **Abordagens participativas para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: ASPTA/Actionaid-Brasil, 1999. 144p.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 3. ed. Tradução: Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro : Editora FGV, 2002. 260 p.

RIBEIRO, C.M. **Estudo de quatro municípios da serra do sudeste do Rio grande do Sul e possíveis alternativas para o seu desenvolvimento**. 1996.138 f. Dissertação (Mestrado em Administração Rural). Lavras : UFLA, 1996.

RIBEIRO, C.M.; BALDASSO, N.A. (Coord.) **Diagnóstico dos Sistemas Agrários de Caçapava do Sul**. Porto Alegre : EMATER-RS, 1998. 127 p.

RIBEIRO, C. M.; VILLELA, G. **Projeto Área Piloto na Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul**: uma experiência de desenvolvimento participativo. In: IV Encontro Nacional da SBSP. Agricultura Familiar: Políticas Públicas, Pesquisa e Desenvolvimento no Cenário Brasileiro. Anais. Belém : SBSP, 2001. 01 cd.

RIBEIRO, C. M.; VILLELA, G. **Projeto Área Piloto na Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul**: uma experiência de desenvolvimento participativo. 2003. mimeo.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo : Atlas, 1999. 334 p.

RIO GRANDE DO SUL. **Manual de conservação de solo e água**. 3. ed. Porto Alegre : Secretaria da Agricultura, 1985. p. 287.

ROCHE, C. **Avaliação de impacto dos trabalhos das ONGs**: aprendendo a valorizar as mudanças. Tradução: Tisel Tradução e Interpretação Simultânea Escrita. São Paulo : Cortez ABONG, 2. ed.; Oxford, Inglaterra: Oxfam, 2002. 348 p.]

RODRIGUES, P. **Fatores determinantes da adesão às propostas de desenvolvimento local**: estudo de dois casos (Rincão dos Barbosas e Rincão dos Dutras/Mouras) no município de Santana da Boa Vista – RS. 2001. 64 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Rural)-Porto Alegre : UFRGS, 2001.

RUDIO, F.V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 3. ed. Petrópolis : Vozes, 1980. 124 p.

SABOURIN, E. Desenvolvimento rural e abordagem territorial. Conceitos, estratégias e atores. In: **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais**. Conceitos, controvérsias e experiências. SABOURIN, E., TEIXEIRA, O.A. Brasília : Embrapa Informação Tecnológica, 2002. p. 21-37.

SANTOS, J. R. Q.; SANTOS, J. C. T. **Rio Grande do Sul**: Aspectos da história. 2. ed. Porto Alegre : Martins Livreiro, 1990. 102 p.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J.A. **Desarrollo Territorial Rural**. Santiago. Chile : RIMISP. feb. 2003. 54 p. Disponível em: < [http://: www.grupochorlavi.org](http://www.grupochorlavi.org) >. Acesso em 03 jan. 2003.

SELIGSON, M. A. e RENNÓ, L.R. Mensurando confiança interpessoal: notas acerca de um conceito multidimensional. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 43. n. 04, 2000. Disponível em: < <http://www.scielo.org> >. Acesso em 18 ago. 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta – São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

TENDLER, J. **Bom governo nos trópicos**. Uma visão crítica. Tradução: Maria Cristina Cupertino. Rio de Janeiro : ENAP, Revan, 1998. 249 p.

THE WORLD BANK GROUP. **What is social capital?** Disponível em: < <http://www.worldbank.org> > Acesso em 03 fev. 2003.

TORRONTEGUY, T. O. V. **As origens da pobreza no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre : Mercado Aberto/Instituto Estadual do Livro, 1994. 192 p.

UPHOFF, N. e WIJAYARATNA, C.M. **Beneficios demostrados del capital social la productividad de las organizaciones campesinas de Gal Oya, Sri Lanka.** 2000. Disponível em: < <http://www.rimisp.cl/boletines/bol2/social.html> > Acesso em 19 ago. 2002.

VEIGA, J.E. da. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. In: **Estudos Avançados.** Dossiê Desenvolvimento Rural. Instituto de Estudos Avançados – São Paulo : USP, v. 15, n. 43, set. /dez. 2001. p. 101 – 119.

VEIGA, J. E. da. **A face rural do desenvolvimento:** natureza, território e agricultura. Porto Alegre : Editora da Universidade/UFRGS, 2000.197 p.

VILELA, S.L. de O. Uma nova espacialidade para o desenvolvimento rural. A territorialidade das novas atividades agrícolas. In: **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais.** Conceitos, controvérsias e experiências. SABOURIN, E., TEIXEIRA, O.A. Brasília : Embrapa Informação Tecnológica, 2002. p. 91-112.

VILLELA, G. A. P. **O processo de construção de capital social e a influência da extensão rural:** Estudo de caso do Projeto Área Piloto do RS, envolvendo quatro municípios do planalto sul-riograndense. 2001.64 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Rural)-Porto Alegre : UFRGS, 2001.

WANDERLEY, M.N.de B. Territorialidade e ruralidade no Nordeste. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: **Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais.** Conceitos, controvérsias e experiências. SABOURIN, E., TEIXEIRA, O.A. Brasília : Embrapa Informação Tecnológica, 2002. p. 39-52.

WOOLCOCK, M. **Social Capital and Economic Development:** Towards a Theoretical Synthesis and Policy Framework. Brown University, mar.1998. mimeo.

WOOLCOCK, M. **Managing risk, shocks and opportunity in development economies:** The role of social capital. Development Research Group. The World Bank, ago. 1999.

WOOLCOCK, M; NARAYAN, D. **Capital social:** Implicaciones para la teoría, la investigación y las políticas de desarrollo. World Bank Research Observer, 2000. p.225-249.

WOOLCOCK, M. **La importancia del capital social para comprender los resultados económicos y sociales.** Development Research Group. The World Bank, 2001.

WOOLCOCK, M. Social capital in theory and practice: Where do we stand? In:
Social capital and Economic development: Well-being in developing countries.
Edward Elgar, 2002. p. 18-39.

ANEXOS

ANEXO A - Relação dos informantes-chave

Comunidade do Carro Quebrado – Pinheiro Machado-RS

ENTREVISTADO 01 - N.E.F.da S, extensionista da EMATER;

ENTREVISTADO 02 - A. G., funcionário público de saúde;

ENTREVISTADO 03 - C.V., agricultor familiar, conselheiro municipal;

ENTREVISTADO 04 - I.E.K.L., professora aposentada, agricultora familiar;

Comunidade do Rincão dos Barbosas/Pereiras – Santana da Boa Vista-RS

ENTREVISTADO 05 - J.L.B., extensionista da EMATER;

ENTREVISTADO 06 - N.R., ex-funcionário da LBA, ex-prefeito, conselheiro municipal;

ENTREVISTADO 07 - J.A .P.B., agente comunitário de saúde, agricultor familiar;

ENTREVISTADO 08 - A.B.C., agricultor familiar;

ENTREVISTADO 09 - V. de O., agricultor familiar;

Comunidade do Rincão Salete – Caçapava do Sul-RS

ENTREVISTADO 10 - D.C., extensionista da EMATER;

ENTREVISTADO 11 - R.L.P., secretário STR, ex-presidente do CMDR, conselheiro municipal;

ENTREVISTADO 12 - C.M. O. de M., líder do grupo de produtores da agroindústria de feijão; comerciante, agricultor familiar;

ENTREVISTADO 13 – A.V., agricultor familiar, ex-vereador.

ANEXO B – Roteiro das entrevistas diretivas para técnicos e agricultores

ROTEIRO DE ENTREVISTA DIRETIVA COM TÉCNICOS.

Como é a história de intervenção na comunidade? Qual foi a seqüência metodológica das ações?

Como é a história da organização comunitária? Quais tipos, que quantidades de organizações e de que forma tem beneficiado ou não os diferentes grupos no interior da comunidade?

Como eram encaminhados e resolvidos os problemas da comunidade e como são agora?

Você acha que a intervenção de forma participativa atinge mais e melhor os objetivos? Quais instrumentos você considera mais decisivos e quais menos?

Que capacidades/habilidades (mudanças) tem crescido nos agricultores em função da relação participativa entre técnicos e agricultores?

Onde e como essas habilidades são postas em prática? Como você avalia a atuação dos líderes da comunidade em Conselhos ou outros espaços de representação?

Nas reuniões da comunidade as pessoas costumam discutir os assuntos? Aparecem muitas diferenças de ponto de vista?

Por que as pessoas da comunidade participam das reuniões?

O processo participativo do Projeto Área Piloto abriu mais canais de diálogo entre comunidade e o poder público? Quais são esses canais? Os apoios externos vêm aumentando ou diminuindo?

Depois de iniciado esta forma de trabalho aumentou ou diminuiu os grupos excluídos dos benefícios das ações de desenvolvimento?

Essa forma de trabalhar fortalece a auto-estima, os laços de solidariedade e a articulação de esforços na comunidade e região? Fortaleceu a organização dos produtores? Por que você acha isso?

Nos últimos anos (+ ou - 10 anos) qual foi a conquista mais importante para a comunidade? O que interferiu positivamente para alcançar este objetivo?...?...?

Quem é o principal responsável pela implementação desses processos participativos na comunidade e na área piloto? A importância do produtor para decidir, eleger prioridades e resolver problemas vem aumentando ou diminuindo?

Como você avalia a integração entre as instituições externas de apoio à comunidade? Os técnicos sabem trabalhar em equipe?

Como você avalia a continuidade do trabalho da equipe de técnicos na comunidade?

A estrutura interna da empresa que você trabalha e o programa de capacitação disponibilizado aos técnicos facilita o trabalho de aprendizado participativo com a população rural?

Você acha que existem pessoas de fora que não desejam o fortalecimento comunitário com receio de perderem poder? Essas pessoas já influenciaram negativamente na concretização de ações discutidas e planejadas por todos de forma participativa? A influência dessas pessoas tem aumentado ou diminuído nos últimos 10 anos?

Existe ajuda externa à comunidade para combater a ação dessas pessoas? Quem ajuda? Como ajuda?

ROTEIRO DE ENTREVISTA DIRETIVA COM AGRICULTORES.

Como é a história da organização comunitária? Quais tipos, que quantidades de organizações e de que forma tem beneficiado ou não os diferentes grupos no interior da comunidade?

O que é o Projeto Área piloto? Trouxe benefícios? Quais?

A forma de atuar dos técnicos mudou? Em que mudou? Por que eles trabalham desta forma? Isso interferiu de alguma forma para vocês?

O que você acha mais positivo e o mais negativo na forma de atuação dos técnicos com os agricultores?

Que capacidades/habilidades (mudanças) tem crescido nos agricultores em função da relação participativa entre técnicos e agricultores?

Onde e como essas habilidades são postas em prática? Como você avalia a atuação dos líderes da comunidade em Conselhos ou outros espaços de representação?

Nas reuniões da comunidade as pessoas costumam discutir os assuntos? Aparecem muitas diferenças de ponto de vista?

Como você avalia as pessoas da comunidade? Elas são muito diferentes?

Por que as pessoas da comunidade participam das reuniões?

Como eram encaminhados e resolvidos os problemas da comunidade e como são agora?

Essa forma participativa de trabalhar abriu mais canais de diálogo entre comunidade e o poder público? Quais são esses canais? Os apoios externos vêm aumentando ou diminuindo?

Depois de iniciado esta forma de trabalho aumentou ou diminuiu os grupos excluídos dos benefícios das ações de desenvolvimento?

Essa forma de trabalhar fortalece a auto-estima, os laços de solidariedade e a articulação de esforços na comunidade e região? Fortaleceu a organização dos produtores? Por que você acha isso?

Nos últimos anos (+ ou - 10 anos) qual foi a conquista mais importante para a comunidade? O que interferiu positivamente para alcançar este objetivo?...?..?

Quem é o principal responsável pela implementação desses processos participativos na comunidade e na área piloto? A importância do produtor para decidir, eleger prioridades e resolver problemas vem aumentando ou diminuindo?

Como você avalia a integração entre as instituições externas de apoio à comunidade? Os técnicos sabem trabalhar em equipe?

Você acha que existem pessoas de fora que não desejam o fortalecimento comunitário com receio de perderem poder? Essas pessoas já influenciaram negativamente na concretização de ações discutidas e planejadas por todos de forma participativa? A influência dessas pessoas tem aumentado ou diminuído nos últimos 10 anos?

Existe ajuda externa à comunidade para combater a ação dessas pessoas? Quem ajuda? Como ajuda?

ANEXO C – Relação dos sujeitos-tipo

Comunidade do Carro Quebrado – Pinheiro Machado-RS

- A.A.F. - agricultor, 49 anos, analfabeto;
R.da S.R. - agricultor, 43 anos, primário incompleto;
P.A.V.L. - pecuarista/func. público aposentado, 43 anos, superior;
M.K.L. - agricultor, 29 anos, primário incompleto;
V.R.F. - agricultora/artesã, 42 anos, primário incompleto;
Z.L. - pecuarista, 64 anos, primário incompleto;
A.M.da C.O. - do lar/artesã, 45 anos, primário incompleto;
H.P.da S. - do lar, 54 anos, primário incompleto;

Comunidade do Rincão dos Barbosas/Pereiras – Santana da Boa Vista-RS

- J.O.C. - agricultor/aposentado, 74 anos, primário incompleto;
A.R. de O. - agricultor, 62 anos, primário incompleto;
P.de O.C. - agricultor, 58 anos, primário incompleto;
V.de O.B. - agricultor, 56 anos, primário incompleto;
C.C.P. - agricultor, 45 anos, primário incompleto;
E.C.de O. - agricultor/vereador, 38 anos, primário incompleto;
E.B.B.da R. - agricultora, 36 anos, primário incompleto;
A.E.M.B. - agricultora, 33 anos, primário incompleto;
J.C.B. - agricultor, 28 anos, primário incompleto;

Comunidade do Rincão Salete – Caçapava do Sul-RS

- P.J.D. - agricultor, 59 anos, primário incompleto;
J.E.A.N. - agricultor, 57 anos, primário incompleto;
A.R.S. - agricultor, 47 anos, primário incompleto;
M.A.da S.D. - agricultora/aposentada, 75 anos, primário incompleto;
M.G.M.da F. - agricultora, 44 anos, primário incompleto;
R.da S.D. - pensionista, 39 anos, primário incompleto;
P.V.da R. - agricultor, 32 anos, primário incompleto;
F.de N.D. - agricultor, 32 anos, primário incompleto;

ANEXO D – Escala de medição da evolução do capital social

Município:

Data:

Comunidade Rural:

Tempo de Residência:

Nome:

Idade:

Sexo:

Principal Ocupação:

Escolaridade: () Analfabeto; () Primário Incompleto; () Primário Completo;

() 2º Grau Incompleto; () 2º Grau Completo; () Superior Incompleto; () Superior.

Colocar notas de 01 a 10 nas colunas (1993 e atual) de acordo com a avaliação pessoal a cerca dos itens especificados. O 01(um) equivale a um nível muito baixo de presença do item apresentado, e o 10(dez) equivale a uma presença muita significativa do item apresentado.

Relação de itens para avaliação.	1993	Hoje
1-Confiança que você deposita nas pessoas da comunidade.		
2-Disposição das pessoas para cooperar quando necessário, mesmo que elas não se beneficiem diretamente.		
3-Os líderes de sua comunidade se preocupam mais com a comunidade do que com os benefícios do cargo que ocupam.		
4-Relacionamento com os vizinhos (frequência e qualidade).		
5-As pessoas que não colaboram com o coletivo da comunidade são criticadas ou discriminadas.		
6-As pessoas de diferentes comunidades rurais e da sede se reúnem (debates, seminários, fóruns...) para discutir assuntos do município ou região.		
7-Facilidade em formar grupos, organizações e cooperativas. As pessoas da comunidade se importam com isso.		
8-Igualdade entre as pessoas/famílias (riqueza, religião, educação, terra, política,...) que podem aproximar no interior da comunidade.		
9-Os Conselhos Municipais ajudam no desenvolvimento da comunidade.		
10-Existência de pessoas no interior da estrutura do Estado (município, estado, união) que podem ajudar na solução dos problemas.		
11-A forma de trabalhar dos técnicos, as reuniões, as orientações e a participação facilitada por eles ajuda no desenvolvimento da comunidade.(Método de trabalho).		
12-Relacionamento com outras comunidades (frequência e qualidade).		
13-Os líderes do município ou região estão mais preocupados com a solução dos problemas da comunidade do que com a obtenção de benefícios do cargo que ocupam.		
14-Existência de canais de acesso às instituições oficiais capazes de apoiar as pessoas e a comunidade.		
15-Você é ouvida e levada em conta nas tomadas de decisão em grupo.		
16-Os funcionários do governo (municipal, estadual, federal) são valorizados pela comunidade rural e influem positivamente nela.(Confiança).		
17-Integração das instituições de apoio (entre elas) e com a comunidade para o alcance dos objetivos planejados.		
18-Esforço/envolvimento dos técnicos/funcionários em ajudar a comunidade. Eles demonstram grande satisfação em ajudar.		
19-Os benefícios alcançados através de programas do Estado são distribuídos proporcionalmente para todos da comunidade (pobres, jovens, velhos, mulheres,...).		
20-Informações importantes sobre programas do governo circulam rapidamente entre grupos das comunidades do município e da região.		

ANEXO E - Pergunta fechada de múltipla escolha sobre tipos de participação

Qual (is) a(s) frase(s) que melhor representa(m) o tipo de participação que ocorre nos encontros entre técnicos e produtores no Projeto Área Piloto?

- () A participação é uma grande enganação;
- () A participação ocorre quando os agricultores são chamados para ouvir o relato das ações que estão sendo implementadas;
- () A participação ocorre quando os agricultores são chamados a responder determinadas perguntas, mas tomam decisão e não sabem se as respostas são levadas em consideração;
- () Os agricultores participam em troca de alguma retribuição material, ou doam alguma coisa material sem se envolverem diretamente;
- () Os agricultores participam e compartilham algumas idéias com os técnicos, mas as decisões e prioridades mais importantes já foram adotadas pelos agentes externos;
- () Os agricultores participam de forma conjunta com os técnicos na análise da realidade, planejamento das ações e execução do plano com o uso de metodologias adequadas;
- () A seleção das alternativas e as decisões mais importantes são tomadas pelos agricultores. As organizações externas à comunidade acompanham o processo e suprem as carências quando são solicitadas;
- () A comunidade de agricultores se mobiliza por conta própria sem a necessidade de apoio externo.

ANEXO F - Fotos do trabalho de campo



Reunião 09/12/2002 no Escritório da EMATER-RS Regional de Bagé sobre a proposta da pesquisa e informações sobre o Projeto Área Piloto.



Reunião dia 20/12/2002 no Escritório da EMATER-RS de Santana da Boa Vista sobre planejamento do trabalho de campo.



Reunião dia 13/01/2003 no Escritório da EMATER-RS de Pinheiro Machado, sobre o planejamento do trabalho de campo.



Reunião dia 21/01/2003 no Escritório da EMATER-RS de Caçapava do Sul, sobre o planejamento do trabalho de campo.

FOTOS DO TRABALHO DE CAMPO EM SANTANA DA BOA VISTA-RS



Entrevista 19/03/2003 com agente de desenvolvimento, ex-prefeito, e conselheiro municipal.



Aplicação da escala de medição e pergunta fechada de múltipla escolha sobre participação dia 18/02/2003. Agricultora e voluntária das pastorais.



Reunião na capela da comunidade do Rincão dos Barbosas/Pereiras, dia 19/03/2003, com aplicação da técnica de visualização móvel.



Trabalho de grupo dos adultos por ocasião da reunião com visualização móvel, dia 19/03/2003, na comunidade do Rincão dos Barbosas/Pereiras.

FOTOS DO TRABALHO DE CAMPO EM PINHEIRO MACHADO-RS



Entrevista com agente de desenvolvimento, funcionário público da área de saúde, dia 20/02/2003.



Aplicação da escala de medição e pergunta fechada de múltipla escolha sobre participação dia 19/02/2003. Presidente da Associação Comunitária.



Aplicação da escala de medição e pergunta fechada de múltipla escolha sobre participação dia 20/02/2003. Agricultor familiar.



Reunião na sede da associação comunitária do Carro Quebrado, dia 18/03/2003. Trabalho de grupo dos adultos, mulheres, e jovens com visualização móvel.

FOTOS DO TRABALHO DE CAMPO EM CAÇAPAVA DO SUL-RS



Entrevista dia 24/03/2003 com agricultor familiar, ex-vereador. Ao fundo a obra da futura agroindústria de feijão do Rincão Salete.



Aplicação da escala de medição e pergunta fechada de múltipla escolha sobre participação dia 26/03/2003. Agricultora aposentada de 75 anos.



Aplicação da escala de medição e pergunta fechada de múltipla escolha sobre participação dia 24/03/2003. Agricultora carente do Rincão Farias.



Apresentação do trabalho de grupo dos jovens por ocasião da reunião com visualização móvel no Rincão Salete, dia 31/03/2003.